



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

RAIMUNDO SÓCRATES DE CASTRO CARVALHO

DELIVERYZAÇÃO DO TERRITÓRIO? difusão e práticas espaciais dos
trabalhadores de *delivery* no espaço metropolitano de Belém

BELÉM-PA
2024

RAIMUNDO SÓCRATES DE CASTRO CARVALHO

DELIVERYZAÇÃO DO TERRITÓRIO? difusão e práticas espaciais dos
trabalhadores de *delivery* no espaço metropolitano de Belém

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Urbana e do Trabalho

Orientador: Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues

BELÉM-PA
2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C331d CARVALHO, Raimundo Sócrates de Castro.
DELIVERYZAÇÃO DO TERRITÓRIO? : difusão e práticas
espaciais dos trabalhadores de delivery no espaço metropolitano de
Belém / Raimundo Sócrates de Castro CARVALHO. — 2024.
248 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Belém, 2024.

1. uberização do trabalho. 2. espaço metropolitano. 3.
espaço metropolitano. 4. Belém. I. Título.

CDD 900

RAIMUNDO SÓCRATES DE CASTRO CARVALHO

DELIVERYZAÇÃO DO TERRITÓRIO? difusão e práticas espaciais dos trabalhadores de *delivery* no espaço metropolitano de Belém

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, do Instituto de Ciências Sociais Aliadas da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Aprovação em:
Conceito:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues
(Orientador – PPGeo-UFPA)

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha
(Examinador Interno – PPGeo-UFPA)

Prof. Dr. Agripino Souza Coelho Neto
(Examinador Externo – PPGeo - UNEB)

Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas
(Examinador Externo – UFPA)

Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima
(Examinador Externo – PPGG-UNIFAP)

AGRADECIMENTOS

A Glaucely, minha esposa, pela partilha do conhecimento e da vida.

A Sophie, minha filha de quatro patas, pela companhia nas noites solitárias e aquecendo os meus pés.

Grato a todos que contribuíram para a realização desta pesquisa

Aos familiares e amigos, pelo apoio constante.

Riba irmão e inspirador, pelo incentivo para não desistir.

Professor Jovenildo Rodrigues, orientador, por todo incentivo recebido. Professores Fernando Heck, pelas preciosas contribuições na qualificação dessa pesquisa; Juliane Cardoso, pela revisão textual e melhorias na escrita desta versão final; Jondison Rodrigues, pelas contribuições na tese e amizade de sempre; Daniel Sombra, pela colaboração com os mapas; Alexandre Costa e Lucas Ramos, pelo acompanhamento e partilha nos trabalhos de campo.

Gestor da Secretaria de Segurança Pública, pela disponibilidade e entrevistas concedidas.

Aos trabalhadores de aplicativo, pelo fornecimento de dados fundamentais à pesquisa.

Técnicos do IGBE, pelo atendimento e orientação na utilização dos dados censitários.

Universidade Federal do Pará, pela liberação de carga horária.

Moradores e lideranças comunitárias, por estarem sempre disponíveis para uma conversa e socialização de seus conhecimentos.

Nunca na história da humanidade houve condições técnicas e científicas tão adequadas a construir o mundo da dignidade humana, apenas essas condições foram expropriadas por um punhado de empresas que decidiram construir um mundo perverso (Milton Santos).

RESUMO

A tese tem como objetivo analisar o processo do trabalho *uberizado* no espaço metropolitano de Belém a partir dos anos de 2000, buscando refletir sobre as transformações no contexto do mundo do trabalho na dimensão espaço-tempo, em que tanto a cidade e suas dinâmicas sociais, processos espaciais e realizações do território pelo seu uso, conjuntamente e por meio de afeições indissociáveis, estabeleceram interposições ao advento do modo capitalista de produção, que possibilitaram tessituras que exteriorizaram o espaço metropolitano. Espaço que passa a constituir complexas relações à sua fase mais hegemônica e subordinadora na condição de exploração (neoliberalismo e globalização), assim como sua consolidação e expansão vilipendiadora dos direitos e garantias sociais, que se exteriorizam nos processos espaciais, mediante vetores em que as feições de centro e centralidade realizam-se pelas formas mais precárias do trabalho, que passam a ser processadas no e pelos processos espaciais, materializados na desrealização do trabalho. Defendemos a tese de que a nova condição do trabalho *uberizado* dos motoentregadores de *delivery* no espaço metropolitano de Belém, como expressão dos novos nexos da globalização neoliberal, marcados por intensa precarização da mão de obra, vem contribuindo para o aprofundamento de diferenciações, desigualdades socioespaciais e para o processo de subsunção e privação dos direitos sociais básicos do trabalhador, constituindo-se como negação do direito ao trabalho digno e ao exercício de sua cidadania. A pesquisa aqui desenvolvida promoveu levantamento e análise bibliográfica, levantamento e análise documental, aplicação de formulários, observações sistemáticas qualitativas, produção cartográfica, registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas com trabalhadores motoentregadores de *delivery*. A relevância da tese está relacionada à necessidade de se evidenciar as novas condições de trabalho *uberizado* no espaço metropolitano de Belém, na segunda década do século XXI, face ao processo de metropolização, reestruturação urbana e da cidade e suas expressões nas paisagens urbanas, nas condições de exclusão social, desemprego, precarização e informalidade, assim como seus desdobramentos inerentes à exploração do trabalho em um mundo marcado pelo fortalecimento do neoliberalismo e por intensa globalização fragmentária.

Palavras-chave: *uberização* do trabalho; espaço metropolitano; espaço metropolitano; Belém.

ABSTRACT

The thesis aims to analyze the process of uberized work in the metropolitan space of Belém from the years 2000, seeking to reflect on transformations in the context of the world of work in the space-time dimension, where both the city and its social dynamics, spatial processes and realizations of the territory through its use, jointly and through inseparable affections, established interpositions to the advent of the capitalist mode of production, which enabled tessituras that externalized the metropolitan space, a space that has come to form complex relationships with its most hegemonic and subordinating phase in terms of exploitation (neoliberalism and globalization), as well as its consolidation and expansion, which vilifies social rights and guarantees, which have become externalized in spatial processes, through vectors where the features of center and centrality are realized through more precarious forms of work, which are processed in and through spatial processes, materialized in the derealization of work. We defend the thesis that the new condition of the urbanized work of *delivery* drivers in the metropolitan area of Belém, as an expression of the new nexuses of neoliberal globalization, marked by the intense precariousness of the workforce, has contributed to the deepening of differentiations and socio-spatial inequalities and to the process of subsumption and deprivation of workers' basic social rights, constituting a denial of the right to decent work and the exercise of their citizenship. The research carried out here involved a bibliographical survey and analysis, a documentary survey and analysis, the application of forms, systematic qualitative observations, cartographic production, photographic records and semi-structured interviews with *delivery* workers. The relevance of the thesis is related to the need to highlight the new conditions of uberized work in the metropolitan area of Belém in the second decade of the 21st century, given the process of metropolization, urban restructuring and the city, and its expressions in urban landscapes, in the conditions of social exclusion, unemployment, precariousness and informality, as well as its inherent consequences for the exploitation of work in a world marked by the strengthening of neoliberalism and intense fragmented globalization.

Keywords: uberization of work; metropolitan space; moto-deliverers; Belém.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Grande Hotel 1850-1950.....	93
Figura 2 – Trabalhadores na busca de oportunidade de emprego (Inauguração do Supermercado São João – Bairro da Cidade-Velha-1976).....	94
Figura 3 – Ônibus da Linha Arsenal, na Cidade de Belém, em 1960.....	95
Figura 4 – Av. Nazaré, na cidade de Belém, ano 1905.....	97
Figura 5 – Inauguração da Rod. Augusto Montenegro, no ano 1978.....	98
Figura 6 – Duplicação da Av. Tito Franco, atual Av. Almirante Barroso, no ano de 1961.....	99
Figura 7 – Av. Boulevard Castilho França – 1940.....	105
Figura 8 – Avenida Portugal 1945.....	106
Figura 9 – Trecho Completo da EFB.....	113
Figura 10 – Trecho da RMB.....	113
Figura 11 – Comparação da Estrada de Ferro Belém-Bragança, com parte das Rodovias Federais BR- 010 e BR-316.....	115
Figura 12 – Marcha dos entregadores em São Paulo e Belém 01/06/2020.....	138
Figura 13 – Antes e depois da reforma.....	169
Figura 14 – Dinâmica de entregas – Apps.....	182
Figura 15 – Dinâmica de entregas – Apps.....	183
Figura 16 – Paralisação dos motoentregadores em Belém.....	184
Figura 17 – Rotina de trabalho dos motoentregadores.....	185
Figura 18 – Representando Fluxo de entrega.....	211
Figura 19 – Manifestação dos Motoentregadores – Belém.....	214
Figura 20 – Manifestação dos Motoentregadores – São Paulo.....	215
Figura 21 – Protesto dos motoentregadores.....	216

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Rendimento médio dos trabalhadores.....	73
Gráfico 2 –	Representação do Trabalho no Brasil.....	143
Gráfico 3 –	População brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho.....	144
Gráfico 4 –	Perfil Parcial dos Mototáxistas: Marituba, Santa Bárbara, Benevides e Santa Isabel.....	166
Gráfico 5 –	Escolaridade dos motoentregadores 2021-2021 Belém.....	186
Gráfico 6 –	Escolaridade dos motoentregadores 2021-2021 – Ananindeua.....	186
Gráfico 7 –	Religião dos motoentregadores – Belém.....	187
Gráfico 8 –	Religião dos motoentregadores – Ananindeua.....	187
Gráfico 9 –	Raça dos motoentregadores – Belém.....	188
Gráfico 10 –	Raça dos motoentregadores – Ananindeua.....	189
Gráfico 11 –	Quilometragem diária percorrida por moto entregador – Belém.....	192
Gráfico 12 –	Quilometragem diária percorrida por moto entregador – Ananindeua.....	193
Gráfico 13 –	Quantidade de corridas diárias por moto entregadores – Belém.....	194
Gráfico 14 –	Quantidade de corridas diárias por moto entregadores – Ananindeua.....	194
Gráfico 15 –	Quantidade de corridas diárias de horas trabalhadas por moto entregadores-Belém.....	196
Gráfico 16 –	Quantidade de corridas diárias de horas trabalhadas por moto entregadores- Ananindeua.....	196
Gráfico 17 –	RMB e Belém - Contribuição para Instituto de Previdência em qualquer trabalho.....	197
Gráfico 18 –	Condições de trabalho noturno Belém-Ananindeua.....	198
Gráfico 19 –	Aquisição de instrumentos de trabalho.....	200
Gráfico 20 –	Ganhos recebidos.....	201
Gráfico 21 –	Média de gastos de moto entregadores.....	202

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Espaço Metropolitano de Belém.....	84
Mapa 2 – Crescimento urbano da Região Metropolitana de Belém.....	103
Mapa 3 – Primeira Léguas Patrimonial de Belém.....	108
Mapa 4 – Localização da cidade de Belém.....	118
Mapa 5 – RMB na sua configuração atual.....	119
Mapa 6 – Imagem do Vale do Silício.....	122
Mapa 7 – Dinâmicas de Entregas no Espaço Metropolitano de Belém.....	149
Mapa 8 – Representação da atividade <i>delivery</i> na cidade de Belém – RMB.....	150
Mapa 9 – Localização da atividade de <i>delivery</i> no Espaço Metropolitano de Belém.....	152
Mapa 10 – Cidade de Ananindeua – RMB. Eixo Estruturante.....	153
Mapa 11 – Cidade de Marituba – RMB Eixo Estruturante – Geral.....	155
Mapa 12 – Cidade de Marituba – RMB Eixo Estruturante – Específico.....	156
Mapa 13 – Localização da Cidade de Benevides – RMB.....	159
Mapa 14 – Cidade de Benevides – RMB Eixo de Identificação.....	160
Mapa 15 – Cidade de Santa Bárbara do Pará – RMB Eixo Estruturante – Geral.....	164
Mapa 16 – Cidade de Santa Bárbara do Pará – RMB Localização dos Empreendimentos/Trabalhadores.....	165
Mapa 17 – Cidade de Belém – BEM Eixo Estruturante – Geral.....	175
Mapa 18 – Localização de estabelecimentos que atuam com vendas em <i>delivery</i> no espaço de Belém.....	177
Mapa 19 – Furtos total de trabalhadores de App.....	204
Mapa 20 – Local de ocorrência de furtos.....	205
Mapa 21 – Total de furtos por mês.....	206
Mapa 22 – Ocorrência de furtos em Belém.....	207
Mapa 23 – Furtos de motos em Belém.....	208
Mapa 24 – Furtos de trabalhador de App total por mês em Belém.....	209
Mapa 25 – Furtos total de trabalhadores de app por meio de empregados em Belém.....	210

LISTA DE SIGLAS

BNH	Banco Nacional da Habitação
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEGET	Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CEO	Chief Executive Officer
CLT	Consolidação da Leis Trabalhistas
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
CNPU	Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas
COHAB-PA	Companhia Nacional de Habitação do Pará
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DTT	Divisão Territorial do Trabalho
EFB	Estrada de Ferro de Bragança
EMB	Espaço Metropolitano de Belém
EPI's	Equipamentos de Proteção Individual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPASEP	Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Pará
LARC/NUMA	Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PL	Projetos de Leis
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PPGEO	Programa de Pós-graduação em Geografia
REMIR	Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista
SEGUP	Secretária de Estado da Segurança Pública e Defesa Social
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SIAC	Secretaria de Inteligência e Análise Criminal
SIAC	Secretaria de Inteligência e Análise Criminal
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TDR	Territorialidade – Desterritorialidade – Reterritorialidade
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	METODOLOGIA.....	20
3	O PAPEL DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO	43
3.1	A constituição do espaço e da sociabilidade exercida pela mediação do trabalho ..	43
3.2	Processos de trabalho, reestruturação produtiva e configurações espaciais no Brasil	57
3.3	Espaço, território e trabalho: aproximações teórico-conceituais para o desenvolvimento da pesquisa	63
3.4	Descaminhos do trabalho em tempos de políticas territoriais ultra-neoliberais: entre dados e perspectivas	68
3.4.1	Terceirização e a nova condição territorial do trabalho no século XXI	72
4	ANTIGAS E NOVAS CONDIÇÕES DO TRABALHO NO ESPAÇO METROPOLITANO DE BELÉM	76
4.1	As determinações do trabalho nas ações de produção territorial da cidade.....	76
4.2	Elementos de caracterização demográfica e de formação do espaço metropolitano de Belém - RMB	82
4.3	Transformações do Trabalho no Espaço Metropolitano de Belém - EBM: do trabalho às técnicas “o território usado”	104
4.4	Transformações do trabalho no espaço de Belém: o papel do trabalho na produção do espaço, no século XX.....	111
4.5	Dinâmicas territoriais do trabalho no espaço metropolitano de Belém	116
5	DELIVERYZAÇÃO E A NOVA CONDIÇÃO TERRITORIAL DO TRABALHO PRECARIZADO EM BELÉM: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PRÁTICAS ESPACIAIS DOS MOTOENTREGADORES	122
5.1	<i>Deliveryzação</i> e territorialização corporativa: leitura crítica sobre estratégias e ações dos aplicativos <i>Ifood, Uber</i> e <i>Rappi</i> no Brasil.....	124
5.2	Racionalidade empresarial e territorialização corporativa: uma leitura a partir do <i>Ifood, Uber Eats</i> e <i>Rappi</i>	128
5.3	Transformações Territoriais do Trabalho no Espaço Metropolitano de Belém – E.M.B: Espacialidades e espacializações do período contemporâneo.....	141
5.4	Práticas espaciais e trabalho <i>uberizado</i> no espaço metropolitano de Belém.....	169

5.4.1 <i>Deliveryzação</i> e práticas espaciais dos trabalhadores na escala metropolitana de Belém	180
5.4.2 <i>Deliveryzação</i> do território? Espacialidades e territorialidades do trabalhador <i>deliverizado</i> na cidade de Belém e Ananindeua	191
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	220
REFERÊNCIAS	227
APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS.....	240
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	244
APÊNDICE C - OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE DADOS DE FURTOS E ROUBOS	245
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA	247

1 INTRODUÇÃO

As cidades metropolitanas e não metropolitanas têm passado por profundas transformações espaciais, vinculadas ao processo de urbanização do território e precarização do trabalho no século XXI. Em escala global, cidades como Londres, Nova York, Paris e Berlim vêm passando por intensos processos de reestruturação produtiva, reestruturação urbana, com rebatimentos profundos, tanto na constituição de sucessivas e complexas divisões do trabalho quanto nas novas formas de trabalho associadas a “ondas tecnológicas”, e a precarização do trabalho nos espaços de cidades, sobretudo de migrantes estrangeiros.

Na escala do território brasileiro, os anos de 1990 e 2000 foram marcados pela intensa urbanização e precarização do trabalho. As dinâmicas espaciais históricas revelam momentos de esgarçamento e desdobramento, impulsionados por diversos vetores de difusão que caracterizam relações diversas entre campo e cidade, os índices de crescimento populacional e a crise do emprego. A piora das condições dos postos regulares de trabalho, antes garantidas pelas legislações vigentes, agora é agravada pelas fragilizações impostas pelos preceitos nefastos do neoliberalismo. Os propósitos de minimização do Estado têm provocado demissões e fechamentos de postos de trabalho em vários setores da sociedade, incluindo indústria, fábricas e setor público.

As transformações promovidas pela lógica do neoliberalismo resultaram no esfacelamento do território usado. As relações de trabalho e os postos gerados foram sujeitos à mais cruel égide da crise social e do enfraquecimento sindical ao longo das últimas décadas do século XX. Nesse contexto, observamos o surgimento acelerado de características como a terceirização de atividades meio (como segurança patrimonial e limpeza), que delineiam novas expressões territoriais do trabalho urbano, bem como as evidências de exploração e fragilização dos direitos no âmbito estatal. As reformulações dos direitos trabalhistas também se desenvolveram para o crescimento contínuo das condições mais precárias do trabalho, por meio da camelotagem e da informalidade no setor de serviços e do comércio, especialmente nos grandes centros urbanos e espaços metropolitanos, conforme dados apresentados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) desde os anos 90.

Diante disso, podemos apontar, a título de exemplificação, as informações publicadas conjuntamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que têm apontado a evolução do grau de informalidade no mercado de trabalho metropolitano no decorrer da década de 1990, em que há uma exponenciação dos dados aritméticos no decorrer da referida década,

com saltos de 40%, em 1990, para 52% no ano de 2000. Essa realidade é percebida principalmente no setor do comércio e serviços, no qual também haverá a presença do trabalho *delivery* no final da primeira década do século XXI.

Na escala da Amazônia brasileira, o intenso processo de urbanização do espaço amazônico, sobretudo a partir dos anos de 1990, contribuiu significativamente para a produção da precarização do trabalho. Ao examinarmos os processos de urbanização do território amazônico, observamos fases distintas em sua formação espacial. Antes dos anos de desenvolvimento e integração, que remontam à década de 1960, Trindade Júnior (1998) descreveu características espaciais confinadas, em que os processos de formação se davam de forma dendrítica, com ciclos econômicos predominantemente baseados nos rios. Essa realidade foi posteriormente transformada pelas intervenções técnicas (Santos, 2008a) que foram implantadas nos arranjos societários e territoriais por meio de políticas, como o neoliberalismo, que priorizam os interesses políticos e econômicos das empresas globais.

As dinâmicas e processos das formações espaciais e seus resultados na dimensão da realização da vida no território da Amazônia se fazem por meio de relações sociais desiguais presentes nos vários ciclos de deploração econômica: exploração da madeira, borracha, castanha, assim como por via dos ciclos que constituem os meios necessários às formações do capitalismo em sua fase imperialista e de integração de todos os espaços do globo para a exploração e constituição de riquezas (matéria prima - indústria), momento que atrai investidores multinacionais. Isso mediante as formações e processos espaciais que caminharam no sentido da concentração da terra, riqueza e poder, ditando recortes territoriais de conflitos, em que grupos e empresas globais colhem lucros vultosos, advindos da exploração dos polos minerais, realizados pelos grandes projetos que estimularam o crescimento urbano com o auxílio das rodovias, alterando as dinâmicas e os espaços, precarizando, assim, as condições de vida das populações que residem na região.

Sendo assim, não podemos eximir o Estado brasileiro dos atos vilipendiadores da lógica de inserção da Amazônia na economia global, que agiu em parceria e sinergicamente com esses grandes projetos na região. Atuando na construção de portos, aeroportos, ferrovias e estradas, mediações e contrapartidas que atendiam aos investimentos e infraestruturas, os quais, de alguma maneira, contrastavam com a realidade precarizada da vida da população, refletidas nas condições de habitação, saneamento, educação, saúde e ausência de outros direitos que são fundamentais para a qualidade de vida e o direito à cidade. De acordo com o último censo demográfico da região (IBGE, 2022), a região tem 21,3 milhões de moradores, sendo 68,9%

residentes na área urbana e 31,1% na área rural. A Amazônia Legal abriga 12,3% da população brasileira.

Imersos nessa realidade, trabalhadores e trabalhadoras deslocam-se de um lado para outro, muitos deles impelidos pela busca de trabalho. A Amazônia passou a sofrer grandes transformações, especialmente a partir da segunda metade do século XX e ao longo das primeiras décadas do século XXI, que estão precedidas da condição desumanizadora do neoliberalismo, que tem contribuído para as formações espaciais segregadoras e excludentes dos direitos ao espaço socialmente constituído (Santos, 2008). Observemos que em nossa história recente não houve formações tão profícuas, em que a humanidade pudesse contar com condições técnicas e científicas tão adequadas para construir um mundo com dignidade humana. Entretanto, essas condições foram expropriadas por um punhado de empresas que decidiram construir um mundo perverso.

Na escala do Espaço Metropolitano de Belém (EMB), o intenso processo de urbanização e reestruturação das últimas três décadas implicou em transformações profundas na divisão territorial do trabalho, principalmente se nos voltarmos para as práticas de realização do trabalho que estão sendo propaladas no espaço, por intermédio dos conceitos de terceirização, autogestionarismo, empreendedorismo e a própria *uberização*. Buscamos, nessa perspectiva, refletir acerca da questão da *deliveryização* do território, uma vez que essas variáveis expressam, de alguma forma, as novas morfologias do trabalho e suas interfaces precarizadoras, a partir do uso do território interposto pelos que propalam as ideias neoliberais.

A *uberização* do trabalho e as dinâmicas territoriais no espaço metropolitano constituem objeto de estudo de grande relevância para o campo de pesquisa acerca da relação entre trabalho e espaço, sobretudo para os estudos urbanos brasileiros, em razão da dinamicidade associada aos tempos e espaços de trabalho impostas pela nova ordem globalizada neoliberal, fortemente marcada por processos de espoliação e subsunção do trabalho, tanto nos espaços rurais quanto nos espaços urbanos.

Em vista disso, esta tese possui o seguinte problema de pesquisa: como vem se configurando a dinâmica territorial, que se exterioriza no espaço, por meio da difusão do trabalho *uberizado* no Espaço Metropolitano de Belém, no início do século XXI?

A pesquisa aqui apresentada defende a tese de que a difusão espacial da globalização do capital e suas manifestações na nova condição de trabalho na escala das cidades vêm contribuindo para a precarização e espoliação do trabalho, bem como para o aprofundamento das desigualdades expressas nas recentes dinâmicas do trabalho *uberizado* no espaço metropolitano de Belém, no início deste século.

Diante disso, a tese está subdividida em seções que constituem elementos e momentos analíticos articulados, que necessitam ser compreendidos em suas inter-relações e complementaridades. Na terceira seção, buscamos destacar o entendimento da categoria trabalho, a partir do debate do trabalho como condição fundante do indivíduo como ser social (Marx, 1986; Marx; Engels, 1987), no sentido de compreender o trabalho como uma atividade ontológica que permite ao ser humano exercer suas relações metabólicas com a natureza, por via do arsenal de oportunidades no meio orgânico e inorgânico, permitindo que suas necessidades se firmem.

Essa percepção é corroborada por Lessa (1992, 1997), pois os objetos e meios provenientes da natureza possibilitaram os meios necessários para sua sobrevivência e continuidade. Isso porque o trabalho em si, como meio fundante do homem, tem suas qualidades continuadas e melhoradas, e o fazer do trabalho, faz-se também, pelas qualidades da técnica (Santos, 1996, 2006). Para Lefebvre (1974), o fazer humano possibilitou mediações que permitiram redimensionar as necessidades dadas e permitidas pela sua corporeidade, expressadas na sua imaginação, pensamentos, organização e conjuntos de ideias. Essas mediações proporcionaram gradualmente aos coletivos dos indivíduos (seres humanos) meios de se relacionarem entre si e, por meio de suas atividades práticas e produtos da sua elaboração, determinar as nuances e formas do espaço.

As reflexões acerca do trabalho possibilitaram o entendimento, na tese, de que as tramas e tessituras exercidas por intermédio dos processos e relações de trabalho e da vida no campo mais amplo de formação marcam, criam e estabelecem as relações do homem na dimensão espaço-tempo. Para Moreira (1992) “[...] o espaço é a sociedade pelo simples fato de que é a história dos homens produzindo e reproduzindo sua existência por intermédio do processo de trabalho”. Justamente “[...] porque não existe tempo fora do espaço, e espaço fora do tempo, uma vez que o real é o espaço-temporal” (Moreira, 2010, p. 143).

Ainda na terceira seção, mencionamos informações que apontam as mudanças e transformações do trabalho, resultantes das alterações na lógica da exploração e pilhagem, presentes na base produtiva. No contexto do mundo do trabalho no capitalismo, observamos crises cíclicas do modelo produtivo taylorista-fordista, desenvolvido após a Segunda Guerra Mundial, que deixou marcas registradas e transformações no espaço urbano das grandes cidades (Harvey, 2005, 2006). Além disso, abordamos as transformações do mundo do trabalho calcadas pelo modelo toyotista (Antunes, 2005, 2007, 2018), que passa como registro espaço-temporal pelo conceito de reestruturação produtiva do capital, mediante as previsões neoliberais e da globalização.

Na quarta seção, buscamos refletir sobre os processos de crescimento e difusão do trabalho *uberizado* na cidade de Belém, que possibilitaram seu desenvolvimento por meio das fases que atravessaram as atividades dos séculos XVII ao XXI. Pontuamos, além disso, alguns momentos de relevância dos atos do fazer pelo trabalho, que possibilitaram o desenvolvimento da cidade de Belém e a constituição da Região Metropolitana. Para isso, faz-se necessário entender que os processos espaciais que possibilitaram a difusão do trabalho *uberizado*, no atual EMB, envolvem exteriorização das relações e dos meios imediatos das ações referenciadas pelas direções da produção, dadas na relação capital trabalho. Nesse sentido, torna-se necessário entender o espaço como fundamentalmente atado à realidade social (Lefebvre, 1974). Sendo assim, as expressões dadas e constituídas, ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, refletem também como a unidade, diversidade e centralidade nas diversas etapas no momento atual, e perfazem, assim, a difusão do trabalho *uberizado* no território e seus impactos no espaço metropolitano de Belém.

Por fim, é importante compreendermos que, nos dias atuais, maximiza-se um novo conjunto de técnicas e tecnologias, em que a informação e os dados se tornaram, de certa maneira, hegemônicos, constituindo a base material da vida em/da sociedade (Santos, 2008). A ciência passa a ser legitimada por meio de uma técnica marcadamente informacional e aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento. Realidade que apontaremos pelas representações do trabalho *uberizado* dos motoentregadores, no espaço metropolitano, que representam as relações dos processos de trabalho e de produção do espaço, a partir da lógica ingressada pelo capital no âmbito do meio técnico-científico-informacional.

Na quinta seção, desenvolvemos o exercício mais específico do método, passamos a refletir a formação, ações e relações do trabalho precário e informal dos motoentregadores no setor de serviços, assim como seus efeitos no processo de produção e transformação do espaço.

Ademais, como procedimentos para a realização dessas seções, utilizamos o referencial bibliográfico. Indubitavelmente, o referencial bibliográfico elencado tem sido acompanhado de experiências de trabalho de campo e de produção de informações. Essa estrutura, em sua totalidade, forma as compreensões e reflexões apresentadas.

O contexto mais profícuo elaborado e desenvolvido, por meio das relações produtivas do capitalismo contextualizadas a partir de processo de desenvolvimento das relações de produção do capital e reprodução do trabalho, tem sido exercido pelas dinâmicas dos vários setores que compõem a logística de rentabilidade, lucratividade e pilhagem do capitalismo, constituídas nos diversos momentos da formação da sua base compósita de produção. Essas composições foram concebidas ao longo das dimensões que são registradas, entendidas e

traduzidas pela ciência geográfica a partir dos registros dos objetos na dimensão espaço-tempo, da ciência e da informação, que possibilitaram a compreensão da formação dos processos espaciais que eram exteriorizados e registrados por meio das relações e da composição do capital na contemporaneidade – principalmente das transformações do mundo do trabalho, que passam a ser registradas nos processos espaciais, através das complexificações dos objetos e das ações, plasmados no âmbito das relações sociais, produtivas e de trabalho realizadas no espaço.

Tais afeições podem ser percebidas a partir da crise do mundo produtivo, ou seja, após os momentos mais “áureos do capitalismo”, verificados pelo modelo taylorista-fordista-keynesiano, que representou a complexificação da indústria e realizações no contexto urbano das cidades e posterior movimentos das grandes metrópoles. O seu desenvolvimento áureo se faz após a 2ª Guerra Mundial, período que entrou em crise a partir dos anos 80 e 90 do século XX. Essa realidade foi possibilitada pela fase mais perversa e atroz do capital, não só para as sociedades e suas condições de humanidade, haja vista que esse período possibilitou processos graves de corrosão da dimensão do trabalho e sua regularidade.

2 METODOLOGIA

Para Minayo (2008), o campo pesquisado necessita ser compreendido no âmbito das questões e problemas investigados, os quais tendem a ser percebidos pelos processos historicamente condicionados, envolvendo pessoas ou grupos participantes da atividade e/ou o objeto investigado. Seguindo esse entendimento, não podemos considerar que o pesquisador possui seu sistema de representações teórico-ideológicas e técnicas de pesquisa que simplesmente são aplicadas e operadas nos instrumentos, como entrevistas, questionários e formulários (estruturados ou não). Isso porque a “entrevista semiestruturada difere apenas em grau da não estruturada”, visto que nenhuma interação se dá de forma totalmente aberta ou totalmente fechada para a finalidade de pesquisa (Minayo, 2008, p. 267).

Para Fazenda (2008), a investigação pode ser definida, elaborada e/ou exercida por meio de interação e articulação entre as diferentes áreas do conhecimento, buscando analisar e delimitar estudos (objeto de estudo) que venham a ser compreendidos e refletidos por dinâmicas interdisciplinares. Esse estudo pode contemplar características específicas de estudos afins, visto que “Não se pode de forma alguma negar a evolução do conhecimento ignorando sua história” (Fazenda, 2013, p. 25).

Os instrumentos operados e instrumentalizados possibilitaram as informações quantitativas e qualitativas que traduzem as relações e identidades, pelos processos no espaço, legitimando as percepções nas dinâmicas e usos das relações no território (Santos; Silveira, 2001; Santos, 2005). Ou seja, as informações que circundaram os instrumentos de pesquisa aplicados na investigação garantiram a elaboração dos gráficos, a partir das planilhas do *soft* (*Excel*), no decorrer dos anos de 2020 e 2021.

Os gráficos em si possibilitam as interpretações da realidade na consecução da dimensão espaço-tempo, como formas que podem garantir entendermos a realidade dos grupos de trabalhadores (motoentregadores) nas suas relações sociais, nas dinâmicas econômicas exercidas pelos processos de exploração e de pilhagem das corporações das plataformas, que exercem a gerência dos aplicativos de *delivery*.

As apresentações dos instrumentos didáticos traduzidos pelos gráficos nos possibilitaram refletir as relações gerais que esses trabalhadores exercem no conjunto de expressões, maneiras e realizações do trabalho, pois é nele (no território usado) que os trabalhadores buscam fortalecer suas identidades, suas existências, os cuidados aos seus grupos familiares, as possibilidades de acessos aos espaços da cidade que possam, de alguma maneira, garantir-lhes locais de lazer, cultura, organização, trabalho, saúde, moradia, entre outros.

Sendo assim, podemos afirmar que a elaboração e sistematização dos gráficos traduzem as informações necessárias para exercermos análises, compreensões e alguma conclusão acerca da realidade do trabalho dos motoentregadores, no contexto das novas formas e morfologias do trabalho, que implicam nos espaços cada vez mais segregados e exploração no âmbito do capital. Espaços opacos e nebulosos, em que vivências e formas exploradas e precárias de realização da vida se realizam a partir da manutenção mínima das condições de reprodução dos trabalhadores, precarizados e destinados ao *privilégio da servidão* (Antunes, 2008, 2018).

As demonstrações dos dados sistematizados, por meio dos gráficos, permitem representarmos e refletirmos algumas variáveis importantes do trabalho dos motoentregadores, e das dimensões deste trabalho, como as caracterizações dos processos da territorialidade do trabalho no século XXI, dados pelas crises e as novas morfologias do trabalho, comércio do setor de serviço que escalona e imprime multi(poli)centralidades e identidades.

As opções e caminhos adotados na proposta de investigação, que tem como objeto de estudo o tema *Uberização* do trabalho no espaço metropolitano e como recorte o espaço-temporal no início do século XXI, constitui busca pelo entendimento sobre as dinâmicas do trabalho no espaço metropolitano de Belém, sobretudo as vinculadas aos trabalhadores motoentregadores de *delivery*, a fim de compreender a realização no âmbito da produção do espaço vivido (Lefebvre, 1973).

A discussão de produção do espaço (Lefebvre, 2001)¹ constitui-se como uma importante base de nosso pensamento para que possamos fundamentar a construção teórica e refletirmos sobre a condição do trabalho como ação fundante do ser social, permitindo ao homem a

¹ Na obra “A Produção do Espaço”, Lefebvre procura antever o espaço como expressão dos meios e como força produtiva, pois, é por meio do espaço que a sociedade se reproduz, porém sempre observando que ele é produzido em sintonia com uma determinada ordem sacramentada pelas relações capitalistas de produção. Nesse sentido, o espaço não será algo vazio, mais imediatamente expressão do que é produzido socialmente. A compreensão mais relevante do entendimento dos apontamentos do autor se dá pela compreensão integrada e articulada dos movimentos dos atos e ações de processos produtivos, de organização das ideais, das necessidades, das relações de poder imersos no ato de produzir etc., e que passam a ser compreendidos pelas categorias cidade e espaço. Para Lefebvre, o fazer humano e sua capacidade de redimensionar suas necessidades, dadas e permitidas, pela sua corporeidade expressada na sua imaginação, seus pensamentos, organização e seus conjuntos de ideias permitiram ao conjunto seres humanos, em relações entre si e por meio de suas atividades práticas, determinar as nuances e formas ao espaço. Lefebvre o vê como produto social, conseqüentemente ele é resultado e pré-condição da produção da sociedade. Motivo da percepção de que “Espaço (social) é um produto (social). O espaço não existe em “si mesmo”. Ele é produzido”. Ver Lefebvre H. La Production de l’Espace. 1974. “O conhecimento do processo produtivo, que faz entrar na existência social este produto que é o mais geral de todos – o espaço – é do domínio do pensamento dialético, que lhe apreende as contradições. É neste espaço dialectizado (conflitual) que se consoma a reprodução das relações de produção. É este espaço que produz a reprodução das relações de produção, introduzindo nelas contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico.” (Lefebvre, 1973, p. 18-20). Ver Lefebvre, H. A Reprodução das Relações de Produção. 1973.

constituição da sua ação metabólica, bem como suas manifestações no espaço metropolitano de Belém.

Não obstante, exercer entendimento de conceitos e categorias da ciência geográfica, como território, espaço, metropolização e reestruturação, à luz do papel do trabalho torna-se um desafio, no sentido de nos permitir realizar uma análise da produção do espaço gerado pela possibilidade de indivíduos que vivenciam a exclusão social, o desemprego, a precarização e informalidade, assim como seus desdobramentos expressos nos desenhos e redesenhos das relações de poder e de exploração.

Outro pilar dessa discussão é a contribuição a respeito do conceito de trabalho e informalidade. Buscamos dialogar com uma bibliografia que nos permitisse compreender a multiplicidade conceitual e as diferentes correntes teóricas. Acreditamos que tais fundamentos são determinantes para a realização de uma contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre a Geografia do Trabalho.

Por fim, destacamos que essa perspectiva evidencia a vinculação entre as seções, pois a base estabelecida na terceira seção versa sobre produção e reprodução do trabalho, sendo esse o meio que possibilita a ação metabólica do homem, ao mesmo tempo que determina sua condição ontológica do ser social e de suas *práxis*, assim como a compreensão das definições conceituais de espaço e território (Fani, 2015). Buscamos compreender as expressões da reestruturação produtiva, seus marcos e impactos nos processos de criação e aniquilação nas expressões do trabalho salarial, ao passo que essa é a continuação no âmbito da centralidade do fazer humano no espaço.

As alterações e transformações do mundo do trabalho, que configuram e permeiam a *uberização* do trabalho, representam os caminhos da produção do capital nos espaços urbanos, pois a tecnologia, o transporte e a informação imprimem o perfil dinâmico de reprodução do capital. De certa forma, reproduzem os perfis de comportamento dos indivíduos na sociedade, no que diz respeito à expansão de desejos e necessidades sociais, criando, assim, espaços novos para a acumulação (Harvey, 2005).

Esse caminho tem por base as formas pelas quais esses trabalhadores exercem seus metabolismos e condições de trabalho e renda, que, de maneira direta, vinculam-se à forma de existência e reprodução social, suas realizações a partir do espaço (Carlos, 2015), a fim de que se possam compreender as suas dinâmicas.

Nesse sentido, o estudo aqui proposto vincula-se à reflexão e compreensão da condição de sua realização, em meio à atual ação e valorização do capital, momento em que as condições imprimidas pelas necessidades de garantir a pilhagem das expressões da reestruturação do

capital, dada por meio da perversa realização da desregulação das condições de trabalho, então possibilitadas pelo Estado, que atende às demandas do capital na realização dos processos de fragilização e flexibilização das leis, frente aos processos produtivos (Harvey, 2005).

Em meio a essa perspectiva de investigação da *uberização* do trabalho e suas implicações, que representam, de certa maneira, as consequências da precariedade, argumentamos a respeito da escala no espaço Metropolitano de Belém. Partindo da compressão de Harvey, entendemos que a percepção de ajuste espacial é percebida mediante a solução que o capitalismo adota, a fim de que possa mediar e adequar seus momentos cíclicos de superacumulação de capitais nos países do centro. Conforme o espaço foi sendo anulado pelo tempo, com a revolução nos transportes e nas comunicações, o ajuste espacial aparece como uma alternativa, por meio da procura de uma mais-valia relativa de localização, redimensionando os espaços geográficos (Harvey, 2005).

Esse ajuste espaço-temporal, como meio de mediar as graves crises produtivas e de superacumulação de capitais, que pode ser revertido à remodelação dos espaços geográficos mundo afora, reflete e rebate, de alguma maneira, na própria escala de investigação que propomos, dado que as intenções da *uberização* do trabalho no espaço metropolitano de Belém não podem deixar de ser percebidas a partir das exportações de capitais financeiros direcionados a startups². O ajuste espacial representa a mais impiedosa prática de gerenciamento do trabalho imaginada, como a terceirização feita pelo capital multinacional ao redor do mundo (Harvey, 2005). A partir dessa percepção, direcionaremos a amostra do processo investigativo por meio da operacionalização instrumental. O universo assim delimitado a seguir:

Optamos por apresentar inicialmente, de maneira aproximativa, por meio de dados do IBGE e Ministério do Trabalho, produzindo gráficos, tabelas e mapas, tendo como escolha de recorte territorial as cidades que compõem a dimensão socioespacial da referida RMB, onde a realização do processo de exploração e de constituição da mais-valia se realiza pelo trabalho abstrato do capital que vem disseminando seus meios de “pilhagem”, de produção e reprodução. Tal intentona foi desenvolvida tendo como base as apropriações da técnica e da informação, nas quais a ação dos sistemas algorítmicos subscreve as relações de exploração, controle e pilhagem do capital. Determinando, assim, a realidade do trabalho plataformizado,

² Podemos, de forma breve, apontar que a compreensão de Startup pode expressar as dinâmicas das empresas que se estabelecem no mercado, através de um novo modelo de negócios escalável, repetível; uma ideia inovadora que provoca imediatamente impactos na sociedade, seja com um produto ou um serviço que resolve um problema dado pelas necessidades de produção do mercado e do capital, e a reprodução da sociedade mediante a produção do espaço. Ler a obra Tom Slee: *A Uberização: a nova onda do trabalho precário* (2019).

apresentaremos os dados considerando o espaço das cidades de Belém e Ananindeua, recorte territorial dado pelos bairros de Nazaré, Umarizal, Marco, Fátima e Marambaia.

Dentro dessa perspectiva, realizamos observações sistemáticas acerca da circulação dos entregadores no espaço. As conversas preliminares, obtidas nesses primeiros instantes da investigação, possibilitaram que passássemos a frequentar e a observar as ruas dos bairros informados pelos entregadores.

Percebemos que a via da cidade de Belém propiciou o desenvolvimento de nossa pesquisa, que tem como eixo estruturante a localização dos logradouros: Avenidas Nazaré, Doca de Souza Franco, Duque de Caxias, Rodolfo Chermont e João Paulo II. Tal escolha justifica-se por se constituírem, de certa maneira, como principais pontos fixos que exercem a mediação da condição de trabalho dos motoentregadores na cidade, no caso, os empreendimentos que fornecem os *delivery's*.

Essas e outras questões nortearam a operacionalização metodológica do estudo em tela, assim como as entrevistas que foram desenvolvidas nos municípios de Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel. Como formulário e o roteiro das entrevistas para coleta das informações nos referidos municípios constam de perguntas abertas, estão no apêndice deste texto.

A escala verificada no estudo da RMB, tendo por base os princípios e procedimentos das ações metodológicas, assim como as delimitações espaciais, suscitaram a necessidade de entendimento sobre os maiores fluxos dos motoentregadores, a partir da delimitação da escala de estudo, mais especificamente nos bairros centrais que compõem a nossa verificação. Apontamos essa situação por compreendermos e observarmos que os bairros mais periféricos, que estão presentes na dinâmica de entrega dos trabalhadores, perfazem a compreensão e entendimento do centro, centralidade e policentralidade, no âmbito da formação e dispersão da cidade de Belém.

A operacionalização da pesquisa se deu por meio da aplicação de 30 formulários na cidade de Belém e 20 formulários na cidade de Ananindeua. Essa verificação possibilitou obter uma amostra das condições mais específicas do trabalho dos motoentregadores, ao mesmo tempo que levou à conclusão de diversas questões que puderam ser compiladas e representadas nos resultados obtidos. Esses resultados estão representados na quinta seção, por meio dos gráficos e mapas temáticos que serviram de constatação e verificação da realidade do trabalho dos motoentregadores, das dinâmicas territoriais e espaciais no espaço metropolitano de Belém. As informações de levantamento de dados da pesquisa se fizeram presentes por meio das 35

questões dos instrumentos que desenvolvemos para esse fim³ (formulário - perguntas abertas e fechadas), assim como as 8 questões do roteiro de entrevistas semiestruturadas.

Percebemos algumas implicações/limitações para a existência da atividade de trabalho *uberizado* (sinal fraco de *internet*, altas taxas de entrega cobradas pelos aplicativos de entrega: *Ifood*, *Uber Eats* e *Rappi*) em parte do território que compõe o espaço metropolitano de Belém, que é o caso das cidades de Marituba, Benevides, Santa Izabel e Santa Bárbara do Pará, assim como a realidade da sociedade, dos indivíduos e mesmo da continuidade de solicitar os serviços de entrega, por meio dos mototaxistas ou de arranjos logísticos de entrega familiar.

De imediato, cabe esclarecer que a opção pelas entrevistas se deu devido às condições particulares verificadas na escala de estudo, pois nas cidades citadas que integram a RMB não constam nas características do objeto de estudo, elencado na pesquisa, já que não há a presença do trabalhador motoentregador *uberizado* (aplicativo *delivery*) na dimensão espacial da referida escala.

A fim de mediar a obtenção de dados desses espaços urbanos, no âmbito da precarização do trabalho no setor de serviços, desenvolvemos entrevistas semiestruturadas, para que pudéssemos compreender e aludir sobre a realidade da atividade dos serviços de entrega e as ações do lugar, que ora passa a ser desenvolvido por via das atividades dos mototaxistas, assim como pelos integrantes e familiares dos empreendimentos, no espaço dos municípios já citados, a partir dos empreendimentos do setor de serviços.

Nesse sentido, aplicamos 5 (cinco) entrevistas em cada umas das cidades: Marituba, Benevides, Santa Isabel e Santa Bárbara, para que obtivéssemos os dados específicos da dinâmica do trabalho no processo de constituição do espaço e pudéssemos compreender a realidade da reprodução social, considerando a condição precária do trabalho. Isso a partir das observações dos espaços das atividades, que estão fixados nos entornos das praças, avenidas e ruas comerciais, onde se concentra o fluxo das atividades em tais municípios.

Como já citado, a amostra a ser verificada foi coletada em algumas avenidas e ruas de Belém, pois compreendemos que a escala de estudo possibilitaria a condição profícua de observação no desenvolvimento das etapas de elaboração da pesquisa, de acordo com a realidade do lugar e das ações imprimidas no processo de constituição do espaço. Apontamos, dessa forma, devido aos passos preliminares, dados pela observação, que demarcamos e visualizamos os principais espaços para consolidarmos os processos de verificação do estudo.

³ Tais instrumento que foram desenvolvidos especificamente para levantarmos os danos secundários da pesquisa no caso o formulário e o roteiro de entrevista que foram apresentados para apreciação do orientador do estudo que ora desenvolvo, constam no apêndice da tese.

A elaboração da condição de método e afeições teóricas que possibilitaram o estudo estão vinculados ao materialismo histórico (Engels, 1990; 2009; Lessa, 1997; Lukács, 2013; Marx, 2015; Santos, 2006; Thomaz Júnior, 2011), bem como as interpretações e análises da geografia crítica, que possibilitaram inspiração à luz da nossa investigação até o presente momento. Desse modo, buscamos desenvolver o estudo partindo da movimentação do geral, passando ao particular e ao específico, ou seja, partimos da compreensão do trabalho na sua condição de centralidade na afeição de humanização (Marx, 2019), no sentido da percepção da primeira natureza e segunda natureza (Santos, 2006). Em seguida, passando ao momento mais particular, buscamos refletir sobre a questão da reestruturação e flexibilização do capital (Thomaz Júnior, 2011). Assim, na percepção mais específica, refletimos sobre a condição espacial dos motoentregadores no espaço metropolitano.

A realização do capital, no momento das intercaladas predatórias do neoliberalismo e da globalização, atingem dimensões territoriais e planetárias, por mais que se saiba das reflexões de tais intencões do capital, no tocante às especificidades dos territórios e do espaço (Rodrigues, 2015). A relação capital-trabalho confirma os processos de superexploração, exteriorizando a realização do espaço, quando relacionamos a compreensão da tríade de compreensão do conhecimento produzido em geografia a partir do vivido, concebido e percebido, no que se refere às dinâmicas do trabalho precário de motoentregadores no espaço metropolitano de Belém.

Essa é uma realidade que pretendemos entender por meio da contribuição dos estudos da Geografia do trabalho. A partir deles, refletiremos a dimensão do trabalho nos contextos de primeira e segunda natureza, no âmbito ontológico do trabalho, da reestruturação e flexibilização do mundo do trabalho, seus rebatimentos no campo da precarização, terceirização e informalidade. Tal dimensão como resultado da transformação do fazer produtivo e metabolismo do capital que imprimem suas marcas pela substituição e continuidade de algumas características do modelo salarial, da base técnica taylorista-fordista, assim como das transformações da nova base produtiva introduzida pelas transformações da tecnologia, da informação e da comunicação apontadas pelo Toyotismo (Harvey, 1996).

Buscamos exercer as bases e o referencial teórico a partir do método histórico-dialético, pois entendemos que as dinâmicas, histórias e matérias na dimensão espaço-tempo que imprimem as relações do vivido, concebido e percebido expressam a constituição das técnicas, nas quais as relações produtivas do capital redimensionam seu metabolismo e instrumentalização do espaço (Santos, 2001).

Tendo como base essas percepções, passamos a desenvolver as etapas e os processos metodológicos que irão constituir o estudo em tela, assim como a instrumentalização das técnicas e dos passos da pesquisa que podemos de imediato apontar. As etapas e procedimentos constam de levantamento e leitura bibliográfica, acerca da temática sobre território, espaço, trabalho, urbanização, reestruturação produtiva, reestruturação urbana, flexibilização das Leis Trabalhistas, terceirização, precarização, informalidade, *uberização* e espaço metropolitano.

Autores como Milton Santos (1996) possibilitarão refletirmos as questões e processos urbanos, por meio das formações dos sistemas, ações e objetos, como norteadores das expressões realizadas do espaço, no âmbito da contradição das relações e suas complexificações, a partir das variáveis de produção e reprodução do capital, por ações e hierarquizações exercidas globalmente e seus rebatimentos no lugar. Além disso, nortear-nos-emos pelos debates de Antônio Thomaz Júnior (2001) acerca das questões contraditórias, exercidas pelas dimensões e ordenamentos econômicos das políticas neoliberais, que têm sido nefastas e atentatórias ao mundo do trabalho; em que essas perspectivas se revelam pelas expressões de realização do capital mediante os processos de formação e desenvolvimento dos espaços das cidades, e no contexto urbano, onde há a exploração exercida pelas dinâmicas de produção e reprodução do capital, mediante as formações espaciais e/ou socioespaciais, no intuito de entender que ele é produzido socialmente, a partir de interlocuções com autores como Lefebvre (2001) e Harvey (1996).

Tais condições conceituais possibilitam uma melhor compreensão da problemática levantada acerca do trabalho *uberizado*, algorítmico e plataformizado que passamos a analisar. A preocupação da investigação desses novos atores do trabalho no setor de serviço é que eles se avolumam nas dinâmicas do espaço e se encontram espalhados, rodando no trânsito das cidades com dinâmicas alucinantes de corridas e de entregas de pedidos que compõem o espaço metropolitano.

Diante disso, nosso intuito maior é aludir sobre a realidade do trabalho desse setor que chama atenção nas cidades, que rodam nos espaços urbanos, seja de moto ou bicicleta, com sol ou chuva. Perceber sua situação de vulnerabilidade, inclusão precária, desigualdade e de reprodução social motivou-nos a empreender a investigação que propomos aqui.

A partir do exposto, podemos citar alguns autores e pesquisadores que possibilitaram compreender essa realidade no contexto do capitalismo, das transformações do mundo do trabalho e das técnicas, em se tratando das inovações tecnológicas e informacionais. A princípio, podemos citar: *O Capital* (Marx, 2019); *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem* (Engels, 1990); *O trabalho* (Lukács *apud* Lukács, 1981); *O privilégio*

da servidão (Antunes, 2018); *Trabalho e valor* (Alves, 2021); *A produção capitalista do espaço* (Harvey, 2005); *A produção do Espaço* (Carlos, 2011); *As novas noções do mundo geográfico do trabalho* (Moreira, 2001); *Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI* (Thomaz Júnior, 2009); *A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana* (Trindade Júnior, 2000); *A natureza do Espaço* (Santos, 2006).

Em meio à temática e objeto de estudo, propomos como título do estudo *Deliveryzação do Território? Difusão e práticas espaciais dos trabalhadores de delivery no espaço metropolitano de Belém*. Delimitamos os procedimentos metodológicos para a pesquisa vinculando-a à natureza da investigação quantitativa e qualitativa.

Os dados primários e secundários irão facilitar a compreensão do objeto ora proposto. Os dados quantitativos foram possibilitados por instituições na escala do Estado, por mais que tais dados sejam produzidos e estratificados nos princípios da condição dos conceitos e influências do Estado e dos princípios hegemônicos nas interlocuções com o sistema capitalista. Tal escolha foi de grande monta para refletirmos passos importantes da condição metodológica, pois representam dados mais gerais, que são de rotina no estudo e investigação.

Os dados quantitativos foram e serão possibilitados por meio do IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), da PME; do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Essas instituições e órgãos garantiram os dados numéricos que, de forma exponencial, possibilitaram que tivéssemos um cenário da condição das taxas de desemprego, de empregados de carteira assinada, da informalidade. Essas informações nos levam a refletir sobre a realidade, os impactos das políticas e ações do Estado e do mercado, a partir dos processos mais gerais vinculados às políticas neoliberais, assim como as ações dos processos de trabalho e das condições do capital, no tocante às verificações do emprego.

Entendemos que outros dados na variável primária da pesquisa necessitavam ser elaborados por meio daqueles que percebemos, no instante do estágio mais inicial da pesquisa, estarem relacionados aos dados secundários do nosso objeto de estudo, com a aplicação dos instrumentos da pesquisa, ou seja, os formulários e entrevistas semiestruturadas. Nesse sentido, buscamos outras informações que possibilitaram a elaboração cartográfica do espaço metropolitano das relações de vulnerabilidade, desigualdade socioespaciais e violências sofridas pelos trabalhadores motoentregadores de aplicativos. A cartografia elaborada a partir dos dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), sob a Secretaria de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), permite ilustrar de maneira bastante significativa tal afirmação. Aproveitamos para agradecer a importante contribuição do

Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC/NUMA) na operacionalização dos dados como condição para a produção cartográfica aqui apresentada.

Outros passos importantes que elencamos em nossa pesquisa, a partir dos processos metodológicos, estão relacionados ao tipo de pesquisa. Optamos por uma pesquisa de cunho explicativo-descritivo, uma vez que o estudo ora proposto necessita, na sua compreensão de entendimento, que expliquemos as determinações objetivas e subjetivas, ao aparecimento e crescimento da problemática no contexto mais geral do país.

Nesse contexto de investigação, percebemos as consequências e desdobramentos dos processos que provocam o crescimento do desemprego estrutural, provocado pelas transformações que geraram a crise e diminuição do trabalho salarial e acarretado pelas transformações do mundo do trabalho. Nessa perspectiva, conforme os estudos e pesquisas de autores como Ricardo Antunes (2015) e Thomaz Júnior (2001), há transformações do capital e atuações do Estado no âmbito da lógica neoliberal e da globalização.

A opção pela elaboração da pesquisa explicativa-descritiva está relacionada à sua própria caracterização, dado que buscamos explicar o que está acontecendo e compreender a realidade dessa expressão de trabalho no espaço no início do século XXI. Segundo Gil (2007), esse tipo de pesquisa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos exteriorizados. A pesquisa explicativa, para o autor, pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que ele esteja suficientemente descrito e detalhado. Situação que perseguimos por meio do nosso estudo.

A opção pelo tipo de metodologia investigativa não se dá apenas pela complexidade desse tipo de pesquisa, que advém exatamente do fato de seu objetivo não ser apenas registrar, analisar e interpretar os objetos de estudos, mas principalmente por compreender que a pesquisa explicativa busca refletir sobre as expressões de problemas na realidade como totalidade e movimento, no âmbito da particularidade da produção do espaço (Lefebvre, 2001). Nesse sentido e tendo por base os conceitos acima apresentados, objetivamos explicar o aprofundamento da realidade do trabalho dos motoentregadores no espaço metropolitano de Belém por meio da manipulação e do uso de variáveis, isto é, buscando o “porquê” desse crescimento e realidade de trabalho precário no espaço citado.

O escopo da pesquisa é identificar quais as variáveis, sejam elas independentes ou que determinam a condição da realidade de trabalho destes motoentregadores no âmbito do espaço vivido, concebido e percebido nos processos de espacialização. Em relação às percepções no

tocante ao recorte de estudo, pretendemos estudá-las em profundidade a partir das aferições da produção do espaço em Lefebvre (1999).

De acordo Gil (2019), as pesquisas explicativas têm como propósito identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos e processos. A pesquisa explicativa possibilita ao ato da investigação maior alcance e, de fato, envolve os propósitos da investigação, haja vista que possibilita a exploração, descrição e correlação e/ou associação dos dados no âmbito quantitativo e qualitativo. Além disso, proporciona um sentido de entendimento do objeto de estudo quando passamos a registrar, analisar e interpretar os dados investigados, procurando identificar suas razões, seus fatores determinantes, ou seja, suas causas (Marconi; Lakatos, 2015).

Segundo Gil (2019), o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos. Nesse caso, possibilita refletir esse objeto de estudo, no sentido de mediar conhecimentos em meio aos estudos da geografia do trabalho. Quanto à compressão do estudo em Geografia do Trabalho, verificada na metodologia, trata-se da questão mais específica do estudo proposto, pelo caráter de investigação mais valorativa. Trata-se da variável qualitativa, que se traduz na investigação, de certa maneira, mais empírica. Esse é o motivo de nos debruçarmos nos estudos e investigações de Thomaz Júnior (2006) sobre a geografia do trabalho. Tratamos de passos importantes que se fazem constituir a pesquisa explicativa-descritiva, ou seja, a parte de manipulação do instrumento de coleta de dados que desenvolvemos, a fim de que possamos investigar e extrair informações relevantes para melhores explicações dos porquês da condição espacial de trabalho dos motoentregadores.

Desenvolvemos o formulário de pesquisa que contou com perguntas abertas e fechadas, as quais possibilitaram o entendimento das realidades, condições de trabalho, renda, movimentações políticas e realizações socioespaciais. Já o roteiro das entrevistas envolveu os mapas que permitem interpretar as atividades dos fluxos e fixos na RMB, de forma geral, e dos mapas de cada município com suas atividades e fluxos específicos.

Como passos e etapas importantes do fazer metodológico do estudo em tela, podemos apontar a elaboração dos mapas que determinaram a realização do trabalho *uberizado* no espaço metropolitano de Belém, das tabelas e gráficos disponíveis, a partir dos dados e informações primárias que realizamos ainda no segundo semestre do ano de 2020 e no primeiro semestre de 2021.

No tocante aos dados primários e secundários da pesquisa em tela, podemos destacar a opção pelos instrumentos já citados (formulários-entrevistas). Tais instrumentos possibilitaram a coleta das informações, assim como a operacionalização, viabilizando, portanto, os atos e

fases da pesquisa qualitativa⁴ em si, assim como na sua própria apresentação no decorrer do estudo.

A pesquisa qualitativa reflete a possibilidade de operarmos métodos que reflitam os interesses teóricos e conceituais de vários campos do conhecimento. Para tanto, Godoy (1995a, p. 62) ressalta a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos e enumera um conjunto de características essenciais, capazes de identificar uma pesquisa desse tipo, a saber: (1) o ambiente natural como fonte direta de dados; (2) o caráter descritivo; (3) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador; (4) enfoque indutivo.

Buscamos alcançar explicações sobre os efeitos territoriais da precarização do trabalho, a fim de entender o surgimento dos motoentregadores de *delivery* como um mercado de trabalho inteiramente novo, caracterizado pelo arrefecimento do número de trabalhadores formais e de seus sindicatos, pela permissividade do Estado frente à pressão patronal e pela consequente proliferação de formas flexibilizadas de trabalho – como as subcontratações, as terceirizações e as práticas espaciais informais. Tudo isso vinculado às condições e realidade desse segmento de trabalho no espaço metropolitano de Belém.

Esse é um motivo de defendermos a tese de que o trabalho *uberizado* e suas manifestações no espaço metropolitano de Belém vêm contribuindo para o aprofundamento da ausência de proteção das leis e garantias dos direitos e dignidades no trabalho, assim como das condições dignas da reprodução dos indivíduos no espaço. Isso possibilita o aprofundamento das desigualdades socioespaciais na escala metropolitana de Belém.

Os procedimentos metodológicos, como caminhos que iremos percorrer, estão inseridos por meio da investigação quantitativa-qualitativa, com informações do IBGE, PNAD, PNE e CAGED. Tais procedimentos possibilitam a compreensão de tendências, cenário e das taxas de desemprego, de empregados de carteira assinada, e da informalidade. Esses dados nos propiciam refletir sobre a realidade e os impactos das políticas e ações do Estado e, de forma mais geral, do mercado de trabalho.

As informações provenientes da investigação mais empírica, que estão relacionadas às condições dos trabalhadores motoentregadores no espaço metropolitano, possibilitam

⁴ A pesquisa qualitativa objetiva estudar determinadas situações, comportamentos e valores, que refletem situações dadas no âmbito dos valores subjetivos e objetivos imersos na realidade da reprodução espacial da sociedade, apresentando características como: interpretação e entendimento da realidade; o processo de pesquisa apresenta maleabilidade; apresenta interesse nos processos dos fenômenos de pesquisa etc. A pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 2014).

investigar e analisar as diversas variáveis, de renda, condições de trabalho e como eles consomem e reproduzem o espaço.

A pesquisa explicativa-descritiva, conforme Gil (2008), propiciará as determinações objetivas e subjetivas no tocante ao objeto de estudo, seu surgimento, implicações e crescimento no contexto mais geral do país, como consequências e desdobramentos dos processos que provocam o crescimento do desemprego estrutural, acarretados pelas transformações que geraram a crise e diminuição do trabalho salarial. Nesse sentido, a pesquisa explicativa-descritiva identifica os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. É o tipo que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso, é o tipo mais complexo e delicado (Gil, 2008, p. 80). Segundo Silva e Menezes (2000, p. 21),

[...] a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento.

Investigamos mediante a formação e a realidade dos trabalhadores autônomos, que se encontram na atividade de motoentregadores no Espaço Metropolitano de Belém, a fim de que pudéssemos compreender as condições, realidade e dinâmicas e, principalmente, vislumbrar como essa modalidade se constitui no processo de produção do espaço metropolitano. Para isso, fizemos uso de dados econômicos, como PIB e IBGE, além de informações demográficas que permitam entender como, no contexto de dispersão do espaço metropolitano, eles vêm contribuindo para a difusão das relações de trabalho nos territórios da metrópole.

Torna-se relevante, então, que destaquemos algumas questões a respeito do objeto de estudo ora proposto, uma vez que compreender as variáveis que constituem a produção do espaço, as determinações e realidade dos trabalhadores, requer que combinemos tal formação a partir da própria exteriorização das condições e formações determinadas no processo de trabalho. Interessa-nos estudar como as condições objetivas e subjetivas desse segmento de atores, no seu processo de trabalho, constituem-se no processo de formação do espaço metropolitano (Costa, 2022).

Diante disso, desenvolver algumas indagações e questões a partir da realidade desses trabalhadores, propicia-nos aprofundarmos expressões da questão social que é percebida na formação do espaço, vinculada às contradições entre capital e trabalho. Com esse foco é que suscitamos questões a serem respondidas:

- Como vem se configurando a dinâmica territorial, que se exterioriza no espaço, por meio da difusão do trabalho *uberizado* no Espaço Metropolitano de Belém, no início do século XXI?
- Quais e por que as dinâmicas de inovações tecnológicas, de reestruturação produtiva e de dispersão metropolitana interferiram nas práticas espaciais dos trabalhadores no espaço metropolitano de Belém?
- Como se deu a difusão espacial dos serviços de *delivery*, no contexto de formação metropolitana de Belém, face às novas relações de flexibilização e precarização do trabalho?
- Como os motoentregadores, no espaço metropolitano de Belém, percebem-se como produtores do espaço, a partir das suas relações de consumo e uso do espaço, em meio à lógica excludente verificada nas práticas espaciais?

Mediante as questões postas, faz-se necessário que passemos a contextualizar algumas considerações acerca do trabalho informal no Brasil, no sentido de amalgamarmos construções que possam referendar reflexões acerca dessa realidade de trabalho, em que o capital lança tentáculos de forma a garantir mais-valor.

No que se refere à questão de delimitação conceitual da informalidade, temos a compreensão de que tal definição é completamente obnubilada, pois há profunda derivação e interpretações que perpassam nas definições categoriais que serão firmadas ao longo de sua percepção de tempo e espaço, que legitimam muitas concepções e orientações. Tais situações apontam para interpretações que legitimam a informalidade como meio de expressão de organização, garantia de renda e meio de resistência ao capitalismo. Até interpretações que firmam a informalidade como outra economia, que não a capitalista, ou a mesma, sendo uma expressão de trabalho derivada do capitalismo e até mesmo criada pelo capital. Nesse preâmbulo, como veremos adiante, a informalidade passou a ser nomeada como “setor informal”, “unidade de produção”, “informalidade”, “economia informal”, dentre outros.

Sabemos que não é o nosso foco aprofundar o estudo acerca da informalidade, mas buscar uma breve contextualização dessa forma espoliante de condições de trabalho, no sentido de traduzir as reflexões que são pertinentes ao entendimento do nosso objeto de estudo. Isso porque o crescimento desse setor, como bem apontam as informações coletadas por meio das fontes de dados citadas, fazem parte da pesquisa do estudo proposto.

Tais informações marcam sua importância principalmente por compreendermos a situação verificada até o momento, no que tange às características da precarização dada e

promovida pela flexibilização das legislações, das garantias do trabalho e da reestruturação produtiva (Antunes, 2006). Realidade que impacta de maneira direta o crescimento do setor de serviços e, de certa maneira, a informalidade, com a percepção sobre a aproximação das condições e variáveis do trabalho dos motoentregadores de aplicativos no comércio *delivery*.

Em contexto geral, a informalidade não pode ser percebida como fenômeno que surge como consequência da reestruturação produtiva, por mais que tenhamos a convicção do aprofundamento desse tipo de trabalho como meio de possibilitar a sobrevivência e a própria reprodução social do indivíduo. Essa realidade reflete o processo excludente e dimensiona a exterioridade da produção socioespacial, por meio da dinâmica das cidades, do que configura o espaço e sua territorialidade. Além disso, reflete nos deslocamentos, no uso dos espaços da cidade e nas dinâmicas de constituição dos fixos e dos fluxos demandados ao espaço socialmente produzido. Uma realidade percebida por meio do crescimento/surgimento de restaurantes, lanchonetes e lojas de conveniências que servem às redes de serviço *delivery* e que são o aporte das atividades dos motoentregadores no espaço metropolitano pelos aplicativos.

No âmbito da percepção e do próprio vivido, no sentido mais geral, percebemos a necessidade de refletir que a informalidade pode ser compreendida a partir de práticas espaciais. É necessário que não percamos de foco as constituições, as determinações materiais, objetivas e subjetivas, em meio à percepção do espaço e tempo. Principalmente se passarmos a pensar/discutir alguns momentos importantes mediante esse processo.

Mencionamos essas considerações por entender que as reflexões de Engels (1985), na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, abordam que nos primeiros momentos do processo Revolucionário Industrial, antes dos movimentos Ludista, Cartista, de Quebra das Máquinas, das Trend-Union, existia pouca compreensão da relação capital-trabalho e sua constituição do trabalho como valor. Além disso, sobre os processos de exploração e da degradação humana, demandados pelo ordenamento do capital e de toda percepção que a questão social demonstra nesse processo de contradição.

Partindo desse pressuposto, pensemos os atravessadores dos produtos produzidos nas guildas, que já não mais trabalhavam com o artesanato, mas emergiam nas manufaturas pelos servos que fugiam para as cidadelas e passavam a dedicar-se às corporações de ofícios, junto aos seus mestres. Vendiam tais produtos nos espaços que viriam a se transformar nas cidades da época, no decorrer do século XVI e XVII.

Deixemos de lado esses processos histórico-geográficos e tentemos refletir dois momentos importantes, que a nosso ver são de relevância, por mais que saibamos que ainda

estará encortinada e esfumada a tentativa de promovermos o momento definitivo de surgimento da informalidade. À época do modelo produtivo taylorista, quando o processo de crescimento exponencial do capital e de desenvolvimento delimitou a divisão internacional do trabalho, as dinâmicas territoriais do comércio e da economia no mundo se agigantavam no âmbito do Imperialismo, assim como os processos de aprimoramento da divisão técnica do trabalho se aprofundavam. Percebemos, nesse instante, as dinâmicas dos processos de constituição do valor, seus metabolismos nas relações da produção e do trabalho abstrato, as relações do Estado no resguardo do trabalho legal.

Essa realidade, de certa maneira, externa certa preocupação do capital em garantir o trabalho protegido no tocante às condições salariais e das garantias dos meios de crescimento do mercado consumidor, ou seja, o capital não via com bons olhos os trabalhadores que vendiam produtos e serviços fora do mercado formal, mas esses trabalhadores informais lá estavam (Harvey, 2006).

Concomitante, essas dinâmicas viriam a desenvolver-se nas configurações e alterações da lógica do capital e do desenvolvimento tecnológico, além da retomada dos princípios da liberdade de mercado pelos propósitos neoliberais (Harvey, 2006). Novos redimensionamentos territoriais aproximavam os espaços, as informações do interesse do capital, fazendo e construindo as dimensões comerciais planetárias – compreensão dada e percebida para globalização. Discussão que vai ao encontro das informações que externamos até o presente momento do texto, ou seja, a reestruturação produtiva e a flexibilização dos meios produtivos, por meio da fragilização dos direitos trabalhistas, salariais, precarizando as condições de trabalho (Harvey, 2006).

Assim, a produção do espaço, percebida no mundo produtivo, e das relações exercidas entre os países centrais e os periféricos, ou seja, os ditos desenvolvidos e subdesenvolvidos, a lógica e as falsas experiências, passavam nos processos de acordos e etapas do dito conceito de desenvolvimento. As relações apontadas eram de que os acordos demandados possibilitariam que os países passassem por tais etapas da escala de desenvolvimento.

Na realidade, como todos somos sabedores, isso nunca se confirmou. Neste momento, gostaríamos de salientar a obra *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*, do autor Hoo Joo Chang (2004), que é brilhante no sentido de nos fazermos refletir sobre os enganos do capital e de suas relações imperiais, acerca do mito do processo de desenvolvimento, no âmbito subalternizador dos países imperiais.

Suscitamos essas breves informações com a intenção de apontarmos uma compreensão da parte conceitual da informalidade, pois, segundo as informações obtidas por meio dos

estudos exercidos, da pesquisa bibliográfica, deparamo-nos com os estudos de Bauman (2006), Cacciamali (1994, 2000) e Barbosa (2007), que abordaram a discussão do surgimento da informalidade, elencando todos os problemas e nomenclaturas que foram sendo gestadas, a partir da própria OIT. Não obstante às práticas de trabalho informal não representarem uma novidade propriamente, visto que, como apontamos, definir essa condição de trabalho no tempo e no espaço é, de certa forma, recair nas incertezas histórico-geográficas. No caso, há a necessidade de apontarmos as percepções dos autores como Hart (1985) e Krein e Proni (2010), que vislumbraram o conceito de “trabalho informal”, pois somente a partir da década de 70, no âmbito da OIT, com os escritos de Keith Hart e de Hans Singer, passamos a perceber registros dessa conceituação.

No que se refere à introdução do conceito de setor informal exercido pelos autores supracitados, firmava-se o conceito de setor da informalidade, principalmente por meio dos estudos das condições do trabalho nos países subdesenvolvidos. Todavia, precisamos compreender que a introdução do entendimento da informalidade como setor foi sistematizada com base nos estudos que esses autores apresentavam e atribuíam à realidade dos países subdesenvolvidos. Esses estudiosos/pesquisadores passaram a defender que as práticas de trabalho informal existentes nos países subdesenvolvidos não seriam responsáveis pela manutenção dos subempregos e da pobreza nas regiões periféricas do capitalismo. De acordo com essas práticas, esses pesquisadores defendiam que as atividades informais faziam parte da própria estrutura econômica e social dos países subdesenvolvidos (Barbosa, 2007).

Nessa trajetória da elaboração conceitual acerca da informalidade, podemos perceber que no ano de 2002, a OIT abandonou o conceito de setor informal, pois sua aplicabilidade, com vista na percepção da totalidade do controle dos produtos e serviços, dava-se pela não separação entre capital e trabalho. Isso porque o produtor direto seria possuidor dos seus próprios instrumentos de trabalho, ou seja, detinha: o controle absoluto sobre todos os processos de trabalho; a compreensão da globalidade do processo que origina o produto ou serviço final; atividade cuja receita é determinada pelas condições específicas do mercado de bens e produtos, não pelo mercado de trabalho.

Conforme a percepção da OIT, a realidade da constituição do trabalho informal nos países subdesenvolvidos refletia a sua condição mais específica e que não seria pertinente atribuir as características de pobreza e subemprego das regiões periféricas do capitalismo a esse setor. Isso porque as atividades informais faziam parte da realidade econômica e social dos países subdesenvolvidos, já que serviam de estratégia de sobrevivência. A informalidade não

era vista como algo que deveria ser substituído pelo pleno emprego, na verdade, ela estava na base estrutural dos países subdesenvolvidos (Barbosa, 2007).

Barbosa (2007), no texto *De “setor” para “economia informal”: venturas e desventuras de um conceito*, destaca que a OIT abandona a expressão “setor informal”, correntemente utilizada desde a década de 1970, fazendo alusão a um ramo específico e pontual da economia, passando a adotar de forma mais abrangente a expressão “economia informal”, ampliando, assim, a concepção de informalidade, englobando tanto o trabalho informal tradicional. A saber, a produção familiar e de subsistência, bem como as novas formas de trabalho informal, como pequenas empresas desregulamentadas e a utilização de práticas informais por setores formalizados da economia.

As transformações dadas ao entendimento conceitual do trabalho ainda perpassam pelo entendimento de Rivero (2009), que propõe a substituição do conceito de informalidade pelo conceito de “processos de informalização do trabalho”. Tal conceituação, de certa maneira, aproxima-se da mencionada por Barbosa (2007), com as consequências dadas e demandadas pelo processo de reestruturação do capital e de flexibilização da legislação. Logo, Rivero (2009) elucida sobre as transformações no mundo do trabalho, a tendência à terceirização, o crescimento do desemprego e a precarização do emprego assalariado.

Compreender a caracterização conceitual, os esforços da OIT e os estudos dos demais estudiosos acerca das condições do trabalho informal é louvável, mas não devemos esquecer que, no caso brasileiro, assim como nos países ditos subdesenvolvidos, não se viveu a política do ciclo do pleno emprego dos países desenvolvidos. Logo, é um acinte deixar de lado e não refletir sobre as relações econômicas dadas e ditadas pela Divisão Internacional do Trabalho, que inviabilizou o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos aos moldes dos ditos “desenvolvidos”. Além disso, essa organização (a informalidade), por si própria, impediu que esses países (subdesenvolvidos) passassem a ter as condições ideais de desenvolvimento.

Sabemos que essa pode não ser a maneira mais adequada de compreender a informalidade, motivo que nos faz reafirmar que serão necessárias melhores investigações acerca da temática, em meios às especificidades, com atribuições mais empíricas. Com base na literatura que trata das mudanças do mundo do trabalho (Antunes, 2004; Antunes, 2007; Organista, 2006; Rivero, 2009; Soja, 2000), observamos que, apesar do impacto causado pelo surgimento das suas formas flexibilizadas assalariadas, a grande mudança no mundo do trabalho contemporâneo ficou a cargo, principalmente, do crescimento do chamado setor “informal” da economia.

O fortalecimento das práticas informais, o debate a respeito da precarização do trabalho, inclusive da relação mantida entre o sistema produtivo formal e as atividades de trabalho desregulamentadas, assumiu novos contornos, a partir da construção teórica do conceito de “informalidade”. Não obstante às práticas de trabalho informal não representarem uma novidade propriamente dita, o conceito de “trabalho informal” surgiu somente a partir da década de 1970, no âmbito da OIT, com os escritos de Keith Hart e, também, de Hans Singer.

Conscientes de que o debate sobre informalidade envolve contextos polissêmicos, tanto a definição do conceito quanto a forma de mensurá-lo, decidimos optar pelas análises e reflexões dos dados da PNAD, CAGED e PME, no sentido de considerar “informais” as seguintes posições nos processos de ocupação: trabalhadores sem carteira assinada, não remunerada, empregados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria.

A fim de que possamos tecer parâmetros que sustentem, a partir desses dados primários, informações que possam referendar a nossa pesquisa qualitativa, buscamos analisar a realidade e as condições de trabalho dos motoentregadores no espaço metropolitano; assim como as escalas de constituição socioespacial dessa expressão de trabalho e de reprodução social, como resultado da precarização do trabalho e da vida, no âmbito da lógica da reestruturação produtiva e da flexibilização das legislações.

No ato de buscarmos reconhecer os trabalhadores informais, vinculados às atividades no setor de serviço *delivery*, consideramos as variáveis de sexo, idade, cor/raça, anos de estudo, grupamentos de atividades econômicas, jornada de trabalho, rendimento mensal da atividade de trabalho de motoentregador, valor das gorjetas recebidas, número de entregas ao dia e/ou período de trabalho, condições de trabalho, gastos diários e mensais para manter os seus meios de trabalho e garantir seu dia a dia de trabalho, etc. Essas questões constaram nos formulários e roteiros de entrevistas, que automaticamente possibilitaram as variáveis e informações, a fim de que apresentamos os dados qualitativos e empíricos, por meio da cartografia temática e dos demais resultados da pesquisa.

A pesquisa proposta apontou algumas características fundamentais a respeito da insegurança e da precariedade do trabalho dos motoentregadores no espaço metropolitano de Belém, no âmbito de sua realização no território. Apresentaremos, na quinta seção, os traços e perfis das representações cartográficas de deslocamento nos eixos viários, dos gráficos e tabelas que constam os dias e horas trabalhados, ganhos obtidos, riscos de vida devido aos assaltos e furtos, condições e inseguranças da atividade ao longo de extenuantes jornadas de trabalho, dentre outras questões que demonstraremos, pois observamos características como a

instabilidade e a insegurança, que são traços constitutivos das novas modalidades de trabalho que permeiam o setor de serviços.

O processo de informalidade se dá mediante contratações consensuais e mesmo legais, em razão de mudanças na legislação trabalhista, realizadas para permitir o estabelecimento de vínculos de trabalho flexíveis, assim como por meio da transferência de atividades, pela terceirização, para “a ponta inferior” das cadeias produtivas, ou seja, para pequenas oficinas, microempresas ou para o trabalho totalmente desprotegido. Entram nessa categoria formas de trabalho que indicam um processo intenso de precarização, como as cooperativas, empreiteiras de mão de obra, agências de trabalho temporário, locadoras de mão de obra e as variadas formas de prestação de serviço, dissimuladas sob o nome de trabalho autônomo, que é também um assalariamento disfarçado.

Nesse sentido, urge a necessidade de buscarmos compreender a dimensão dos processos de exploração realizados nos tempos da reestruturação produtiva e no mundo do trabalho globalizado no século XXI, pois a realização do capital e seu metabolismo sobre trabalho se dá e se verifica por meio da relação entre o trabalho vivo e o trabalho morto. O trabalho humano pode ser entendido objetivamente como atividade e movimento. No caso da perspectiva do trabalho em Marx (2019), há uma distinção clara entre trabalho vivo, como ação e movimento (trabalho humano), e trabalho morto, como trabalho exercido por máquinas e outros instrumentos que não estão imersos no processo produtivo, para constituir valores de uso, no âmbito do capital, ou seja, aquilo que não está a serviço para a atividade útil na produção.

O trabalho vivo é a relação ativa do ato de fazer algo ou alguma coisa necessária à existência na relação homem-natureza, garantindo, assim, seu metabolismo. No trabalho vivo, o próprio homem executa e desempenha frente à natureza o papel de uma força natural, ou seja, trabalha com sua força física e corpórea (braços e pernas, cabeça e mãos), o homem se coloca em movimento elaborando e desenvolvendo atividades, utilizando objetos úteis à sua vida. Logo, o trabalho tira da inércia os meios e objetos, dado que objetos e meios sem a animação do trabalho, são inúteis.

Nesse sentido, torna-se necessário analisar as novas formas de geração de trabalho excedente (presentes nos trabalhos terceirizados ou pautados pela informalidade) que surgem frente à necessidade de aumentar a produtividade e massificar, assim, o trabalho (Antunes, 2018). Isso em um momento no qual a ampliação das tecnologias e da informação está cada vez mais corporificada pelo trabalho morto, com advento das novas tecnologias, da comunicação e da informação (Santos, 2008b).

Para Santos (1996), a base técnica da sociedade e do espaço constitui, hoje, um dado fundamental da explicação histórica, já que a técnica invadiu todos os aspectos da vida humana, em todos os lugares. Diacronia e sincronia são, ambas, passíveis de explicação em termos de técnicas, ainda que nada se possa entender sem que se conheçam e avaliem as respectivas formas de organização (Santos, 2008, p.63).

No caso da informalidade e seu crescimento acentuado, conforme verificamos, no tocante aos dados apontados por meio do PNAD, que já estão bastante alardeados nos estudos sob o tema da informalidade, no caso específico dos contratos empregatícios, eles não têm obedecido à legislação social protetora do trabalho que ora vem sendo solapado. No decorrer dos últimos anos, está ligada diretamente a esse fato como sinônimo direto de precariedade; sua vigência expressa formas de trabalho desprovidas de direitos e, por isso, encontra clara similitude com a precarização.

A flexibilização do trabalho no Brasil tem sido, como veremos ao longo desta e de outras sessões, um importante instrumento utilizado pelas empresas para burlar a legislação social do trabalho. Antunes contextualiza bem sobre o crescimento do setor de serviços que passa a ser refletido:

Se até a década de 1980 o traço distintivo da economia brasileira se encontrava na forte expansão industrial, nas últimas décadas o setor terciário vem registrando aumento na sua posição relativa em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Entre 1980 e 2008, o setor de serviços “cresceu o seu peso relativo em 30,6%, respondendo atualmente por dois terços de toda a produção nacional, enquanto os setores primário e secundário perderam 44,9% e 27,7%, respectivamente, de suas participações relativas no PIB” (Antunes, 2008, p. 135).

Segundo o autor, as tecnologias de informação, pelas quais o setor de serviços e sua condição de trabalho passam a ser mediados (plataformas de informação, no caso aplicativos), dão sentido às novas expressões de valorização do capital. Na visão de Antunes (2008), elas vêm influenciando o que ele chama de *infoproletariado*, devido ao crescente número de trabalhadores de serviços que passam a desenvolver atividades por meio da rede de serviços.

De certa maneira, essa visão aproxima-nos do objeto de estudo, quando abordamos a questão dos trabalhadores ligados à rede de serviço *delivery*, assim como ao processo de *uberização* que nasce com propósitos de místicas e ideias enganosas. Logo, compreendemos o intuito de garantir serviços por meio de novas formas de controle, gerenciamento e organização do trabalho, que pode, assim, “garantir” uma multidão de trabalhadores informais gerenciados e controlados por alguns meios técnicos.

Algumas das ideias da lógica da *uberização* que questionam tal problemática levam-nos às seguintes indagações: “Para que comprar um carro se você pode compartilhar? Chame o *Uber!*”. Aparentemente, é algo que sensibiliza, pois seria uma forma de evitar os poluentes e a emissão dos gases (gás carbônico), efeito estufa, aquecimento global etc. Contudo, optamos por endossar as interpretações de Slee (2017, p. 18), que afirma:

[...] em vez de libertar indivíduos para que tomem controle direto sobre as próprias vidas, muitas companhias da Economia do Compartilhamento estão dando fortuna a seus investidores e executivos e criando bônus para seus engenheiros de programação e marqueteiros, graças a remoção de proteções e garantias conquistadas após décadas de luta social, e graças à criação de formas de subemprego mais arriscadas e precárias para aqueles que de fato suam a camisa.

O propósito maior de nossa investigação visa corroborar com algumas reflexões acerca de como o capital vem legitimando seus desdobramentos e tentáculos no sentido da pilhagem e das suas novas e fantásticas maneiras de massificar seu valor, extraindo mais-valia. Procuramos, com isso, compreender como se constitui hoje a maneira como ele (personificando aqui o capital) consegue unir seus propósitos formais produtivos ao valor, a partir do trabalho improdutivo – como bem elucida Antunes (2018), nas atividades de serviços como *Uber*, *Cabify*⁵ e assemelhados, no transporte de mercadorias realizado pelos motoentregadores.

A busca por compreender como ocorre a produção do espaço e suas implicações nas atividades de trabalho relacionadas às expressões do trabalho precário exige intenções e reflexões que ajudam a elucidar as manifestações quando os trabalhadores e trabalhadoras passam a se reconhecer pelo desemprego, pela informalidade, precarização e atos de exploração dados no modelo flexível. Torna-se importante fazer algumas considerações a respeito da análise que Antunes (2018) faz, a partir de Standing, visto que nos permite algumas reflexões quanto à ascensão de governos com perfil da direita mais radical, no caso do próprio governo Bolsonaro, no Brasil.

Antunes (2018) argumenta, à luz da concepção ampla de classe trabalhadora, e problematiza essa formulação. Segundo Standing, o precariado é uma classe distinta daquela que se conformou durante o capitalismo industrial. Seria uma nova classe, diferenciada do proletariado herdeiro da era taylorista-fordista. A sua configuração se aproximaria, então, de uma nova classe mais desorganizada, oscilante, ideologicamente difusa e, por isso, mais

⁵ *Startups* são empresas que apresentam dinâmicas através de um novo modelo de negócios com as seguintes características: escalável, repetível e uma ideia inovadora que provoca imediatamente impactos na sociedade); sendo que *Uber*, *Cabify* são startups que desenvolveram aplicativos no setor de serviços relacionados ao transporte.

vulnerável, mais facilmente atraída por “políticas populistas”, suscetíveis de acolher, inclusive, apelos “neofascistas”.

Levando em consideração a respectiva temática de pesquisa, esta tese tem como objetivo geral analisar como vem se configurando a dinâmica territorial, que se exterioriza no espaço, por meio da difusão do trabalho *uberizado* no Espaço Metropolitano de Belém, no início do século XXI. Como objetivos específicos, temos:

- Mapear e espacializar as dinâmicas (territoriais) dos trabalhadores do setor de serviço *delivery* (alimentos) no contexto de reestruturação produtiva e de (re)produção do espaço metropolitano de Belém, Pará;
- Analisar como se deu a difusão espacial dos serviços de *delivery*, no contexto de formação metropolitano de Belém, face às novas relações de flexibilização e precarização do trabalho;
- Analisar como os motoentregadores, no espaço metropolitano de Belém, percebem-se como produtores do espaço, a partir das suas relações de consumo e uso do espaço, em meio à lógica excludente verificadas nas práticas espaciais.

3 O PAPEL DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

3.1 A constituição do espaço e da sociabilidade exercida pela mediação do trabalho

No objeto de estudo aqui delimitado, versamos sobre a precarização do trabalho *uberizado* como produto das transformações do capital, no âmbito da reestruturação e da flexibilização provisionadas das garantias legais do mundo do trabalho (Harvey, 2000). Trata-se de processos legitimados pelos interesses por lucratividade do capitalismo na contemporaneidade.

Compreendemos que a pesquisa aqui desenvolvida vai ao encontro da contribuição dos estudos desenvolvidos nos últimos vinte anos sobre geografia do trabalho. Nosso intuito é estabelecer caminhos de reflexões e entendimentos em torno da compreensão e do papel do trabalho e seu aprisionamento na sociedade. Tais reflexões serão realizadas com apoio nas percepções das obras *O Capital*, volume I (Marx, 2015); *O papel do Trabalho na transformação do Macaco em Homem* (Engels, 1990); *Anti-Dühring* (Engels, 2009); *A natureza do Espaço* (Santos, 1996); *Pensando o Espaço do Homem* (Santos, 1982); *O Trabalho e o Ser* (Lessa, 1997), *Para uma Antologia do ser Social II* (Lukács, 2013); *Por uma geografia do trabalho* (Thomaz Júnior, 2011).

Direcionamo-nos a investigar e a entender as transformações do mundo do trabalho, em que as práticas e interesses dos processos de exploração do capital, imprimidos por meio do trabalho abstrato que vilipendia a ação do trabalho, nega a condição de quem realmente constitui a riqueza. Realidade imprimida principalmente pela alienação (2012)⁶.

⁶ No sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade, e/ou à natureza na qual vivem, e/ou a outros seres humanos, além de, a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou autoalienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), por meio dele próprio (pela sua própria atividade). A alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica. Por outro lado, a “autoalienação” ou alienação de si mesmo, não é apenas um conceito (descritivo), mas também um apelo em favor de uma modificação revolucionária do mundo (desalienação). O conceito de alienação, considerado hoje como um dos conceitos centrais do marxismo e amplamente usado tanto por marxistas como não marxistas, só entrou para os dicionários de filosofia na segunda metade do século XX. Antes, porém, era considerado como um importante termo filosófico e foi muito usado mesmo fora da filosofia: na vida cotidiana, no sentido de afastamento de antigos amigos ou companheiros; na teoria econômica e no direito, como termo para designar a transferência da propriedade de uma pessoa para outra (compra e venda, roubo, doação); na medicina e na psiquiatria, como nome para o desvio da normalidade, a insanidade. Antes de se ter desenvolvido como um “conceito” metafilosófico (revolucionário) com Marx, foi usado como conceito filosófico por Hegel e por Feuerbach. Em seus comentários sobre a alienação, Hegel teve, por sua vez, vários predecessores, alguns dos quais usaram a palavra sem se aproximarem de seu significado hegeliano (ou marxista); outros foram precursores da ideia sem usar a expressão, e, em alguns casos, houve até mesmo uma espécie de encontro entre a ideia e o termo que a indica. (Dicionário do Pensamento Marxista).

No entanto, é importante precisar que são os trabalhadores que vivenciam diferentes estágios da subproletarização (hifenizados, domésticos, terceirizados, subempregados, informais, camponeses com pouca terra, trabalhadores sem-terra, etc.), juntamente com os desempregados, enfim os segmentos mais precarizados e excluídos, portanto, dessocializados pela expulsão do trabalho, são, hoje os sujeitos que vergam as ações mais ousadas. Distantes do processo de criação de valores e subjugados da sociabilidade do capital estão muito mais propensos a manterem de pé o sentimento anticapitalista em evidência (Thomaz Júnior, 2002).

Porém, há a necessidade de apontarmos os esforços que vêm sendo desenvolvidos por pesquisadores, no caso dos brasileiros que têm construído reflexões relevantes acerca do propósito da geografia do trabalho. Realidade que podemos apontar com os esforços do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET), que desenvolve estudos e pesquisas acerca do tema, pois o trabalho é percebido na sua afeição de materialidade, no que cabe ser esse o cerne do metabolismo societário do capital.

As transformações do mundo do trabalho, verificadas por meio das novas formas de contratos em tempos parciais, com e sem registros formais de trabalhos, o trabalho flexibilizado e temporário, têm se exteriorizado pelas dinâmicas espaciais, a partir da década de 1980. Essas transformações possibilitaram os meios objetivos das garantias da (re)produção do capital, permitidos pela lógica neoliberal, e mesmo pelos processos de circulação ampliadas de mercadorias, mediante a globalização.

Essa realidade aponta, por outro lado, as graves questões ligadas aos custos de tais transformações, que estão aludidas a partir das discussões de Thomaz Júnior (2002). Para as preocupações deste estudo, destacamos duas questões que são efetivamente baluartes da barbárie hodierna. De um lado, a precarização, a dilapidação e a (des)efetivação extremadas e sem paralelo da força humana que vive-do-trabalho; por outro lado, a degradação crescente e sem limites que destrói o meio ambiente, conseqüentemente afeta diretamente a relação metabólica entre o homem e a natureza. A vinculação desses elementos à lógica societal, ancorada na produção de mercadorias, na extração de mais-valia e, portanto, na valorização do capital, remete-nos ao conceito de metabolismo societário do trabalho.

A busca pela investigação do trabalho *uberizado* e/ou *plataformizado* está inserida nesse contexto mais amplo das transformações do mundo do trabalho, a partir dos interesses e investidas do capital, em que a contínua forma de aprisionamento e desrealização exercidas pela alienação e de constituição da mais-valia gera desemprego – assim como condições precárias de trabalho (trabalho em tempo parcial, sem carteira assinada, sem direitos previdenciários, jornadas extenuantes e desumanas, *plataformizadas*, precárias). Realidade percebida a partir de Ricardo Antunes (2022) na obra *Uberização e Indústria 4.0*.

A realidade mencionada atinge principalmente aqueles que vivem a desregulação, imprimida pelo desemprego, trabalho terceirizado, sem carteira assinada, os informalizados, precarizados etc. Nesse sentido, cabe a ação da preeminência e da resistência da classe que vive do trabalho de redimensionar o papel do trabalho, a fim de garantir a libertação plena na realização da vida do trabalhador, na sociedade e no espaço. Nesse rol de argumentações, temos como fundamento as investigações e publicações de Antônio Thomaz Júnior (2009, 2011, 2012).

Os esforços deste estudo, no âmbito dos desdobramentos do trabalho, direcionam-nos para os propósitos do entendimento da própria geografia do trabalho. Como afirma Thomaz Júnior (2002), cabe estabelecer uma compreensão teórico-prático com vistas à realização dos cruzamentos internos à tríade metodologia, epistemologia e ontologia, para efetivarmos uma “leitura” geográfica do trabalho. As dimensões desses cruzamentos e os requerimentos específicos que cada assunto demanda nos colocaram atentos para as mediações necessárias à concretude da análise geográfica do trabalho.

Todos esses fatos nos indicam não ser compatível com o tamanho dos desafios que se colocam ao mundo do trabalho ou particularmente à classe trabalhadora, que não observemos os diferentes elementos e perfis dos segmentos da classe-que-vive-do-trabalho. Isto é, as características espaciais desse processo que revela um novo universo das confrontações contra a lógica destrutiva do capital e particularmente a tradução disso em ações concretas e os conteúdos tático-estratégicos específicos, é o que vai nos permitir entender a dinâmica territorial da relação capital-trabalho e as demais formas de expressão da luta de classes. Em outras palavras, as formas específicas que a sociedade se organiza nos lugares, portanto, o conteúdo de cada expressão social que mescla elementos e fatores do mundo do trabalho é o que nos vai permitir compreender o universo das contradições imanentes à sociabilidade contemporânea (Thomaz Júnior, 2002).

Convém apontarmos as percepções de Lukács (1981, p. 52) em relação à categoria do trabalho, visionada como categoria fundante do ser social. No contexto da ontologia lukacsiana, isso significa que, por um lado, a gênese da categoria do trabalho corresponde à gênese de uma nova esfera do ser, de uma nova substancialidade, radicalmente distinta do ser apenas natural; por outro, que o trabalho fornece a proforma, ou seja, aponta o modelo genérico, da práxis humano-social.

Neste primeiro instante, necessitamos compreender as transformações ocorridas no mundo do trabalho, realidade exercida e dada a partir das demandadas, intenções do capital e suas realizações no espaço. Compreensão adquirida mediante o quadro da reestruturação do capital e das formas de produzir, que redefiniram não só a forma clássica de produção,

verificada nos momentos de desenvolvimento do capital, na segunda metade do século XX (Thomaz Júnior, 2002).

Nesse momento, o capitalismo elevou sua divisão técnica da produção de cunho especializado, de produção em massa, ao mesmo tempo que propiciou o desenvolvimento das condições de trabalho. Mesmo com todas as garantias no mundo produtivo, passamos a notar a constituição de um conjunto de lutas e de direitos dados no âmbito do Estado, por meio das leis trabalhistas, das grandes mobilizações das associações e de sindicatos dos trabalhadores.

A percepção mais geral dos processos e etapas de realização do capital pode ser conhecida pelas discussões de muitos pesquisadores e estudiosos de vários campos do conhecimento, como Antunes (1999, 2018). Já sob a lente do campo da ciência geográfica, das transformações, dos processos produtivos do capital, percebemos as abordagens de Santos (1996, 2008a), Carlos (2016) e Harvey (1989, 2005).

Tal realidade imprimiu a lógica de se restabelecer determinações que passaram a exigir resposta aos obstáculos encontrados na vida cotidiana de reprodução do capital. Buscou-se, então, criar meios em que o processo de flexibilização de acumulação e pilhagem passassem a adotar medidas articuladoras de velhas e novas formas de exploração do trabalho. Mediante as necessidades de novas frentes de rentabilidade e lucratividade, o capital passou a redesenhar a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e a Divisão Territorial do Trabalho (DTT), alterando de forma significativa a composição da classe trabalhadora, em escala global, a que Antunes (2006) faz menção. Em meio a esses preceitos, o capital e sua reprodução espalharam-se com facilidade, impactando fortemente suas ações na dinâmica territorial global.

Com as novas configurações transmitidas no processo produtivo territorial planetário, a globalização e sua maior esfera de realização têm no território expressões corporativas de uso e de controle dos processos produtivos dados pela informação, técnica e comunicação, que exercem padrões normativos dos sistemas hegemônicos da sociedade capitalista.

Para Santos (2006), as tessituras e arranjos desenvolvidos pelo capitalismo são praticados por meio das necessidades mais objetivas de domínios e controle, das mercadorias e das relações sociais e econômicas que são praticadas e exteriorizadas espacialmente. Santos (1987) refere que o sistema de engenharia confirma os interesses corporativos e hegemônicos do capital; assim como as necessidades e formas mais subjetivas e técnicas que passam a ocorrer nos processos territoriais estabelecem a psicoesfera e a tecnoesfera como caminhos de relações de formas de controle das ações e do sistema, controlando e garantindo os processos de produção e reprodução do capital hegemonicamente.

As mudanças exponenciaram as formas de enraizamentos do capital financeiro, como nunca visto antes, acarretando a horizontalidade em relação à presença e volatilidade do capital. Há um número cada vez mais reduzido de corporações transnacionais, que passaram a imprimir, como bem afirma Antunes (2006), alterações à classe-que-vive-do-trabalho, nos diferentes países do mundo, a patamares salariais e condições de existência cada vez mais rebaixadas.

Esse quadro que verificamos, por meio da realidade não só dos estudos das ciências econômicas e sociais, foi a realidade clássica do desenvolvimento do capital que passou a ser compreendida como modelo produtivo taylorista-fordista, binômio que legitimou o modelo produtivo de tal período, na perspectiva do espaço-tempo das décadas de 50 a 80, realidade que observamos a partir das indicações de Harvey (1989, p. 135).

A compreensão que iremos desenvolver, concernente à crise desse modelo, pode ser explicada por meio do debate sobre os processos territoriais e espaciais, no âmbito da ciência geográfica, assim como nas ciências humanas e sociais. As percepções territoriais, como esfera política de ações e usos dos processos espaciais, podem ser melhor compreendidas, percebidas e refletidas a partir de autores que promovem análises e interpretações importantes. Isso não somente no que se refere à atual crise do mundo do capital, mas a partir da reflexão de suas consequências, danos e resistências à condição do trabalho hoje, como bem discutem Antônio Thomaz Júnior (2002), Ricardo Antunes (2006), Giovanni Alves (2005), Milton Santos (2006), Milton Santos (2005), Ana Clara Torres Ribeiro (2012), Marcos Saquet e Eliseu Sposito (2009).

A realidade acerca das condições do trabalho, dos trabalhadores e das trabalhadoras, ou seja, da classe que vive-do-trabalho, em meio ao modelo de reestruturação e precarização do trabalho, a partir das três últimas décadas, tem apresentado como característica a instabilidade, insegurança, adaptabilidade, polivalência, o trabalho parcial e terceirizado, a fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho.

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada (Antunes, 2009, p. 35).

Compreender nosso objeto de estudo, assim como perceber a tese constituída, exige refletirmos, ainda, a respeito da questão de centralidade do trabalho, principalmente por ainda ser e estar no âmbito do ordenamento do devenir do homem. A respeito da questão do trabalho,

André Gorz e Adam Schaff apontam para a perda da centralidade do trabalho, da própria teoria do valor no processo produtivo e de reprodução do capital. Dentre as várias obras dos autores, podemos citar: *Adeus ao Proletariado: para além do socialismo* (Gorz, 1987); *Metamorfoses do trabalho* (Gorz, 2003); *A Sociedade da informática* (Schaff, 1995); *Noticiais de um Homem com Problemas* (Schaff, 1997).

Antunes, nas obras *Adeus ao Trabalho?* (2006) e *O Privilégio da Servidão* (2018); Alves, nos textos *O novo (e precário) mundo do trabalho* (2005) e *Trabalho e valor* (2021); Harvey, em *A produção Capitalista do Espaço* (2005) e *Condição Pós-Moderna* (1989); Thomaz Júnior, em *Por uma Geografia do Trabalho* (2005) e *A geografia do Trabalho* (2019); e Prieb (2005), na obra *Trabalho à Beira do Abismo: Uma Crítica Marxista à Tese do Fim da Centralidade do Trabalho*, refletem sobre as dinâmicas do trabalho, suas relações e contradições.

Há a necessidade de contrapormos a questão, para além dos que defendem que essa centralidade não mais existe, nos tempos da modernidade ou mesmo da pós-modernidade. Sabemos que há, na verdade, a convivência, nos tempos atuais, das formas que naturalizam e precarizam a condição do trabalho, assim como as características clássicas inspiradas na afeição taylorista e fordista do emprego salarial (Harvey, 2006).

As formas de trabalho e de direitos sociais duramente conquistados em nosso país – e que, de alguma maneira, ainda permanecem e resistem – convivem com os propósitos reformistas, no âmbito do Estado e mediante a perspectiva neoliberal, que fragiliza e mesmo solapa esses direitos, como todas as expressões concretas de precarização do trabalho. Fato esse observado por meio do desemprego e do crescimento da informalidade.

Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais (Antunes; Silva, 2004, p. 336).

Diante da realidade da desestruturação e do avanço do neoliberalismo, existe a necessidade de entendermos questões importantes, principalmente as que se encontram relacionadas ao nosso objeto de investigação. Necessitamos compreender como o processo de precarização reflete diretamente o crescimento do setor de serviço. O decréscimo dos postos de trabalho, acarretados pela automação, trabalho polivalente, trabalho parcial, trabalho

assalariado sem as garantias legais, ou seja, pela desregulamentação, geram o desemprego em larga escala, que, por sua vez, esgarçam o setor de serviços e a informalidade.

Não esqueçamos, também, das reorientações das políticas econômicas, tendo como base as orientações do livre comércio e do aumento das importações, que, de certa forma, fragilizaram o setor produtivo nacional, já que o pacote de medidas era ordenado pela lógica neoliberal e pela globalização. O trabalho precário, em suas diversas dimensões, é um processo que ainda necessitamos compreender. Isso porque existem formas de inserção dos trabalhadores e de contrato de trabalho em tempo parcial, informalidade, terceirização, desregulação e flexibilização da legislação trabalhista, as quais geram desemprego, adoecimento, acidentes de trabalho, perda salarial, fragilidade dos sindicatos etc.

Na atualidade, como argumenta Antunes (2006, p. 35), no sentido de que esse “quadro aponta uma nova morfologia do trabalho”, a classe que vive do trabalho hoje é exponencialmente maior em número do que as representações sindicais, visionadas anteriormente ao processo da reestruturação produtiva como elemento constitutivo do capital. As transformações ocorridas no movimento dos trabalhadores, ou daqueles que vivem do trabalho, representou as alterações interpostas por meio da produção flexível, que, de certa forma, como Harvey (2005) afirma, envolve movimentação do capital e a lógica de quebra de identidade, causando fragilidades no mercado mundial e globalizado. Onde a (re)produção do capital buscou investir, fragilizou as leis trabalhistas e a própria condição salarial, assim como redimensionou os processos de exploração, substituindo o trabalho vivo pelo trabalho morto, abrindo caminho ao trabalho terceirizado.

Por outro lado, algo que ainda é passível de buscarmos entendimento refere-se à condição que possibilita unidade à classe que-vive-do-trabalho – representada por todos que são despossuídos do capital e dos instrumentos de trabalho, que se encontram nos tempos parciais de trabalho, sem carteira assinada e sem os demais direitos previstos na legislação – ou mesmo do que dá unidade aos distintos lugares em que essa precarização se manifesta.

Existe um fio condutor que, de certa forma, cria uma articulação e uma indissociabilidade entre: as formas precárias de trabalho e de emprego, expressas na (des)estruturação do mercado de trabalho e no papel do Estado, sua (des)proteção social nas práticas de gestão e organização do trabalho. No caso dos sindicatos, todos contaminados por uma altíssima vulnerabilidade social e política que fragiliza sua organização e representação, necessitamos compreender o sentido da absorção no universo desses trabalhadores, já que a produção do espaço e sua apreensão estabelecem meios à reorientação e resistência a essa nova

classe de trabalhadores completamente despossuída e fragilizada, como argumenta e tece reflexões Thomaz Júnior (2022).

A eliminação do trabalho e a generalização dessa tendência sob o capitalismo contemporâneo representam elemento fatal, não só por gerar nova crise, mas por apontar sua lápide final. No capital, está incluído o enorme contingente de trabalhadores e trabalhadoras de forma global – superíamos até a destruição da própria economia de mercado, pela incapacidade de integralização do processo de acumulação de capital, uma vez que os robôs não poderiam participar do mercado como consumidores.

Observando as mudanças no mundo do trabalho a partir da crise de 2008, entre os 84 países com dados disponíveis, a OIT afirmou que em 2015, aproximadamente um em cada quatro trabalhadores - 26,4%, para ser mais preciso - estavam empregados com contratos de trabalho permanentes. Outros 13% trabalhavam em regime de trabalho temporário ou de contratos de trabalho por tempo determinado, e a imensa maioria, algo em torno de 60,6%, trabalhava sem qualquer espécie de contrato escrito⁷ (Ramos Filho; Mendonça, 2022, p. 52).

Nessa perspectiva, e como já apontamos em outro momento, entendemos que as análises dos que sustentam o fim do trabalho na verdade não se sustentam e nos levam à compreensão de que precisamos entender essa lógica para além dessa visão distorcida. Ela representa única e exclusivamente os interesses do capital, no sentido que Antunes vem afirmando acerca do conceito de *liofilização organizacional*⁸ (Antunes, 2006, p. 18). Em meio ao preâmbulo dos processos precários de trabalho, podemos apontar informações da OIT, as quais apontam que quase dois terços da força de trabalho global estão concentrados na economia informal. Os dados do relatório mostram dois bilhões de pessoas que atuam nesse mercado, a maioria em países emergentes e em desenvolvimento (OIT, 2022). No caso do Brasil, o número de trabalhadores informais no mercado brasileiro atingiu recorde de 39,3 milhões de pessoas no segundo trimestre de 2022, segundo a PNAD (IBGE, 2022).

Devemos compreender a crise do capital mediante os processos globais, em que o capital desenvolve características que passam a dimensionar suas ações no espaço, como as bases que não se traduzem mais, com as formas verificadas e desenvolvidas nos chãos fabris,

⁷ OIT (2015), p. 30. “[...] Among countries with available data, covering 84 per cent of total global employment, only around one-quarter (26.4 per cent) of workers are employed on a permanent contract, with around 13 per cent on a temporary or fixed-term contract and the significant majority (60.7 per cent) working without any contract [...]”.

⁸ Segundo Ricardo Antunes (2018), na obra *O privilégio da servidão*, a liofilização organizacional se refere aqui ao processo pelo qual o trabalho vivo é progressivamente substituído pelo maquinário tecno-informacional (trabalho morto). Nas empresas «liofilizadas», é necessário um «novo tipo de trabalhador» que os capitais denominam, de maneira enganosa, como colaborador.

por meio de grandes números de trabalhadores especializados, no âmbito dos processos de exploração, figurando as características da pilhagem e da exploração, caracterizando a mais-valia-relativa⁹. Ao mesmo tempo, captava as formas de estranhamento e os processos de coisificação, no sentido da fetichização das mercadorias¹⁰.

Mediante o conceito de fetichização, percebemos, segundo Marx (2019), que na realização do processo produtivo, os trabalhadores não se viam na realização das mercadorias, pois as expressões de trocas, dadas mediante salários e horas disponibilizadas de trabalho, eram agregadas ao processo produtivo e as trocas. As expressões de mais-valia absoluta e relativa se somavam ao processo produtivo, às bases técnicas e tecnologias na produção e da exploração.

As formas de exploração exercidas ao longo da modernidade e na contemporaneidade do capital se davam e constituíam a riqueza. Entretanto, para além desse processo, necessitamos compreender as diferenças dadas por meio das bases desse processo produtivo, pois existem certas características que necessitamos evidenciar, principalmente pelo conceito de subsunção¹¹ e do papel da naturalização da apropriação do trabalho e das bases produtivas que se constituíram historicamente. Os tempos de produção e as transformações nas bases desse processo se alteraram profundamente a partir da introdução das novas tecnologias, inovações, robótica, telecomunicações etc., que exponenciaram tal realidade no mundo produtivo e do trabalho.

Cada era do trabalho implica numa forma determinada de arrumação do espaço que o regula. A técnica é o elemento dinâmico dessa mudança. Toda vez que o período técnico muda, correlatamente muda a forma da regulação espacial, e assim o mundo do trabalho. Tem sido essa espécie de lei espacial a norma da organização do espaço da sociedade e do mundo do trabalho na história do capitalismo (Santos, 2000, p. 8).

⁹ O capital procura aumentar a mais-valia relativa com a introdução de maquinaria ascendente que desenvolve continuamente as forças produtivas. Os valores dos insumos se acumulam à medida que a escala de produção se expande e os trabalhadores empregam mais matérias-primas e usam mais máquinas. Ao mesmo tempo, os valores unitários dos produtos baixam, porque a produtividade aumenta.

¹⁰ Marx (2019) nos diz que, na sociedade capitalista, os objetos materiais possuem certas características que lhes são conferidas pelas relações sociais dominantes, mas que aparecem como se lhes pertencessem naturalmente. Essa síndrome, que impregna a produção capitalista, é por ele denominada fetichismo, e sua forma elementar é o fetichismo da mercadoria enquanto repositório ou portadora do valor. De modo similar, no fetichismo do capital, as relações econômicas específicas que dotam os meios de produção da condição de capital são obscurecidas. As forças que o capital comanda, todas as potencialidades produtivas do trabalho social, aparecem como se lhes pertencessem naturalmente: aparência mistificadora cuja expressão suprema é a capacidade que o capital tem de, mesmo sem empregar trabalho produtivo, gerar juros.

¹¹ O processo de subsunção do trabalho ao capital tem como pressuposto a separação do produtor direto de seus meios de produção e subsistência e a sua conversão em trabalhador assalariado, condição essa que impõe a subordinação deste ao capitalista que se apropria desses meios, monopolizando e transformando em capital, em forças de coerção contra os trabalhadores. Nesse processo, dá-se início à contradição essencial do sistema capitalista: a produção social da riqueza e sua apropriação privada.

A compreensão das consequências desse processo, a partir da reestruturação produtiva do capital, assim como da precarização e terceirização e seus desdobramentos, de certa forma, propiciaram-nos a aproximação do nosso objeto de estudo. Torna-se importante tal entendimento, considerando nosso foco na abordagem sobre a produção do espaço em relação ao grupo de trabalhadores de aplicativos, no caso, os motoentregadores dos aplicativos *Uber Eats*, *IFood* e *Rappi*.

As mudanças das bases da produção do capital, nas duas primeiras décadas do século XXI, aprofundaram a crise do emprego salarial e dinamizaram as demais formas preconizadas nos processos precários de trabalho. Necessitamos, porém, compreender a questão que levantamos acima, no que se refere à subsunção, visto que existem certas características nesse sentido da subsunção formal e real, em que as condições mais objetivas pela exploração passaram a reafirmar e a reificar esse processo a partir das características da exploração (Marx, 2011).

A subsunção formal, no processo clássico da produção capitalista, a partir do modelo taylorista-fordista, aproximava e captava as capacidades e experiências não só do olhar dos trabalhadores, mas da sua própria subjetividade. Essas experiências eram repassadas aos seus gerentes, no chão da fábrica, no sentido de melhorar e aprimorar o processo de produção e de exploração, garantindo a pilhagem por meio do processo de mais-valia. Essas características são bem delimitadas por Marx, no capítulo VI, da sua obra *O Capital* (Marx, 2019).

No tocante às experiências dadas, a partir do processo da desregulamentação das formas clássicas do trabalho, com as características do trabalho por tempo parcial, precarizado, assalariado sem registros, desempregados, autônomo, informal etc. (em decorrência do processo do desemprego estrutural), podemos perceber que estas novas formas de exploração do trabalho vêm imprimindo, à condição do trabalho, de forma mais acentuada, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto (Antunes, 2018).

Tal substituição impõe uma nova lógica, na captura das experiências dos trabalhadores, pois as suas vivências de trabalho são extraídas de forma diferenciada no atual processo produtivo, haja vista que as formas de exploração, alienação e de mais-valia se dão pela apreensão da subjetividade de forma bem mais acentuada. Os trabalhadores passam a não identificar com clareza os seus pares, sua condição de trabalhador (desproletarização) no processo de trabalho. A identidade no trabalho passa a ser capturada pelo capital (Thomaz Júnior, 2022).

Os trabalhadores, pelo conceito da proatividade, passam a ter sua subjetividade completamente obnubilada, mediante as expressões da exploração, imprimindo a subsunção

não mais formal, mas real (Antunes, 2018). Ou seja, em plena era da informatização do trabalho, do mundo maquinal e digital, estamos conhecendo a época da informalização do trabalho, dos terceirizados, precarizados, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial (total desproletarização).

No livro *Salário, preço e lucro*, Marx (1988) observou que “o tempo é o campo de desenvolvimento humano”. Na medida em que tempo de vida se interverte em tempo de trabalho, ocorre a perda de espaços de sociabilidade humano-social. A luta pela redução da jornada de trabalho tornou-se luta fundamental pelo desenvolvimento humano-social (Giovanni *apud* Marx, 2009, p. 195).

Essa luta fica evidente mediante o contexto das reformas institucionais, a partir dos propósitos do capital e de sua agenda idearia, dada a partir do modelo econômico neoliberal, no sentido de redimensionar as economias locais, suas interlocuções e escalas, que redimensionam as dinâmicas e reflexões no processo de produção do espaço. O que, de certa maneira, tem sido adverso para os trabalhadores em todo o mundo, seja no âmbito da reforma trabalhista, da previdência, da tributação; seja na esfera da redefinição das políticas sociais do Estado, que buscam, de forma compósita, reafirmar o sentido primado do liberalismo (Antunes, 2006).

As propostas de flexibilização dos regimes de trabalho são verificadas por meio das alterações das formas de exploração, jornadas de trabalho, redução de salários, salários sem carteira assinada, mobilidade funcional, polivalência, ritmos diversificados, terceirização, crescimento da rede de serviços, como o trabalho improdutivo etc., a flexibilização e a desregulamentação do sistema legislativo nacional de proteção ao trabalho e da Consolidação da Leis Trabalhistas (CLT). Tais alterações no mundo do trabalho representam as formas e estratégias encontradas pelo capital para garantir retomadas de rentabilidade e lucratividade em meio ao cenário que passamos a vivenciar no jogo da competitividade do mundo produtivo, das empresas e das redes de serviços criadas.

Contrariamente à interpretação que vê a transformação tecnológica movendo-se em direção à idade de ouro de um capitalismo saneado, próspero e harmonioso, estamos presenciando um processo histórico de desintegração, que se dirige para um aumento do antagonismo, o aprofundamento das contradições do capital (Antunes; Silva, 2004, p. 336).

As transformações geradas pelas novas técnicas, pelas políticas de gestão e controle do processo produtivo apontam para uma grande transformação que envolve o mundo do trabalho. Tais mudanças redimensionam os papéis dos atores, compõem toda a esfera da sociedade, sejam

as políticas, sociais, ideológicas, culturais e os consequentes desdobramentos nos espaços-territoriais.

As modificações no mercado e nas relações de trabalho não se resumem a mudanças estruturais, mas vão além do próprio espaço de produção, chegando às esferas políticas e econômicas dos Estados, que ao se redimensionarem, com maior ou menor presteza, contribuirão para um rearranjo amplo na esfera da organização da sociedade para produção da lógica do capital, da reprodução social e mesmo do espaço.

A flexibilização do processo produtivo se contempla, também, com a flexibilidade dos direitos adquiridos historicamente pelos trabalhadores e trabalhadoras, seja pela sua anulação ou pelo seu relaxamento, permitindo, assim, uma maior agilidade para os empregadores no momento do contrato ou da dispensa, além de um menor gasto com os encargos trabalhistas. Realidade que atenta contra a vida, já que, de forma exponenciada, impacta as condições imediatas à emancipação humana, no que se refere à identidade dada pelo trabalho (Antunes, 2018; Thomaz Júnior, 2009).

Nessa perspectiva, compreender as intenções liberais dos governos, a partir dos anos 80, faz-se necessário, ao passo que as formulações e reformulações nas quais o Estado busca de forma intencional contribuem para os propósitos dos processos de produção e reprodução dos interesses do capital. Nesse entremeio, as reformulações, no que concerne às leis e garantias do trabalho, vinculadas às conquistas, até então históricas das lutas e movimentações trabalhistas, demarcaram territorialmente os direitos e garantias nas relações dos processos de trabalho.

Tendo como base essa realidade que passamos a ver de forma planetária, as flexibilizações de tais direitos, por parte dos Estados Nacionais, ou seja, seu comprometimento de não intervenção nos processos produtivos, confirmam como o Estado, constituído, e seu fazer, constituinte, reafirmam-se, com e através dos interesses da lógica dos processos de exploração e das garantias ideais à reprodução do capital. Assim ocorrem os processos de valorização por meio do trabalho abstrato e do seu valor de troca, mediante as condições compósitas da valorização do capital.

O aval e a “parceria” entre Estado e Capital nos permitem compreender historicamente as dinâmicas exercidas entre capital e trabalho, nas quais os trabalhadores e sua única mercadoria – a força de trabalho – passam a ser redimensionados no sentido de serem utilizados e/ou explorados no mundo produtivo. No contexto da flexibilização do fazer produtivo/reprodutivo do capital, confirmou-se a transformação profunda da base produtiva, com a elaboração dos processos técnicos que, de maneira precisa, não podemos desvincular das condições tempo-espaço e de sua formulação no âmbito dos territórios (Santos, 2006). O

desenvolvimento das novas formas e criações é inexorável ao tempo e fazer humano; promove o desenvolvimento das novas tecnologias, da informação e da comunicação (Santos, 2006).

As novas bases de tecnologias que, de certa forma, “suplantaram” as concepções fordistas-tayloristas promovidas por meio das transformações propostas pela tecnologia, comunicações e informação, possibilitaram formas de gestão e produção. Redimensionaram os espaços e horizontalizaram exponencialmente a produção e controle produtivo pelos meios nunca vistos (Santos, 2006; Antunes, 2006; Alves, 2009).

De certa forma, essas novas bases promoveram e elevaram o processo produtivo a uma superexploração dos espaços de trabalho, ao mesmo tempo aproximando as distâncias territoriais nas perspectivas dos mercados e do consumo pelo processo de circulação, negociações no mercado e no consumo. Assim, o capital e sua produção flexibilizada inspiradas nos princípios de produção que os autores seguintes bem compreendem e discutem, dado que essas transformações incorrerão no mundo, inspiradas pelo modelo produtivo Japonês: Antunes (2004, 2007, 2018), Alves (2005, 2021) e Thomaz Júnior¹² (2000, 2004).

No cenário que fora construído, podemos afirmar que os novos processos metabólicos que se inseriram no processo produtivo no mundo capitalista e de sua produção, inspirados pelo toyotismo e seus métodos de produção de “Circuitos de Controle de Qualidade” e “Kaban”, passaram a direcionar as relações de permanência e aniquilamento, em meio aos processos de produção. Isso trouxe consequências para as dimensões do território global do capital, propiciando a continuidade e descontinuidade do fazer do trabalho.

O trabalho salarial e as demais formas de tempo parcial de trabalho, impregnados pelos processos de terceirização, flexibilização e precarização, refletem a convivência dos propósitos do taylorismo e dos novos anseios do toyotismo. Houve uma espécie de “renovar” o “modo” de predação a respeito dos meios de exploração, do desvirtuar dos valores de uso e da

¹² Para Thomaz Jr. (2022), a geografia deveria estar comprometida em desvendar as máscaras sociais [...] Para tanto, faz-se necessário um método de análise que se preocupe em compreender as contradições que configuram o arranjo espacial, assim como construir coletivamente alternativas para sua superação. Nesse sentido, segundo Thomaz Jr. (2022, p. 05), “A emergência da Geografia do Trabalho implica em compreender a expressão geográfica do trabalho tanto no nível da relação metabólica homem/mulher-meio, quanto na dimensão da regulação sociedade espaço. Ou seja, não basta reconhecer que o trabalho é a categoria central do ser social independentemente de qualquer formação econômica-social ou modo de produção [...]. É imperioso compreender o trabalho como expressão ontológica da produção social do espaço e enquanto ato de produção recíproca da sociedade e do espaço (MOREIRA, 2016). Mas, é igualmente fundamental apreender como o trabalho se expressa espaço-temporalmente, principalmente nas transformações do capitalismo global e suas diferentes manifestações”. Ainda para Thomaz Jr. (2022), A Geografia do Trabalho, herdeira deste terreno fértil, constituiu-se na geografia brasileira que reivindica a importância da compreensão da categoria trabalho e investiga sua dinâmica geográfica, a partir das categorias de base (espaço, território, etc.).

apropriação dos excedentes do âmbito dos valores de troca, realidade que é percebida, como bem discute Harvey (1992).

Entender as perspectivas redimensionadas do capital pelo esgarçamento dos processos de exploração, dados e refletidos pela precarização, faz-se preponderante nas investigações científicas, a fim de que possamos contribuir para a elaboração de conhecimento sobre os efeitos da *uberização* do trabalho nos espaços, sejam eles urbanos ou rurais. Com isso, fazer urdir os caminhos para que se elaborem tessituras que possam possibilitar reflexões e entendimentos das ações exteriorizadas no espaço pela relação capital e trabalho, assim como sua produção, promovendo caminhos que possam apontar para uma elaboração teórica espacial do trabalho, como bem afirma Thomaz Jr.

Assim, pensamos estar colaborando para demarcar uma linha de investigação em Geografia que tem no trabalho o elemento teórico ou categoria de mediação para a construção de uma possível teoria espacial do trabalho. As relações sociais, as tramas que as envolvem e que redimensionam a dinâmica territorial, por sua vez, constituem um produto da urdidura espacial do metabolismo do capital. Como colocar o trabalho enquanto expressão de dinâmicas que ora são produto da (des)ordem estrutural, ora das disputas que identificam os interesses vinculados à órbita dos conflitos de classe? (Thomaz Júnior, 2009, p. 34).

A realidade que passou a dimensionar a relação dos novos processos de exploração, reconfiguração e (des)sociabilização dos processos de trabalho verificados, por meio da introdução da nova base técnica de automação, gerou o aprofundamento das contradições entre capital e trabalho, ou seja, aprofundamento da questão social, que colocou em xeque questões ligadas à reprodução social, representada pelas variações e reinserções dos trabalhadores de diversas formas nos processos de realização do trabalho, refletindo a Territorialidade, Desterritorialidade e Reterritorialidade (TDR) das identidades de trabalho. A esse respeito, Santos e Silveira afirmam que:

Distribuído no território ao sabor do trabalho morto, isto é, dos lugares já organizados para uma dada produção, o trabalho vivo organiza-se sob novas formas de produção e circulação, e desse modo uma nova divisão territorial do trabalho se impõe à preexistente [...] Mais tarde, a invenção e difusão das máquinas e a elaboração de formas de organizações mais complexas permitiram outros usos do território¹³ (Santos; Silveira, 2008, p. 30).

¹³ Ainda versando sobre as reflexões de Santos e Silveira (2008), podemos destacar as reflexões e percepções apontadas pelo conceito de uso e de como esse uso obedece às reflexões temporais das técnicas, a propósito temos: “[...] a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem” (p.19) [...] “O que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. Essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território” [...] “O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas”

Tal realidade pode ser compreendida pelas transformações no espaço e nos processos espaciais, que passam a ser refletidos pelas dinâmicas do território em uso, no qual a relação capital-trabalho complexifica as relações no espaço e no território, pois a expansão do meio técnico-científico e informacional, exteriorizam-se nesses processos. Isso ocorre por meio de novos equipamentos e objetos que passam a configurar e a reconfigurar as ações e relações de força, representando os interesses antagônicos, desiguais e corporativos na relação capital-trabalho: “Isso não se faz sem uma regulação política do território e sem uma regulação do território pelo mercado” (Santos; Silveira, 2008, p. 22).

3.2 Processos de trabalho, reestruturação produtiva e configurações espaciais no Brasil

Há necessidade de refletirmos a respeito de algumas questões que norteiam os processos de formação do homem, sua organização em sociedade, em que o trabalho se estabelece como condição fundante. Realidade que podemos apontar a partir de Marx¹⁴ (1990), Engels¹⁵ (1990),

(p. 20) [...] “Nos dias atuais, um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade. É a ciência que, dominada por uma técnica marcadamente informacional, aparece como um exemplo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual.” (p. 21). Segundo Santos e Silveira (2008, p. 21), “O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação *sistemas de engenharias*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as novas funções do novo espaço geográfico”.

¹⁴ Sendo Marx (1990, p. 51) “A história não faz nada, não possui (enormes riquezas), não (leva a cabo nenhuma luta)! É o homem, o homem real, o homem vivo, que faz, que possui, que luta; não é a história que utiliza o homem para realizar os seus fins – como se fosse uma entidade independente – ela nada mais é do que atividade do homem prosseguindo os seus fins [...]”. “O primeiro princípio de toda a existência humana, por consequência, de toda a história, que os homens devem poder viver para poderem (fazer a história). São necessários à vida, o alimento, e a bebida, a habitação, o vestuário e algumas coisas mais. O primeiro facto histórico é, portanto, a produção dos meios para satisfazer estas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, na verdade, um facto histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda atualmente, hora a hora, apenas para que os homens possam continuar a viver” (p. 52) [...] “Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, pelo que quisermos. Eles começam por si próprios a distinguir-se dos animais quando começam a produzir os seus meios de existência; este é um passo que condiciona a sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua vida material [...]” (p. 54).

¹⁵ As especificidades nas quais determinaram todo o processo de aprimoramento do homem foram permitidas por suas características de mobilidade e de busca por sua permanência, ou seja, sua capacidade de garantir as necessidades que passaram da condição de ser herbívoro para outras transições que o elevaram à condição de carnívoro, assim como modificaram as condições orgânicas. As expressões proporcionadas pelo trabalho imprimiram e redefiniram a relação com a natureza primeira, pois, o homem passou a extrair suas necessidades da natureza, construindo complexidades, expressões de reprodução de sua condição organizativa. Nesse sentido pode-se verificar as indicações de Engels, que afirma, face a cada novo progresso, o domínio sobre a natureza que tivera início com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas. Ver Engels, Friedrich. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem, 1990.

Lukács (1981) e Santos (2006). Orientações que nos impelem a comungar, entender o trabalho como categoria fundante do ser social, ao mesmo tempo que possibilita ao homem as experiências e os saltos para além da natureza, como bem aponta Santos (2006, p. 29): “[...] as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”.

Uma das percepções obtidas a partir de Lukács (1981) relaciona-se ao fato de que o fazer humano, traduzido pelos atos, configura-se essencialmente na causalidade posta, ou seja, as objetivações das suas necessidades, mediadas pelo trabalho, sendo a natureza o arsenal que possibilita o metabolismo do homem mediante a natureza (Marx, 1986).

O mais alto grau do ser por nós conhecida, o social se constitui como grau específico, se destaca do grau sobre o qual apoia sua existência, o da vida orgânica, e se torna uma nova e distinta espécie de ser, apenas porque nele há este operar real do teleológico. Nós podemos sensatamente falar do ser social somente quando compreendemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, o seu devir enquanto algo que é em si se apoia no trabalho, isto é, na continua realização de posições teleológicas (Lukács, 1981, p. 24).

A análise do papel do trabalho pela lente da ciência geográfica requer a aproximação acerca do conceito de espaço e território, pois ele leva em consideração justamente o papel relacional entre coisas e relações. O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável do qual participam, de um lado, certos arranjos de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais; de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento.

As relações do homem com a natureza passam por uma reviravolta, graças aos formidáveis meios colocados à disposição do primeiro. Houve mudanças qualitativas surpreendentes, a mais notável das quais foi à possibilidade de tudo conhecer e tudo utilizar em escalas sociais (Santos, 2008a, p. 14).

Compreender o processo evolutivo da relação do homem mediante a natureza e do que ela lhe oferecia de abundância e opulência, permitiu e determinou o aprimoramento do seu fazer, dado que, como mencionado anteriormente, suas repetições de ações e dos próprios objetos que criava lhe impulsionavam a criações e organizações que se davam com maior complexidade, ao mesmo tempo que sua organização social, ou seja, suas relações de sociedade, avolumavam-se e se agigantavam em números cada vez maiores, situação bem representada no olhar de Santos (2008a, p. 35). Para ele, basta considerar o espaço não como simples materialidade, isto é, o domínio da necessidade, mas como teatro obrigatório da ação – o domínio da liberdade.

Diante dessas reflexões, não podemos deixar de compreender as expressões do seu fazer, e do aprimoramento desse fazer, quando sua relação de criação e sua liberdade de viabilizar necessidades promoveram sua organização de criação mediante as dinâmicas do tempo e de espaço. O que estamos tentando explicar é a importância de sua capacidade de desenvolver e imprimir na produção do espaço vivências, em que as técnicas se incumbiam de metabolizar sua trajetória de evolução mediante a capacidade de humanização da opulência de recursos que a natureza disponibilizava, ou seja, sua capacidade de humanizar e exponenciar presença nos diversos lugares e escalas. Para Santos (2008a, p. 63), a base da sociedade e do espaço constitui, hoje, um dado fundamental da explicação histórica, já que a técnica invadiu todos os aspectos da vida humana, em todos os lugares.

Nesse sentido, a ciência e a técnica possibilitaram a complexificação da vida cotidiana, e a geografia se faz cada vez mais responsável, no sentido de compreender os sistemas criados, de como o tempo e o espaço necessitam ser refletidos por essa monta de reflexão. Entender tal realidade é o propósito da ciência geográfica por uma totalidade que só se torna possível, em¹⁶ perspectiva de escala, mas que para além dos tempos de sucessão dos sistemas de objetos e de ações, busca a sua reflexão pelo conjunto de relações constituídas e intencionadas na realidade da cotidianidade das relações, assim como por sua liberdade e busca da necessidade de criar, pelo trabalho e sua divisão técnica.

Compreendemos e discutimos aqui a importância das técnicas¹⁷ e da ciência como meios de conexão entre tempo e espaço, e de como elas foram capazes de ser agentes facilitadores, que garantem a metabolização, tornando viável a sua existência no meio social, em que a natureza natural não compreendia suas necessidades e liberdades, fez e propiciou que os

¹⁶ O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadrado único onde a história se dá. Sistemas de ações e sistemas de objetos interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações, e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou realiza-se sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma. No começo era natureza selvagem, formada por objetos naturais que, ao longo da história, vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos e, mais recentemente, objetos mecanizados, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Por meio da presença desses objetos técnicos – hidrelétricas, fabricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades – o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico.

¹⁷ Segundo Milton Santos: As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro, a possibilidade precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então, essa empiricização pode ser a base de uma sistematização, solidária com as características de cada época. Ao longo da história, as técnicas se dão como sistemas, diferentemente caracterizados. Os sistemas técnicos criados recentemente se tornaram mundiais, mesmo que sua distribuição geográfica seja irregular e o seu uso social seja hierárquico. Mas, pela primeira vez na história do homem, defrontamo-nos com um único sistema técnico presente no Leste e no Oeste, no Norte e no Sul, superpondo-se aos sistemas técnicos precedentes, como um sistema técnico hegemônico, utilizado pelos atores hegemônicos da economia, da cultura, da política (Santos. 1990). Esse é um dado essencial do processo de globalização, processo que não seria possível se não houvesse essa unicidade.

homens passassem a artificializar tudo o que era necessário para garantir suas condições de reprodução, como ser social, vivendo em sociedade. Na percepção de Santos (2008, p. 39), em qualquer momento, o ponto de partida e a sociedade humana realizam-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições.

Existe, portanto, uma busca por compreensões a respeito do protagonismo do homem, a partir da sua condição de desenvolver expressões de trabalho e de relações em sociedade, criando sistemas que o fizeram complexificar sua existência, ao mesmo tempo lhe possibilitando desenvolver intencionalidades com o intuito de refletir a questão do espaço-tempo em diversas escalas que vão desde o mundo ao lugar. Sabemos o quanto fora complexo a perspectiva de totalidade como realidade e movimento nos processos que possibilitaram as transformações humanas em sua relação com a natureza.

No contexto empírico, não há como compreender a totalidade sem a dinâmica de suas partes, que se dão do lugar ao mundo e se constroem por meio de lógicas e interesses que se fazem no processo econômico global. Neste, as técnicas de antes, de certa maneira, não refletem a ação da lógica de exploração, necessitam ser refletidas na relação do espaço com a ciência, tecnologia e informação, espaços hegemônicos que imprimem interesses do capital global, estabelecendo subalternização e determinadas colocações para os lugares. Segundo Santos (2008b, p. 40), são espaços não hegemônicos.

Nessa discussão, devemos compreender que as ações do fazer, na trajetória de toda a criação e seu aprimoramento, todo o processo produtivo, faz-se por meio da lógica dos atos construídos, nos quais a capacidade de organização, do trabalho, da condição mental do fazer, assim como do conjunto de todos os objetos, na sua materialidade e imaterialidade, redimensionam não só o espaço. Nos tempos de grandes transformações da ciência, da técnica, da tecnologia, da informação, acabam o promovendo, como elucida Santos (2008b). A produção já não é definida como trabalho intelectual sobre a natureza, mas como trabalho intelectual morto. Nesse sentido, podemos apontar grifos nossos, já que essa (re)dimensão reflete a natureza trabalhada no espaço artificializado.

É necessário, talvez – e antes de tudo –, explicar a noção de espaço, de meio. Consideramo-lo como algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente (Santos, 2008b, p. 46).

Quando passamos a refletir o espaço e suas escalas, não podemos compreendê-lo sem os arcabouços de informação e técnicas criadas, que se alteram por meio de uma dinâmica que se faz e refaz a partir dos princípios hegemônicos. A dimensão do controle segue lógicas ampliadas do uso e controle dos territórios de acordo com interesse do capital, pois a produção e os interesses seguem a lógica das transformações dos intuitos da exploração e alienação, pela exploração de “[...] sistemas que são manipulados onde a produção e a exploração se fazem e acontecem longe do espaço de controle e de administração” (Santos, 2006, p. 241).

Os tempos são plasmados de acordo com os interesses da economia-mundo e globalizada, ou seja, só criamos capacidade de entender tais movimentos quando refletimos sobre as partes e suas interconexões no âmbito da ciência geográfica. No entanto, o movimento metodológico completo se dá no âmbito dialético, quando necessitamos reconectar as partes, no sentido da totalidade.

O meio técnico-científico-informacional é a nova cara do espaço e do tempo. É aí que se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais (Santos, 2008b, p. 41).

Partindo dessa perspectiva, não podemos deixar de refletir a questão do espaço-tempo-mundo, que se dá e constrói-se mediante as lógicas e os interesses que se fazem no processo econômico global. Lugar no qual as técnicas de antes, de certa maneira, não refletem as novas ações de exploração e de mando hegemônicos. Necessitam, assim, ser refletidas através de sistemas que correspondam às relações de produção do espaço hoje, vinculadas à ciência-tecnologia-informação.

Essa realidade é tratada por Santos (2008b) por meio de seus princípios de “tempos hegemônicos e sistemas de engenharias”, o que nos permite compreender e dimensionar não só as escalas de produção e de subsunção do capital, em uma compreensão do território como do espaço e sua lógica de constituição, ou seja, as faces de constituição do espaço produzido. Segundo Santos (2008b, p. 47), o espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações deliberados ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se aos outros, modificando o todo.

Para compreendermos as relações e processos de trabalho e produção, necessitamos imediatamente perceber as condições do trabalho absoluto e trabalho abstrato, uma vez que se percebe que o mundo das necessidades, no qual há uma relação direta do trabalho necessário na perspectiva do valor de uso, os trabalhadores trocam sua única mercadoria, sua força de

trabalho. Com o intuito de garantir sua sobrevivência, passam a não compreender as transformações na relação de uso, pois a relação de coisificação e fetichização ocorre em meio aos processos de alienação (Marx, 2019).

O trabalho abstrato se faz de “forma mágica”, constituindo a pilhagem e a valorização, efetivando os ganhos do capital por meio da mais-valia absoluta e relativa. Essa situação é compreendida e desmitificada por Marx¹⁸ e Engels¹⁹, pautados pelos entusiastas da Economia Política (David Ricardo²⁰, Adam Smith²¹, John Stuart Mill²² etc.), que tentavam, de forma preliminar, compreender os processos nascedouros do capitalismo.

A confirmação dos novos modos de produzir e redesenhar do capital, com a alteração da sua base tecnológica, assim como pelos métodos enxutos de planejamento e gestão, confirmaram, na dinâmica do território, formas inovadoras de gestão, de produtividade, de quebra de identidades e pertencimento, de desemprego, da informalidade, da exclusão social

¹⁸ Ver Marx (2019), *O Capital: críticas da economia política: Livro I: o processo de produção do capital, reflexões a respeito da compreensão do valor de uso e troca, assim como as interpelações e críticas presentes no texto Grundrisse: manuscritos econômicos, de 1857-1858: esboços da crítica da economia política; etc.*

¹⁹ Ver as obras de Engels: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1985), *Anti-Duhring: filosofia, economia política e socialismo* (1979). *Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem* 1990, compreendemos não só a importância do papel do trabalho como meio transformador da realidade, mas como capas que imprimem o fazer e realizar dos homens no espaço. As críticas direcionadas a Duhring deixam claro o entendimento das razões das conjecturas da operacionalização da teoria do valor dos economistas do capitalismo.

²⁰ Acerca do debate, sobre a teoria do valor, no processo de desenvolvimento da compreensão e da constituição da teoria do valor, a partir da transmutação do fazer e das ideias, acerca da economia política do capital na modernidade (liberalismo), nos elementos subjetivos. Pra tanto podemos ressaltar alguns fragmentos das obras dos autores Davis Ricardo (2018), Adam Smith (2020) e Stuart Mill (2020):

É correto dizer que a proporção entre as quantidades de trabalho necessário para adquirir diferentes objetos parece ser a única circunstância capaz de oferecer alguma regra para trocá-las uma pelas outras, ou, em outras palavras, que a mercadoria que o trabalho produzirá é que determina o valor relativo delas, presente ou passado, não as quantidades comparativas de mercadorias que são entregues ao trabalhador em troca de seu trabalho (RICARDO, 2018, p.19).

²¹ Fica, pois, evidente que o trabalho é a única medida universal e a única medida precisa de valor, ou seja, o único padrão através do qual podemos comparar os valores de mercadorias diferentes, em todos os tempos e em todos os lugares. Não se pode estimar o valor real de mercadorias diferentes de um século para outro, pelas quantidades de prata pelas quais foram comprados. Não podemos estimar esse valor de um ano para outro, com base nas quantidades de trigo, pelas quantidades de trabalho. Podemos, com a máxima, exatidão calcular esse valor, tanto de um século para outro como de um ano para outro. De um século para outro, o trigo é uma medida melhor do que a prata, pois século para século quantidades iguais de trigo poderão pagar a mesma quantidade de trabalho com maior precisão que quantidades iguais de prata (Smith, 2000, p.18).

²² O **utilitarismo** como doutrina busca avaliar a moral e, sobretudo, as consequências dos atos humanos na perspectiva do agir e das ações no todo do tecido social. Caracteriza-se, ainda, mais pela ideia do que as condutas adotadas devem promover a felicidade ou prazer do coletivo, evitando assim as ações que levam ao sofrimento e a dor. Nesse sentido podemos observar as interlocuções do autor e do tradutor da obra “O utilitarismo” (Mill, 2020). Segundo Mill (2020, p.16), “[...] toda a ação é realizada em vistas de um fim e, assim, parece natural supor que as regras de ação recebam todas as suas características e feições do fim a que estão subordinados”. Segundo Alexandre Braga (2002, p.12), com obra publicada em 1861, o Utilitarismo tinha como um de seus objetivos oferecer uma resposta aos que consideravam a doutrina, segundo os termos do próprio Stuart Mill, digna de “porcos” apenas. Tratava-se, então, por um lado, de apresentá-la de forma a poder incorporar as aspirações humanas estimadas como mais elevadas, permitindo assim o reconhecimento da multiplicidade e da variedade das fontes de felicidade de que a vida humana dispõe, e, por outro lado, de admitir na doutrina o papel desempenhado na ação moral pelas emoções e pelos sentimentos.

etc. Realidade que se percebe no processo de produção do espaço, que passa a exteriorizar as desigualdades socioespaciais. A realidade excludente percebida na conjuntura atual, em que as condições sociais, políticas, econômicas e ideológicas, dadas pelos atos vividos e exteriorizados no espaço, criam e ditam as formas como o espaço passará a ser concebido. Essa lógica, impetrada pelo capital, desemprega, exclui, segrega e marginaliza, principalmente se percebermos as delimitações conceituais de território, amplificadas por Lopes (2018), assim como outros autores, que veremos adiante.

Realidade que determina, como possibilidade, à grande maioria dos indivíduos o acesso precário aos serviços e políticas públicas, corporificadas por meio dos equipamentos públicos (transporte, educação, saúde, cultura etc.) que são direitos consagrados na Constituição (1988), mas que acabam sendo negligenciados pelos governantes (Brasil, 1988). Mesmo que consagrados sob a égide dos direitos e princípios fundamentais da Constituição, o acesso a esses direitos não é de todos. Alguns passam a ser excluídos devido à reprodução social que negligencia o ser social, que vive e concebe o espaço socialmente produzido. Assim surgem os espaços mais segregados, com poucos serviços de cunho coletivo concentrados nos espaços urbanos, o que Santos (2006) e Carlos (2016) consideram como as franjas nas cidades e espaços metropolitanos.

A compressão da realidade verificada acima não é nova, sabemos que esse processo foi e é exercido nos países, na sua totalidade, em dimensão territorial planetária. Um quadro que surgiu com o advento das políticas neoliberais dos governos de Margaret Thatcher (Grã-Bretanha) e Ronald Reagan (Estados Unidos), com políticas que ficaram conhecidas como *thatcherismo* e *reaganomics*.

Podemos perceber, com maior clareza, as realizações das políticas territoriais neoliberais e seus tentáculos globalizadores, tendo como base as percepções não só de Antunes (2018), em *O Privilégio da Servidão*, mas principalmente nas obras de Santos (1996, 2000), em *A natureza do Espaço e Território e Sociedade*, respectivamente.

3.3 Espaço, território e trabalho: aproximações teórico-conceituais para o desenvolvimento da pesquisa

Entender o trabalho sob a tônica do arcabouço teórico e conceitual da ciência geográfica nos impele à necessidade de ressaltarmos a relevância de utilizarmos o conceito de território trabalhado por Santos (2007, p. 14): “[...] o território é o lugar em que desembocam todas as ações, paixões, os poderes, as forças, as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Nesse sentido, procuraremos refletir

sobre as questões e realizações do trabalho *uberizado*. Antes, porém, consideramos necessário apontar a percepção de alguns autores e pesquisadores da ciência geográfica que procuram operacionalizar a percepção do território, dando ênfase e base atreladas a questões e a alguns aspectos sobre território, seja quanto ao aspecto econômico, político e cultural ou o entrelaçamento desses fatores, para explicar o conceito e a dinâmica de um espaço que está sempre em processo de construção.

Certos de que cada autor, dependendo da sua linha de trabalho, pesquisa e de suas concepções teórico metodológicas, busca apontar questões relevantes a partir do espaço, podemos destacar a abordagem de território exercida por Claude Raffestin (1993), devido sua obra perenizar o caráter político do território, assim como busca entender e compreender que o principal elemento de tessitura do território encontra-se primariamente no conceito de espaço geográfico, logo, é anterior ao território. Nessa perspectiva, o essencial é

[...] compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (Raffestin, 1993, p. 143).

Compreendemos preliminarmente que a percepção de Rogério Haesbaert (2002) se expressa por meio de vertentes que comungam entre si, para constituir o que ele sistematizou e reuniu em três elementos: os territórios-zona, os territórios-rede e os aglomerados de exclusão. Essas delimitações se interpõem pelas relações de poder expressas no território, mediante as questões políticas e jurídicas, sendo elas ordenadas nas legislações e no poder estatal, assim como pela maneira que a cultura se faz no imaginário e na subjetividade de valores. Nessa construção, o território é percebido como produto plasmado, a partir dessas identidades subjetivas e, ao mesmo tempo, como relações de exclusão e exploração dadas pela relação capital-trabalho. Para o autor, “[...] uma espacialidade complexa, somente é apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos híbridos” (Haesbaert, 2002, p. 38).

Outra percepção importante é a abordada por Souza (*apud* Castro; Gomes; Corrêa, 2001), que vem estabelecendo interlocução no âmbito político e de expressões culturais, que se exteriorizam no espaço, onde grupos e pessoas imprimem relações de poder a partir das ações e diferenças culturais, ou seja, o território como expressão política e cultural. Essas observações podem ser percebidas e identificadas nas metrópoles, em grupos sociais que imprimem no espaço relações de poder, criando, assim, territórios em conflito e pelas diferenças culturais.

Lopes (2018) propõe o conceito de território autônomo, no sentido de que a sociedade estabelece processos de aprendizados culturais que permitem maior liberdade e menor desigualdade. Desse modo, na visão de Souza (2001), o território deve ser apreendido em múltiplas vertentes com diversas funções. Mesmo privilegiando as transformações provenientes do poder no território, o autor aponta a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades, como o território da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, das gangues e outros que podem ser temporários ou permanentes.

A discussão conceitual de território também é feita por Saquet (2003), que o considera como produzido pelas relações de poder, mediante a relação espaço-tempo que passa a ser engendrada por um determinado grupo social na sociedade. Com relação à permanência desses, eventos de espaços de poder, eles podem ser temporários ou permanentes, reproduzindo-se em diferentes escalas, para além do controle do Estado-Nação.

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais (Saquet, 2003, p. 28).

Saquet (2015) acompanha as discussões engendradas por diversos autores da última década do século XX, como Sack (1986) e Raffestin (1993), que apontaram a respeito de uma construção mais histórica e permeada por processos que compreenderam várias escalas, ao longo das transformações espaço-tempo. Contudo, seu principal foco é a abordagem territorial percebida de forma central, sendo a mediadora dos processos históricos e multiescalares, os quais se traduzem no território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização.

Assim, a TDR é verificada por meio de uma abordagem de cunho multidimensional, relacional e processual que reconhece a combinação de territorialidade e temporalidades, mudanças e continuidades no tempo e no espaço. No entanto, além das vertentes econômicas, políticas e culturais, Saquet (2015) também considera a vertente da natureza, que sempre estará presente dentro do território. A natureza está no território, é dele indissociável.

Por sua vez, Andrade (1995) faz uma análise da questão do território no Brasil, retratando o conceito de território a partir de uma visão profundamente política e econômica de ocupação do espaço, sendo expressadas por fortes relações de poder:

Deste modo, o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem

os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (Andrade, 1995, p. 19).

Diante do exposto, compreendemos que na sua concepção, o território pode ser percebido no âmbito do controle administrativo, fiscal, jurídico, político, econômico, efetivo, do espaço ou de uma região. Os apontamentos de Andrade (1995) traduzem e apresentam certa diferenciação entre os conceitos de território e espaço, apontando, para tanto, que território se associa à ideia de integração que se efetiva pela ocupação de uma população, possibilitando uma integração nacional, ao mesmo tempo perfazendo as movimentações dos processos econômicos, de comércio, assim como as ações de infraestrutura e mobilidade.

Tais realizações, na visão do autor, possibilitam os processos de realização do capital, bem como se faz manifestar os princípios de pertencimento dados pela territorialidade. “[...] a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas” (Andrade, 1995, p. 20). Com relação à sua percepção sobre o conceito de espaço, engloba também as áreas vazias que ainda não se territorializaram, isto é, que ainda não sofreram uma intervenção e ocupação humana efetivas. Assim, o espaço é mais amplo que o território, englobando-o.

Na percepção de Sack (1986, p.05), possibilitada na obra ainda não publicada no Brasil, *Territorialidade Humana: sua teoria e história*, há o apontamento de que a territorialidade é “[...] definida como a tentativa por um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”.

A Territorialidade nos humanos é melhor entendida como uma estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar fontes e pessoas, controlando área; e, como uma estratégia, a Territorialidade pode ser ligada e desligada. Em termos geográficos ela é uma forma de comportamento espacial (Sack, 1986, p. 3).

O autor busca refletir sobre as determinações do desenvolvimento histórico do homem, assim como suas ações e comportamentos relacionais estabelecidos ao longo do processo de formação. Apresenta comparações e analogias de diversos espaços e épocas, na dimensão espaço-tempo, de forma orgânica e sistêmica. Explora algumas das mudanças mais importantes que têm ocorrido nas relações entre sociedade e territorialidade, do começo da história até o presente, que possibilitam as configurações espaciais no meio social.

Para Sack (1986), territórios políticos e propriedades privadas de terra podem ser as formas mais familiares em que a territorialidade ocorre em vários níveis e em numerosos contextos sociais. A territorialidade é utilizada em relacionamentos cotidianos e em organizações complexas. É uma expressão geográfica primária de poder social, o meio pelo qual o espaço e sociedade estão inter-relacionados. As funções de mudança da territorialidade nos ajudam a entender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo.

Pessoas não interagem e se movem no espaço como bolas de bilhar. A interação humana, o movimento e o contato são uma questão de transmissão de energia e informação com o objetivo de afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e o seu acesso a recursos. Relações humanas espaciais são resultado de influência e poder. A territorialidade é a forma espacial primária assumida pelo poder (Sack, 1986, p. 26).

Diante do breve levantamento conceitual acerca do território, não poderíamos deixar de apresentar a percepção do conceito de território usado, apontada por Milton Santos (2008b, p. 20), “[...] o mesmo afirma a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a contribuição do território, já que para ele território usado é sinônimo de espaço”. Certas das importantes contribuições para a construção do conceito de território, presentes em várias de suas obras, não poderíamos deixar de considerar sua grande relevância para a ciência Geográfica brasileira.

A formação do território é algo externo a ele próprio. Segundo Santos (1985), a periodização da história é que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais. O autor evidencia o espaço como variável a partir de seus elementos quantitativos e qualitativos, partindo de uma análise histórica:

O que nos interessa é o fato de que cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo (Santos, 1985, p. 9).

No entanto, podemos perceber que Santos (1996, p. 77) não confunde o espaço com o território, busca antever o território como configuração territorial e o espaço sendo conceituado como a totalidade verdadeira, em que as formas podem “[...] permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes”. O autor considera os espaços diferentes, as espacialidades singulares, resultados das articulações entre a sociedade, o espaço

e a natureza. Para ele, o território pode adotar espacialidades particulares, conforme há o movimento da sociedade (nos seus múltiplos aspectos: sociais, econômicos, políticos, culturais). O território pode ser distinguido pela intensidade das técnicas trabalhadas, bem como pela diferenciação tecnológica das técnicas, uma vez que os espaços são heterogêneos, caminho que desde logo aponta para a perspectiva do território usado.

Santos (2002) busca realizar uma leitura múltipla do território, pois, para ele, há a preeminência do território se entendido dessa forma. Conclui que o trabalho é um dos pontos importantes para a compreensão do território. As interpretações do autor são possibilitadas considerando as muitas faces do capital. Santos (2002) busca enfatizar sugestões aos pesquisadores que adentrarem no mundo do trabalho, no sentido de que há necessidade de efetuar uma ampla compreensão do que seja território. Assim, urge um debate teórico entre as rugosidades, as periodizações, as técnicas, o território, a emoção e o trabalho, objetivando o entendimento da sociedade, do espaço e das razões que formam e mantêm um território.

3.4 Descaminhos do trabalho em tempos de políticas territoriais ultra-neoliberais: entre dados e perspectivas

No caso do Brasil, podemos elencar Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso como governantes que iniciaram os princípios e ordenamentos dos processos de privatização e de flexibilização da produção, assim como as alterações que viriam seguir os ritos e propósitos da globalização das políticas ultraneoliberais. Em meio às alterações acarretadas por esses processos do fazer produtivo do capital, a base produtiva foi inspirada pelo padrão de transformações tecnológicas, informacionais e de comunicação. Tais percepções são claramente reveladas por meio de autores como Antunes (2007), Pochmann (1999) e Alves (2009). Dentre muitos outros que buscam as compreensões dadas pela geografia, podemos perceber as contribuições de Thomaz Júnior (2003).

Esse cenário acompanhou as transformações do mundo do trabalho, pela união predatória do capital produtivo ao capital financeiro, que vulgarizaram e rapinaram os meios de existência perante as condições de trabalho. Situação que também fragilizou os processos organizativos, como os movimentos sindicais que foram pulverizados pelos acordos internos via surgimento das Centrais Sindicais, que colocaram por terra os princípios balizadores da identidade operária (Thomaz Júnior, 2017). Esse quadro, como veremos posteriormente, possibilitou os descaminhos das identidades de trabalho, ao passo que também garantiu a lógica de exploração e de efetivação do capital em condições globais.

Considerando o contexto de crescimento do setor de comércio e consumo em escala mundial, no caso da *Uber*, observamos os dados divulgados na data do dia 02/01/2023, na qual houve a divulgação de informações de faturamento do último trimestre do ano de 2022. Sendo que o faturamento do grupo dobrou para US\$ 8,1 bilhões, com uma demanda consistente de clientes por corridas e entregas de comida, apesar da alta da inflação (Uber, 2023). Segundo dados da *Uber*, a empresa também aumentou o número de motoristas e entregadores parceiros, que chegaram a um total de cinco milhões no mundo – um recorde. Analistas temem que a alta nos preços de combustíveis reduza a demanda pelo aplicativo como fonte de renda (Uber, 2023).

É importante apontar que no Brasil aproximadamente 1,5 milhão de pessoas trabalham com transporte de passageiros e entrega de mercadorias, segundo dados divulgados em 10 de janeiro de 2023, pelo IPEA. A maioria (61,2%) é de motoristas de aplicativo ou taxistas, 20,9% fazem entrega de mercadorias em motocicletas e 14,4% são mototaxistas. Tal realidade pode ser percebida por meio das informações do próprio *iFood*, em que se observa cerca de 410 mil entregadores. Desse número, 160 mil são entregadores cadastrados na própria plataforma, ou seja, estão aptos a receber pedidos dos clientes dos planos de entregas; e 250 mil são cadastrados fixos dos restaurantes (10/02/2023 – *iFood.com*).

A fim de que esses trabalhadores vulneráveis e desprotegidos possam garantir algum meio de existência, ao mesmo tempo que continuam exercendo o processo de valorização do capital, compreender essa nova morfologia do trabalho leva à necessidade compósita de perceber o trabalho improdutivo na constituição do valor e do sobre trabalho, ou seja, das formas nas quais o capital busca exercer as “novas” formas de valorização do capital.

O processo de flexibilização do trabalho está relacionado principalmente a questões da exclusão, que é exercida por meio do processo produção/reprodução do capital, a partir da reestruturação produtiva. Nesse processo, a contradição maior vincula-se à base de produção desenvolvida no âmbito das novas tecnologias, da robotização e da automação. Essa lógica traz no seu cerne o crescimento da exploração no processo produtivo, com a intensificação do trabalho, acarretando a superexploração e o crescente processo de demissões, desempregos, terceirização, informalidade e precarização.

Diante do quadro imposto pela flexibilidade da produção do capital, podemos perceber a situação atroz que essa realidade impõe a um grande número de indivíduos, ao mesmo tempo que aponta o processo evolutivo da capacidade humana, no sentido de desenvolver as formas dos ganhos e conquistas, na perspectiva do desenvolvimento das tecnologias na qual Marx (2011) já apontava (desenvolvimento das forças produtivas), principalmente no tocante ao

desenvolvimento da ciência e da tecnologia. O autor argumentava sobre o sentido de libertar a classe que vive do trabalho, ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas. No entanto, o que se observa, mediante esse processo, é a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. O processo de automação libera massa de trabalhadores, que passam a viver a negação da sua única mercadoria que é produto da sua condição corpórea, agora negada no mercado – configurando o desemprego estrutural e todos os demais problemas sociais.

Essa nova configuração do mundo do trabalho libera grande parte dos trabalhadores e imprime uma nova morfologia do trabalho, trazendo o trabalho ‘livre’, porém o deixando na posição de execração e profunda exclusão. Nesse sentido, a percepção mais imediata é a condição de não obter meios para garantir sua sobrevivência, ou, como bem afirma Antunes (2018) “[...] a negação do privilégio à servidão [...]”. Isso significa que o trabalhador deixa de possuir até a condição de superexploração, a continuidade do processo salarial do trabalho, mesmo que ditado por ritmos do controle de qualidade, das metas a cumprir, dos ritmos de aceleração de tempos de produção e das placas do método *kaban*.²³

Neste breve momento de reflexão, pensamos os dramas satanizadores do Fausto, de Goethe, e de como ele queria para si os bens, os prazeres dados pela riqueza em seu pacto com Mefistófeles. Ao encontro dessa discussão, acreditamos que as reflexões de Berman (1982) apresentam uma das ideias incríveis de Goethe:

Uma das ideias mais originais e frutíferas do Fausto de Goethe diz respeito à afinidade entre o ideal cultural do autodesenvolvimento e o efetivo movimento social na direção do desenvolvimento econômico. Goethe acredita que essas duas formas de desenvolvimento devem caminhar juntas, devem fundir-se em uma só, antes que qualquer uma dessas modernas promessas arquetípicas venha a ser cumprida. O único meio de que o homem moderno dispõe para se transformar – Fausto (Berman, 1982, p. 35).

²³ Ver Antunes (2007, p. 26). Desse modo, a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque) é garantido pelo just in time. O kanban, placas que são utilizadas para a reposição das peças, é fundamental, à medida que se inverte o processo: é do final, após a venda, que se inicia a reposição de estoques, e o kanban é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/produtos. Daí o fato de, em sua origem, o kanban estar associado ao modelo de funcionamento dos supermercados, que repõem os produtos, nas prateleiras, depois da venda. Kanban (do japonês, “cartão”) é um sistema de organização e gestão do trabalho feito por meio de cartões, que tornam os processos muito mais visuais do que em uma gestão comum. É denominado de sistema puxado (exploração e alienação, verificado por Antunes – 2007), porque só aceita mais trabalho, assim que algum cartão sair do fluxo, ou seja, a quantidade de cartões é limitada e a de trabalho também. Logo abaixo, há exemplos de como o método pode “facilitar a gestão”: a) Permite visualizar o fluxo de trabalho; b) Permite Mapear e gerenciar o fluxo; c) Permite limitar o trabalho em progresso.

Trazemos essa breve interlocução com Berman (1982) para tentar compreender as mudanças desastrosas que o neoliberalismo, com aliança beligerante entre capital financeiro e produtivo, vem acachapando o esforço grandioso do próprio capitalismo, em relação aos Manuscritos Econômicos, as Grandes Navegações, a Escola de Sagres, o Iluminismo, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, que possibilitaram o desvirtuar do trabalho na sua condição ontológica e do ser social como metabolismo homem-natureza, mediado pelo trabalho, e sua condição de uso. Esse cenário possibilitou, por sua vez, a política liberal. O germe que corrói o capitalismo é o mesmo que exerce a sua clivagem por dentro, de forma acelerada. Contexto que nos faz acreditar que a nova morfologia do trabalho e da classe que vive do trabalho necessita unir-se no sentido de superar essa forma espoliativa e deploradora da condição humana.

Precisamos compreender as conjecturas atávicas liberais e sua articulação de cunho hegemônico nas relações diretas com o Estado, que não só possibilitam, mas também exercem as mediações necessárias aos propósitos de produção e reprodução do capital. No caso das mudanças com a Consolidação das Leis Trabalhistas, que seguramente foram construídas não pelas complacências, do governo varguista, no período de 1930 a 1945, mas pela luta e muita organização dos trabalhadores ao longo do século XX.

As fragilidades e atentados às leis trabalhistas existem como propósito de solução ao desemprego, demandadas por alguns afortunados que acreditam que elas impedem e impediam a flexibilização e a geração dos empregos no país. Da mesma forma como as dinâmicas dadas pelas privatizações, que passaram a ser as bandeiras mais eloquentes do próprio capital financeiro e do mercado livre, de fato não se confirmaram, pois não resolveram os problemas que as possibilitaram no neoliberalismo.

O modelo de capital flexível não gerou esses empregos, muito pelo contrário, provocou desemprego em massa; assim como a terceirização de forma atroz precarizou as condições de trabalho. Os verdadeiros ganhos desses atentados ao trabalho foram os ganhos massificados do capital financeiro ao longo desses últimos quarenta anos, por meio dos juros astronômicos que impactam na precária condição de vida hoje. Tal realidade é bem aludida pelas análises tecidas nas obras de Antunes: *Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho* (2005), *O caracol e sua Concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho* (2006) e *O Avesso ao Trabalho* (2004); assim como as obras de Alves *O novo (e precário) mundo do trabalho* (2005), *Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial* (2009); dentre outras, como de Harvey (1989), *Condição pós-*

moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural, e de Thomaz Júnior (2000), *Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade?*.

Basta que nos atenhamos à questão do desemprego e do crescimento da informalidade, nas duas últimas décadas do século XXI, para percebermos o aumento da taxa na inserção da informalidade. Segundo dados disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua, 2022), apurada pelo IBGE, o Brasil registrou a seguinte taxa de informalidade no universo do trabalho do país: 39,7% de indivíduos no mercado de trabalho, no último trimestre do ano de 2022. Representando, portanto, um total que alcançou um recorde de 39,307 milhões de trabalhadores, atuando na informalidade no período citado acima (IBGE/PNAD, 2022).

Por mais que o setor produtivo de mercadorias não deixe de efetivar seus ganhos, os trabalhadores passam a comprar e revender produtos dos fabricantes, ou seja, suas mercadorias. Entretanto, esses fabricantes não demandam investimentos, gastos ou mesmo prejuízo com essas pessoas, em regime de informalização; não arcando, por exemplo, com os custos com os camelôs, que não gozam das mínimas condições e garantias legais, como previdência, direitos trabalhistas e férias.

3.4.1 Terceirização e a nova condição territorial do trabalho no século XXI

No contexto atual, a terceirização pode ser definida como a consequência mais atroz do processo de flexibilização da produção. Harvey (2011) compreende esse cenário como uma transformação percebida no sentido crítico das artimanhas e meios para que o capital prossiga com seus atentos, no que tange às formas de superexploração. Tal argumento possibilita-nos compreender que a terceirização é o principal caminho adotado para que o capital desvie dos propósitos legais, que historicamente garantiram os processos de trabalho, assim como de sua legalidade quanto às conquistas históricas dos direitos trabalhistas e sociais. A terceirização surge como meio de “renovar” a exploração e enxugamento dos gastos, bem como representa a fuga das responsabilidades do capital, repassando-as a terceiros. Não altera a lógica entre capital e trabalho, pois as contradições continuam as mesmas, por mais que tenha a figura do terceirizado, sua função continua sendo garantir mão de obra à empresa contratante.

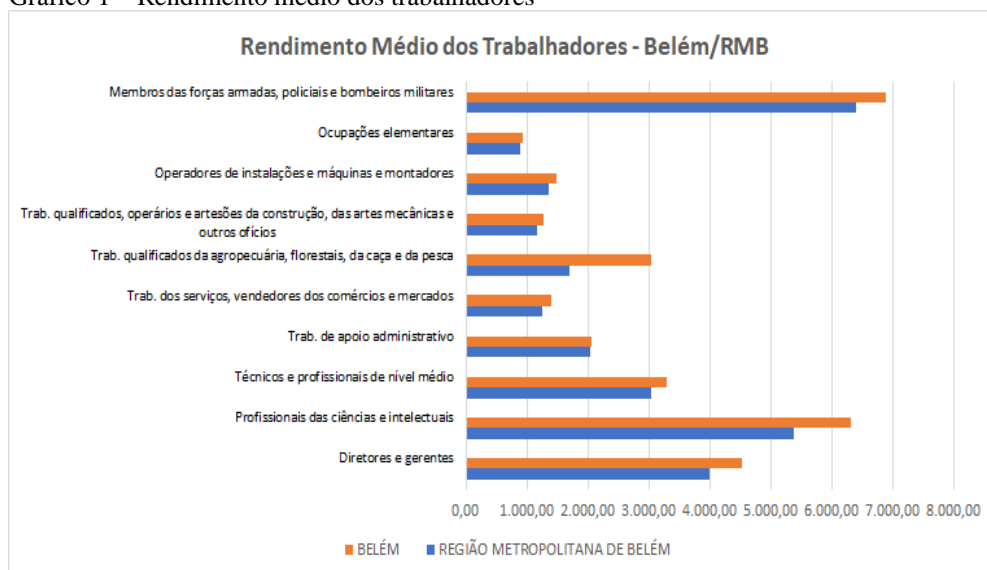
Necessitamos, diante disso, compreender a condição precarizante da terceirização, ao mesmo tempo alienadora das identidades nos espaços de trabalho. A maximização dos trabalhadores terceirizados, verificada hoje nos espaços de trabalho, sejam eles privados ou mesmo públicos, atenta e redimensiona as relações e as condições dos trabalhadores. O

metabolismo da sociedade capitalista é o mesmo, pois consiste na produção – circulação - produção de mercadorias, em um círculo perene, cujo objetivo central é a acumulação e a pilhagem, por meio do sobretrabalho, que é fomentado pelo trabalho abstrato e pela mais-valia relativa (Harvey, 2005).

Tendo como base a compreensão apresentada acima, convém que ressaltemos a percepção de Antunes (2018), principalmente quando se percebe as condições do trabalho terceirizado, pois aguça as diferenças nos níveis de salários, nas jornadas mais prolongadas, na intensidade de trabalho, na rotatividade, nas condições de insegurança e insalubridade, nos adoecimentos, entre tantos outros aspectos. Nesse ínterim, podemos apontar os estudos e contribuições exercidas por Piketty (2013), descrevendo e interpretando os ciclos de crise e os meios de superação do capital, a fim de redimensionar os meios e relações de trabalho e exploração, promovendo e buscando liquidez.

O processo de exploração, por meio do trabalho coletivo, dado pela tríade trabalhadores, instrumentos de trabalho e capital, passa a ser exercido de forma deplorável, pois a terceirização é acompanhada de condições precárias e de superexploração. Haja vista que os trabalhadores terceirizados, além de ganharem os menores salários, trabalharem mais, vivenciam mais a instabilidade e gozam de menos direitos, são os que mais morrem e se acidentam nos locais de trabalho. Essas vulnerabilidades e maior exposição aos riscos decorrem exatamente dessa condição mais precária de trabalho. Tendo como base as condições aviltantes refletidas, podemos observar os valores de rendimento do setor de serviços e informalidade, a partir dos dados do IBGE-PNAD 2000, no espaço metropolitano de Belém.

Gráfico 1 – Rendimento médio dos trabalhadores



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2020.

Esses dados nos levam a compreender o atual quadro de caminhos e descaminhos do trabalho e seus redirecionamentos territoriais no cenário de então. Cenário esse que não só mutilou as principais características das formas de trabalho na perspectiva taylorista, mas que passa a constituir uma forma tangível, metabolizadora de reprodução das condições, convenhamos, nascedouro e disciplinador das condições das relações de venda e troca, garantindo ao capital os meios necessários para efetivar a mais-valia e a pilhagem.

Neste instante, não podemos nos atrever a afirmar com absoluta certeza de que, mediante as necessidades do capital, na percepção da visão taylorista, existia qualquer compaixão por parte do capital ao ato de produzir. A percepção dos tayloristas, de certa maneira, era de posição contrária às relações de trabalho que burlavam as relações contratuais de trabalho e de suas garantias, na visão de Harvey:

[...] à crise de experiência do espaço-tempo, partindo do pressuposto que as transformações atingem as formas de representação, como a literatura e a arte. Se o modernismo nasce de uma crise da experiência do espaço-tempo, o pós-modernismo pode ser uma resposta a uma nova rodada da “compressão do tempo-espaço” (Harvey, 2006, p. 256).

Segundo o autor supracitado, essas características peculiares que, de certa maneira, são importantes, podem ser analisadas à luz da teoria marxiana, visto que a força de trabalho interpreta e traduz as mudanças sob a perspectiva materialista histórica. No entanto, o que se pode afirmar é que naquele instante, nas relações dadas e verificadas no capitalismo, existia a preocupação quanto ao entendimento de que os trabalhadores vendiam sua força de trabalho em troca de salários, e que essa relação de troca se revertia no metabolismo de circulação das mercadorias, ou seja, na tríade D-M-D (dinheiro, mercadoria, dinheiro).

Com o advento dos processos de flexibilização, o que se vê é a deploração dessa lógica pétrea do próprio capital, pois, como vimos, a terceirização e seus desdobramentos promovem a quebra de tais parâmetros legais. Além disso, provocam o crescimento da própria informalidade que, ao cabo, tem apresentado um quadro de desregulação e de incertezas na reprodução social dos indivíduos (Harvey, 2006).

Em face do exposto, chegamos à percepção de que as ações intentadas pelo capital de forma alguma promoveram interlocuções com certos estudiosos que pregam o fim do trabalho, principalmente em se tratando de estudos presentes nas obras de Gorz (1987) e Schaff (1995). Pelo contrário, o trabalho não perdeu sua centralidade, pois, na verdade, o que se tem presenciado são formas diferenciadas da sua ação compósita no que concerne à exploração e beligerância de subsunção do capital.

Obras como *Adeus ao Trabalho*, *O caracol e sua Concha* e *Privilégio da Servidão*, de Ricardo Antunes, possibilitam-nos tal compreensão, ao mesmo tempo que promoveram uma aproximação com o nosso objeto de estudo. O cenário que se busca entender, no que se refere às condições de trabalho hoje, no estudo proposto, vincula-se à reflexão que está na percepção

[...] contrária da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, estamos presenciando o advento e a expansão monumental do novo proletariado da era digital, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do fim do trabalho na era digital, estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital. Em pleno século XXI (Antunes, 2018, p. 35).

É válido lembrar os posicionamentos e percepções de Sorj (2000), haja vista que as suas interpretações acerca das mudanças dadas no mundo do trabalho, não apontam para a redução e/ou importância da centralidade do trabalho, nas sociedades contemporâneas; para autor, o trabalho mantém o seu papel central. No mesmo caminho, ressaltamos os argumentos de Antunes (2009), para quem, a partir do novo regime de produção capitalista, a classe de trabalhadores assume uma nova morfologia, passando a ser composta tanto pelo proletariado industrial urbano e rural clássicos como pelos novos trabalhadores subcontratados, terceirizados e informalizados.

Nessa discussão, compreende-se a necessidade de procurarmos, por meio desse quadro de alteração dos significados do mundo do trabalho e das alterações de sua base técnica e informacional, redimensionar os estudos para o Espaço Metropolitano De Belém. Além de ficarmos sensíveis às expressões dessas formas de trabalho, uma vez que esses trabalhadores deixam de existir tão somente como modelo assalariado para assumir formas amplas de relações desregulamentadas e precarizadas, assim como se dão em meio à produção do espaço.

4 ANTIGAS E NOVAS CONDIÇÕES DO TRABALHO NO ESPAÇO METROPOLITANO DE BELÉM

4.1 As determinações do trabalho nas ações de produção territorial da cidade

Levando em consideração a discussão já realizada, compreendemos a importância dos atores e suas fases de constituição da cidade de Belém e seus rebatimentos de complexificação no ato do fazer humano “trabalho”, que viria contribuir na constituição do espaço de Belém. Principalmente pela ação das Companhias Religiosas dos Carmelitas, Agostinianos, Franciscanos, que desenvolveram, por suas necessidades religiosas e de demarcação, atividades de trabalho erguendo Igrejas e Conventos pela exploração dos “[...] primórdios do trabalho precário” (Carvalho, 2009).

Outra fase importante foi exercida pelos propósitos e ímpetus imperiais da Coroa Portuguesa, no ato de secularização dos bens das Companhias Religiosas, ordenada pelo então ministro de Portugal, Marquês de Pombal. Segundo Carvalho (2009), durante o período colonial, que passou a imprimir as explorações do trabalho dos nativos e dos escravos, por meio dos colonos e dos representantes da Coroa (governador), contribuíram para alterar as dinâmicas das grandes obras (prédios públicos, ruas, praças, etc.), como a drenagem e pavimentação do lago do Piri (Soares, 2009)²⁴. Tais intencões se fizeram e caminham imprimindo, no processo de produção territorial do urbano, por meio dos ciclos produtivos, nas cidades amazônicas que compõem a RMB, principalmente nas ações do capital, originariamente na cidade de Belém.

Nesse sentido, apontamos para o papel das atividades nos ciclos impetrados no período colonial, quando as relações com a Coroa Portuguesa, no decorrer dos Séculos XVII-XVIII, deram origem à formação da cidade de Belém do Grão Pará e de São Luiz, Maranhão, em 1751 (Trindade Júnior, 1998). Assim, logo se delimitaria como Belém do Grão-Pará, que fora possibilitada pelas atividades comerciais por meio de novas interlocuções, o que implicaria, principalmente, no fim das relações hegemônicas de trabalho proporcionadas pela Igreja Católica, na cidade de Belém do Grão-Pará.

A presença dos trabalhos de catequese e evangelização, por meio das Companhias Religiosas, vinculadas aos interesses da Igreja no âmbito Coroa, que controlava de certa maneira as relações de trabalho e de representação de domínio territorial, assim como as

²⁴ Lago do Piri, área alagada e pantanosa do território da cidade de Belém, encontrava-se nas imediações do espaço que veria ser a área central de Belém. Estava no meio dos bairros da Cidade Velha e campina. Conforme observa Soares (2009), o Pântano do Piri era o obstáculo para expansão da cidade. Situado junto ao núcleo inicial, ele tinha enorme área encharcada e um córrego de enchente e vazante que mantinha insalubre todo o local.

conformações espaciais, impediu o crescimento populacional, ao mesmo tempo que delimitou novos marcos de ocupação dos espaços na cidade. As relações de trabalho no espaço da cidade de Belém só iriam ser alteradas com a presença de Francisco Xavier Mendonça Furtado, que era irmão do então Ministro de Portugal, o senhor Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, como podemos observar a partir dos estudos e pesquisas de Tavares:

Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, foi o encarregado pelo governo colonial por reformas como: a execução do tratado de limites (1750); o estabelecimento da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará; o estímulo a agricultura de exportação (1755); a declaração da liberdade dos indígenas; o estímulo a miscigenação entre índios e portugueses; a expulsão dos jesuítas e de outras ordens religiosas e a introdução de escravos africanos para servir de mão de obra (Tavares, 2008, p. 61).

Com a presença do I Ministro da Coroa, observou-se a diversificação de expressões de trabalho no espaço amazônico, que foi incentivado por tal representante, com a produção de cana-de-açúcar para produção de aguardente, plantação de arroz, anil etc. Esse ciclo se configurava pelas atividades vinculadas às dispersões de expressões de trabalho circundadas na cidade de Belém, assim como nas demais vilas e localidades próximas.

E onde a exploração da colônia, em princípio, foi efetuada com os produtos existentes no ciclo das Drogas do Sertão, como: os óleos, o patuá, a salsa parilha, etc. Com efeito, foram sendo asseguradas as mercadorias de interesse comercial, onde a principal produção seguia características específicas e com critérios de dualidade, isto é, uma vez demandadas as atividades extrativistas passavam a ser coletadas e produzidas pelos índios objetivando atender os interesses dos principais exploradores vinculados à Coroa (Carvalho, 2009, p. 31).

Essas novas dinâmicas produtivas representaram-se pelas atividades de trabalho ligadas aos produtos locais e da floresta. Relacionados aos principais atores que imprimiriam o processo de produção do espaço local, assim como de novas identidades de formação e dispersão – Índios, Colonos e negros. Quadro de trabalho que Carvalho expressa a seguir:

Os critérios de positividade e/ou negatividade que cercam os propósitos da potencialidade das atividades ligadas ao trabalho extrativista, ao longo do tempo foram se reconstituindo, se metamorfoseando e, continuam a se desenvolver em torno de diversas nomenclaturas, tais como: agricultura campesina (atividade produtiva ligada à terra a partir de vários produtos, feijão, arroz, hortaliças, produtos extrativistas, como o açafá, piquiá, uxi, a pesca, etc.), as unidades de produção doméstica (atividades produtivas vinculadas a terra), (assim como produtos coletados em meio à natureza), agricultura familiar, produtores neo-extrativistas, dentre outras (Carvalho, 2009, p. 60).

Assim, a Coroa Portuguesa procurou criar uma dinâmica que seria, de certa forma, outra fase criada para garantir o desenvolvimento da estrutura econômica que exigiria o amadurecimento cada vez maior de suas ações. Para isso, seria necessário exercer uma política mais enfática no que se refere à produção e a exploração dos espaços das colônias, pois seria preciso criar o processo não só de exploração como de conquista da colônia (Carvalho, 2009).

Eis os motivos para que a Coroa passasse a melhorar a exploração da produção agrícola, a intensificação das atividades extrativistas, o aumento da comercialização, fomentando, assim, o processo de “desenvolvimento” do espaço colonial (Carvalho, 2009). Essa política foi potencializada pelas Companhias de Comércio. Na Amazônia, fora criada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. O espaço colonial passou a ser de grande importância para a resolução dos problemas da Coroa, no instante do desenvolvimento da economia moderna que se instalava a partir das ideias e paradigmas da nova economia-mundo. Desse modo, os espaços coloniais passaram a ser explorados com o intuito de alcançar a “salvação” da economia das metrópoles. Segundo Dias (1970, p. 144),

[...] na economia agrícola encontravam o remédio para a cura do Estado, após o aparatoso deslumbrante ciclo aurífero. Coerentes com o agrarismo mostraram-se contrários ao luxo, sobretudo às importações aparatosas. Luxo e ociosidade eram danos que precisavam ser cortados pela raiz. Ambos malefícios faziam a ruína [...]. Só a montagem de uma empresa agrária e mercantil era o meio mais eficaz para Portugal opôr-se à nefasta ação imperialista das grandes potências. Ademais, a circunstância do reino e do império aconselhava a Coroa a criar Companhias privilegiadas de comércio e navegação.

Essas companhias inspiravam o aquecimento que tanto a economia colonial quanto a Coroa necessitavam, corroborando ainda mais o seu papel e a sua importância destinada à colônia brasileira, no período de crise pela qual passava Portugal. Tal situação fortaleceu a investida dada à província do Norte, por Marquês de Pombal, que, aos poucos, percebeu que a política mercantil difundida além-mar acabaria acarretando o fortalecimento da produção de bens de luxo em outros países.

Em escala internacional, ainda no período colonial, a Coroa Portuguesa até então acumulava apenas metais preciosos, pois a sua prioridade visava apenas ostentar riqueza e luxo, e o acesso a esses bens se dava via importação junto aos mercados e países produtores, como França e Inglaterra. Em decorrência dessas necessidades, percebia-se certa drenagem dos metais preciosos (ouro e prata), aos países produtores de tais bens. Outra medida adotada por parte do governo pombalino, de grande importância para a economia da Coroa, foi a expulsão dos jesuítas que passaram não só a concorrer com a economia local, mas também impediam a

exploração comercial no interior da colônia, inviabilizando automaticamente o acúmulo de riqueza por parte da Coroa. Sobre isso, Martins (1991, p. 136) declara:

[...] ver-se nelas patentes todos os verdadeiros pecados da instituição que se pervertera. Nas casas de Deus aceitavam-se e expediam-se letras de câmbio, como nos bancos e casas de câmbio, como nos bancos e casas de comércio: vendiam-se mercadorias e fretavam-se navios. A companhia possuía armazéns próprios onde vendia ao público, a grosso e a retalho todos os gêneros, porque a instituição da Companhia do Grão-Pará fazia concorrência aos seus interesses, os jesuítas, excitando os negociantes da Mesa do Bem Comum, diziam do púlpito que não entrariam na Companhia de Cristo quem entrasse na do Grão-Pará.

Já na escala da Amazônia brasileira, o aldeamento das missões é relevante para entender as medidas impostas à região Amazônica, no período dos irmãos pombalinos – Sebastião José de Carvalho e Melo e Francisco Xavier de Mendonça Furtado –, não só no sentido de recuperar a colônia, mas também pelo fato de ter estabelecido um padrão de comercialização, o que paulatinamente fortaleceria o Estado do Grão-Pará e Maranhão, cuja capital, nesse momento, era em Belém, estendendo-se até a metade do século XVIII, pois as missões²⁵, de certa forma, impediam os colonos do Estado em construir uma identidade comercial mais forte. As investidas de Pombal junto aos jesuítas propiciaram a tomada das áreas produtoras de suas companhias que gozavam de maior riqueza, como é percebido no texto de Dias (1970, p. 189):

Evidencia esse fato, pois: [...] O patrimônio da Companhia de Jesus no Estado do Grão-Pará e Maranhão era, no entanto bem mais abastado. A ordem possuía outras fazendas²⁶ que não figuram na contabilidade dos rendimentos referidos nas mencionadas escriturações dos bens seqüestrados. As ações acabaram por fortalecer a Companhia de Comércio e Navegação do Grão-Pará e Maranhão, criada no ano de 1750, o que de fato possibilitou uma retomada da lucratividade por parte da coroa, pois se percebe aí uma melhor exploração e comercialização dos produtos do espaço amazônico, facilitando assim, os interesses dos colonos em si.

O fato de a colônia do Norte ter apresentado pouco desenvolvimento, assim como possuir um efetivo controle dos povoados pelas missões, as propostas do representante geral dos colonos, acima referidos, foram cada vez mais fortalecidas. Sobretudo porque o senhor

²⁵ A companhia das Missões exercia de fato não só o domínio da comercialização como para a desfrutar de condições privilegiadas, haja vista que controlava um grande número de índios em suas aldeias. (...) Em 1720, a população aldeada em toda a capitania do Pará era de 54.216 (cinquenta e quatro mil duzentos e dezesseis) indígenas trabalhando nas 63 (sessenta e três) missões existentes: 19 (dezenove) dos jesuítas, 9 (nove) dos religiosos de Santo Antônio, 10 (dez) dos capuchos da Piedade, 15 (quinze) dos carmelitas, 7 (sete) dos capuchos da Conceição da Beira e Minho, e 3 (três) dos frades mercedários (Dias, 1970, p.173).

²⁶ Podemos citar cerca de 6 (seis) fazendas sequestradas pelo Estado da Coroa, quais sejam: Nossa Senhora da Madre de Deus, Gilbeia, São Caetano, Tabatinga e Mutuacá. Mais informações ver Dias – A companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (p. 190).

Francisco Furtado, que era ávido representante das medidas despóticas de Marquês de Pombal, procurou criar uma estratégia que pudesse quebrar o monopólio das missões no espaço da colônia. Tal situação pode ser constatada pela introdução de outro tipo de mão de obra, que não a indígena, a qual propiciou a articulação do que viria a ser o principal instrumento para possibilitar uma retomada de todo o processo produtivo. Ressaltamos que as ditas especiarias do norte – as drogas do sertão –, em sua amplitude extrativista, eram percebidas como produtos primários desenvolvidos nas propriedades unifamiliares, efetivando a libertação do indígena.

O pensamento tanto do ministro de Portugal, o senhor Sebastião de Carvalho, quanto do de seu irmão, para a colônia do Norte era fortalecer as bases de uma economia cada vez mais calcada no processo de desenvolvimento de uma economia-mundo capitalista. Certos de que a introdução do trabalho exógeno-negro africano era no momento um mal necessário, pois os índios passariam a ser mão de obra livre, com condições formidáveis para fortalecer o processo de relações sociais, por meio do processo de lucratividade e de exploração dos espaços pertencentes à coroa portuguesa (Acevedo *apud* Hébette, 1987). Esse processo acabou contribuindo para a formação de uma Companhia de Comércio que refletiria o real interesse da Metrópole. Assim, na segunda metade do século XVIII, a Amazônia ganhou nova roupagem:

[...] A Navegação entre Lisboa, Belém, São Luis ir-se-ia desenvolver, assim, pela necessidade de ligar a Europa às regiões coloniais fornecedoras de produtos tropicais mercantilizáveis. As exigências de abastecimento e de transporte seriam, então, o maior incentivo às construções navais e ao comércio, bem como à técnica e à multiplicidade de abastança (Acevedo *apud* Hébette, 1987, p. 37).

A organização, o desenvolvimento e o aprimoramento do fazer do trabalho, em que as técnicas do trabalho possibilitaram a instrumentalização e complexificação das relações também, de compra e venda local, no sentido de que os séculos seguintes, materializaram as objetivações do capital. A cidade passou a exteriorizar o sentido e as necessidades de compleição das demandas do mercado, pelas necessidades mediatas e imediatas, de acordo com os processos de reprodução e produção do capital, sob a contínua ação de exploração dos trabalhadores (negros, índios, colonos pobres e mulatos).

As contribuições das atividades de trabalho, o surgimento de comerciantes, pescadores, atravessadores de produtos extrativistas, assim como diversas expressões de trabalho promoveram o surgimento dos pequenos portos, como fixos que iriam exponenciar o comércio na cidade de Belém, e mesmo as orientações percebidas na lógica da economia-mundo. A produção territorial do período colonial possibilitou aprimoramento técnico, uma vascularização importante no processo de crescimento da circulação de produtos nos portos

oficiais, como nos pequenos portos comerciais, que passaram a surgir ao longo do espraiamento do bairro da “Cidade Velha”, no então centro de Belém.

As transformações permitidas por meio das práxis ontológicas do ser social, metabolizadas pelo fazer do trabalho, ao longo dos períodos históricos da sociedade moderna à contemporânea, possibilitaram a externalização no espaço da cidade de Belém, desde sua fundação, e estenderam-se pelo século XIX até a primeira metade do século XX. Isso permitiu o desenvolvimento da capital, que moldou o espaço metropolitano de Belém em suas características iniciais (Trindade Júnior, 1996).

O surgimento de outras cidades também foi possível pelas determinações das municipalizações, a partir dos implementos das ações legais, dadas pela Coroa Portuguesa, a partir das intervenções pombalinas; assim como pelos parâmetros das ações do período Imperial, até a fase inicial da República. Momento que remodelou e redimensionou o espaço, por meio da mão de obra indígena e escrava, posteriormente a mão de obra livre explorada.

O uso do espaço amazônico foi, ao mesmo tempo, a válvula propulsora do surgimento de práticas contrárias à realidade da população autóctone, pois, como já foi mencionado anteriormente, tanto o índio quanto os negros no decorrer do processo de ocupação desse espaço foram utilizados como mão-de-obra estratégica para a garantia das atividades exploratórias impostas pela economia que se generalizava para além-mar (Carvalho, 2009, p.54).

Assim, passamos a perceber alterações na base técnica e mesmo do trabalho, no sentido dado pelas alterações nos processos e dinâmicas. Rodovias surgem como alternativa para além das vias fluviais. Nesse entremeio, podemos perceber o crescimento dos processos de municipalização, a partir das ações impetradas pelos governos, principalmente pela Assembleia Legislativa Provincial do Pará. Os propósitos firmados como orientações dos governantes possibilitaram a ocupação e modelaram a produção do espaço. As ações sentidas e refletidas na cidade não podem ser compreendidas se não percebermos os ganhos deixados pelo ciclo da borracha, pois, como é de notório saber, ele propiciou o melhoramento dos serviços urbanísticos na cidade de Belém.

[...] pela lei nº 809, de 06 de abril de 1874, deu autorização ao Governo Estadual para conceder, pelo prazo de 40 anos, à empresa ou companhia interessada, a construção da referida estrada; ficando os concessionários com o dever de estabelecer na área 10.000 colonos e suas famílias. Para o assentamento dos colonos, os concessionários recebiam do governo 10 léguas quadradas de terras marginais à estrada. Vieram, então, imigrantes estrangeiros e nacionais, o que fez surgir povoados, vilas que logo viriam a se transformar em municípios[...] a estrada de ferro Belém-Bragança, por exemplo, fez com que novos povoados surgissem ao longo de seu percurso, que logo o transformaram-nas em vilas. Finalmente, as alianças entre os políticos de Belém e

os novos chefes políticos locais ligados à exploração da borracha também eram determinantes para o movimento da municipalização (Tavares, 2008, p. 68).

A organização e o desenvolvimento dos processos de trabalho possibilitaram a instrumentalização e complexificação das relações de compra e venda local. A cidade exteriorizava as necessidades e demandas do mercado, dadas nos processos de produção do capital em meio às contribuições das atividades de trabalho, surgimento de comerciantes, pescadores e atravessadores de produtos extrativistas; promovendo o surgimento dos fixos que iriam exponenciar o comércio na cidade de Belém. Os ciclos de crescimento populacional e as necessidades de trabalho foram encadeados no processo de desenvolvimento da cadeia de produção, principalmente do setor dos produtos que circulavam nos pequenos portos no entorno da orla da cidade. Contribuíram de forma significativa para as formações do centro e centralidade, onde os fixos e fluxos dados pela circulação do trabalho e dos propósitos do capital se estabeleceram.

O Ver-o-Peso, por exemplo, surgiu como referência de posto fiscal, que marca a ocupação da orla de Belém. Abrangendo, assim, o Centro Histórico de Belém e passando a ser chamado de complexo do Ver-o-Peso, envolvendo as praças do pescador, do relógio e mercados de peixe e de carne. Isso fica aparente nos sentidos dados por meio dos estudos e pesquisas de Tavares (2008).

A partir desse preâmbulo, acrescentamos as realidades verificadas pelas dinâmicas e processos da ocupação da orla de Belém, no sentido de sua constituição como Centro e Subcentros. As dinâmicas dos fixos foram se avolumando, a partir da sua espacialização e ocupação, principalmente se passarmos a observar seu crescimento, ao longo da orla, que abrange os bairros: Cidade Velha, Cremação, Jurunas, Condor e Guamá. As transformações do espaço apontavam o surgimento dos comércios e armazéns que vendiam os produtos do trabalho local, assim como dos que viriam dos demais lugares da Colônia, que desembarcavam na cidade e seguiam os ciclos de comercialização.

4.2 Elementos de caracterização demográfica e de formação do espaço metropolitano de Belém - RMB

Nosso propósito aqui é fazer uma leitura direcionada à análise da relação trabalho e produção do espaço na escala de Belém. A perspectiva da relação trabalho e espaço permite-nos submergir na direção do entendimento sobre o papel do trabalho na produção do espaço urbano belenense. Não obstante, não temos o propósito de fazer uma leitura sobre formação

socioespacial, mas sobre a formação da cidade de Belém e do contexto metropolitano. Dito isso, convém ressaltar o crescimento demográfico da população de Belém, expresso na Tabela 1.

Tabela 1 – Crescimento Populacional de Belém: 1872-2020

ANO	1872	1900	1940	1960	1980	2010	2020
BELÉM	61.997	96.560	206.331	402.170	949.545	1.393.399	1.499.641

Fonte: Dados do IBGE, censos demográficos, série histórica (2022). Elaboração Própria

A respeito do tema de estudo, podemos argumentar que o crescimento populacional, acarretado pelas alterações vegetativas e dos processos migratórios, na relação campo-cidade, e suas formas de coexistências, redimensionaram as movimentações dos indivíduos nos espaços da cidade, provocando a formação de novos eixos de constituição de fixos e suas dinâmicas de fluxos, possibilitaram novas centralidades que determinaram a concentração e a dispersão, da cidade por meio da abertura e prolongamento de vias, (Rodovia Augusto Montenegro e Br-316), que reverberaram na consecução do EMB a partir dos anos de 1960 e 1970 (Trindade Júnior, 2006). As novas centralidades apresentam uma gama de serviços e equipamentos que, em menor escala, conseguem atender às necessidades locais de uma certa população (Silva, 2003, p.10).

Segundo os dados do IPEA, apresentados na Tabela 2, podemos visualizar, primeiramente em números absolutos, o crescimento da população das cidades que expressam a dispersão da metrópole, que pode ser verificada nos estudos de Costa (2022). Entretanto, apontamos a importância de percebermos não só a relação dos processos urbanos e mesmo de urbanização, que, de certa maneira, estão imersos nas ações de complexificação da dispersão, sejam as informações e análises estabelecida por Trindade Júnior (2006) ou mesmo de Costa (2022).

Tabela 2 – População Residente do E.M.B (1970-2010)

Municípios	1970			1980			1991			2000			
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Ananindeua	22.527	2.923	19.604	65.878	68.850	59.028	88.151	74.051	14.100	393.569	392.627	942	471.980
Belém	633.374	602.829	30.545	933.280	824.405	108.875	1.244.689	849.187	395.502	1.280.614	1.272.354	8.260	1.393.399
Benevides	13.867	3.509	10.358	22.315	6.658	15.657	68.465	8.361	60.104	35.546	20.912	14.634	51.651
Castanhal	37.910	25.667	12.243	65.246	53.317	11.929	102.071	92.852	9.219	134.496	121.249	13.247	173.149
Marituba										74.429	64.884	9.545	108.246
Santa Bárbara do Pará										11.378	4.009	7.369	17.141
Santa Izabel do Pará	15.848	5.094	10.754	24.044	14.214	9.830	33.329	23.728	9.601	43.227	33.078	10.149	59.466
RM de Belém	723.526	640.022	83.504	1.100.140	864.346	260.232	1.527.486	964.546	581.378	1.973.259	1.909.113	61.146	2.275.032

Fonte: Elaboração própria/informações do Relatório IPEA (2015)

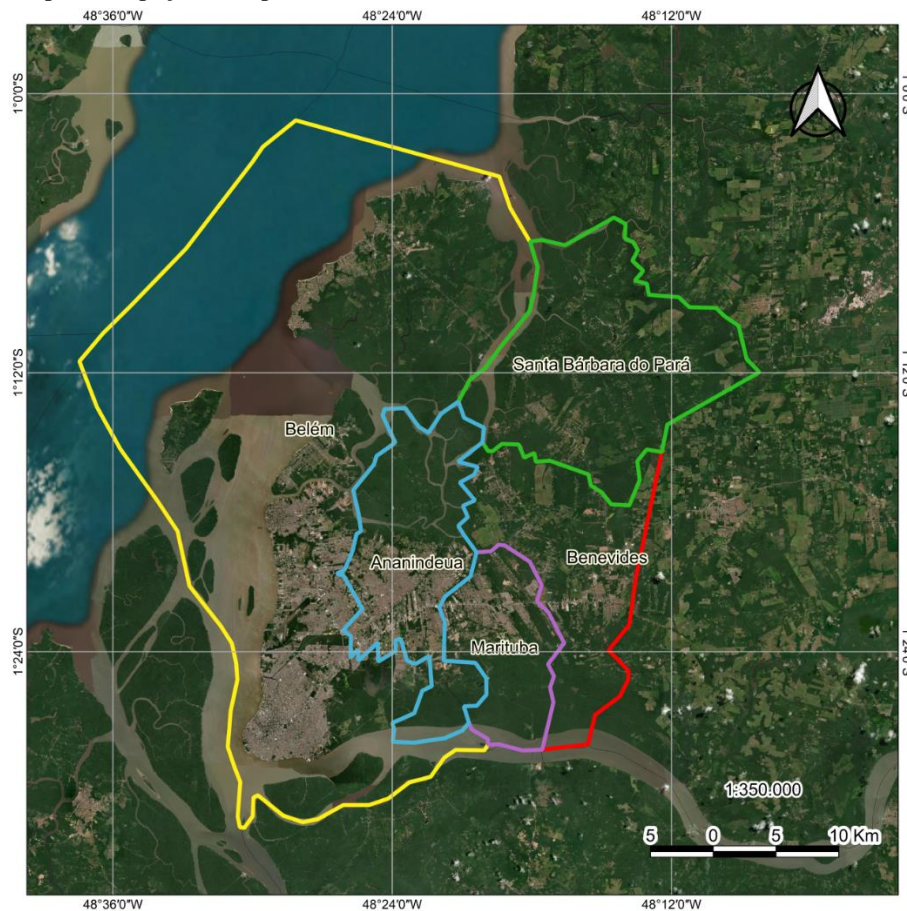
Nesse sentido, podemos apontar as contribuições Costa (2022), uma vez que seus estudos possibilitam entendimento da formação socioespacial do espaço metropolitano, por meio dos ciclos econômicos e de circulação do capital, sendo o Estado o grande interlocutor e

mediador da consolidação das obras de infraestrutura, que executam mediações dos serviços, garantindo ao capital, áreas de interesse para legitimar a reprodução do capital na dimensão das formações espaciais, consolidando, assim, as formas espaciais da dispersão da metrópole.

Proporcional à centralidade exercida por determinada dispersão da cidade será a conformação para possibilitar as formações do espaço metropolitano, influenciando, por sua vez, o alcance espacial das atividades de comércio e serviços nela fixados. Assim, serão gerados fluxos mais ou menos intensos e de alcance mais ou menos longo. Essas transformações espaciais, no âmbito da dispersão da metrópole, possibilitaram compreendermos as etapas e intenções que foram sendo constituídas, visto que Belém e Ananindeua inicialmente conformaram RMB, acompanhadas pela institucionalização governamental em nível federal. Já a partir da Constituição Federal de 1988, foram delegadas à condição de Unidades Federativas a organização das cidades em regiões metropolitanas.

Assim, por meio da Lei Complementar Estadual no 27/1995, foram incluídos mais três núcleos urbanos à área metropolitana: Santa Bárbara do Pará, Benevides e Marituba – mais recentemente, houve a inclusão de Santa Izabel e Castanhal, nos anos de 2010 e 2011, respectivamente.

Mapa 1 - Espaço Metropolitano de Belém



Fonte: Elaboração Própria. Escala: 1: 250 000

Compreendemos que a observância da importância da centralidade de Belém confinou e posteriormente dispersou não só fluxos de pessoas, mas uma gama de serviços que passaram a potencializar outros centros, centralidades e subcentros para além do espaço limite das conformações espaciais da cidade de Belém, viabilizando sua vetorização, percebido por Costa (2022). Entendemos, com isso, que houve uma proporcionalidade da centralidade exercida, determinada pela dispersão da cidade, o que possibilita a conformação do espaço metropolitano, que passa a gerar e alcançar as atividades de trabalho, comércio e serviços nela transfixados. Assim, serão gerados fluxos mais ou menos intensos e de alcance mais ou menos longo.

Os processos percebidos mediante a dispersão da cidade e da metrópole, possibilitados pelas análises de Trindade Júnior (2006) e Costa (2022), fizeram-nos entender que os diferentes níveis de centralidade estão vinculados às condições mais complexas, tanto das funções dos interesses do capital como das organizações sociais existentes, pois há relação de reciprocidade das ações de variedades de bens e serviços possibilitados, já que eles servem de atração que a cidade legitimará por meio dos contornos e entornos (Rodrigues; Rodrigues, 2021).

De acordo com Carvalho (2009, p. 35), o espaço territorial da cidade de Belém é composto por 39 ilhas que, somadas, representam 65% do território de Belém, dentre as quais podemos apontar as mais conhecidas: Mosqueiro, Cotijuba, das Onças e Combu, todas próximas à cidade de Belém. Nelas, o principal sustento de muitas famílias é o açaí e a pesca, realidade que explica a formação dendrítica da cidade de Belém, que é descrita por Trindade Júnior (2006).

Costa (2022, p. 3), em consonância com essa perspectiva e com a análise geo-histórica do processo de formação do espaço urbano de Belém, refere que “[...] é possível identificar as principais dinâmicas sócio-espaciais que marcam o longo processo de estruturação da cidade de Belém no período compreendido entre sua fundação, no limiar do século XVII, e o início do século XX”. No caso da cidade de Belém, podemos apontar algumas questões que são possibilitadas por Costa (2022), pois a formação do espaço metropolitano está vinculada à relação sociedade-natureza mediada pelo trabalho, inicialmente como valor de uso, principalmente se pararmos para refletir a importância da fundação da cidade de Belém a partir das realizações de Costa (2022, p. 3): “[...] é possível identificar as principais dinâmicas sócio-espaciais que marcam o longo processo de estruturação da cidade de Belém no período compreendido entre sua fundação, no limiar do século XVII, e o início do século XX”.

As expressões e entendimentos das identidades de trabalho da época da fundação da cidade de Belém remontam à primeira metade do século XVII, em que a representação, interesses e necessidade da organização se faziam por meio das formas e relações que eles

desenvolveram de forma imediata com a natureza, podendo ser observadas pelo trabalho como valor de uso, cenário comentado por Trindade Júnior (1996).

Os indígenas resistiram aos interesses do que se estabelecia na idade moderna, com os atos de exploração da Coroa Portuguesa no espaço norte da colônia, fundando a cidade de Belém em 12 de janeiro de 1616, quando o capitão-mor da capitania do Rio Grande do Norte, Francisco Caldeira Castelo Branco, desembarcou com suas tropas na foz do rio Guajará, na parte alta da cidade, fundando a fortificação, o Forte do Presépio, ponto estratégico para a defesa da Amazônia (Carvalho, 2009). Podemos entender que a Coroa Portuguesa passou a exercer seus interesses, o controle da colônia, por meio do domínio do território, possuindo o controle do trabalho das populações tradicionais (os nativos – indígenas), primeiramente pelas congregações religiosas e pelos colonos portugueses. Sendo que as formas de trabalho podem ser aludidas, em seus momentos iniciais, à formação da cidade de Belém no século XVII, em que o trabalho estava vinculado predominantemente a valores de uso pelas populações tradicionais, como a coleta dos diversos produtos da floresta e a pesca. Ao mesmo tempo que expressam algumas características autóctones acerca do trabalho como valor de uso, observado em Marx (1986, p. 48) na obra *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Esse cenário representou os processos de identidades e formas de trabalho que podemos perceber acerca da realização do trabalho entre os povos tradicionais que ocuparam a região no período do processo de formação da cidade de Belém no século XVII, movimento que se reverbera na ação cotidiana de algumas famílias ribeirinhas²⁷ nos dias de hoje.

Trindade Júnior (1998) menciona que o processo de dispersão das dinâmicas de realizações de configuração do espaço metropolitano de Belém passou a assumir novas centralidades vinculadas às atividades de comércio e serviços que estariam vinculados aos processos de desenvolvimento das atividades produtivas em Belém e nas demais áreas de catalisação e influência. Podemos apontar que esses processos também refletiam as dinâmicas de trabalho que foram sendo desenvolvidas no espaço da cidade de Belém, que vão desde sua fundação, com a mão de obra explorada dos indígenas por meio das congregações messiânicas (jesuítas, carmelitas, capuchinhos e mercedários) (Carvalho, 2009).

Diante disso, as relações de trabalho se transmutaram no decorrer dos acontecimentos e formações socio-histórico-geográficas de Belém, como a cidade possibilitara o uso do vasto

²⁷ Podemos de forma breve apontar que as características de ribeirinho se dão através das famílias tradicionais que vivem em comunidades, onde as casas possuem as características de serem de madeira e construídas em palafitas, as margens dos rios, e que são mais adequadas ao sistema de cheias dos rios. Esses tipos de moradia encontram-se dispersas, ao longo de rios, igarapés, furos e lagos da região.

território integrado, inicialmente, por via fluvial que, na perspectiva de Costa (2022), constituem-se em especificidades que destacam um duplo movimento, caracterizando, atualmente, o seu papel na formação das dinâmicas do espaço metropolitano. Isso nos possibilita refletir as relações de trabalho na composição de outros centros e subcentros, possibilitando a formação, composição e tensões de tessituras nos espaços e dinâmicas no território, expressando formas e processos que habitam o território (Santos, 2002).

As dinâmicas e processos que possibilitaram o desenvolvimento das relações no decorrer das necessidades surgidas durante o processo de formação espacial e socioespacial foram influenciadas pelas relações comerciais dos grupos de comércio e serviços que se estruturavam na cidade. Isso demandou sua urbanização e, conseqüentemente, exigiu intervenções do poder público no ordenamento do Estado, incluindo a criação de vias, estradas de ferro e, posteriormente, rodovias. Essas infraestruturas não apenas possibilitaram a dispersão, mas também ressaltaram a importância das dinâmicas no espaço metropolitano (Costa, 2022), especialmente em relação aos processos que dinamizam a economia regional, requerendo, assim, uma redefinição dessa importância (Trindade Júnior, 1998).

É possível perceber, compreender e refletir sobre os processos que resultaram nas transformações da cidade de Belém, impulsionadas por uma variedade de fatores que influenciaram as atividades laborais e os sistemas de trabalho adotados na cidade. Essas transformações ocorreram conforme diferentes interesses de uso e de poder se manifestavam no contexto das territorialidades urbanas, tanto em Belém quanto em outros centros e subcentros dentro do espaço metropolitano (incluindo as relações comerciais com a metrópole portuguesa durante o império brasileiro e após a proclamação da república brasileira). Esses processos permitiram o desenvolvimento de ciclos produtivos, facilitados pelas relações de trabalho, que gradualmente moldaram a cidade de forma confinada e dispersa, como observado por Trindade Júnior (1998) e Costa (2022), contribuindo para a evolução do espaço metropolitano de Belém.

As relações de trabalho permitidas nos espaços comerciais e de serviço também possibilitaram dinâmicas de diversificação nesse setor, que passaram a contribuir para os processos emancipatórios e de resistências de diversas expressões do setor de serviços que possibilitaram que Villaça (2001) externasse na percepção do subcentro, que consiste em uma réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte, sem, no entanto, a ele se igualar, garantido de forma imediata alternativas de trabalho, e buscando atender parte da cidade e não a sua totalidade, como o centro principal. Essas movimentações alargam as necessidades que vão da moradia, a alimentação, transporte e demais ordens de serviços e direitos.

A compreensão dos sentidos dos processos de dispersão sob a égide do capital pressupõe a criação de unidades dos vários setores do capital, que vão da indústria ao setor de serviços, no desenvolvimento das dinâmicas espaciais. Portanto, não há dispersão da concentração da propriedade do capital, nem mesmo do comando de seus fluxos, pois esses continuam centralizados e centralizando a decisão e o investimento no centro da metrópole, constituindo-se em nova forma do espaço metropolitano, que a autor chama de metrópole desconcentrada Trindade Júnior (1998).

Há de ressaltarmos que os processos de desenvolvimento dados ao longo do desenvolvimento socioespacial e das dinâmicas territoriais profícuas da composição do espaço metropolitano como “centro de ação compósita e relacional”, verificada desde a fundação de Belém, passando por suas ações mais específicas de produção e dos ciclos produtivos que vão do comércio e da rede de serviços concentrados na sua formação e centralidade, conformados também pelos ciclos da borracha, que exponenciou os processos de urbanização da cidade de Belém. Desse modo, podemos destacar Santos (1993), pois ele o percebe como centro fundamental que articula, manipula e fomenta os diversos níveis de informação e utiliza-o em favor das relações de trabalho, da economia e mediante a prestação de serviços que são de fundamental importância aos processos de dispersão do espaço metropolitano.

Em conformidade ao levantamento bibliográfico que aponta informações relevantes para entendermos e refletirmos a formação do EMB buscou estabelecer um fio condutor a respeito das transformações dadas e constituídas pelas dinâmicas territoriais. Nestas, a ação do trabalho redimensiona pelo seu metabolismo os processos de exploração e alienação dados pela contradição capital X trabalho, no espaço metropolitano de Belém, revelam feições, paisagens, segregações e contradições nos fragmentos do espaço construído.

Outro ciclo importante que representa expressões do trabalho que contribuíram diretamente para as rotas de crescimento e expansão da cidade de Belém pode ser percebido no trabalho do ciclo da borracha, haja vista que as relações de exploração do trabalho não só dos autóctones, assim como dos migrantes nordestino, possibilitaram um vertiginoso crescimento econômico, porém levou a uma intensa exploração de seringueiras e de produção de borracha na região amazônica durante o período de 1880 a 1910.

Segundo Trindade Júnior (1998), o ciclo da borracha mobilizou milhares de trabalhadores na extração do látex, matéria-prima da borracha, e que nos faz perceber que tal ciclo representa o verso e reverso da mesma moeda, na medida em que o espaço metropolitano de Belém passou a assumir novas centralidades ligadas às atividades de comércio e serviços,

que se fizeram representar pelas expressões do trabalho, oriundas do processo de desenvolvimento de atividades produtivas em sua área de influência.

As principais características do ciclo da relação produtiva e de trabalho na relação da produção-extrativa da borracha traduzem momentos que a economia local exercia as relações de produção com destino ao mercado internacional, essa realidade e suas formas de atender as necessidades de indivíduos pelo trabalho proporcionaram interesses e olhares para a região amazônica, atraindo milhares de pessoas para trabalhar na atividade, sobretudo pessoas da região Nordeste, conforme as percepções de Castro (2017) sobre as relações de trabalho e resistência no território amazônico. Os trabalhadores, nas várias fases, possibilitaram a ação constituinte (histórica e material) da EMB, como veremos por meio dos princípios fundacionais que se perfazem ao longo dos séculos XVII ao XXI. Representou a exploração do trabalho dos cativos (índios), negros, colonos despossuídos de dinheiro e terras, assim como da mão de obra “livre”.

Refletimos sobre a condição do trabalho, no sentido da continuidade, que assim permite o surgimento e aprimoramento das técnicas em preâmbulos da ontologia do ser social, que trabalha e cria. É o que Thomaz Júnior considera como relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu *ir sendo* ou em seu *vir a ser* está inscrita a intenção (Thomaz Júnior, 2002, p. 4). Nesse ínterim, podemos ressaltar que as relações e processos de trabalho na cidade de Belém e mesmo das demais cidades que compõem atualmente o espaço metropolitano de Belém estão contidos em algumas etapas que podemos verificar por meio de alguns pontos. Uma realidade que promove a produção do espaço como forma e fenômeno material, reverberando e refletindo os interesses de produção e reprodução do capital, assim como a formação social do espaço, por seus múltiplos processos de formações de centro, centralidades, de horizontalidades e verticalidades percebidas por Milton Santos (2006).

O trabalho de forma direta potencializou os processos de centralidades pela formação das cidades na Amazônia, nos processos de constituição dos fixos e dos fluxos que promoveram as formações espaciais da cidade que compõem o atual EMB, ao longo dos seus processos anteriores e posteriores, e que culminaram com a formação espacial no contexto contemporâneo conforme as reflexões dos processos espaciais, percebidos nos estudos de Costa (2022) e Trindade Júnior (1998-2006). Para isso, é considerando tais circunstâncias histórico-geográficas que consideramos relevante pensar a formação do espaço metropolitano de Belém mediante a análise entre o espaço e o trabalho, como gerador de riqueza e transformações territoriais.

Há a necessidade de compreendermos a formação do EMB pelos processos de trabalho, pois os eixos de formação de centro e centralidades que possibilitaram a produção e reprodução do capital, imprimindo os interesses e necessidades do uso do espaço, acarretaram o redesenho dos territórios, a exclusão, a segregação, ampliando o distanciamento e a precarização dos trabalhadores que diretamente construíram todo o processo de dispersão e vetorização do espaço metropolitano, através da lógica e processos, a partir da relação capital-trabalho.

Destarte, percebemos que compreensão da ocupação e uso do espaço de Belém, assim como do Espaço Metropolitano de Belém, vinculou-se à maneira pela qual os interesses dos processos de constituição do espaço central, pois estavam sendo ocupados e operados pelos atores e agentes que exerciam as influências na consolidação dos processos urbanos (as formações do capital pela economia-mundo, o Estado Imperial e a Estado Republicano) (Trindade Júnior, 1998).

Nesse sentido, entendemos que os desenhos e limites apontados pelo autor nos asseveram o que compreendemos, no sentido de entender que as relações de conformação do espaço e mesmo das dinâmicas territoriais que se nos deram diversos momentos da história pelas relações endógenas (cativo-indígenas) e exógenas (europeus) e de todo o processo de miscigenação decorrido na relação constituída e constituinte da região. Marcadas pelos processos, formas e expressões de trabalho que foram sendo exteriorizadas, nos espaços e exercendo as relações de alterações e esgarçamentos dos limites da cidade, na qual Trindade (1998) determina de “dispersão e de vetorização”.

Os espaços urbanos estão, portanto, vinculados às relações materiais que determinaram o papel do Estado na promoção de equipamentos urbanos múltiplos (promovendo as construções dos prédios públicos, delimitando e construindo as ruas e avenidas, escolas, espaços de saúde, praças, drenando canais, dando incentivos fiscais a investimentos privados, possibilitando as desapropriações, com justos pagamentos aos devidos proprietários, etc.). Isso direcionou o processo de urbanização, ao mesmo tempo que promovia a exclusão e a segregação dos trabalhadores (Trindade Júnior, 1998).

Essa percepção das transformações da cidade de Belém, e mesmo do espaço metropolitano, foi possível pela luz das pesquisas, estudos e obras dos autores locais, como bem tentamos dialogar até o presente momento. Costa (2022) e Trindade Júnior (1998) nos permitem ter a clareza dos processos de desenvolvimento da cidade de Belém e da configuração do EMB, desde sua fundação, do século XVII até os momentos atuais, nas últimas duas décadas do século XXI, momentos e processos que atravessam importantes ciclos econômicos e de desenvolvimento dos processos de urbanização, que simultaneamente exercem os meios para

que possamos refletir e entender as relações e condições de trabalho, os processos de exploração nos momentos de configuração do capital, por meio da economia-mundo, e mesmo do modelo de produção capitalista, que implicam na configuração espacial que paulatinamente determinaram os espaços da cidade de Belém e do EMB.

Acreditamos que todos os estudos são de relevância para o conhecimento geográfico, mas necessitamos trazer à luz a questão dos processos de trabalho, visto que imprimiram historicamente a relação de realização do espaço metropolitano. Nesse entrelaço, os setores do comércio, serviços, habitação e dos interesses das famílias com melhores condições de renda legitimaram e promoveram as construções nas áreas do centro, sempre deixando à margem as populações desprovidas de renda, que passaram a ocupar os espaços periféricos da cidade de Belém, a classe que vive do trabalho, ou os (des)proletarizados. Tão logo a população dos bairros da cidade de Belém crescia, haveria, também, crescimento da demanda das áreas da cidade que passavam por melhorias de infraestruturas nos próprios bairros, no sentido da criação de novos centros e/ou subcentralidades, como mencionado, para além do centro da cidade de Belém.

Tal quadro pode ser compreendido por via das obras que garantiam a segregação e posterior expulsão dos indivíduos que ocupavam as áreas de ampliação da cidade, ainda na primeira metade do século XX, mas principalmente as áreas que garantiam a especulação e o desenvolvimento de moradias para as famílias mais abastadas e da própria classe média que crescia através dos processos de redes de comércio e serviços, a partir das décadas de 1950, que passavam a ocupar esses espaços (Costa, 2022). Esse cenário será acentuado nas décadas dos anos 60 a 80, nos bairros que compunham a primeira légua patrimonial, os quais passaram a ser assediados por indivíduos que buscavam esses espaços, até então segregados, para garantir lugar de moradia aos “bem nascidos”; promovendo, dessa maneira, o crescimento da cidade, garantido pelas reformas dos espaços urbanos. Trindade Júnior (1998) afirma que a cidade de Belém passaria, em vista disso, por intenso processo de estruturação urbana e dispersão metropolitana como resultado da divisão territorial do trabalho.

O preâmbulo que possibilitará o fio condutor do estudo em tela vincula-se às etapas dos processos de transformações dadas no interior do processo de produção do espaço de Belém. Nesses entreveros, não se pode deixar de refletir essas transformações, o processo de dispersão metropolitana é meio, condição e produto da centralidade do trabalho no espaço. Nesse sentido, há a necessidade de compreendermos a relação trabalho e espaço, posto que as questões econômicas, sociais, políticas, habitacionais, culturais e espaciais se fizeram presentes nos processos que paulatinamente metabolizavam as metamorfoses e configurações territoriais.

A produção do espaço metropolitano, a partir dos anos de 1960, atendia aos interesses das dinâmicas dos processos de produção das centralidades do capital e dos seus interesses por força das ideias e das técnicas que legitimavam as performances da infraestrutura e da superestrutura na lógica do capital, quando as cidades amazônicas, no âmbito da urbanização do território brasileiro a partir dos anos de 1970, tornavam-se espelho e condição para seus propósitos (Becker, 1991)

Os momentos dos ciclos produtivos e de trabalho também são frutos da capacidade de desenvolvimento das técnicas; suas capilaridades expressavam as ações organizativas dos atos e do fazer humano, percepção estabelecida por Santos (1996), assim como os conjuntos de atividades se exteriorizavam por meio das dinâmicas de fluxos que se complexificavam principalmente pelas dinâmicas dos sistemas de engenharia que se homogeneizavam. Isso de acordo com as afeições dos sistemas de objetos e de ações, relações percebidas, concebidas e refletidas a partir da realidade social brasileira. Santos (2006) busca apontar, em suas interpelações, os meios com os quais o espaço passa a ser produzido, pela lógica das relações de produção do capital e de reprodução das relações na sociedade, que conflagram principalmente as relações de produção, reprodução e aniquilamento, existente pelos processos de objetivação do capital.

Assim, a cidade de Belém, entre 1850 e 1950, passou por muitas transformações espaciais vinculadas a redes dendríticas que ditavam o tempo das relações econômicas (Correa, 1987). Como forma de aludir a importância do papel do trabalho na formação compósita do espaço metropolitano, apresentamos algumas imagens que possibilitam compreender como o trabalho morto se materializou em formas espaciais que revelam opulência de edificações.

Figura 1 – Grande Hotel 1850 – 1950.

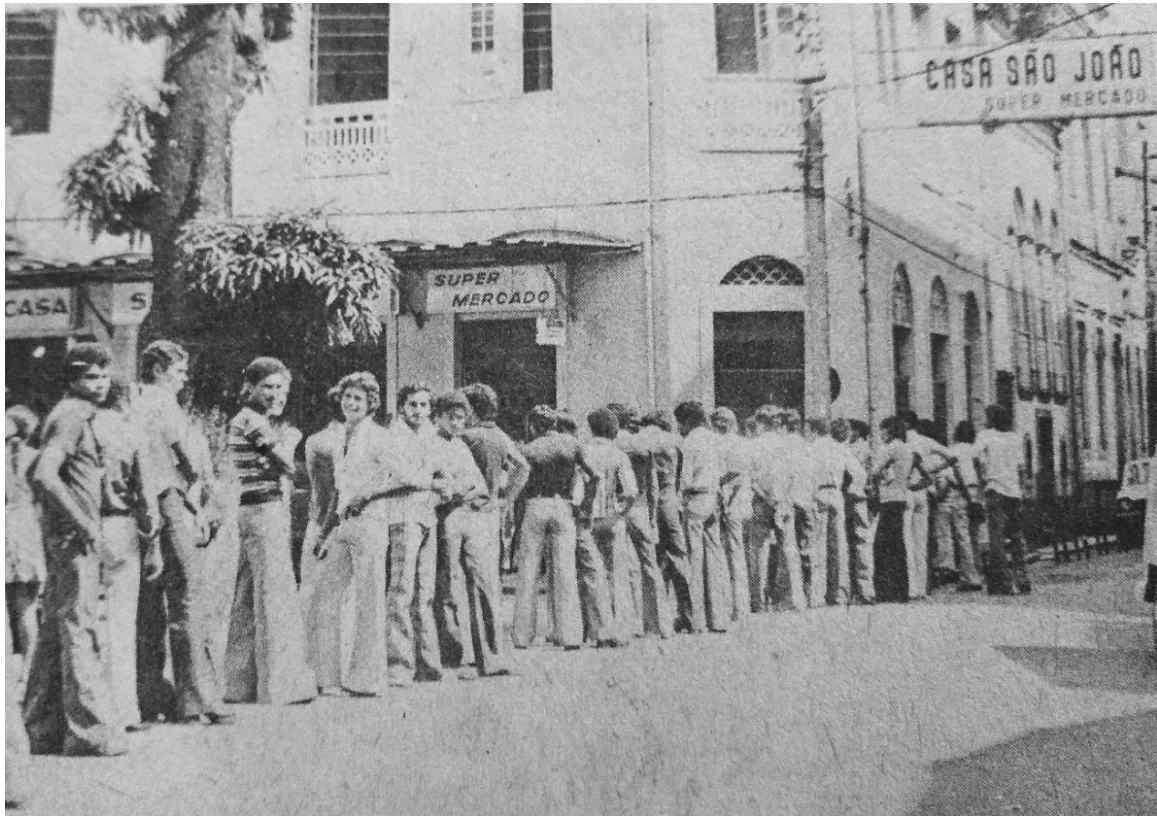


Fonte: Nunes e Santos (2014).

A Figura 1 representa as transformações espaciais exercidas em Belém que a caracterizavam, conforme visualiza Costa (2022), como cidade confinada, ainda nas transformações que se incutiam no espaço de Belém. Essa realidade se configurava por meio dos objetos criados pela produção e reprodução dos interesses do capital no espaço da cidade, assim possibilitando os instrumentos dos processos urbanos, tendo como orientação as percepções de Santos (2002) acerca dos sistemas de objetos e ações e o conceito de território usado operado por Santos (2001).

A imagem representa tanto as transformações espaciais como as dinâmicas territoriais que se espraiavam na cidade, todas conectadas aos processos dados pela produção espacial e, ao mesmo intento, as relações especializadas pela relação capital trabalho. Isso é percebido por Simonian (2010), na obra *Belém Pará: história cultura e sociedade*, que nos faz reconhecer a história do Grande Hotel, que teve primeira parte da obra inaugurada no início de 1913 – tendo como proprietários os senhores Carlos Teixeira e Antônio Martins, empresários brasileiros, proprietários também do lendário Cinema Olympia. No entanto, exalta-se a importância do trabalho, a partir dos avanços técnicos e tecnológicos disponíveis na época, que, segundo Simonian (2010, p. 205), “[...] as técnicas e tecnologias de trabalho eram constantemente exaltados na sua construção, através das informações encontradas nos jornais do período”.

Figura 2 – Trabalhadores na busca de oportunidade de emprego (Inauguração do Supermercado São João – Bairro da Cidade-Velha-1976).

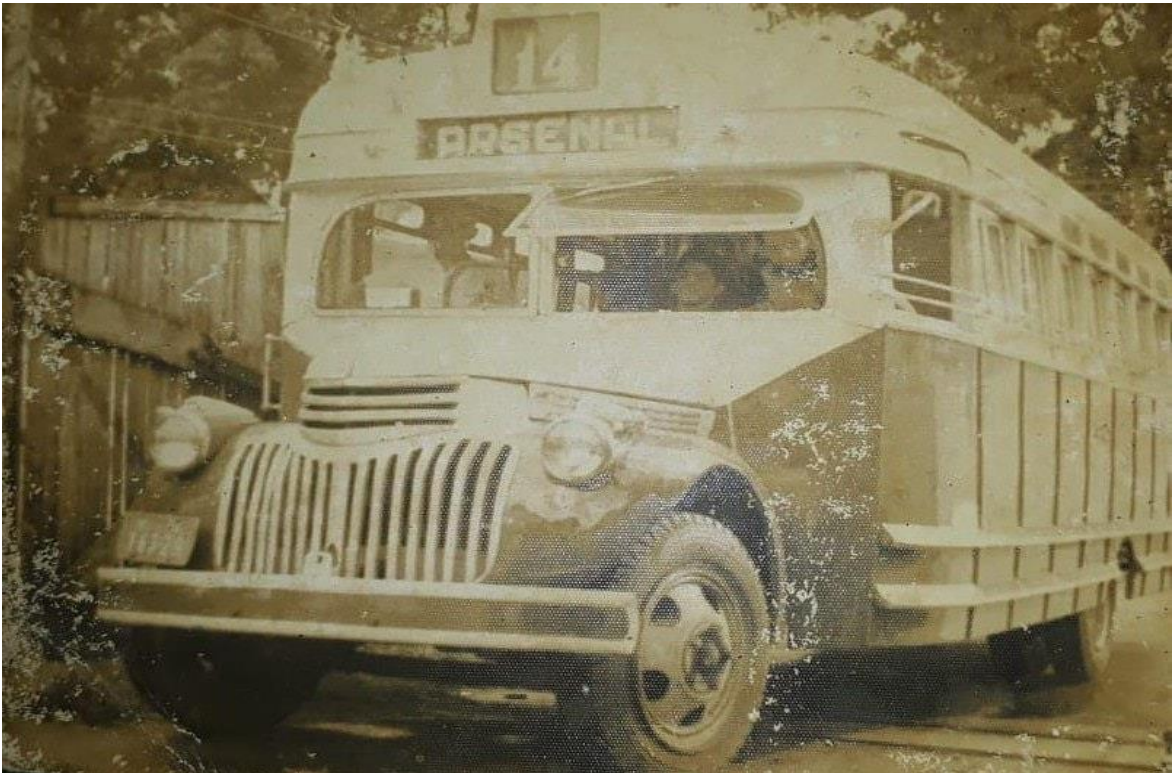


Fonte: A Província do Pará (1976).

A fotografia (Figura 2) permite revelar as formas urbanas e as dinâmicas do trabalho no espaço da cidade de Belém em 1970. A partir dela, de alguma maneira, podemos entender que os processos urbanos já refletiam o crescimento populacional, e a procura de trabalho no setor de serviços marca as relações de ocupação na cidade. Ao mesmo tempo, podemos refletir a concepção de Harvey (2005) de que o direito à cidade é o direito de transformá-la em algo radicalmente diferente, pois participar desses processos de transformação das cidades e do urbano, que normalmente exteriorizam sua modelação segundo os interesses do capital em detrimentos das pessoas, mostra que a luta pelo direito à cidade se faz e refaz na luta contra o capital.

Entendemos que a percepção que se pode expressar do registro fotográfico revela as ações norteadoras do conhecemos como reestruturação do capital e do seu modelo produtivo, operados no ordenamento do neoliberalismo e da própria globalização, que irão, de forma progressiva, escalonar as altas taxas de desemprego nos espaços urbanos, como tentamos e verificamos ainda na terceira seção.

Figura 3 – Ônibus da Linha Arsenal, na Cidade de Belém, em 1960.



Fonte: NostalgiaBelém (2020)

Esse outro registro fotográfico (Figura 3) possui uma carga de entendimento e de reflexões importantes. Isso se buscamos descrever os elementos que são mediados e operados no tocante ao papel do trabalho e suas representações nos processos de produção e dinâmicas espaciais, e mesmo das relações de resistência ao direito à cidade e das expressões das relações de exclusão, pois a palavra cidade significa um espaço geográfico caracterizado por uma concentração populacional que se dedica às atividades diversas (comércio, indústria, mercado financeiro, atividades culturais, etc.). Ressaltando os diálogos a respeito da cidade confinada e de sua posterior dispersão a partir dos anos de 1970 e 1980, segundo Costa (2022) e Trindade Júnior (1998).

Esse instrumento (ônibus) possibilitou e continua garantindo os processos de mobilidade, bem como revela sua perene lógica de exploração do setor rodoviário e suas condições precárias. Entretanto, era o que garantia aos munícipes dos bairros afastados do centro da cidade de Belém a participação e vivência, mesmo que precariamente, nos processos urbanos e o “acesso à cidade”. Também podemos verificar a importância dos processos de trabalho nas dinâmicas da cidade, pois o ônibus, como instrumento técnico e de avanços das tecnologias, operava e mediavam as necessidades dos indivíduos nos processos urbanos e das contradições existentes, possibilitando reivindicações e meios de garantias e direitos.

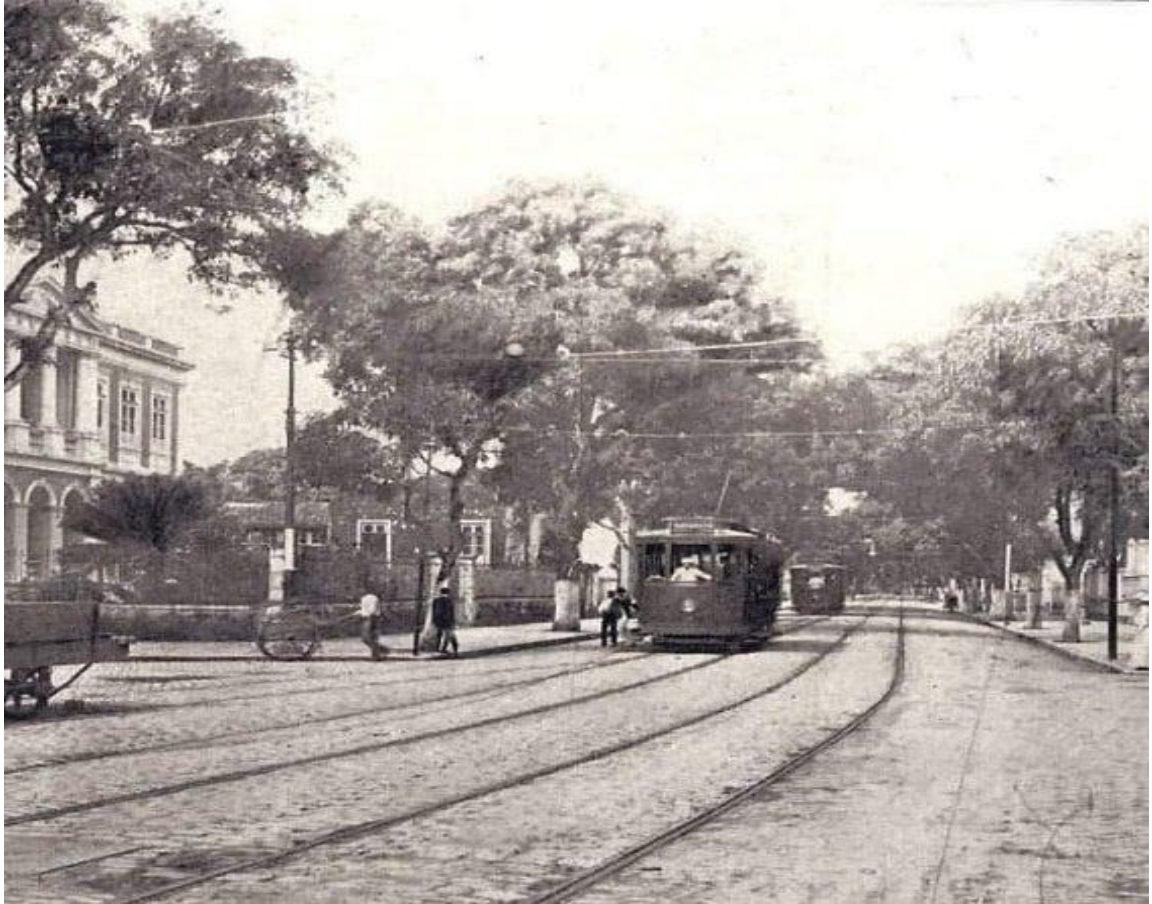
O entendimento dos processos urbanos potencializam as ações e interesses do capital, firmando seus ordenamentos de exploração e suas próprias ideologias, que, segundo Lefebvre:

[...] as forças produtivas permitem a quem a dispõe de dominar o espaço e mesmo de produzi-lo. Essa capacidade produtiva se estende ao espaço terrestre. O espaço natural é reduzido e transformado em um produto social pelo conjunto das técnicas, da física à informática; deste modo, o espaço se de um lado reproduz ativamente as relações de produção, de outro, contribui a sua manutenção e consolidação (Lefebvre, 1973, p. 112).

Os novos contingentes de pessoas chegaram à cidade a partir dos anos de 1970, como resultado da urbanização induzida pelo Estado, tencionaram por novos espaços, com ampliação e modificação que passaram a evidenciar espaços de segregação e expulsão de indivíduos nas dinâmicas de ocupação da cidade. O processo de modernização de Belém foi um reflexo imprimido no espaço da cidade de Belém que representou a exploração mais vil da relação capital-trabalho, em suas condições de trabalho, no processo produtivo, assim como sua liquidez e aplicação dos recursos da fase de opulência de tal fase, pois o embelezamento da cidade se deu por meio da produção e lógica perversa do movimento do capital, produzindo espaços estratificados e segregados, como provisiona Trindade Júnior (1998).

Nessa perspectiva, podemos perceber que a riqueza gerada pelo ciclo econômico da borracha possibilitou ao então intendente da cidade, Antônio José de Lemos, transformar “[...] Belém em uma das maiores metrópoles do país” (Rocque, 1973, p.20). Entre as obras e melhorias que eram praticadas na cidade, podemos citar os serviços de pavimentação de ruas, com paralelepípedos de granito, construção de praças, quiosques, jardins e usinas de incineração de lixo a partir do serviço de coleta de lixo, para limpeza urbana. Todavia, como citamos, todos os serviços e asseio da cidade foram localizados e dirigidos principalmente para as áreas do centro da cidade. As percepções de Trindade Júnior em relação à cidade confinada demonstram que os “[...] serviços e melhorias eram destinados aos habitantes da elite local e parte da classe média nascente” (Trindade Júnior, 1998, p. 158).

Figura 4 – Av. Nazaré, na cidade de Belém, ano 1905



Fonte: NostalgiaBelem (2020)

Na Figura 4, podemos observar as transformações relevantes que são apontadas por Trindade Júnior (1998) e Costa (2022) no que diz respeito ao crescimento populacional e da busca por ocupação do espaço da cidade de Belém, para além do reconhecimento no marco regulatório das léguas patrimoniais. Nesse sentido, Trindade Júnior (1998) aponta os processos de “dispersão e vetorização”, representando a expansão e ocupação das áreas da rodovia Augusto Montenegro, em direção aos Distritos de Icoaraci e Outeiro, possibilitado pela busca de outras ocupações para garantir moradia e trabalho. Assim, a lógica do desenvolvimento dos processos urbanos imprime as faces da exclusão, segregação e a expulsão dos espaços nobres e reestruturados, como ação das necessidades da produção e reprodução do capital.

Figura 5 – Inauguração da Rod. Augusto Montenegro, no ano de 1978.



Fonte: NostalgiaBelém (2020).

A Figura 5 permite identificar mudanças na paisagem urbana de Belém, no perímetro da Avenida Almirante Barroso, como resultado de ações estruturantes do Estado, de maneira a atender as funcionalidades do modelo rodoviário associado à mobilidade urbana na capital paraense. As interfaces do conjunto de alterações e transformações do espaço da cidade de Belém, que passou a ser ladeado pelo processo de industrialização do país, que a capital também imprimiu, não só porque a população crescia e as inversões entre campo e cidade se constituíam, mas era fruto das alterações das paisagens do lugar, permitidos pelos ciclos econômicos, principalmente o da borracha e do próprio crescimento do setor de serviços na cidade.

À época em que tal avenida foi criada, em meados dos anos 1929, a história e a percepção da sua introdução nas dinâmicas espaciais estavam presumidas através da lógica das substituições dos equipamentos de mobilidade e de interesse do capital, haja vista que a avenida está diretamente relacionada à Estrada de Ferro de Bragança, que ligava Belém ao nordeste paraense. Nesse contexto, a via era conhecida como Estrada de Ferro ou Tito Franco. Sendo que ela foi delimitada de forma “paralela à Estrada de Ferro”, essa área que posteriormente vai ser nomeada Almirante Barroso (Simonian, 2010).

Figura 6 – Duplicação da Av. Tito Franco, atual Av. Almirante Barroso, no ano de 1961



Fonte: NostalgiaBelem (2020)

A partir das imagens socializadas e com as conjecturas dadas e provocadas por Thomaz Júnior (2002), acerca da compreensão do papel e das reflexões do propósito da geografia do trabalho, é que chamamos atenção às transformações que as tessituras constantes e contraditórias exercidas nos processos sociais paulatinamente imprimem nos espaços geográficos. Marcas que possibilitam entender o conceito de multiplicidade de sentidos permitidos pelo trabalho no processo de formação do espaço.

Com as atenções voltadas, então, para a dialética do processo social, o trabalho sob o enfoque geográfico, é compreendido por nós, pois, como expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu *ir sendo* ou em seu *vir a ser* está inscrita a intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem. A dupla linha de ação entre a ideação, a previsibilidade (a finalidade), enfim a teleologia (inexistente na natureza), e a materialidade fundante (causalidade), formam uma conexão interativa que solda a práxis ontológica do trabalho diante do agir societal (Thomaz Júnior, 2002, p.4).

Compreender os processos de dispersão dos elementos e processos urbanos e da vetorização que promoveram o crescimento do EMB impelem-nos imediatamente a refletir as ações metabólicas do ser social e do meio, assim como as múltiplas determinações da práxis

ontológica do trabalho percebidas pelos atos do fazer consciente do homem, que rebatem nos processos de organização espacial. De forma imediata, podemos entender que o trabalho se espacializou no espaço metropolitano de Belém ao longo de sua formação, em que os anos 1980 revelam os diversos processos no qual procuramos apontar, até o presente momento, certos de que a sua constituição e robustecimento se revelam pelas necessidades e especificidades como espaço urbano. No caso, as reflexões de Rodrigues (2022) em entrevista ao jornal *O liberal*:

Os censos do IBGE das décadas de 1970, 1980 e 2010 foram testemunhas de uma “explosão demográfica” no município de Belém, que saltou de 642 mil habitantes na década de 1970, para aproximadamente 1.400.000 (um milhão e quatrocentos mil habitantes) no ano de 2010, segundo o Censo do IBGE. [...] Rodrigues afirma que a estimativa do IBGE para o ano de 2021 afirma que o município de Belém possui em torno de 1.500.000 habitantes (*O Liberal*: 12.01.22).

Podemos compreender o cenário mais complexo do trabalho no espaço metropolitano, primeiramente pelo grande crescimento populacional, que demandou grande crescimento de postos de trabalho, sendo que esse aumento também impacta nas diversas atenções de vários serviços de caráter público, os quais passam a ser diagnosticados por meio das informações mais gerais, no Espaço Metropolitano de Belém, através dos órgãos de verificação. Os dados do IBGE (1980)²⁸ mostram um crescimento do trabalho precário e informal, já que os setores de trabalho de transformação – indústrias – quase não eram gerados, pois os postos de trabalho eram criados principalmente pelo setor de serviço, de acordo com as informações do IPEA e dos dados do próprio Ministério do Trabalho, conforme percepção de Arandia (1991, p. 151)²⁹.

Verifica-se que, paralelamente às dificuldades crônicas de absorção da população ativa pelo setor capitalista da economia, o mercado de trabalho se defrontou com uma crise e com uma política recessiva, cujas repercussões sobre o emprego e as condições de vida da população mostraram-se dramáticas, pois essa situação verdadeiramente alarmante, conjugada à precariedade das políticas sociais e de emprego por parte do Governo, tornou a crise (1981-83) mais aguda e seus efeitos muito mais perversos sobre o conjunto da população trabalhadora.

²⁸ O Recenseamento Geral de 1980, que e a nona operação levada a efeito para o conjunto do País, constituiu-se dos Censos Demográfico, Agropecuário, Industrial, Comercial, e dos Serviços, além de Inquéritos Especiais sobre a Indústria da Construção; Produção e Distribuição de Energia Elétrica; Transportes Rodoviários, Ferroviários, Hidroviários, Aéreos e Especiais; Instituições Financeiras; Seguros e Capitalização; Comunicações; Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário; e Limpeza Pública e Remoção de Lixo (IBGE, 1980).

²⁹ Segundo o autor Alejandro Kuajara Arandia no texto “O mercado de trabalho frente a crise dos anos 80 e aos planos de estabilização”. A população ativa brasileira, já observada na década de 80. Na realidade, em uma crise de longa duração como esta que se está vivenciando, enquadrada nos marcos de políticas recessivas, na precariedade de programas sociais e na ausência de uma política salarial que assegure a recomposição das perdas ocasionadas pelo aumento da taxa de Inflação, é de se supor que os trabalhadores demitidos, bem como os novos ingressantes no mercado de trabalho busquem a sobrevivência, dedicando-se a qualquer tipo de atividade precária (bico, biscate, etc.).

Isso exterioriza as relações de exclusão, segregação e resistência, que configuram os processos de ocupação e de exploração que foram e continuam sendo exercidos pela lógica das dinâmicas de produção e reprodução do capital, que impactaram as condições de vida e reprodução da classe que vive do trabalho.

Assim, ora mais ênfase à relação homem – meio, ora à organização espacial, a tessitura da sociedade vai sendo construída, sendo que o trabalho enquanto ato teleológico redefine constante e contraditoriamente o processo social e o espaço geográfico. Entendemos que a Geografia do trabalho deve chamar para si a tarefa de apreender o mundo do trabalho através do espaço geográfico, entendido, pois, como uma das características do fenômeno, e da rede de relações categoriais/teórico-escalares, ou seja, a paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos, num vai e vem de múltiplas determinações (Thomaz Júnior, 2002, p. 5).

Tal realidade plasma a produção do espaço urbano, onde as dinâmicas de ocupação da cidade se espraiam nas formações e dinâmicas territoriais da cidade de Belém, tendo como efeito imediato o que Trindade Júnior (1998, 2000, 2016) determina com as relações de vetorização. O referido autor aponta as relações de vetorização verificadas quando a cidade de Belém ultrapassa seus limites por meio dos rompimentos dos margeamentos das léguas patrimoniais, das ações da 1º Léngua patrimonial, a partir do bairro do Marco, indo em direção a 2º Léngua patrimonial (Costa, 2020).

Considerando sua posição geográfica e a ação dos agentes produtores do espaço urbano, a tendência de expansão metropolitana de Belém foi forjada no sentido Norte-Nordeste, sendo concentrada em dois vetores de expansão: O vetor Norte, que segue o traçado da Avenida Augusto Montenegro, estendendo-se por áreas periféricas na confluência dos municípios de Belém e Ananindeua, e o vetor Nordeste, que acompanha o curso da BR-316, funcionando como eixo de integração regional para os municípios da RMB (Costa, 2020, p. 47).

Entendemos que a visão possibilitada pelos estudos e investigações de Trindade Júnior (2002) e Costa (2022) permitiram compreender que as características do processo de urbanização e metropolização, dadas por meio das dinâmicas múltiplas, dos diversos atores percebidos nas elaborações e construções do urbano, verificados no âmbito do Estado e da sociedade como um todo, exerceram o que o autor em tela denomina como a produção da cidade dispersa³⁰. A ocupação dos vetores ao norte e nordeste exprimem as ações constituintes de

³⁰ Temos a compreensão da definição de cidade dispersa, a partir da percepção de Trindade Júnior (1998), quando da explicação e reflexão sobre a produção e a configuração do espaço metropolitano da Região Metropolitana de Belém. O autor considera cidade dispersa a partir dos processos que configuraram as cidades de Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Isabel, assim como Santa Barbara, que, apesar de não estar no eixo da Br 316, consta como reflexo de ocupação espontânea. Cidade, segundo Trindade Júnior caracterizada por novos espaços de assentamentos urbanos desconcentrados, que podem ser situados na órbita das cidades planejadas, espontâneas e dirigidas.

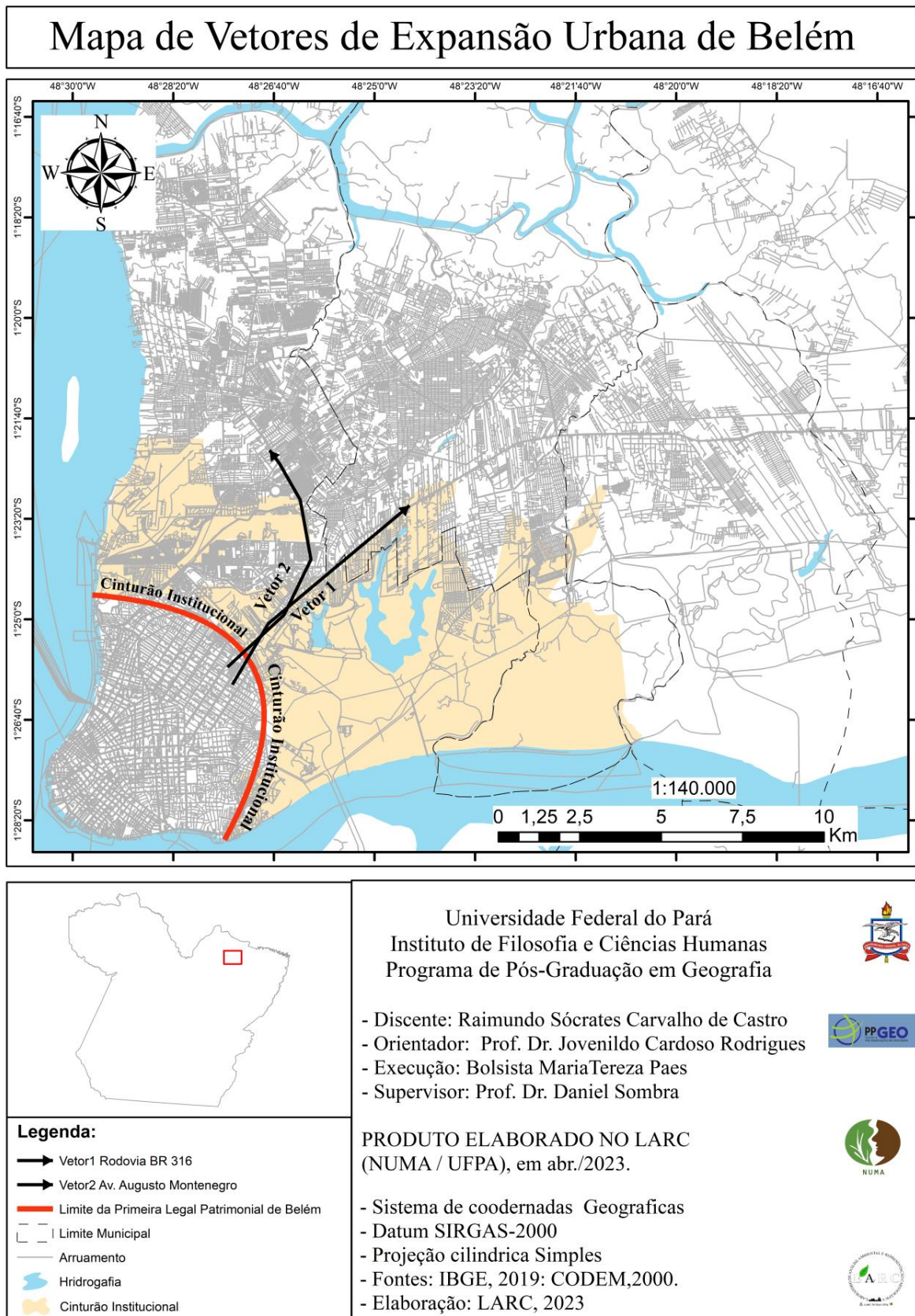
ocupação da cidade, com o propósito de possibilitar alternativas para outras áreas de ocupação, onde o processo habitacional ocorra por políticas conferidas pela regulação do Estado ou por processos segregatícios, que determinaram as ocupações irregulares e/ou espontâneas.

Segundo Trindade Júnior (2002), a ocupação da segunda légua patrimonial, que iniciou com construção de assentamentos planejados e espontâneos eram no formato de conjuntos habitacionais, produzidos pela Companhia Nacional de Habitação do Pará (COHAB-PA) e pelo Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Pará (IPASEP), financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) e pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Já os relacionados aos processos que se davam através das ocupações espontâneas refletiam variáveis da exclusão, da expulsão e segregação dos contingentes populacionais de menores rendas, ou seja, dos desempregados e dos trabalhadores informais, que não podiam contar com os financiamentos de imóveis. Situação que possibilitou as ocupações ou “invasões³¹” irregulares, aglomerações que se horizontalizavam por meio de ocupações irregulares.

Esse quadro promoveu processos de dispersão que rebateriam em novos processos de expansão e concentração para além da cidade de Belém e de seu marco regulatório. Produziam-se, assim, outras centralidades relacionadas a fatores (políticos, econômicos, administrativos, sociais à moradia), sendo que o setor de serviços e espaços de empregos passa a se especializar através de várias atividades nesse setor. Isso propiciou expressões do processo de urbanização da estruturação e formação das cidades de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara, assim como as ocupações dos distritos de Outeiro, Icoaraci e Mosqueiro, o que convergia para o sentido da metropolização urbana. Mediante as ações e processos, podemos verificar os novos vetores de crescimento a partir do Mapa 2.

³¹ Na visão Trindade Júnior (1998), ocorriam tramas e tessituras estabelecidas com os diversos agentes inseridos na produção dos assentamentos espontâneos. Essa combinação de pactos diversos, em que estavam envolvidos o Estado, a população e os proprietários fundiários, intitula-se de “Indústria das Invasões”. Todos se beneficiavam: a população, por receber apoio e incentivo à invasão com promessa da casa própria; os proprietários, por se beneficiarem com a venda dos terrenos ao Estado e a chegada de infraestrutura aos locais das ocupações; além do governo local, que aparecia como o “solucionador” dos problemas e, muitas vezes, por ser o incentivador da área ocupada, e que recebia a homenagem da população, sendo a área batizada com o nome do referido governante ou do incentivador da ocupação.

Mapa 2 – Crescimento urbano da Região Metropolitana de Belém



Fonte: Elaboração própria 2023.

O Mapa 2 permite não somente revelar a morfologia e a complexificação do tecido de arruamentos, como também os vetores de expansão da cidade de Belém, quais sejam a Avenida Augusto Montenegro e BR-316. Por sua vez, na tabela 1, apontamos fatos e informações extraídas dos *sites* oficiais dos municípios que constituem a RMB, assim como informações do *site* do IBGE e dos textos do referencial bibliográfico, que debatemos e dialogamos até o presente momento.

4.3 Transformações do Trabalho no Espaço Metropolitano de Belém - EBM: do trabalho às técnicas “o território usado”

O fazer do trabalho e seus aprimoramentos e complexificação pavimentaram a relação homem e meio. O capital, por meio das dinâmicas territoriais, dadas pelos processos de produção espacial, determinaram a paisagem, o espaço, o lugar e o território do fazer ontológico da *práxis* do homem pela ação do trabalho. Nesse sentido, a dispersão do espaço metropolitano de Belém, desencadeadas no contexto de metropolização do território brasileiro a partir dos anos de 1960 (Trindade Júnior, 1998; Lencioni, 2010), encontram-se profundamente associadas às atividades de trabalho, assim como as dinâmicas exercidas pela economia-mundo que vetorizou a fundação e ocupação do território, introduzindo novas centralidades urbanas, redes de cidades e cidades em rede, reconfiguração de hierarquias urbanas, bem como a constituição de uma tecnoesfera e uma psicoesfera urbana (Santos, 1991), eventos que contribuíram para as políticas de aculturação das populações locais (Santos, 1994).

As principais transformações de Belém como “cidade ribeirinha” passaram a ganhar novos contornos e robustez quando do ciclo da borracha a partir de meados do século XIX (Penteado, 1964; Correa, 1987). Nessas circunstâncias, a vida dos trabalhadores se fazia reconhecer pelo crescimento monumental nos prédios e praças que surgiam em espaços centrais espaço da cidade, como consequência e rentabilidade de tal ciclo, no decorrer dos séculos XIX e XX. Recursos esses advindos dos processos de exploração do trabalho precário dos trabalhadores coletadores do látex. As realizações permitidas pelo processo de exploração dos trabalhadores da seringa, que eram submetidos a condições aviltantes de trabalho nos espaços de extração do látex nos seringais que, ao final, gerou riqueza aos seus exploradores, ao mesmo tempo embelezaram a cidade de Belém (Costa, 2022).

A *Belle Époque* se constituiu como um processo de reurbanização de Belém, tendo como moldes a representatividade da cidade de Paris como sinônimo da urbanização e do poder do capital no final do século XIX e início do século XX (Penteado, 1964). No entanto, deixou

as amálgamas da exploração e da pobreza aos despossuídos do direito à cidade, por parte daqueles que a construíram. O desenvolvimento das atividades de comércio do setor terciário no final do século XIX deram-se objetivamente pelas necessidades das elaborações dos processos de trabalho, que diretamente amalgamavam as relações entre capital e trabalho. O que diretamente fazia surgirem as demais necessidades de circulação e ocupação do território, ou seja, desenvolver os processos de produzir e ao mesmo tempo consumir o espaço ora produzido.

A partir da primeira metade do século XX, Belém apresenta paisagens urbanas marcadas por diferenciações socioespaciais, posto que na área central têm-se prédios e praças suntuosas, ao passo que a periferia da cidade (atuais Guamá, Jurunas) eram áreas desprivilegiadas do ponto de vista dos investimentos públicos (Costa, 2022). O acúmulo de recursos advindos da extração da borracha e da exploração da mão de obra de trabalhadores contribuiu para desencadear o espraiamento das apropriações particulares, os serviços e políticas do Estado, os processos de expropriação e segregação da cidade, percebidos por meio dos setores mais abastados e de menores condições de renda. Delimitando, assim, a vascularização dos meios de reprodução social dos indivíduos e do capital nas relações comerciais locais.

As figuras 7 e 8, obtidas no arquivo digital do IBGE, aludem às formações e alterações do espaço a partir das relações sociais e econômicas que permitiram a centralidade e as relações indenitárias possibilitadas por meio das dinâmicas do uso do território.

Figura 7 – Av. Boulevard Castilho França – 1940.



Fonte: Arquivo digital do IBGE.

Figura 8 – Avenida Portugal 1945.



Fonte: Arquivo digital do IBGE.

As formas urbanas, a partir das dinâmicas territoriais da cidade de Belém, como das demais cidades do entorno por meio da constituição dos fixos que até então não existiam, e que agora imprimiam novas demandas, novos fluxos de mercadorias e pessoas, processos de migração. O crescimento populacional brasileiro se perfaz imerso em algumas questões específicas de migração na relação campo-cidade e pelos processos de centralidades vinculados às questões urbanas. Segundo os dados das séries históricas do IBGE, existiam no território brasileiro, em 1900, um total de 17 milhões; em 1950 aumentou para 54 milhões; já em 1970, éramos 90 milhões de pessoas; e em 2010 atingimos a marca de 190.755.799 milhões. Sendo as taxas de crescimento nos anos de 1940-1950 em 2,39% e seguindo em crescimento na década seguinte, com uma taxa de 2,99 % em 1950-1960 (IBGE, 2010).

O crescimento populacional e os movimentos de imigração possibilitaram a ocupação e as dinâmicas de povoamento, assim como as construções de portos, ruas, avenidas, unidades dos prédios públicos, de transportes, através dos bondes, de defesa do espaço da cidade de Belém, dos processos de especulação habitacional e exclusão social. O processo de urbanização do território brasileiro contribuiu para induzir esse conjunto de transformações (ABELÉM, 1982) espaciais possibilitaram o reconhecimento das áreas territoriais, a partir das relações que

se complexificavam, mediante as necessidades de desenvolvimento e aprimoramento das atividades de trabalho e das novas descobertas que são promovidas pelos interesses do capital. Isso significa a busca de novas bases técnicas capazes de garantir o seu desenvolvimento, plasmando novas identidades e necessidades no processo de configuração do espaço (Santos, 1994). Exterioriza-se e complexifica-se a produção do espaço geográfico, ao mesmo tempo que se redimensiona as objetivações e a subjetividade da sociedade como um todo (Santos, 1994).

As transformações no espaço urbano de Belém têm como berço o ciclo da borracha, que deixou seus registros no processo de povoamento e de ocupação da cidade, como bem alude Trindade Júnior (1998, 2015). As inaugurações das rodovias na região e a chegada de novas frentes de expansão econômica responsáveis por inserir definitivamente a Amazônia em uma divisão territorial do trabalho, em nível nacional e internacional (Trindade Júnior, 2015, p. 314).

É assim que, a partir da década de 1960, uma nova reestruturação do espaço regional passa a ser definida. Dessa feita, com a presença fundamental do grande capital e do Estado que, por meio de infraestrutura, incentivos fiscais e créditos, inaugurou uma fase de rápida ocupação do território em que a presença de empreendedores, especuladores e migrantes definiu uma nova ordem imposta ao território. (Trindade Júnior, 2015, p. 316).

Em meio às transformações ocorridas na configuração espacial, renovações dos meios e formas de reprodução do capital, dos instrumentos remodeladores de equipamentos possibilitaram os maiores espectros do processo de espraiamento comercial e populacional, do processo de articulação e circulação dos indivíduos na economia local, nacional e internacional. O redimensionamento de infraestruturas propiciadas pelos incentivos do Estado, que facilitaram a circulação e os processos de ocupação e do desenvolvimento da cidade, nos eixos de expansão delimitava a área da cidade, como no caso da primeira légua patrimonial da cidade de Belém, que se dava a partir do atual bairro do Marco.

Mapa 3 - Primeira Léngua Patrimonial de Belém



Fonte: Elaboração própria, 2020

As alterações despertadas ao longo das transformações no processo de metropolização e sua expressão na produção territorial da cidade de Belém, determinadas pelos momentos de desenvolvimento das várias centralidades no contexto político, social, econômico, de trabalho, do desenvolvimento técnico e dos demais interesses do capital, verificadas principalmente na segunda metade do século XIX e no decorrer do século XX, estabeleceram as necessidades para além da chamada Primeira Léngua Patrimonial de Belém.

Nesse entremeio, as expressões das objetivações das novas exteriorizações do capital e das intervenções do Estado possibilitaram políticas de ocupação e de exploração dessas áreas,

sejam pelas políticas de habitação controladas e desenvolvidas pelo Estado, seja por meio de ocupações voluntárias exercidas por grupos sociais menos abastados em meio ao tecido social, como as “invasões e/ou ocupações desordenadas”.

Ademais, a difusão e expansão de uma economia informal e a chegada de uma população migrante e empobrecida levam igualmente a uma ruptura da posição e da imagem de Belém, relativa à riqueza acumulada no período áureo da borracha, por volta de 1870 a 1920, quando a cidade foi reconhecida por seu dinamismo, modernidade e acumulação de capitais (Trindade Júnior; Barbosa, 2016, p. 355).

O principal mecanismo propulsor desse novo redimensionamento territorial da cidade de Belém foi possibilitado pelo desenvolvimento da Estrada de Ferro Belém Bragança (EFB). Como mencionamos, a produção do espaço, dadas as bases novas e modernas da época, foi fruto da tecnologia e do trabalho, haja vista que tal base estabelece passos a novas demandas e configurações territoriais e mesmo de produção do espaço, alterando e incrementado, portanto, o marco da primeira légua patrimonial.

Nesse sentido, podemos perceber que as transformações dadas no espaço foram possibilitadas pelo redimensionamento das escalas e diversificações no lugar, já que a EFB representou novos arranjos de produtos que passaram a ser realizados nas demais cidades que comporiam a Cidade de Belém (Penteado, 1964). Principalmente devido à produção de produtos agrícolas pelos trabalhadores do campo, que agora poderiam contar com a respectiva Estrada de Ferro para comercializar e dar vazão de seus produtos aos demais centros comerciais da Amazônia paraense (Eidorfe Moreira, 1968).

A Estrada de Ferro Belém-Bragança³², como reflexo e resultado das inovações técnicas e de abertura para vários processos de centralidades, teve sua construção iniciada no ano de 1875, tendo sua etapa final de conclusão no ano de 1908 (Penteado, 1964). Tal etapa possibilitou o desenvolvimento das forças produtivas locais, realidade que possibilitou a materialização dos objetivos de ocupação e colonização, propiciando a remodelagem espacial e dinâmicas territoriais, no sentido do eixo da interiorização da área de Belém a Bragança, assim

³² Em 1874, a Assembleia Legislativa Provincial do Pará, pela lei nº 809, de 06 de abril de 1874, deu autorização ao Governo Estadual para conceder, pelo prazo de 40 anos, à empresa ou companhia interessada, a construção da referida estrada; ficando os concessionários com o dever de acolher na área 10.000 colonos e suas famílias. Para o assentamento dos colonos, os concessionários recebiam do governo 10 léguas quadradas de terras marginais à estrada. Vieram, então, imigrantes estrangeiros e nacionais, o que fez surgir povoados, vilas que logo viriam a se transformar em municípios, como: Igarapé- Açu, no km 112, em 1905; Castanhal, no km 69 em 1930; João Coelho (atualmente Santa Izabel do Pará) no km 42 em 1933; Ananindeua, no km 14; Capanema, no km 175; Bujarú em sua área de influência; Nova Timboteua, no km 147; Anhangá (atualmente São Francisco do Pará), no km 83; Inhangapi, no km 71, todos estes em 1943. A estrada foi encampada pelo governo estadual em 1886 e pelo governo federal em 1927, sendo extinta em 1964, por determinação do Governo Federal, sob alegação de ser deficitária.

como o abastecimento de Belém, com o fornecimento de produtos agrícolas (Eidorfe Moreira, 1970).

O sentido propiciado através da circulação de produtos e pessoas, ao longo das atividades comerciais que foram metabolizadas pelas relações específicas da cidade Belém, nos diversos momentos de constituição socioespacial da capital, serviram de conjecturas e ações. Esse momento de virada geográfico-histórica de Belém pode ser visualizado no que Leandro e Silva revelam, quando ilustram informações vinculadas às necessidades de criação e gestão da estrada de EFB.

Acarretou uma considerável circulação de produtos agrícolas à Belém, o que serviu de argumento do governo da época junto à sociedade paraense para justificar a construção da EFB. Houve um crescimento da migração e da população das localidades sob a influência da ferrovia, assim sua importância às localidades e à circulação de mercadorias, produtos e pessoas é significativa no período áureo da borracha, 1880 a 1920 (Leandro; Silva, 2012 *apud* MENDES, 2019, p. 22).

Ao longo do processo de urbanização e de crescimento da cidade, também podemos perceber o robustecimento da circulação de mercadorias, propiciada pelas conquistas e inovações que ocorreram nas cidades e na composição da RMB. Imprimimos tais informações para salientar a virada propiciada pelas afeições trazidas e apontadas no processo de complexificação da condição do fazer objetivo e do desenvolvimento técnico. Considerando a condição de trabalho, decorrente dos novos instrumentos técnicos, como pela Estrada de Ferro Belém-Bragança que diretamente redimensionou o fazer pela relação de produção e reprodução do capital, da relação capital-trabalho, e sua valorização.

O papel da ciência, da técnica e do trabalho garantem o processo objetivo e material de exponenciação do capital e dos processos urbanos, que tão logo criara as necessidades de constituição dos espaços metropolitanos (Santos, 1994). A expansão dos espaços de comércio e de serviços é definidora dessa nova forma metropolitana que agora une a concentração e a dispersão do padrão de vida e de consumo que se assemelha ao das metrópoles. Para tanto, apresentamos, a seguir, o que pode ser definido como resultado e continuidade do processo de metropolização do espaço. Produto de uma expansão do urbano, para além das fronteiras e formas adensadas, agora o urbano adquire dimensões metropolitanas, redefinidas em formas complexas e com realidades urbanas com núcleos populacionais menores.

Isso tem favorecido a dispersão metropolitana e o rearranjo interno do espaço urbano, tendo em vista a apropriação diferenciada por agentes hierarquicamente diferentes. Neste plano, a dispersão e a concentração formam um par dialético para a realização

dos processos sócio-espaciais no âmbito metropolitano (Trindade Júnior, 1998, p. 230).

As articulações em âmbito relacional percebidas na trajetória constituinte da RMB, a partir das atenções exercida e imprimidas pelas dinâmicas e processos metabolizados, no âmbito capital-trabalho, surgem a partir das reflexões e apropriações interpostas, como enfatizou Harvey (1980) ao argumentar sobre a perspectiva relacional. O espaço relacional nos suscita refletir as determinações do espaço e de sua movimentação nas assertivas do capital. Tais articulações e interações originam em escalas imediatas e mediatas as necessidades do capital.

As complexificações interpostas no espaço refletem os interesses do capital, assim como todo o processo que irá ser exteriorizado, em que o trabalho aparece como vetor que irá configurar, de forma contundente, os interesses no processo de formação e das atuais questões que margeiam a formação metropolitana de Belém.

Os propósitos de elaboração de constituição dos espaços metropolitanos no Brasil a partir dos anos de 1960 não representam ações muito distantes em condições de tempo-espaço, na história recente de nosso país. Os processos que tentamos apresentar de forma pontual, nestas breves linhas, são frutos da totalidade dos movimentos dados efetuados, ao longo dos processos construção e desconstrução, criação, continuidade e aniquilamento que se constituíram ao longo das formações dos sistemas de objetos e ações (Santos, 2006), que perfizeram o espaço urbano brasileiro, com produto da urbanização que se torna planetária e atinge os domínios e os diversos tamanhos e formatos de cidades.

4.4 Transformações do trabalho no espaço de Belém: o papel do trabalho na produção do espaço, no século XX

Vários foram os momentos constituidores do processo de transformações que possibilitaram a urbanização do território amazônico e a formação da cidade de Belém e que podem ser elencados pelos diversos atores e sujeitos sociais, do Estado e do próprio capital, ao longo das transformações históricas percebidas, concebidas e vividas por determinações materiais (Abelém, 1918). Transformações essas que contribuíram para o desenvolvimento das forças produtivas locais, assim como sua conectividade, atrelamento e exploração em meio aos interesses nacionais e da economia-mundo.

As formas urbanas do trabalho passavam a ser exteriorizadas no espaço em uso, concebendo as vielas, ruas, avenidas, rodovias e, com elas, todos os demais equipamentos

públicos, o crescimento comercial. Isso como dispersão, concentração e promoção das determinações das criações dos fixos que legitimaram os fluxos determinantes, ao passo que possibilitaram o surgimento da maioria dos núcleos urbanos da RMB (Mendes, 2021). Ressaltando que todas essas determinações possibilitadas se tornaram possíveis pela condição do fazer humano e pelo trabalho. Nessa perspectiva, podemos ressaltar o papel técnico-instrumental personificado na construção da Estrada de Ferro de Bragança, que mais uma vez possibilitou o desenvolvimento de logísticas, na circulação de produtos, dadas as necessidades dos indivíduos e do mercado (Penteado, 1964). A EFB, cuja construção foi iniciada em 1875, tendo sido inaugurada no ano de 1884 e concluída em 1908, devido a problemas financeiros, tinha o objetivo de colonizar a área de Belém a Bragança e o abastecimento de Belém. Teve sua desativação no ano de 1965 (Eidorfe Moreira, 1965).

Os eixos viários, o arruamento e a abertura de vias foram cruciais para o processo de metropolização que se apresenta. Uma via histórica que marca o surgimento da maioria dos núcleos urbanos da RMB é a EFB. Inaugurada em 1884, ela se estendia por 229 quilômetros, de Belém até o município de Bragança, situado na mesorregião do nordeste paraense (Mendes, 2018, p. 21).

No período de sua presença histórica, de acordo como salienta Mendes (2018), a estrada, como equipamento urbano, possibilitou e dinamizou aglomerações que corroboraram com as configurações dos fluxos; assim como de dispersão e concentração das cidades, que iniciariam, nos anos subsequentes, os processos de produção e reprodução do capital, em escalas diferenciadas.

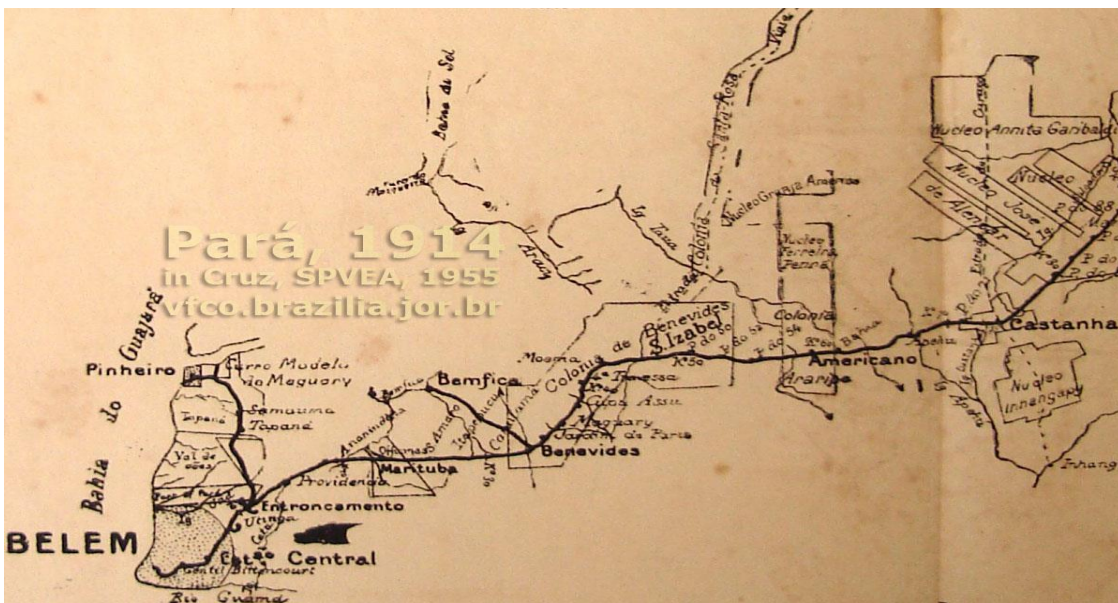
Nesse entremeio, não podemos deixar de citar as dinâmicas espaciais dadas pelos fluxos de aglomeração ocorridas pela imigração, devido ao atrativo da EFB, que imprimiu novas mediações da circulação, ao tempo que reconfigurou o espaço urbano, ou seja, o mercado, as políticas, a economia, o mundo das ideias e do trabalho. A seguir, apresentamos as figuras que simbolizam os trechos da EFB.

Figura 9 – Trecho Completo da EFB.



Fonte: Cruz (1955).

Figura 10 – Trecho da RMB.



Fonte: Cruz (1955).

Os processos histórico-geográficos que imprimiram as centralidades exteriorizadas no sentido do território usado materializaram o fazer do trabalho, os objetos geográficos dados e produzidos na perspectiva do produto do fazer humano. O papel das técnicas exerceu profunda transformação na conformação espacial (Santos, 1996). Os processos de urbanização do território associados à ação do Estado, bem como a estruturação do espaço urbano regional, contribuíram substancialmente para o desuso da EFB e a sua substituição pelas Rodovias, no caso as *Brs* 010 e 316, que paulatinamente passaram a redirecionar o espaço urbano da RMB a

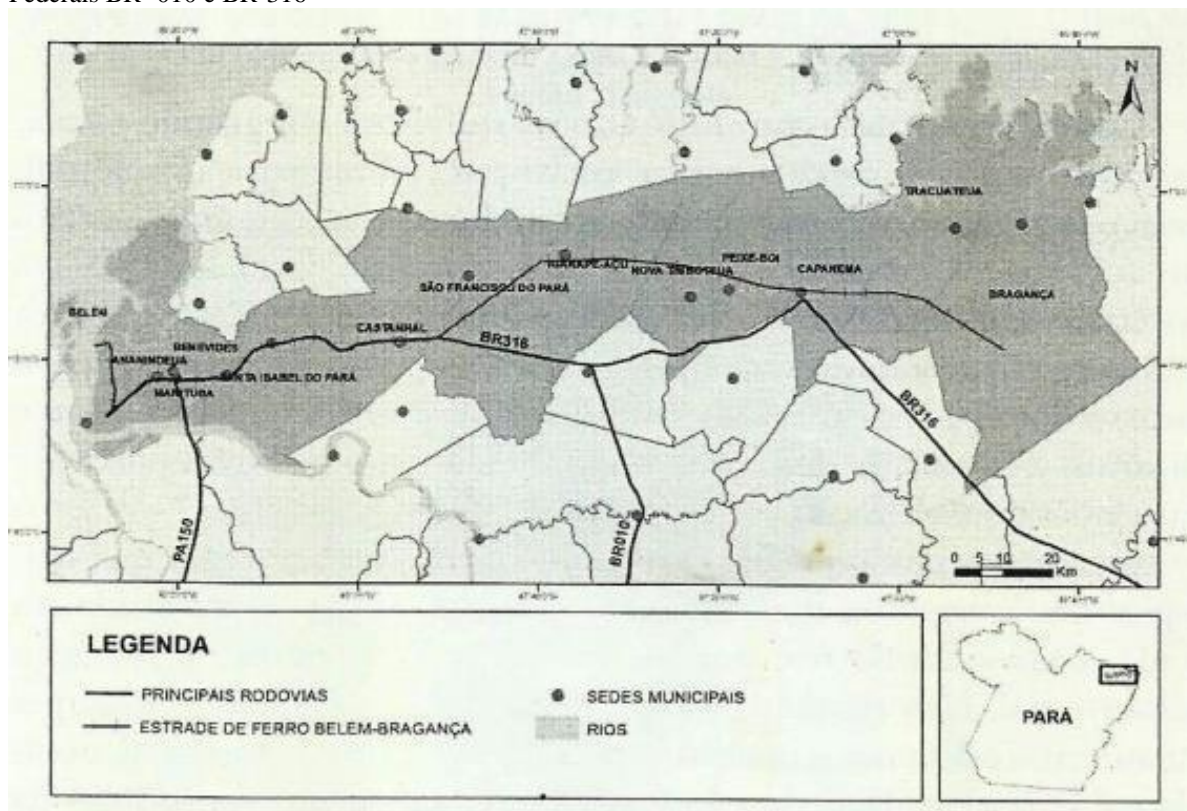
níveis ainda mais imbricados ao seu complexo mundo do trabalho e das ações integrativas (Becker, 1990). As estruturas econômicas, produtivas industriais (madeireira, extrativa e mineral), de produção da agricultura familiar e comerciais (terciária), estamos falando da substituição dos instrumentos técnicos redimensionados que propiciaram as conformações integrativas da economia-mundo, global e planetária (Becker, 1990).

As novas ações e diretrizes de forma translúcida correspondiam às novas bases técnicas, que agora orientariam os processos de circulação de indivíduos e produtos, e que passariam a plasmar, de forma sistêmica, os processos de produção e reprodução do capital, esgarçando as dinâmicas de circulação no Brasil, assim como seus rebatimentos na RMB (Mendes, 2018). Tendo como base tal percepção é que se constatam as novas dimensões de ocupação espacial, principalmente a partir da década de 1950, quando se iniciou a implementação de projetos de integração da Amazônia (Becker, 1990). Isso pode ser constatado por meio da inauguração das rodovias integrativas, que simbolizam, de forma contundente, as novas matrizes tecnológicas. Matrizes possíveis pela indústria automotora, ressignificando as relações de trabalho abstrato e o redimensionamento da prospecção da mais-valia absoluta e relativa e da ideologia da classe burguesa, assim como as lutas dos trabalhadores por direito e condições de trabalho (Becker, 1985).

A inauguração da Rodovia Belém-Brasília BR 010-316, mais uma vez, aponta para novos arranjos e sentidos que perpassam no recrudescimento da produção e reprodução do capital. O que concebeu não só redimensionamentos dos fixos e dinâmicas de fluxos, que seriam refletidos não só nas demandas objetivas e subjetivas, mas no conjunto das dinâmicas espaciais na sua totalidade, que foram percebidas com a criação dos órgãos e instituições modeladoras do espaço, no âmbito do interesse do capital (Becker, 1990).

Citamos essa questão tendo como base o estabelecimento das novas insígnias dadas na produção espacial, a partir da lógica do capital, visto que foi criada a Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, que viria a ser mais tarde a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e planejava-se a implementação de projetos particulares e públicos na região. Com a construção da Belém-Brasília, iniciou-se uma maior mobilidade populacional para a Amazônia que “[...] provocou um novo surto de municipalização no Pará” (Tavares, 2008, p. 71).

Figura 11 – Comparação da Estrada de Ferro Belém-Bragança, com parte das Rodovias Federais BR- 010 e BR-316



Fonte: Mendes (2018).

A rodovia Belém–Brasília é considerada o eixo de entrada do capital na Amazônia e possibilita processos estruturantes do capital para a região amazônica. E, considerando o seu período de abertura, na década de 1960, também influencia na conformação da RMB. Há uma grande influência da BR-010 em todos os municípios por ela “cortados”, inclusive nos situados dentro da jurisdição a RMB. Havia uma importância significativa da BR-010 ao modelo que se implantava na Amazônia, segundo Valverde (1972, p. 186) essa rodovia, marcava a entrada, o fim e início de outro servilismo econômico na Região (Mendes, 2018, p.23-24).

Nesse sentido, os ordenamentos percebidos a partir da década de 60 refletem os elementos e centralidades direcionados pelos governos da época, que buscavam a integração do país. Isso era percebido historicamente pelos organismos de investimento e de gestão que plasmavam a constituição dos espaços metropolitanos no país (Rocha, 2010).

As políticas das ações econômicas, dos projetos de urbanização, de crescimento populacional, dos desenvolvimentos das técnicas, de maneira direta, apontam as bases do desenvolvimento, e mesmo do desenvolvimento das forças produtivas, de relações de trabalho, de garantias de trabalho (legislação trabalhistas – CLT), das relações das perspectivas dos processos de valorização do capital, etc.), a cultura, as ideologias, políticas de habitação e

infraestruturas. Mudanças que passaram a ser orientadas e elaboradas com afeições e interesses do governo central, à época do Regime Militar (Rocha, 2010).

4.5 Dinâmicas territoriais do trabalho no espaço metropolitano de Belém

Diante dos interesses do governo federal, os espaços metropolitanos passaram a ser reconhecidos institucionalmente, a partir dos anos de 1970, por meio da decretação da Lei Complementar nº 14 de 1973, que estabeleceu as primeiras regiões metropolitanas no Brasil, na qual citamos: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza³³. Segundo Veloso (2011), as principais características propugnadas nos processos de constituição dos princípios de metropolização inicial, até então, não apresentava uma coerência com as dinâmicas e necessidades mais específicas e locais, no que tange às particularidades dos processos de urbanização. Isso porque os controles mais sistêmicos da proposta acabaram fragilizando os processos de reconhecimento e de gestão dessa realidade, que estava centrada nas diretrizes do governo federal.

A forma como é assumida essa institucionalização via administração federal, com centralização no Governo Federal, marca esse primeiro momento das políticas públicas para as áreas metropolitanas no Brasil. “[...] o modelo de planejamento nesse período caracterizou-se, assim, por meio da iniciativa, da vinculação institucional, da sustentação política e financeira e do repertório de ações metropolitanas empreendidas pelo governo federal” (Veloso, 2011, p. 57). O contraponto correspondente era a perda de poder e autonomia política e financeira dos municípios, em geral, e da periferia metropolitana, em especial.

Os mecanismos possibilitadores da metropolização tiveram seus eixos de vetorização a partir de instituições como Banco Nacional de Habitação (BNH), o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), a Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas (CNPU) – essa última sucedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU). Tais instituições propugnaram a criação de tais regiões, que inicialmente seguiam, segundo Veloso (2011), uma propugnação de Coerção Simétrica, com foco em determinações com viés autoritário, técnico-burocrático, e que, por ora, não propiciava a fluidez nas dinâmicas metropolitanas.

Ainda para Veloso (2011), tal realidade só viria a ser alterada com o advento do processo de democratização do país, que, de alguma maneira, possibilitou a promoção de mediações que

³³ Publicação Original [Diário Oficial da União de 11/06/1973].

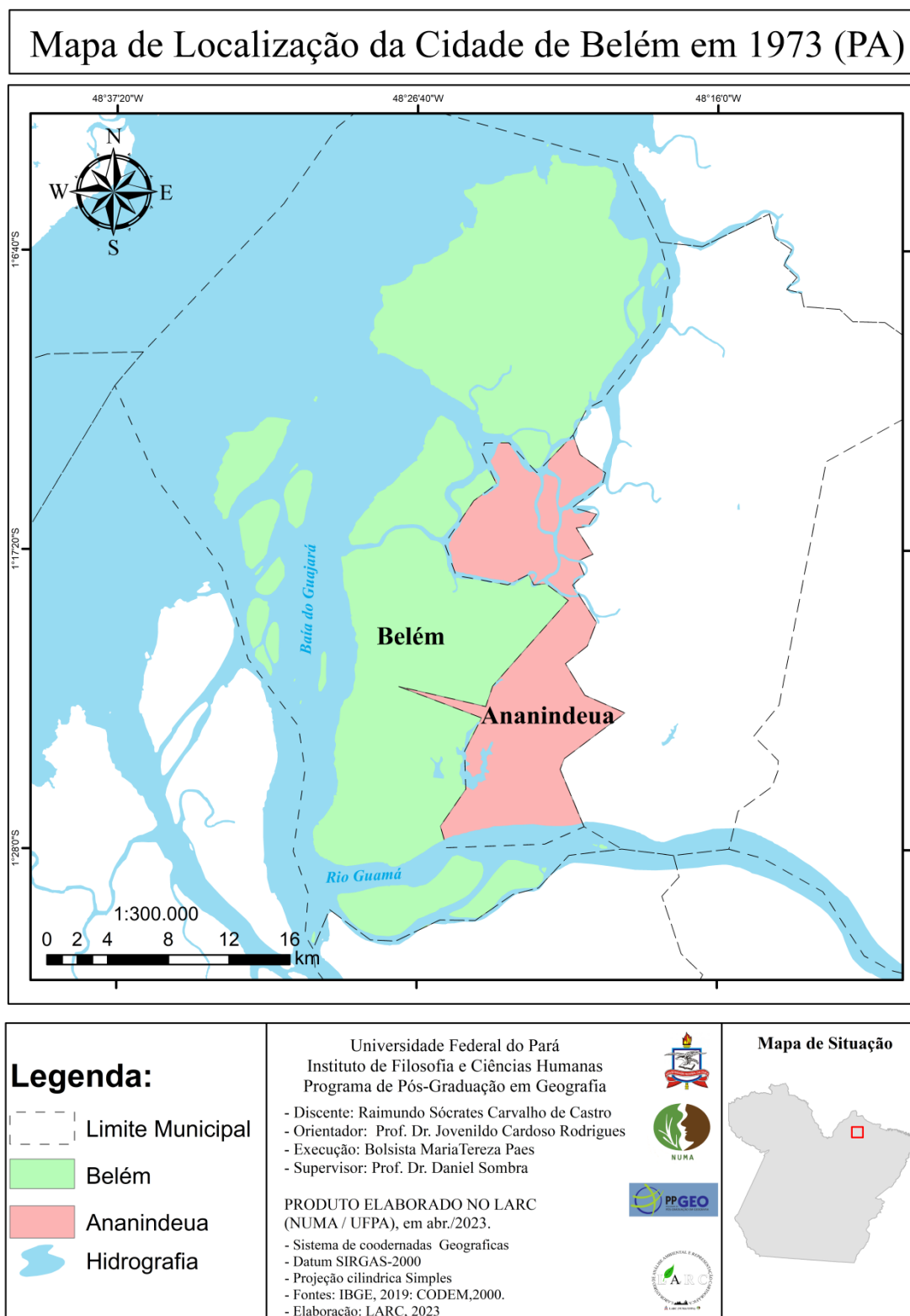
apontavam para os interesses e dinâmicas do lugar. Nesse sentido, as elaborações dos planos e estratégias passaram a ser mais viáveis nas conformações de práticas que contribuíram para dimensão de atores locais, como a participação das universidades, a criação de secretarias e gestores locais. Por mais que persistam ações de planejamentos que condensem demandas de cada município que compõe a região metropolitana.

Isso condiciona a falta de uma integridade nas dinâmicas territoriais e aprofundamento do território usado, o que possibilitaria melhor dimensionamento da compressão, do papel da centralidade do trabalho e dos desenvolvimentos das técnicas, que exponenciaram e complexificaram os processos e relações de reprodução social, de exclusão, das políticas, no uso dos equipamentos, na garantias dos serviço e equipamentos públicos, a partir de vivências e da materialidade no tocante aos meios de constituição do valor e da circulação das mercadorias (Rocha, 2011).

Os primeiros registros de integração da RMB começam a ser elaborados e constituídos em meio às necessidades apontadas ainda no período militar, em 1960, e é oficializada por meio da Lei Federal nº 14/08.06.1973, composta por Belém e de Ananindeua, com número de contingente populacional de 665.651 habitantes (IBGE, 1980). Nesses parâmetros, percebemos a formação inicial da RMB, a partir do processo de vetorização possibilitados pela dispersão da cidade de Belém, em direção à segunda légua patrimonial, que se possibilitou pela conurbação, acarretando a conformação da metropolização das respectivas cidades.

A constituição das delimitações geográficas, possibilitadas através das informações que são públicas e no âmbito do IBGE que externam os registros do desenvolvimento da composição da Região Metropolitana de Belém (RMB), ao longo de sua formação e particularidade, podem ser percebidas e visualizadas a partir das figuras abaixo.

Mapa 4 - Localização da cidade de Belém.

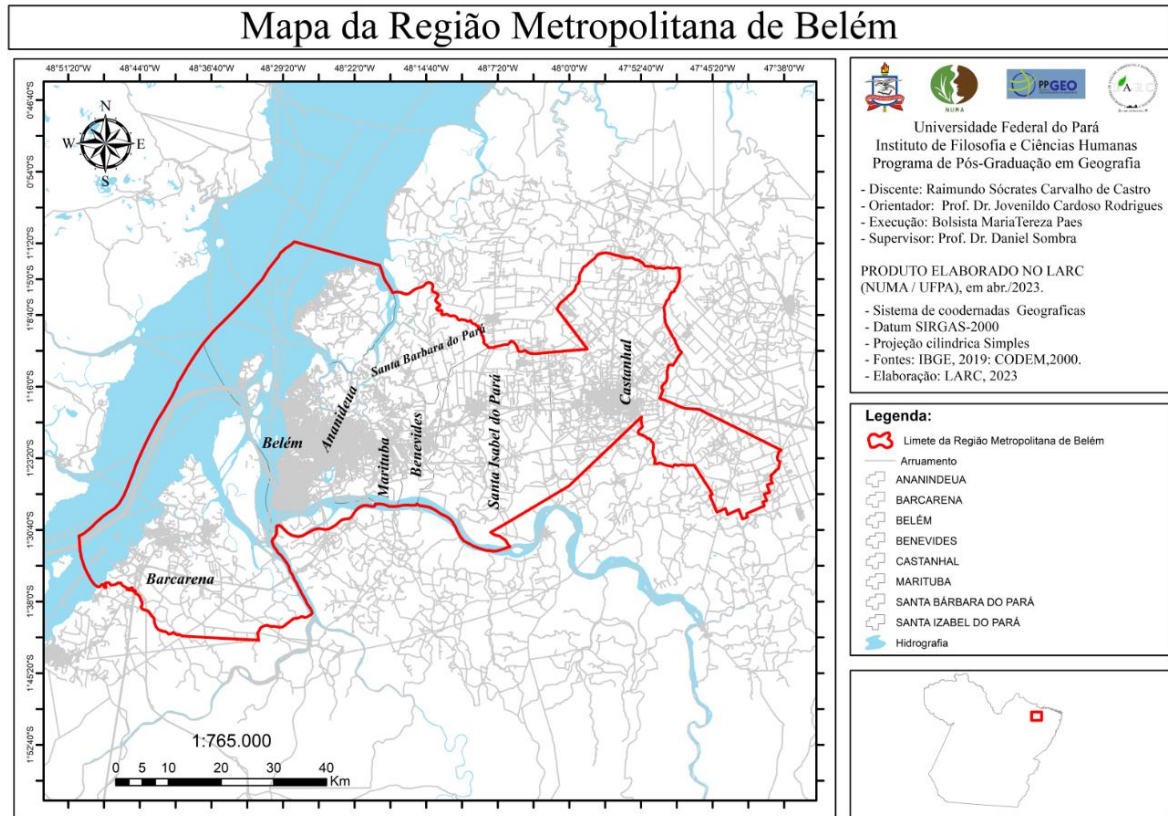


Fonte: Elaboração própria 2023.

Como colocamos acima, a RMB foi criada em 1973, com apenas dois municípios no início: Belém e Ananindeua. No ano de 1995, foi redimensionada por meio de nova

configuração na sua composição espacial, incluindo, além daqueles dois municípios, os municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará. Ainda mais recentemente, em 2010 e 2011, foram incluídos respectivamente os municípios de Santa Isabel do Pará e Castanhal (IBGE, 2014). Nessa perspectiva, podemos acrescentar a decisão da inserção do município de Barcarena na formação e composição da Região Metropolitana de Belém em 28 de março de 2023, segundo informações da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa).

Mapa 5 - RMB na sua configuração atual.



Fonte: Elaboração própria 2023.

Compreender a importância verificada, através do marco regulatório que direciona as conformações e rebatimentos nos processos urbanos apresentados com o advento da constituição, que abriram os caminhos dos processos de metropolização. A Constituição Federal de 1988 traz e estabelece, na quarta seção, a importância das consecuições do desenvolvimento urbano e da primazia do planejamento e responsabilidade dos municípios para desenvolverem a política urbana, alterando, assim, as orientações políticas da metropolização de resquícios do Regime Militar (Rocha, 1996).

Essas conquistas se tornam importantes, pois regulamentam o protagonismo, da execução e gestão local. Para além das questões sobre desenvolvimento local, das referências e determinações das dimensões desse local, é válido indagar se ele não se faz expressar pela

realidade do lugar em suas condições mais específicas, se os parâmetros do desenvolvimento local se baseiam em propósitos de modelos europeizados.

Devemos compreendê-lo, então, a partir de uma perspectiva de superação e rompimento, pois, até então, as interfaces das políticas eram referendadas e apontadas em um modelo centralizado, ainda com orientação no regime ditatorial (Rocha, 2010). A nova Carta Magna redimensiona, em âmbito técnico-político, a responsabilidade do desenvolvimento das ações instrumentais da política pública a ser planejada e gestada no espaço urbano, assim como traz ares de responsabilidades na perspectiva municipal e mesmo de continuidade (Rocha, 2010).

No tocante à primazia concebida aos municípios de desenvolverem o Plano Diretor se faz notar neste instante, o redimensionamento dos parâmetros legais e regimentais, possibilitado por meio do Congresso Nacional e da Presidência da República que, ao longo dos anos 90, aprovou e sancionou a Lei federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que tinha como título o Estatuto da Cidade, que passaria a referendar e apontar a importância do Plano Diretor, assim como regulamentou as principais diretrizes jurídicas e políticas de intervenção nas dinâmicas do espaço urbano (Rocha, 2010).

Essa perspectiva coloca a necessidade de que o plano, por exemplo, seja pensado como um documento de caráter técnico-político de ação governamental e de controle social. Segundo essa interpretação, as diversas gestões assumem o compromisso de tê-lo como um projeto de sociedade amplamente discutido; sendo essa a razão, inclusive, que justifica sua revisão após dez anos de aprovação, evitando-se que os rumos do planejamento e da gestão se coloquem simplesmente ao sabor dos interesses de cada gestão político-partidária que assume o poder político em nível local (Veloso, 2010, p.31).

Mediante as relações de avanços e recuos dados através das dinâmicas em meio, a produção do espaço e nas complexidades no âmbito e parâmetros que norteariam as questões técnicas e políticas, no trato das questões e processos de urbanização, no sentido de termos uma conformação espacial que corresponda às necessidades da amplitude do direito à cidade e em que os instrumentos operativos que legitimaram essa amplitude de direitos tenha melhor eficácia no planejamento, controle e gestão, com ênfase na participação popular. Nesse sentido, observamos as indagações de Veloso (2010), tendo em vista que esses objetivos são manifestados recorrentemente às diferenças de concepções de planejamento, gestão e de desenvolvimento urbano que se colocam em prática. Revelam, portanto, uma série de tensões que permeiam tais práticas e que comprometem, em maior ou menor grau, a implantação do Plano Diretor como instrumento efetivo de gestão.

Entender a morfologia que historicamente imprimiu a diversidade urbana que paulatinamente constituiu a formação das dinâmicas dadas e exercidas no processo de conformação da diversidade do urbano, e que até o momento estamos tentando registrar, e que de forma direta, contribuíram para a formação na atualidade, e que hoje se perfaz na ação, mas compósita do espaço metropolitano da RMB. Refletindo as exteriorizações do processo reprodutivo do capital e do trabalho, como afirma Veloso (2010). A forma metropolitana traduz, em determinados sentidos, a dinâmica de reprodução e principalmente a concentração do capital e do trabalho em seu aspecto material.

Logo, percebe-se que as particularidades históricas-geográficas imprimidas pelos conjuntos das movimentações e ações da diversificação do espraiamento acarretados pelas ações e necessidades do capital e das afeições das prioridades dos indivíduos e demais atores no âmbito da cidade de Belém, e que se reverberam pelas demais cidades, as quais também sofrem esse processo, que é natural das etapas de desenvolvimento, e que se aproximaram, fazendo com que a exteriorização imprimida nessa configuração passasse a contextualizar determinações subjetivas e objetivas, das vidas e vivências no espaço metropolitano.

Trindade Júnior (1998) percebe, em meio a essas particularidades, que é de importância e de grande relevância entender por que as cidades mencionadas não foram formadas tão somente a partir da dispersão do urbano periférico de Belém, mas sim de uma conjuntura histórica do urbano, sendo composto por diversos elementos e objetos postos no espaço em diferentes momentos. Nesse sentido, a centralidade do trabalho como uma das expressões de centralidade urbana, circuito inferior da economia, frágeis verticalidades econômicas, densidades técnicas que são observadas na realidade como totalidade e movimento dados e percebidos no espaço metropolitano.

A respeito da contextualização e da delimitação da escala da verificação do proposto objeto de estudo, observado através da RMB, podemos deixar como informativo os mapas que descrevem as etapas interventivas dos processos de metropolização, que foram verificadas por meio de estudos, investigação, da instrumentalização das técnicas de planejamento, assim como suas dimensões monocráticas e tecnocráticas pelas intervenções do governo federal, no início do processo de metropolização, e suas adequações em conformidade com a atuação de outros atores, para além das indicações do governo federal. Em relação às confecções dos planos, a respaldar o processo de compressão das dinâmicas de urbanização na região metropolitana.

5 DELIVERYZAÇÃO E A NOVA CONDIÇÃO TERRITORIAL DO TRABALHO PRECARIZADO EM BELÉM: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PRÁTICAS ESPACIAIS DOS MOTOENTREGADORES

Compreender as expressões e contradições territoriais do trabalho precário dos motoentregadores de aplicativos na atualidade, no EMB, assim como os rebatimentos territoriais, requer exercer o entendimento acerca da questão do trabalho *uberizado*, mediante a relação capital-trabalho-espço, no que se refere à geografia do trabalho. As condições de trabalho decorrentes dos processos de transformação da tecnologia, comunicação e informação constituem alguns dos mecanismos que auxiliam no sentido de analisar a *uberização*. Desse modo, a região localizada na parte sul da Baía de São Francisco, na Califórnia, EUA, denominada Vale do Silício, representa um território que abriga muitas startups e empresas globais de tecnologia. Nessa região-território, foram desenvolvidos os princípios matriciais da noção de *uberização*, principalmente por meio do que seria a tônica da Economia de Compartilhamento³⁴ (Slee, 2017).

Mapa 6 – Imagem do Vale do Silício



Fonte: www.california.reaproject

³⁴ Segundo Tom Slee (2017), na obra “Uberização: a nova onda do trabalho precarizado”, os princípios da Economia do Compartilhamento são uma onda de novos negócios que usam a internet para conectar consumidores com provedores de serviços para trocas no mundo físico, como aluguéis imobiliários de curta duração, viagens de carros ou tarefas domésticas. Na crista desta onda estão a *Uber* e *Airbnb*, cada uma mostrando um crescimento vertiginoso para sustentar a alegação de que estão desbancando as indústrias tradicionais de transporte e hotelaria. Essas duas são seguidas por um batalhão de outras companhias, que competem para se juntar a elas no topo da Economia do Compartilhamento.

O Vale do Silício é importante, principalmente porque consiste no berço das inovações em tecnologia e negócios disruptivos nos Estados Unidos, local onde empresas que começaram pequenas logo tornaram-se grandes corporações. Aliaram-se ao capital financeiro por se basearem em modelos de crescimento acelerado na área da tecnologia. A Economia do Compartilhamento, na verdade, nasceu com narrativas de inclusão, consumo consciente, sustentável, de aproximação entre pessoas, de compartilhamento de aptidões dos indivíduos. A tecnologia da informação contribuiu, em sentido criativo, para que as pessoas se conectassem, criando plataformas de aplicativos móveis e sites que pudessem resolver seus problemas de forma rápida e solidária, melhorando, assim, as relações entre vizinhos, até então desconhecidos (Slee, 2017).

Os aplicativos poderiam ser acessados para que pessoas pudessem oferecer serviços de pequenos reparos domésticos, ou mesmo de compartilhamentos de objetos, como furadeiras, ferros elétricos, máquina de lavar carros, dentre os muitos serviços que poderiam ser mediados/solucionados por tais aplicativos. Essas relações possibilitariam algum dinheiro a mais na renda, em meio às transações pelas plataformas, que passaram a ser criadas pelas *startups*.

A Economia do Compartilhamento também promete ser uma alternativa sustentável para o comércio de grande circulação, ajudando-nos a fazer um uso melhor de recursos subutilizados. Por que todo mundo precisa de uma furadeira tomando pó numa prateleira se podemos compartilhar a mesma ferramenta? Podemos comprar menos e diminuir nossa pegada ambiental no planeta. Por que não usar a Uber em vez de comprar um carro? Podemos priorizar o acesso em detrimento da propriedade, e nos livrarmos de um consumismo ao qual muitos de nós sentimos presos. Podemos ser menos materialistas, dando sentido a nossas vidas mais pelas experiências do que pelas posses [...] (Slee, 2017, p. 65).

As retóricas dos criadores das plataformas de aplicativos, que passariam a mediar uma variedade de serviços, era de que ofertariam, em dimensões territoriais e planetárias, uma gama enorme de serviços. Porém, o que de imediato podemos concluir é que as narrativas apelativas dadas por meio dos argumentos em torno dos benefícios a serem viabilizados, no contar com o outro, exponenciando a reciprocidades entre as pessoas, na verdade esgarçou as piores condições de trabalho, de trabalhos mal remunerados, sem garantias legais.

Em vez de libertar indivíduos para que tomem controle direto sobre as próprias vidas, muitas companhias da Economia do Compartilhamento estão dando fortuna a seus investidores e executivos e criando bons empregos para seus engenheiros de programação e marqueteiros, graças à remoção de proteções e garantias conquistadas

após décadas de luta social, e graças à criação de formas de subempregos mais arriscados e precários para aqueles que de fato suam a camisa (Slee, 2017, p. 35).

Considerando as novas bases de produção e reprodução do capital, por meio da reestruturação e da flexibilização do capital, criam e legitimam meios de superexploração do trabalho, assim como fragilizam a tentativa às leis trabalhistas (Antunes, 2021). Nesse sentido, os criadores de tais empresas e plataformas de serviços, no geral, aproveitaram-se desse caminho para criar a enganadora economia do compartilhamento, aproveitando-se e sendo entusiastas da fragilização das leis trabalhistas, para, ao final, conseguir exponenciar o crescimento vertiginoso das suas empresas.

Tendo como base os estudos e pesquisas de Tom Slee (2017), percebemos que as maiores empresas de informação que desenvolveram aplicativos, que se tornaram grandes corporações mundiais, como a *Uber* e *Lyft* (que estão ligadas a aplicativos do setor de transporte), *Airbnb* (setor de aluguéis a nível territorial planetário), *Hejoy* (setor de serviços de limpeza doméstica, diaristas), todas estão inseridas na lógica da produção do espaço da economia do compartilhamento, bem como na racionalidade ultraneoliberal, pautada na mercantilização do trabalho e da vida.

5.1 *Deliveryzação* e territorialização corporativa: leitura crítica sobre estratégias e ações dos aplicativos *Ifood*, *Uber* e *Rappi* no Brasil

A respeito da ilusória publicidade sobre os ganhos e boas condições de trabalho que se espalharam por meio dos aplicativos e a narrativa de novas oportunidades de trabalho no contexto das corporações da *uberização*, não se concretizaram no espaço. Segundo Tom Slee (2017), as companhias nunca deram retorno a pedidos sobre informações mais completas a respeito da realização de suas atividades, nem informações das despesas que tinham de ser bancadas pelos motoristas. Os baixos ganhos se tornaram uma queixa constante em fóruns de motoristas na *internet*.

No geral e de forma inequívoca, as empresas gestoras desses aplicativos de serviços móveis divulgavam a enganadora ilusão de funcionarem como mediadoras de diversos serviços, com a “aproximação de pessoas” (Antunes, 2020, p. 35). Tudo em nome da oferta de atendimento a tantas outras empresas e pessoas. Ilusória foi e acaba sendo a busca por essa forma de sobrevivência e reprodução social. Pessoas cadastram-se como mão de obra farta e barata e ficam alocados à própria sorte, visto que não contam com meios legais que garantam

seus direitos, passando a vivenciar condições escorchantes de trabalho, de risco e exploração, no dia a dia (Slee, 2017).

As *startups*, citadas acima, como *Uber* e *Lyft*, que se utilizam das atividades dos motoristas que se cadastram nestas plataformas, desenvolvem suas atividades sem garantir qualquer vínculo empregatício. Segundo Ludmila Costhek Abílio, em entrevista ao site www.digilabour.com.br, em 2020, a desproteção do trabalho

[...] é mais perversa do que simplesmente a ausência de direitos, de uma formalização do trabalho. É um trabalho totalmente desprotegido em termos legais, transformado nesse nano empreendedor de si próprio, que não conta com nenhuma garantia associada aos direitos do trabalho.

As principais estratégias espaciais vinculam-se ao fato de não serem consideradas empresas de transporte (*Uber* e *Lyft*). Elas simplesmente aproximam trabalhadores autônomos de pessoas que necessitam ser transportadas para diversos espaços da cidade; rotulam propagandas, como se essa atividade de trabalho possibilitasse a independência financeira literal dos motoristas, pois eles seriam administradores e empresários de si mesmos, com a liberdade de escolha de horários e de dias de trabalho. Sobre isso, ressaltamos a percepção de Dardot e Laval (2016), que tecem reflexões acerca da clivagem, deterioração do trabalho e do mundo do trabalho, pela ação nefasta do neoliberalismo, sua tradução na maneira como os indivíduos plasmam suas não realizações: o direito ao trabalho, à vida, à solidariedade, ao individualismo e às satisfações.

O sistema neoliberal é instaurado por forças e poderes que se apoiam uns nos outros em nível nacional e internacional. Oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos internacionais formam uma coalização de poderes concretos que exercem certa função política em escala mundial. Hoje, a relação de forças pende inegavelmente a favor desse bloco oligárquico [...] móveis subjetivos da mobilização são enfraquecidos pelo sistema neoliberal: a ação coletiva se tornou mais difícil, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis. As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação (Dardot; Laval, 2016, p. 09).

O que se observa é que os ganhos reais correspondem a processos de superexploração, haja vista que há uma discrepância enorme entre os ganhos reais e os custos para garantir o dia a dia de trabalho, ou seja, sua reprodução socioespacial. Custos com gasolina, manutenção do carro, seguro, infrações, acidentes, roubo e furtos, não são preconizados/cobertos/garantidos pelos aplicativos. Segundo informações dos investigados (trabalhadores de *delivery* em Belém), que foram percebidas e extraídas dos formulários e dos relatos dos próprios trabalhadores, de

acordo com o universo da pesquisa, os entregadores necessitam realizar em média de 10 a 14 horas diárias de atividade. Por outro lado, a administração do aplicativo arremata de 26% a 30% de cada corrida feita.

Desse modo, a situação do trabalho *uberizado*, em relação à condição e processos que ele vem acarretando por meio da sua realização, tem promovido algumas mudanças quanto aos direitos, no que se refere a incursões de ações no campo da legislação. Segundo as percepções de Dardot e Laval (2016), as mudanças promovidas pelas dinâmicas de alteração do campo dos direitos e a fragilização das garantias sociais do trabalho, por meio das legislações no âmbito dos direitos, são evidenciadas na obra *A nova razão do Mundo*. As transformações dos padrões produtivos também passam a ser redimensionados por meio das novas tecnologias e transformações técnicas.

Nesse intento, podemos entender que os “novos padrões” dos processos de urbanização das cidades, apontados pelas transformações e esgarçamentos possibilitados pelo neoliberalismo e/ou da neoliberalização nos espaços (habitação, moradia, transporte, infraestrutura, rede de serviços, camelotagem, informalidade e assim por diante), ficaram abertos e desprotegidos. A consequência disso é que as cidades também ficaram totalmente abertas no que se refere aos processos econômicos das políticas neoliberais. Brenner (2018) tece as seguintes considerações acerca dos processos exercidos pelas transformações do capital e os problemas acarretados pela globalização, neoliberalização e suas desventuras nas cidades:

Além disso, tem implicações consideráveis para a compreensão das paisagens urbanas contemporâneas, que vêm sendo profundamente remodeladas através das transformações e contestações regulatórias contemporâneas. Debates sobre transformações regulatórias animam os campos da economia política heterodoxa e dos estudos críticos urbanos e regionais há várias décadas, além de desempenhar um papel importante nas literaturas sobre, entre outros tópicos, pós-fordismo, globalização, triadização, governança multinível, financialização, redimensionamento do Estado, o novo regionalismo, empreendedorismo urbano e, mais recentemente, neoliberalismo/neoliberalização (Brenner, 2018, p. 161).

Os apontamentos que podemos indicar a respeito da atual realidade do trabalho dos motoentregadores, no que tange às coberturas dos direitos e garantias do trabalho nas dinâmicas e nos processos espaciais, na escala global, também são discutidos por Valente (2021), que reflete sobre as lutas e a busca por condições de trabalho dos que estão imersos no trabalho *deliveryzado*. O autor citado aponta que estudos e propostas vêm sendo encaminhados e acompanhados nas Câmaras e Assembleias de países como Reino Unido, Nova York e Japão; países que têm desenvolvido alternativas para que os trabalhadores dos aplicativos possam garantir e resguardar seus direitos. Em janeiro de 2023, cerca de 70 mil motoentregadores do

trabalho *uberizado*, na cidade de Nova York, tiveram seus direitos trabalhistas deferidos, tendo a cidade de Nova York a primazia de regulamentar e garantir os direitos desse segmento. Essa realidade consta em movimento no Japão, pois apesar de ainda não ter nada na legislação para esses trabalhadores, foi aprovado, no final de dezembro de 2022, o direito ao seguro de acidentes, com apólice no valor de 13 mil dólares. Já no Reino Unido, as pautas encontram-se adiantadas no sentido de reconhecimento dos direitos desses trabalhadores (salários, férias horas extras etc.).

Entender a percepção do tempo de trabalho dos trabalhadores de aplicativo requer a atenção prestada por Antunes (2020). Para ele, o tempo de espera pelo intervalo na solicitação das plataformas não é contabilizado no total de horas trabalhadas, pois o controle binário dos algoritmos do trabalho plataformizado só passa a ser contado no momento da solicitação até o ato da entrega, que precisa ser feito o mais brevemente possível (entre 15 a 30 minutos). A *deliveryzação* realiza-se como processo de escamoteamento, visto que oculta a relação de “exploração e vilipendiamento do trabalho e a constante invisibilização” (Antunes, 2020, p. 11). Por meio dessa percepção, podemos perceber a constante ação da algoritmização da exploração e controle do trabalho e sobretrabalho. Segundo Lapa (2021, p. 02), “[...] há uma ampliação de sua exploração, como também uma alteração do próprio entendimento do trabalhador para com sua visão de jornada de trabalho, rendimento, entre outras condições”.

Com o intuito de aprofundarmos o entendimento das questões que circunscrevem os processos de trabalho dos motoentregadores *delivery*, ao mesmo tempo referenciando tal realidade, podemos ir ao encontro dos levantamentos do IPEA, segundo os quais, ainda no ano de 2021, no mês de outubro, o quantitativo de trabalhadores nessa modalidade (trabalhadores de aplicativos) aumentou no Brasil: “[...] no caso do transporte de mercadorias, também por aplicativos, os números subiram de 30 mil trabalhadores em 2016 para 278 mil em 2021” (IPEA, 2021, p. 4).

Isso nos possibilita observar um número crescente de brasileiros desenvolvendo atividades de trabalho em aplicativos em condições precárias, pois grande parte deles garante sua reprodução de forma precária. Segundo informações e consultas nas páginas oficiais do *Oxford Internet Institute*, em parceria com o *WZB Berlin Social Science Centre*³⁵, no ano de 2021, as plataformas digitais brasileiras ou que atuam no país, como *Uber*, *99*, *IFood* e *Rappi*,

³⁵ Ver na página oficiais dos institutos (<https://www.wzb>) e (<https://www.oii.ox.ac.uk>). Os dados são disponibilizados na barra do menu das informações sobre trabalho precário nos países Latinos-Americanos. O mesmo pode se perceber na tese de doutoramento e na obra “Das plataformas online aos monopólios digitais: tecnologia, informação e poder”, do prof. Jonas Valente, que possui estudos e pesquisas juntos aos institutos (*Oxford Internet Institute em parceria com o WZB Berlin Social Science Centre*).

não garantem/possibilitam aos trabalhadores motoentregadores de aplicativos condições dignas de trabalho.

As condições dos trabalhadores plataformizados, segundo Valente (2021), demonstram poucas garantias; são marcados pela falta ou inexistência de uma legislação formal³⁶. Suas investigações contribuíram para a elaboração do relatório dos institutos (*Oxford Internet Institute*, em parceria com o *WZB Berlin Social Science Centre*). Sua pesquisa foi possível por meio de avaliações com variáveis

[...] baseadas em cinco princípios de trabalho justo: remuneração, condições de trabalho, contratos, gestão e representações justas. A partir desses critérios, foi concluído que todos os apps no Brasil obtiveram apenas a nota 02 (dois) em uma pontuação máxima que chegava a 10 (dez).

Nos momentos de impedimento das atividades, por motivo de doença ou acidente, esses motoristas não contam com qualquer apoio das empresas responsáveis pelos aplicativos, já que não existe vínculo empregatício. Mediante as características dos processos de trabalho *deliverizado*, os motoristas não possuem o direito a auxílios de saúde, não possuem seus direitos previdenciários garantidos. São desprotegidos de qualquer direito.

Ademais, constatações epidemiológicas e clínicas apontam os riscos de hipertensão arterial e doença coronariana configurados pela pressão temporal em profissionais submetidos de forma continuada ao work-stress, entre outras (Franco; Druck; Silva, 2010, p. 12).

Essa constatação será percebida claramente quando apresentarmos os dados das verificações empíricas do objeto de estudo em tela, ou seja, as condições, observações, análises e explicações das condições dos trabalhadores motoentregadores no espaço metropolitano de Belém.

5.2 Racionalidade empresarial e territorialização corporativa: uma leitura a partir do *IFood, Uber Eats e Rappi*

Seguindo a lógica das experiências dos aplicativos que se tornaram grandes corporações de negócios, que contam com vultuosos investimentos de capitais voláteis no campo das

³⁶ O Senador Randolfe Rodrigues, do partido Rede-AP, apresentou ao Senado Federal, ainda no ano de 2021, o Projeto de Lei 974/2021 que interpõe a realização de direitos e conquistas a categoria de trabalho *delivery*, a fim de propiciar direitos trabalhistas para motoristas de aplicativos, incluindo os que fazem entregas. O projeto pretende incluir, na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o direito a salário mínimo por hora, férias anuais remuneradas por 30 dias e descanso semanal remunerado. O projeto de lei ainda está em tramitação no Senado.

startups, apontamos brevemente, a partir da percepção da formação dessas plataformas, os sistemas de ações e sistemas de objetos e ações (Santos, 1996)³⁷ e seus impactos na produção socioespacial, a fim de que possamos refletir a respeito dos impactos das tecnologias de informação e comunicação, assim como sobre os processos de territorialização corporativa das empresas em escala global.

A plataforma *IFood* iniciou suas operações ainda no ano de 2011, quando um grupo de jovens, a partir da criação de *startups*, empreenderam com a criação da plataforma. Entre esses jovens, podemos destacar Patrick Sigrist, Eduardo Baer, Guilherme Bonifácio e Felipe Fioravante, segundo informações pautadas por Slee (2017). Eles investiram na criação do aplicativo no mercado brasileiro de *delivery* de comida e refeições que poderiam ser consumidas no conforto das casas, com uma grande variedade de cardápios de diversos restaurantes.

No ano de 2000, a plataforma (iFood.com) apontava para suas ações de verticalização e horizontalidades nos espaços de investimentos em diversas localidades, impactando na condição dos processos de exploração. Apresentaremos algumas especificações da atuação dos aplicativos nos espaços metropolitanos do país, a fim de que possamos perceber essa questão quando tratarmos do Espaço Metropolitano de Belém, pois Benevides, Santa Bárbara do Pará, Marituba e Santa Izabel não possuem atividades de tais aplicativos, acarretando, com isso, configurações diversificadas no setor de serviços *delivery*, no âmbito do território, de forma desigual.

A busca por dados e informações pela rede de computadores se justifica pelo fato de não obtermos respostas aos e-mails encaminhados às plataformas de *delivery* até o momento de elaboração da presente pesquisa.

³⁷ Milton Santos, na obra “A Natureza do Espaço”, procura debater os parâmetros do conceito de espaço geográfico, propondo uma associação imediata ao processo de evolução e desenvolvimento das técnicas aos processos e afeições do ato do fazer do homem, mediante as noções de objeto e de ação, que são explicados e compreendidos a partir de sistemas que são analisados com a mesma baridade. Na obra, Santos busca apresentar pontos e assuntos que podem se aludidos considerando o período informacional vivido na década de 1970, assim como as ações de complexificação do ato do fazer externados no espaço construído, como a expansão das redes geográficas, o avanço e crescimento dos processos da globalização, o ato de elaboração constituinte possibilitado pelos avanços do meio técnico-científico e informacional. Milton Santos busca demonstrar que a expansão e o desenvolvimento das técnicas e dos objetos técnicos ocorrem de formas assimétricas e desiguais. Para ele a técnica pode transformar ou até mesmo produzir o meio geográfico, modificando para tanto aspectos como a produção, do setor da indústria, os conteúdos imateriais como a cultura e o próprio modo de viver dos indivíduos. Nesse interim de elaborações, o autor aponta que as técnicas exercem ações exponenciais que passam a atuar de forma universal, variando de acordo com o fazer do lugar no qual se instalam e imprimem suas características. Santos concebe o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações. Considera o espaço geográfico de forma híbrida, confluindo as condições sociais e físicas, que passam a se mesclar as relações sociais e materialidades do ato do fazer humano, os sistemas de objetos se fazem por meio do conjunto das forças produtivas, enquanto os sistemas de ações englobam o conjunto das relações sociais de produção.

As informações extraídas nos permitem perceber não só os montantes de liquidez do número de trabalhadores, de restaurantes, mas principalmente as desigualdades nos processos de produção e reprodução de tais corporações, sobretudo da condição socioespacial de exploração e pilhagem na exploração do trabalho dos mais vulneráveis, os motoentregadores. A presença dos aplicativos determina os rebatimentos nas formas e morfologias do espaço urbano das cidades metropolitanas, no sentido das dinâmicas de fixos e fluxos que passam a ser constituídos. Isso também tem impactado nas morfologias nos territórios do trabalho precarizado, decorrentes do crescimento da informalidade, que é explorada pelos processos de plataformação e/ou *deliveryzação/uberização*.

O Quadro 1 representa e traduz a dimensão da relação de uma única empresa ligada ao setor de serviços *delivery* na sua atuação espacial imprimindo sua atividade no território brasileiro. Podemos, a partir disso, perceber suas ações de exploração, em que o território se torna meio e os entregadores os trabalhadores (superexplorados) imersos na realização e/ou desrealização dos processos de trabalho. Apesar de o trabalho dos motoentregadores *delivery* não terem na sua objetivação a produção de um único produto, eles transportam os pedidos, que conformam a dimensão objetiva da relação de exploração, no ciclo da realização do trabalho e da vida no território, o que exerce a relação do aviltamento e do trabalho explorado, mesmo sendo uma forma de trabalho imaterial da atividade *delivery*.

Quadro 1 – Quadro Dados/informações do *Ifood*.

Informações Gerais	Números Totais
Pedidos mensais	39 milhões
Colaboradores no Brasil	700
Presença nos municípios brasileiros	1,7 mil
Entregadores no Brasil	400 mil
Restaurantes cadastrados	200 mil
Valor de Investimento/2018	500 milhões de dólares

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A *startup Rappi*, que segue a lógica dos aplicativos de entrega *delivery*, foi fundada na Colômbia, no ano de 2015, com sede na cidade de Bogotá, pelos empreendedores colombianos Felipe Villamarín, Sebastián Mejía e Simon Borrero (Slee, 2017). A empresa/corporação tem hoje 6,5 milhões de usuários, considerando os sete países em que atuam (Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai). A *Rappi* desenvolve atividades diversificadas que possibilitam serviços diversos aos consumidores, como compra e entrega de produtos farmacêuticos, supermercados e bebidas.

A empresa *Uber* foi fundada pelo CEO³⁸ Travis Kalanick, em 2009, tendo suas atividades vinculadas à maior empresa de serviços de transporte, conectando milhares de motoristas particulares a pessoas no mundo, a partir do gerenciamento do aplicativo. Essa mesma empresa lançou um aplicativo chamado *Uber Eats*, em 13 de dezembro de 2016, com intuito de fazer entrega de comidas de restaurantes. O serviço chegou ao Brasil primeiramente na cidade de São Paulo (Slee, 2017). O *Uber Eats* fazia originalmente parte do serviço de motorista do *Uber*, mas depois se tornou um aplicativo e um serviço autônomo. É uma das primeiras extensões de produto da *Uber Technologies Inc.*, a plataforma de tecnologia que conecta motoristas e passageiros e usa a rede existente para fornecer refeições em minutos (Valente, 2021).

As percepções dadas pelo mercado pela mobilidade e facilidades que os processos de informação e tecnologia, assim como o campo aberto, possibilitam, por meio da lógica global, devido à flexibilização dos processos de constituição da mais-valia e da constituição do valor, ocorrem mediante a condição híbrida do trabalho material e imaterial nos processos de exploração no trabalho abstrato; e na constituição do valor e da pilhagem da riqueza, conforme observamos em Thomaz Júnior (2011). Em meio às ordenações de exploração constituídas nos territórios, presenciamos a apropriação pelo capital das tecno-informações. Discussão já realizada por Santos (2006) sobre a movimentação das formas e forças produzidas, em âmbito planetário, ou seja, o capital na sua totalidade se realizaria tendo como base as transformações técnicas, de transportes, comunicação e informação.

A criação de tais atividades, por meio dos aplicativos, redimensionou a própria condição “tempoespaço”. Escrevo “tempoespaço” sem hífen, no sentido da própria percepção de interpenetrabilidade, pois podemos perceber os rebatimentos na própria produção do espaço, na dimensão de território usado, verificado a partir de Santos (1999). A investigação empírica, exercida no estudo em tela, aponta para a questão da precariedade do trabalho “*uberizado*”, ou melhor, apresenta características de precarização.

O evento aparece como essa grande chave para unir também as noções de tempo e espaço, que até recentemente não apareciam como um todo único. Mesmo os que avançaram mais na questão do “tempoespaço” eram obrigados a pôr travessão entre essas duas palavras. A minha proposta é que só e possível falar em tempo-espaço a

³⁸ Segundo Tom Sleen (2017), CEO é a sigla inglesa de *Chief Executive Officer*, que significa Diretor Executivo em Português. CEO é a pessoa com maior autoridade na hierarquia operacional de uma organização, portanto é o responsável pelas estratégias e pela visão da empresa. Não são todas as empresas que possuem uma pessoa no cargo de CEO. No geral, todas possuem um Diretor Geral, porém a função de CEO é mais utilizada em grandes empresas multinacionais, em que é necessário habilidades e competências para estar à frente da organização como um todo.

partir da idéia de evento que reuni tempo espaço numa categoria única (Santos, 1999, p. 16).

A expansão da produção e consumo na era tecnológica contemporânea constitui evento planetário, com reverberações nas relações de trabalho no espaço cotidiano, expressas a partir da implantação de uma nova dinâmica dos trabalhadores/entregadores que passaram a ser exercidas por meio dos propósitos dos aplicativos como expressões dos processos de reprodução do capital, como já mencionado anteriormente. Tais processos imprimem, ao meio técnico e informacional, as formas de trabalho precárias aos trabalhadores plataformizados, os quais se veem obrigados a garantir sua sobrevivência através de ações de exploração e de degradação do trabalho (Santos, 2006).

Entender o trabalho plataformizado como um evento imerso nas intenções, segundo Santos (2006), requer percebermos as transformações dos objetos e das ações nos espaços, pois o trabalho se altera pelas distâncias virtuais no espaço em sua totalidade, pois eles são geridos e controlados à distância, quando nos reportamos ao trabalho plataformizado, pois as coisas e objetos possuem novas características. São únicas, singulares, novas, atuais e sempre irreversíveis.

Essa realidade do trabalho e das empresas dos aplicativos, no âmbito da *uberização*, não ocorre de modo isolado, mas em conjuntos sistêmicos; assim, as escalas dos eventos passam a ser temporais. Conforme Santos (2006, p. 206), “[...] os eventos podem ser globais ou locais e acontecem associados uns aos outros”. O que permite compreender o surgimento dos apps como um evento local que repercute no global e vice-versa. As variadas escalas interagem entre si, principalmente em virtude do fenômeno da globalização, o qual facilita os contatos e mesmo as ações dos apps em diversas escalas. A *uberização* representa formas novas de trabalho, mas que necessitam ter garantidos os direitos e reconhecimento do trabalho.

Quanto aos aplicativos de *delivery*, segundo as informações coletadas, através da publicização nas próprias plataformas dos *aplicativos (IFood, Uber e Rappi)*, as empresas buscam atender demandas de mercado considerando os critérios de satisfação da segurança e agilidade na entrega, mas deixam claro que os entregadores não são empregados dos apps. Quando acontece algo de errado durante o caminho de entrega (demora dos pedidos ou quando o pedido não chega em boas condições), esses problemas nunca são de responsabilidade dos apps). A “culpa” ou é do motoentregador, que não teve os devidos cuidados, ou do restaurante, pizzaria e/ou lanchonete, que não fez os devidos condicionamentos dos produtos. Nesses casos, o que se percebe são as ações de controle que se dão por meio dos algoritmos desenvolvidos pela plataforma; os imprevistos implicam na punição desses trabalhadores e

empreendedores. No caso dos motoentregadores, eles estão sujeitos a constantes avaliações por parte dos usuários – *like* (gostar) e *deslike* (não gostar). Quanto aos empreendimentos (restaurantes, lanchonetes e *fast-food*), sofrem consequências na avaliação algorítmica e binária, por meio dos ranques e/ou índices exercidos pela plataforma.

Os critérios de avaliação e controle das atividades pelos aplicativos servem para punir os motoentregadores, que, ao sofrerem *deslikes*, podem ter retaliações e suspensões de dias ou horas. Nesse período de suspensão, seus aplicativos ficam pausados, não recebendo, portanto, pedidos para entregas (Abílio, 2020). Os *deslikes* se dão por muitos motivos, desde as condições dos produtos, no ato da entrega, como já citamos. Os referidos trabalhadores ainda podem passar por situações mais humilhantes e degradantes, como subir escadas aos diversos andares, quando o elevador de serviço não está funcionando; constrangimento no ato da entrega dos produtos, pois os donos dos pedidos pedem para ver se a entrega está completa; reclamações sobre as roupas e possível mau cheiro.

Nesse sentido, convém apontar o universo da pesquisa que percebemos, durante as entrevistas, a preocupação com os assaltos e furtos. Os entregadores de bicicleta são os mais vulneráveis na atividade de trabalho, quando necessitam deixar vulneráveis seus instrumentos de trabalho para garantir as entregas.

Percebemos que os restaurantes buscam se garantir no topo das listas preferenciais dos aplicativos, por mais que os algoritmos imponham punições a restaurantes e lanchonetes para as condições de acondicionamentos e embalagens que se rompem na trajetória das entregas pelos motoentregadores. Os restaurantes se beneficiam das ações e avaliações algorítmicas para se manterem na liderança dos ranques³⁹ dos aplicativos, principalmente as grandes redes de *fast-food*.

Na realidade, estamos presenciando uma nova fase de controle de reputação, agora controlada pelos clientes e usuários dos aplicativos. Ao mesmo tempo, percebemos a gestão oportunista, e muitas vezes tendenciosa, dos gestores de tais plataformas. Acreditamos que o que deveria representar uma nova fase de abertura e confiança pessoal a nossas interações, acaba se transformando em uma nova forma de fiscalização, em que os prestadores de serviços devem viver com medo de serem delatados pelos clientes e gestores dos aplicativos.

³⁹ As plataformas dos aplicativos de entrega – *Ifood, Uber Hart, Rappi e 99 food* – possuem ranques que das redes de lanchonetes fast-food, pizzarias doceiras e todas as demais, que trabalham através dos aplicativos. Todas as empresas e redes tendem a tentar sempre ficar na ponta da lista, ao mesmo em que aparece em primeiro lugar na ora em que o usuário do aplicativo acessa o aplicativo.

Seguimos por caminhos obnubilados pela lógica algorítmica interposta pelo capitalismo, porque tais tecnologias levam a novas formas de cerceamentos, controle, exploração e de desregulação dos direitos. De acordo com Slee (2017, p. 181), a “[...] regulação algorítmica [...]”, na qual as regras de proteção do consumidor são substituídas por algoritmos e sistemas de classificação, fez-nos perder até a capacidade de saber se a cozinha do restaurante manipula os alimentos de acordo com os padrões de higiene. Nesse sentido, percebemos que o contratante independente (cliente) dos serviços *delivery*, livra/isenta a companhia de ter que pagar por direitos trabalhistas, de ter que respeitar os padrões de emprego, de higiene. O risco é inteiramente empurrado para o subcontratado (Slee, 2017, p. 146); seja ele esse trabalhador motoentregador ou mesmo os proprietários dos restaurantes, lanchonetes, pizzaria, que exercem a extração do sobretrabalho de seus funcionários.

Utilizando-se largamente dos algoritmos, da inteligência artificial e de todo arsenal digital, canalizado para fins estritamente lucrativos, tudo isso vem possibilitando a criação de novas modalidades de trabalho que, como já indicamos, passam ao longo das relações contratuais vigentes. Os trabalhos assalariados transfiguram-se, então, em “prestação de serviços”, o que acaba por resultar na exclusão da legislação protetora do trabalho (Antunes, 2020, p. 20).

Compreender o crescimento do processo de *delivery*zação e/ou plataformização na atualidade, tendo como parâmetro a nova base de transformação, produção e reprodução do capital, em que flexibilização, terceirização e a informalidade tendem a imprimir a naturalização da informalidade como sentido de existência e da reprodução social dos indivíduos, legitimam, segundo Thomaz Júnior (2005, 2019) a “plasticidade do trabalho⁴⁰” e “degradação sistêmica do trabalho⁴¹”.

⁴⁰ Plasticidade do trabalho: Ler texto Trabalho e Classe Trabalhadora no Século XXI: Uma Contribuição à Crítica aos Limites da Teoria. Nossa caminhada nas pesquisas, as reflexões coletivas, têm evidenciado que a escala e a dimensão dos desafios que se apresentam para o trabalho ou para a classe trabalhadora estão diretamente vinculadas à fúria destrutiva do capital, no ambiente da reestruturação produtiva e da mundialização neoliberal. O que nos tem chamado atenção especial nesse processo são os caminhos percorridos, os territórios redesenhados e os espaços reorganizados pelo trabalho. A dinâmica geográfica do trabalho resultante reflete a plasticidade com que situações distintas são rapidamente vivenciadas, num claro transbordamento das determinações clássicas ou oficiais de enquadramento do trabalho, se formal, se informal, se fixo, se temporário, se domiciliar, se urbano, se rural, se operário, se camponês. O dinamismo e a migração dos enunciados do estranhamento e as expressões e formas assemelhadas das subjetividades do trabalho nos têm ocupado a razão da nossa dedicação à temática do trabalho como um tema permanente de reflexão geográfica.

⁴¹ Degradação Sistêmica do Trabalho: Ler texto - Os novos territórios da degradação sistêmica do trabalho (TDS), em tempos de desproteção e inclusão marginal institucionalizada, expressam os elementos de controle social e metabólico típicos da civilização da barbárie do capital, ou seja, que os fins ontológicos da humanidade sejam mercadificados. Nesse ambiente de socialização, tem-se a convivência simultânea de formas regressivas e espectrais (com base no avanço tecnológico), de controle do trabalho, que revelam que o fato de ser moderno, do século XXI, oriundo das TI, tampouco respeita os direitos dos trabalhadores, muito menos ainda libere o trabalhador para o usufruto pessoal do tempo necessário. Também não podemos confiar que os novos TDS sejam, efetivamente, novos, emancipados do metabolismo do capital, principalmente quando estão vinculados à extração

As categorias de análise supracitadas possibilitam caminhos de compreensão, de estudo e, mesmo, passos metodológicos para os estudos da geografia do trabalho. Tais intenções levam-nos, de forma ampliada, às reflexões dadas nos processos de exploração dos processos de trabalho, nas fases desenvolvimentista, neoliberal, de reestruturação do capital, que ampliam os processos de exploração e de constituição do valor, que têm provocado impactos ambientais e sociais extremamente graves para a segurança do trabalho e da sociedade como um todo.

Sem contar uma longa e ampla rede de complexas relações que vai consagrar a "formalização" da informalidade, como já vimos, tais quais os exemplos da *uberização*, que tingem de tonalidade obscura a devastação que o capitalismo de plataforma entroniza a legitimação do consentimento da informalidade e perda de direitos, que impõem aos trabalhadores e à classe trabalhadora a derrocada ao estranhamento (Thomaz Júnior, 2019, p. 258).

A percepção das dinâmicas de transformação do trabalho, do trabalho precário, do trabalho sem as garantias mínimas dos motoentregadores e das demais situações do trabalho no contexto da atual forma de realização do neoliberalismo são percebidas e discutidas por autores como Dardot e Laval (2016) e Brenner (2018). De certa maneira, corroboram as intenções e preocupações da ciência geográfica, que busca refletir sobre as questões do trabalho tendo como eixo fulcral as referências conceituais que debatemos nas seções anteriores a respeito do espaço e do território.

A conjuntura da espacialização desastrosa impetrada pelo neoliberalismo esgarçou e imprimiu aos espaços do trabalho, tanto urbano quanto rural, a precarização da vida do trabalho, principalmente pelos ataques aos direitos e regulamentação do trabalho e sua flagelação nos espaços urbanos, quando nos deparamos com a realidade da condição do trabalho dos motoentregadores de aplicativos. Motivo de buscarmos dialogar com Thomaz Júnior (2001, 2006, 2011, 2016) acerca da plasticidade do trabalho, que possibilitou os “[...] territórios redesenhados e os espaços reorganizados pelo trabalho” (2011, p. 8).

É preciso compreender as transformações do trabalho por meio dos empenhos no campo do desenvolvimento das forças produtivas e dos avanços das tecnologias e do fortalecimento do Estado, percebidos por Marx no texto *Grundrisse* (Marx, 2011). A percepção intentada pelo

de trabalho excedente e demais procedimentos de subordinação como a renda da terra. Os efeitos, pois, desse processo, na dinâmica do trabalho, nos desterreamentos constantes, ou nas migrações para o capital, expõem os trabalhadores ao exercício (práxis) da consciência de classe, com vistas a romper a estrutura de dominação ‘do capital. Daí demarcamos os objetivos desse artigo (Os novos territórios da degradação sistêmica do trabalho) na identificação dos protagonistas das lutas de confronto com o capital, com o Estado e com os setores dominantes da burguesia, mediante os referenciais metodológicos que atendam a totalidade viva do trabalho, consoante à abrangência e significado geográficos da centralidade do trabalho.

neoliberalismo e a fragilização do Estado como mantenedor da legislação produzida ou garantida por ele não possui parâmetros de inserção das atividades de trabalho produtoras e comerciais como os motoentregadores em relações evolutivas, para enquadrá-las em normas harmônicas com a especialização produtiva e a extensão das trocas comerciais no processo de produção e reprodução do capital, já que ele e a forma fruída das lógicas e ideologias da sociedade capitalista estão

Longe de negar a necessidade de um quadro social, moral e político para melhor deixar funcionarem os mecanismos supostamente naturais da economia de mercado, o neoliberalismo deve ajudar a redefinir um novo quadro que seja compatível com a nova estrutura econômica (Dardot; Laval, 2016, p. 80).

O contexto atual das relações dadas no processo de precarização e fragilização do trabalho, segundo Antunes (2018), leva-os à compreensão de que os processos de produção e reprodução do capital e da própria sociedade econômica, baseada na divisão do trabalho, possui regulação pelos mercados, em um contexto do capital como sistema de produção que não pode ser modificado em seu propósito de garantir valor e mercado. Trata-se de fatos de base histórica, da mesma forma que o sistema econômico das sociedades menos desenvolvidas, se mudarmos a base, transformá-la-emos em outra organização econômica e política. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 79), “[...] ainda, trata-se de uma revolução muito semelhante àquela por que passou a humanidade no período Neolítico. O erro dos coletivistas é acreditar que se pode anular essa revolução social pelo domínio total dos processos econômicos”.

A agenda do neoliberalismo é guiada pela necessidade de uma adaptação permanente dos homens e das instituições a uma ordem econômica intrinsecamente variável, baseada numa concorrência generalizada e sem trégua. A política neoliberal é requerida para favorecer esse funcionamento, combatendo os privilégios, os monopólios e os rentistas. Ela visa a criar e preservar as condições de funcionamento do sistema concorrencial (Dardot; Laval, 2016, p. 79).

Os momentos e transformações das realizações dos processos produtivos do capital, suas alterações nas dinâmicas territoriais de realização dos meios tecnológicos, das escalas e ordem da divisão territorial do trabalho, em que o neoliberalismo passa a exercer estágios em seu seguimento evolutivo, segundo Harvey (2005, p. 88), significa o “mapa em movimento”, nas suas indagações acerca dos processos de neoliberalização e mesmo das novas expressões das desigualdades que passam a ser produzidas no espaço, motivo de buscarmos entendimento para as realizações no trabalho dos motoentregadores nessa órbita de discussão.

Os processos neoliberais nas afeições planetárias assumem, necessariamente, formas contextualmente específicas e dependentes da trajetória (Santos, 2006). Exercem percepções das escalas do desenvolvimento dos objetos e ações, pois podem originar-se em um lugar, mas suas consequências político-institucionais geralmente transcendem qualquer contexto. Conforme Brenner (2018), tais processos passam a ter semelhanças significativas entre eles. Finalmente, concebemos os processos de neoliberalização como sendo intrinsecamente contraditórios, isto é, envolvem estratégias regulatórias que frequentemente minam as próprias condições socioinstitucionais e político-econômicas necessárias para sua implementação bem-sucedida.

A respeito das lutas e resistências que emergem do universo desse segmento de trabalhadores no Brasil, percebemos manifestações, como a paralisação dos entregadores de aplicativo, realizada em primeiro de julho do ano de 2020. Tal movimento passou a representar, inquestionavelmente, marco delimitador na história e na dinâmica do território, organizações populares brasileiras por melhores condições de trabalho.

Mesmo a crise pandêmica da COVID-19 não foi suficiente para impedir que a movimentação dos trabalhadores *uberizados*, por meio de manifestações, com a participação de milhares de entregadores em todo o país, acontecesse. Tal realidade aponta os caminhos da extensa jornada de luta que irá ser exercida, sobretudo no que se refere à organização coletiva e sensibilização dos demais atores sociais (como o engajamento dos sindicatos, poderes da república, sociedade civil e mídia). Acreditamos que somente assim poderemos garantir ações de forma e conteúdo, que marquem a produção de eventos, com longevidade aos que vivenciam a tendência da exploração e da constituição do valor pelo capital, os trabalhadores precarizados *uberizados*.

Tal realidade pode ser constatada por meio dos noticiários, como os do *site* www.bbc.com, da BBC News Brasil, que veicularam as manifestações ocorridas no dia 01/07/2020, tendo a referida matéria o título *Com pandemia, entregadores de app's têm mais trabalho, menos renda e maior risco à saúde*. A paralisação foi organizada em vários estados do território brasileiro. Destacamos, por meio da Figura 12, as manifestações exercidas no estado de São Paulo e em Belém, ocorridas no dia 1º de julho.

Figura 12 - Marcha dos entregadores em São Paulo e Belém 01/06/2020.

1)



2)



Fonte: G1- O Liberal (2020).

As imagens das manifestações dos motoentregadores refletem a percepção do território em uso, do ponto de vista da realização do espaço-território dos atos de resistência dos trabalhadores entregadores, como forma de contestação da realização do trabalho de forma precária, dos riscos e insegurança. Tais paralisações ocorreram respectivamente em diversas cidades do território nacional, mas focaremos nas manifestações que ocorreram na cidade de São Paulo e na cidade de Belém, respectivamente. A paralisação possibilitou a contestação e a reivindicação por melhores condições de trabalho a partir da atividade de entrega pelos apps. Os motoentregadores buscaram apresentar as demandas da categoria que tem crescido em número a cada dia sob a égide do trabalho extenuante, sem garantias e sem qualidade de vida.

Podemos entender que a crise pandêmica da Covid-19 representou o momento oportuno para tamanha adesão dos motoentregadores, pois o país iniciou a experiência com o trabalho remoto. Nesse sentido, os trabalhadores ganharam visibilidade, ao mesmo tempo que faziam campanha para que os trabalhadores que estavam em casa em *home office*⁴² não fizessem pedidos nesse dia de ato de paralisação.

⁴² Home office: Configura a expressão do trabalho conhecido como trabalho remoto, ou seja, significa objetivamente, o trabalho em casa. Sendo, portanto uma modalidade de trabalho que possibilita as pessoas trabalharem a partir das suas próprias casas, ou em qualquer outro local, sem necessidade de deslocamento ao espaço físico do escritório, sede ou fábrica. E que segundo Ricardo Antunes, passa também a expressar uma forma

Podemos pontuar que as principais reivindicações da categoria foram por: aumento do valor mínimo por entrega; fim dos bloqueios e desligamentos indevidos (exercidos pela prática algorítmica e/ou inteligência artificial, que são práticas recorrentes das plataformas); Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e auxílio para os entregadores que forem contaminados pela COVID-19; seguros de vida.

Tais contestações, de alguma maneira, já representam redimensionamentos das ações na produção espacial. Por meio desses atos, podemos apontar a elaboração de Projetos de Leis (PL) que passaram a tramitar no Congresso, como a PL 3597/20, apresentada pelo deputado Bira Pindare. Essa PL versa sobre a contratação do Seguro de Vida contra acidentes e doenças contagiosas em benefício do trabalhador. Outra PL é a 3594/20, do deputado José Ailton Cirilo, que versa sobre uso obrigatório dos EPI's para todos os trabalhadores de aplicativos. Tais equipamentos, de acordo com o projeto desse último deputado, versa que tais equipamentos devem ser fornecidos pelas plataformas aos motoentregadores.

Nessa sequência em que consideramos os ambientes de trabalho, é necessário proceder às combinações entre a intensificação do processo de trabalho (mais-valia relativa), com a extensividade da jornada (mais-valia absoluta), com as péssimas condições de trabalho, transporte inadequado e inseguro, negligência do capital em relação aos EPI, descumprimento dos contratos de trabalho e das normativas regulamentadoras (NR-31), dentre outros aspectos. O produto dessas combinações propostas é a situação extremamente explosiva dos acidentes e doenças ocupacionais e do ambiente de trabalho. São exemplos concretos da escalada de desrespeito às condições de trabalho e de vida dos trabalhadores (Thomaz Júnior, 2018, p. 33).

A conjunção de ampla coalizão de movimento, sem sombra de dúvida, faz-se necessária, no sentido de se constituir as mediações de enfrentamento dos intentos do capital. Compreender sua inexorável exteriorização no espaço é, ao que parece, algo que veio para se perpetuar. Esse arquétipo de horizontalidade e verticalidade ocorre por meio das instalações dadas, dos eventos percebidos pelas condições de constituição da produção e reprodução do capital, pelas tecnologias que se utilizam da fragilização das leis, a fim de garantir os processos mais perversos de exploração e da mais-valia. Tais processos podem ser trazidos pela organização dos trabalhadores de aplicativos e suas articulações com outros movimentos, sejam classistas ou da sociedade civil.

Dá a importância dos movimentos sociais vinculados aos espaços urbanos (habitação, de Associações e Comunidades) do poder judiciário classista, de sindicatos, a fim de que se possam ter meios de redimensionar as relações de trabalho precário, percebidas pela lógica da

precária de trabalho, no sentido que não a mais a separação do trabalho ou mesmo fora dele. Ler a obra: “O privilégio da servidão” – Ricardo Antunes (2018).

Uberização, por mais direitos – mesmo que seja difícil exercer organização dos trabalhadores do setor de serviços, já que eles se encontram nas franjas dos desprotegidos, realidade que só aumenta. Estamos falando de uma gama muito grande de trabalhadores, que aqui delimitamos como trabalhadores plataformizados e Antunes (2020) determina como o “novo operariado dos serviços”, na obra *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*.

Ao buscarmos reflexões e referenciais de estudos, a fim de corroborar com as questões que levantamos, ressaltamos alguns estudos importantes, elaborados por pesquisadores da Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (REMIR – Trabalho)⁴³. Segundo os dados colhidos do site www.eco.unicamp.br, que divulga as publicações dos pesquisadores, percebemos pesquisas e levantamento de dados que são relevantes para o que desenvolvemos sobre EMB.

Os dados e as informações sobre os ganhos dos motoentregadores em meio à pandemia da Covid-19 revelam a situação dos trabalhadores de apps, sendo que seus ganhos foram menores em tempos de coronavírus. A pesquisa aponta dados que, de certa forma, corroboram com a tese de que esses trabalhadores são explorados e espoliados.

Os motoentregadores de aplicativo tiveram uma “redução significativa” do salário apesar de estarem trabalhando mais durante a pandemia. Os pesquisadores afirmam no estudo ser “possível aventar que as empresas de aplicativos estão promovendo uma redução do valor da hora de trabalho dos entregadores em plena pandemia e aumentando seu ganho às custas do trabalhador”. Os dados revelaram que, antes da pandemia 48,7%, dos entregadores recebiam, no máximo, R\$ 520,00 semanais. Durante a pandemia, estes passaram a ser 72,8% dos entrevistados. Apenas 25,4% dos cadastrados nas plataformas de entrega dizem ganhar acima desse valor na quarentena — o equivalente a R\$ 2.080 por mês. Antes, eram 49,9%. O levantamento também indicou que, durante a pandemia, 52% dos entrevistados afirmaram trabalhar todos os 7 dias da semana, enquanto 25,4% deles trabalham 6 dias. Os pesquisadores disseram que esses dois períodos de trabalho — relatados por 77,4% — são considerados “ininterruptos”. Além disso, 62,3% dos trabalhadores revelaram não ter recebido nenhum apoio das empresas para evitar se contaminar durante as entregas, o que gera custos adicionais ao trabalho (REMIR, 2022).

Mediante as lutas hercúleas que necessitam ser legitimadas, ainda nos deparamos com a própria ilusão da liberdade, “intencionadas” pelos CEO’s das plataformas e aplicativos

⁴³ REMIR-Trabalho Constitui-se pela reunião e articulação de vários pesquisadores e pesquisadoras que buscam entender e discutir as implicações da mais recente mudança da legislação do Trabalho, com vistas a um acompanhamento crítico e sistemático dos desdobramentos da Reforma Trabalhista aprovada em 2017 (Lei 13.467, de 2017). Nesse interim a rede buscou desenvolver pesquisas acerca da situação dos trabalhadores de aplicativos das principais plataformas deste segmento. Tal pesquisa contou com o apoio do SINDIMOTO-SP - que disponibilizou informações importantes para o grupo de pesquisadores, os professores Ana Cláudia Moreira Cardoso (UFJF), Henrique Amorim (Unifesp), Paula Freitas Almeida (Unicamp), Renan Bernardi Kalil (MPT), Sidnei Machado (UFPR) e Vanessa Patriota da Fonseca (UFPE). As informações prestadas pelos motoentregadores na pesquisa foram a iFood, Rappi e Uber Eats.

móveis. A ilusória sedução de se considerarem empreendedores, empresários de si mesmos, do trabalhar quando quiser, de fazer seu horário. Em vista disso, os trabalhadores ficam vulneráveis aos discursos da extrema direita, pois, ao serem vítimas da violência exercida no âmbito do território, passam a ser mais suscetíveis a perderem os seus bens e instrumentos de trabalho, como suas motocicletas, bicicletas, celulares; motivo que os impele a discursos armamentistas e autoritaristas, típicos de governos como o de Bolsonaro.

5.3 Transformações territoriais do trabalho no Espaço Metropolitano de Belém – EMB: espacialidades e espacializações do período contemporâneo

Entendemos que operar instrumentalmente o conceito de território usado como categoria mediadora para desenvolver análise social nos ajuda na percepção do esforço e sentido ontológico do entendimento da atual condição do trabalho *deliverizado/uberizado* dos motoentregadores. Isso principalmente por ser uma expressão mais compósita dada e desenvolvida pelos processos do ato do fazer e das necessidades das etapas e acúmulo dos tempos progressos e, mesmo, das diversas formas de conceber a própria geografia.

A percepção do desenvolvimento técnico-científico e informacional, na perspectiva do desenvolvimento da complexificação da própria configuração da produção e reprodução do capital, alcançou todos os lugares do mundo e o mundo todo (Santos, 2006). Rodrigues (2010, p. 50), sobre a interlocução das interfaces de percepção do desenvolvimento planetário do capital, considera:

Período que gerou um meio geográfico cuja tecnocientificização do território alcançou níveis de existência jamais vistos, o que torna impossível pensá-lo sem considerar o papel ativo dos fenômenos técnicos que agora lhe são inerentes, como formas-conteúdo movidas pela tensão dos contraditórios interesses de usos que têm, no controle da informação, importante medida de suas potencialidades viabilizadoras (Rodrigues, 2010, p. 89).

Santos (2005) debate sobre e aponta a importância do retorno da discussão do conceito de território, exercendo algumas interlocuções por meio das reflexões de outros autores que debatem o conceito de “espaço banal”. Isso nos permite diferenciar as condições dos direitos e acessos de reprodução do trabalho em relação aos demais acessos implicados nos processos desiguais de reprodução do indivíduo como ser social, pois a quantidade e a qualidade dos demais acessos também são plasmados de forma desigual.

Em face disso, os processos de produção e reprodução da vida dos homens (no caso dos trabalhadores-motoentregadores) não são garantidos de forma homogênea, quando entendemos

que as particularidades das contradições interpostas nos processos de configuração espacial, e do território como realidade dessas contradições, passam a ser legitimadas, pois é o que o pensamento hegemônico busca legitimar por meio de suas realizações produtivas e reprodutivas. Santos (2005) aponta que isso é o resultado da operacionalidade do sistema de ações, dos eventos, ou seja, desse processo lógico e histórico de produzir as possibilidades, segundo o poder de cada um, classes sociais, lugares, etc. Esse processo lógico e histórico de produzir a extensão planetária é o que no presente período caracteriza a globalização.

As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns (Santos, 2005, p. 256).

O autor busca trazer à luz o fazer humano pelas elaborações e transformações técnicas, no sentido da capacidade do desenvolvimento das ações e objetos plasmados no contexto das sociedades por meio das formações das ações humanas percebidas pelo funcionamento do território, por meio daquilo que chamamos de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais.

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado [...] A fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas (Santos, 2005, p. 255).

Mediante o contexto do estudo em tela, buscamos refletir sobre as condições territoriais de trabalho dos motoentregadores no espaço metropolitano de Belém. A caracterização e análise de sua dinâmica faz-se de grande necessidade em meio ao quadro da reestruturação e suas formas de (re)existência como meio de sobrevivência, devido ao quadro mais amplo do processo de desemprego estrutural. As expressões atuais de exploração e da degradação excludente do capital, no que se refere à sua exteriorização, possibilitam-nos refletir sobre a produção capitalista do espaço (Harvey, 1974), que cada vez mais imprime novas centralidades diferenciadas quanto aos espaços de identidades de trabalho, de reprodução social, de acesso aos equipamentos públicos e ao direito à cidade.

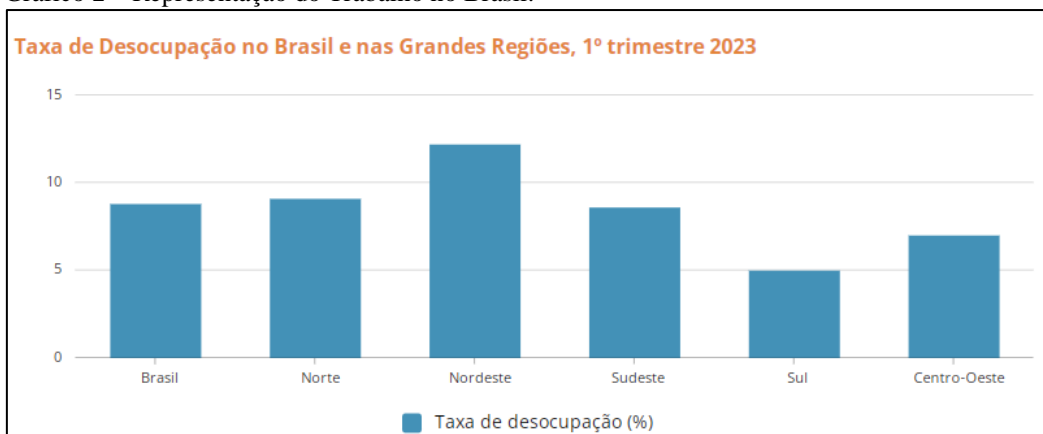
Compreender a realidade desses trabalhadores em meio aos processos socioespaciais vincula-se ao sentido de que a garantia do trabalho desenvolvido por esses trabalhadores, no

ato de sua materialização, é exercida por meio dos fixos constituídos no âmbito territorial das cidades; isso em meio às dinâmicas de circulação das mercadorias, ou seja, seus fluxos que se dão pelas atividades de serviços.

Caminhemos por parte, para que possamos obter a compreensão do que queremos externar e explicar, a partir da pesquisa ou das etapas dela, visto que a análise da parte qualitativa da pesquisa que estamos desenvolvendo reflete algumas variáveis importantes vinculadas aos estudos e demonstrações do IBGE/PNAD 2023. Para isso, precisamos explicar os gráficos e tabelas que corroboram as verificações da espacialização do trabalho precário.

O Gráfico 1 representa a atual realidade das relações de ocupação, desocupação e mesmo da subutilização do trabalho nos processos de realização da produção capital e reprodução do trabalho pelas realizações da sociedade e dos indivíduos na sua totalidade. Representando, por sua vez, as expressões de desrealização das próprias atividades produtivas, no sentido de perda de produtividade e de consumo, pois os índices de desempregos e mesmo de crise desses postos de emprego, de alguma maneira, traduzem as percepções de Harvey (2017) e Antunes (2018), no tocante às crises de consumo, os altos índices de desemprego, de trabalho, desregulamentados e de precariedade do trabalho.

Gráfico 2 – Representação do Trabalho no Brasil.



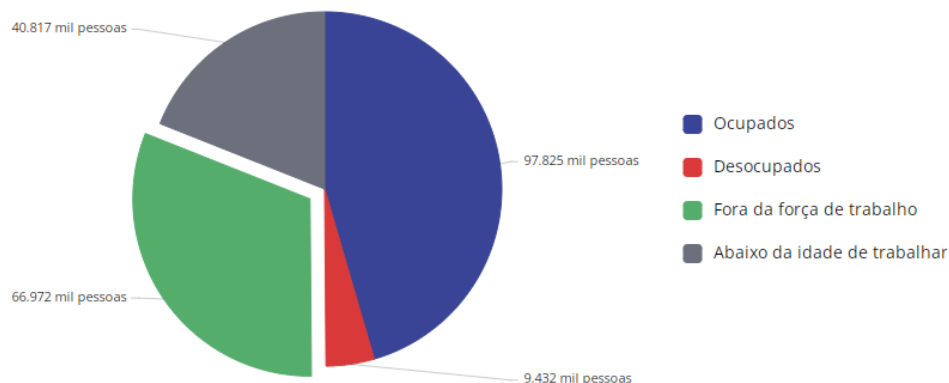
Fonte: IBGE – PNAD (2023).

Interpretar as representações gráficas dadas pelos esforços dos institutos de pesquisa, principalmente os demandados pelo IBGE, requer a atenção necessária, uma vez que representam fidedignamente os alvéolos e os receptáculos de como as desigualdades espaciais e mesmo a segregação do espaço se realizam na desrealização do trabalho, no sentido dos fechamentos de postos de trabalho, a fragilização das regulamentações dos processos de trabalho, dos trabalhos temporários, dos altos índices de subaproveitamento de indivíduos fora do mercado de trabalho Antunes (2018, 2007). O gráfico 3 aponta a realização das condições desiguais do trabalho, segundo Carlos (2016), os processos de realização do trabalho

desprotegido passam a imprimir meios desiguais de realização da vida e de ocupação de espaços desiguais, na lógica da cidade e dos acessos às condições dignas à vida, ao direito à cidade Lefebvre (1991).

Gráfico 3 – População brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho.

População brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho, 1º trimestre 2023



Fonte: IBGE – PNAD (2023).

O Gráfico 3 representa o crescente quantitativo do trabalho desprotegido e superexplorado, pois se compararmos a realidade de desemprego com a média nacional e com as demais regiões, percebemos que a região norte tem apresentado os quadros mais precários de emprego, quando observamos os números da informalidade na região norte. Isso é verificável nas expressões de desigualdades históricas, sobretudo da região Amazônica, principalmente a partir dos dados que irão ser apresentados na escala de estudo, vinculados ao EMB no segmento do trabalho *delivery* pelos motoentregadores de aplicativos. Nesse ínterim, percebemos os apontamentos de autores que exercem investigações sobre os meios de negação dos direitos ao trabalho pela fragilização das legislações, como Antunes (2023, 2018, 2006, 1995) e Alves (2011, 2009, 2005). Tal realidade é pertinente aos interesses intentados pelas políticas neoliberais.

O saldo para o mundo do trabalho é conhecido: explosão do desemprego, precarização, informalidade e trabalho cada vez mais intermitente. Tudo isso, em uma sociedade já bastante desigual, produziu uma ambiência mais do que favorável para o avanço destrutivo do vírus. A fantasiosa visão de que na pandemia “estamos todos no mesmo barco” e de que ela é “democrática” em seus impactos, foi desmascarada rapidamente quando todos os números passaram a mostrar que a sua tragédia tem classe, raça, gênero e etnia. São os vulnerabilizados socialmente os mais atingidos (Antunes, 2023, p. 22).

A tabela 3 possibilita percebermos não só o elevado número de trabalhadores que vivenciam as consequências da desrealização do trabalho, pois apesar das transformações do

mundo do trabalho no âmbito tecnológico e de informação, não há outras alternativas de criação e de abertura de novos postos de trabalho. Conforme a tabela que segue, existe uma relação dos que estão desempregados, dos que estão à procura de trabalho e os que, segundo a pesquisa IBGE-PNAD, vivenciam a questão do desalento.

Tabela 3 – Número de Desempregados no Brasil.

Desempregados (desocupados)	Taxa de desemprego (desocupação)	Desalentados	Taxa de subutilização
9,4 milhões 1º trimestre 2023	8,8% 1º trimestre 2023	3,9 milhões 1º trimestre 2023	18,9% 1º trimestre 2023

Fonte: Dados do IBGE – Elaboração Própria.

O espaço metropolitano de Belém tem passado por intensas transformações socioespaciais, desde o início do século XXI. Tais transformações estão vinculadas às novas determinações de formas capitalistas de produção que vêm interferindo na relação trabalho-espço. Para tanto, buscaremos apontar algumas características e tendências que possibilitaram perceber as configurações, pontos relativos e as tendências do trabalho no espaço metropolitano de Belém.

Primariamente, podemos considerar que se trata de um espaço bastante complexo e que é simultaneamente fragmentado e articulado, possibilitando reflexões que se reverberam nas configurações desiguais nos processos de constituição do espaço, que possibilitam as relações das vivências e necessidades, desejos e lutas no território. Representa, em nossa compreensão, as relações de vida e uso desses territórios, e vem representando os espaços desiguais no que tange às condições sociais, dos trabalhadores e trabalhadoras que realizam suas atividades na relação campo-cidade e/ou rural e urbano, no espaço metropolitano de Belém, nesses últimos anos. Isso se nos voltarmos para o contexto do trabalho plataformizado dos aplicativos, vinculados aos motoentregadores no espaço metropolitano de Belém.

Foi possível observar tais transformações do trabalho no espaço metropolitano de Belém sob a ótica dos motoentregadores, ou mesmo dos trabalhadores plataformizados, a que fizemos alusão no início desta seção, acerca do surgimento das afeições das realizações dos meios de produção e reprodução do capital, na órbita da *uberização* (Antunes, 2023). Tal fenômeno tem seu arquétipo proveniente na introdução e desenvolvimento das ações tecnológicas de informação e de comunicação nas relações de trabalho, estabelecendo sistemas de ações e objetos (Santos, 2006). Imprimindo ao setor de prestação dos serviços ações controladas e geridas por plataformas digitais, que se tornam objeto de estudo que a geografia do trabalho busca e se dedica a compreender, haja vista tamanha complexidade do trabalho contemporâneo (Antunes, 2018).

As transformações ocorridas no espaço metropolitano de Belém são frutos de múltiplas determinações, que são pertinentes mediante a totalidade da realidade em movimento (Marx, 1990). Logo, a configuração de tais determinações e elementos processuais que possibilitam as percepções e realizações das determinações do capital que se faz apresentar no contexto da produção do espaço (Lefebvre, 2014). Então, vamos considerar preliminarmente dois elementos de diferenciação: o fato de que as transformações que se verificam no espaço metropolitano são diferenciadas, segundo duas linhas de percepção (Corrêa, 1995).

Em primeiro lugar, devemos considerar não só o tamanho metropolitano, ou seja, seus processos de esgarçamento e ocupações, dados pela lógica dos interesses e exploração por meio das relações e processos produtivos. Contudo, percebemos que as transformações são, em grande parte, condicionadas pela dimensão demográfica da metrópole. Nesta tese, apoiamo-nos na “crença” de que uma mudança quantitativa implica um salto qualitativo (Corrêa, 1996).

As características que imprimiram o crescimento e desenvolvimento, para além do pensado por Trindade Júnior (1998), acerca da ação de confinamento no âmbito da cidade dendrítica, e da própria dispersão, como ato posterior da cidade de Belém, possibilitam-nos percepções sobre o desencadeamento das transformações que se fazem reconhecer sobre as experimentações, os enigmas e dramas decorrentes das mudanças, no âmbito das ações econômicas, sociais, simbólicas e territoriais, expressos através dos processos de urbanização. Esse percurso realizado na determinação e legitimação no espaço urbano e metropolitano é entendido como um conjunto de enunciados, organizados em representações, imagens e narrativas, que identificam, simultaneamente, a realização do desenvolvimento das determinações no fazer metropolitano (Costa; Rodrigues, 2022).

Nessa percepção do espaço metropolitano, devemos entender que a sua realização se dá pelas diversas singularidades que estão vinculadas às ações e os objetos geográficos que paulatinamente passaram a serem constituídos no espaço metropolitano, assim como as expressões e processos dados e percebidos ao longo das ações e processos da história urbana, e mesmo regional, e ao processo de inserção da metrópole na divisão territorial do trabalho em escala nacional e suas transformações (Costa, 2022).

Nesse atento, podemos perceber, nas urdiduras analíticas que Costa (2022) se propôs a apresentar no texto *Metropolização e Produção da Moradia: uma análise das novas e velhas condições do habitar e do morar na metrópole Belém*, que as marca das singularidades da configuração da dispersão, como os processos gerais, universais, próprios do urbano capitalista, foram concretizados. Refletir as regularidades e tendências mais gerais torna-se fundamental para a compreensão do espaço metropolitano de Belém.

Os processos percebidos pelos autores supracitados nos permitem captar e, de alguma maneira, entender as transformações do trabalho e seus rebatimentos no tocante aos diversos setores das relações e formas do mundo do trabalho no espaço metropolitano de Belém. Ao mesmo tempo, permite que entendamos tudo o que acompanha e se faz representar nos processos espaciais e nas dinâmicas de uso e de disputas no âmbito do território, a partir das várias expressões do trabalho realizadas no espaço, pelos diversos setores, no âmbito da rede de serviço e no conjunto de atores que circulam no eixo metropolitano, realizando o trabalho por meio dos diversos serviços que se realizam, nas lojas, farmácias, incorporadoras, bancos, na construção civil, shoppings centers, dentre outros setores.

Podemos perceber que as realizações do trabalho hoje, no que se refere às formas das realizações espaciais, não tendem a encobrir expressões do trabalho nos diversos setores do capital. Expressões essas que perpassam pelo trabalho *homework* e/ou *home office* e através das atividades regulares de trabalho, sem a participação das “novas expressões do trabalho”; ou seja, o trabalho *uberizado* dos motoentregadores, além dos trabalhadores de *uber* (motoristas dos aplicativos). Eles representam as novas expressões do trabalho, convivem com as demais dinâmicas do conjunto do trabalho, no espaço metropolitano de Belém.

A lógica de tais transformações do trabalho se faz presente nas discussões dos autores que buscaram entender as dinâmicas e processos do trabalho, sob a órbita da percepção do espaço e das suas transformações, no tocante às ações instrumentais e operativas, dadas pelos processos das transformações da ciência, da tecnologia e da informação, assim como da otimização dos interesses do capital e das configurações do mercado. Tudo isso considerando a onda do neoliberalismo que precarizou a vida e fragilizou as leis do trabalho, assim como possibilitou as transformações das tecnologias e os processos da *uberização*.

A perspectiva dos processos que possibilitam a noção de produção do espaço compreende as transformações espaciais a partir da visão da materialidade que se estabelece e espraia-se sobre o espaço. Nesse sentido, o espaço é concreto por ações operantes do homem, no e pelo trabalho, considerando as relações sociais que nele contém, que fundamentam o seu caráter social. “Os homens enquanto seres sociais produzem sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo” (Lefebvre, 2000, p. 83).

A noção dos processos de produção e as dinâmicas da prática espacial não isentam sobre a importância da questão econômica e a intensificação da produção de mercadorias através da lógica de exploração e acúmulo do capital, que aumenta o vínculo com a produção da sociedade pelo trabalho. As condições desses processos, em todas as suas dimensões, estendem-se, portanto, às necessidades e dinamismo da reprodução da sociedade, como afirma Lefebvre

(2000, p. 42): “[...] las representaciones del espacio, ligadas a las relaciones de producción, al ‘orden’ que imponen y, por tanto, ligadas a los saberes, a los signos, a los códigos, a las relaciones ‘frontales’”.

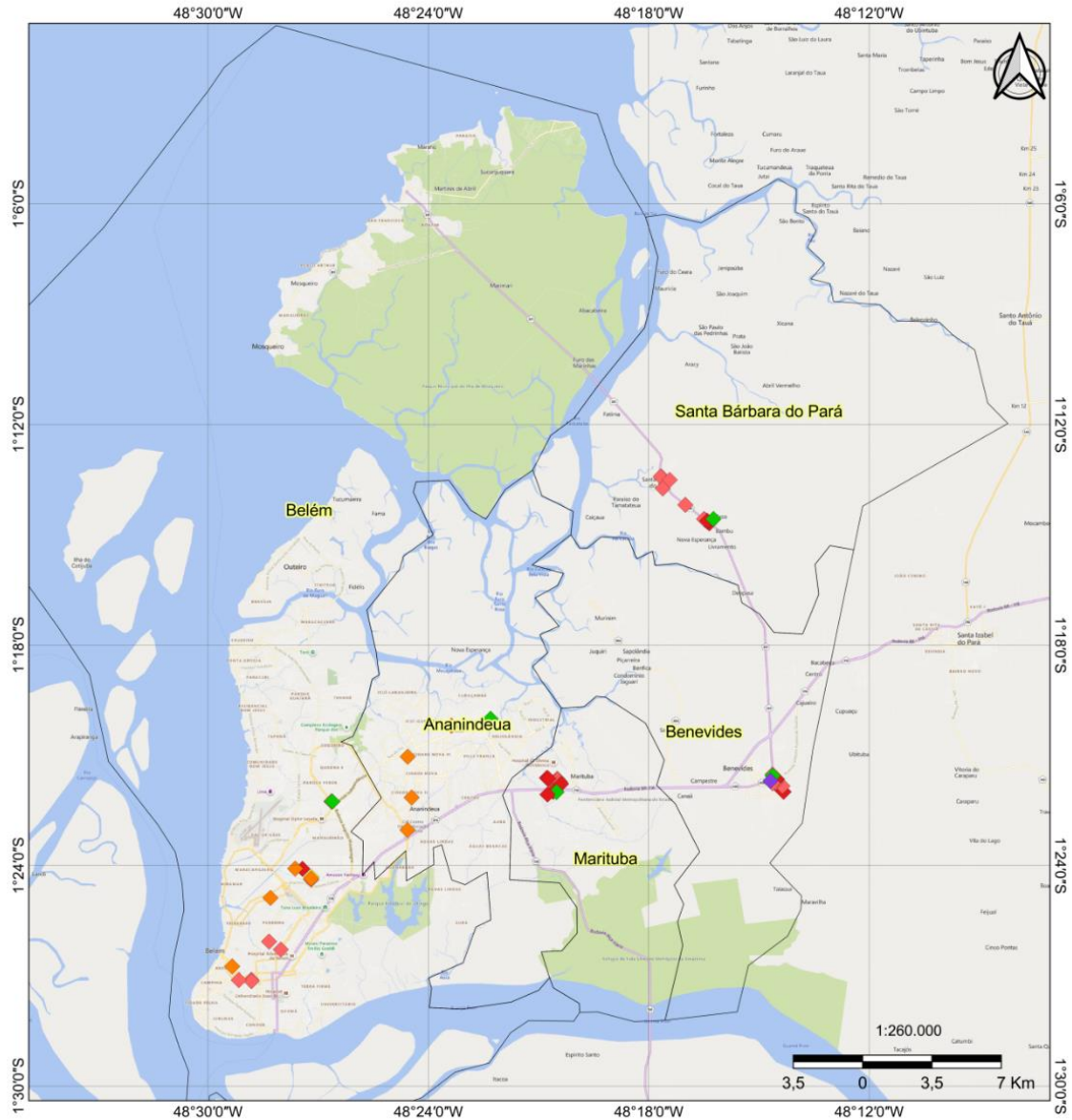
Nesse íterim das transformações do mundo do trabalho e do surgimento de novas formas de trabalho, que diretamente são produtos dos processos das transformações da tecnologia, da informação e da comunicação, é que compreendemos os paradigmas da tecnologia. Essas transformações alçadas pelas relações econômicas globais e do próprio neoliberalismo que têm propiciado as realizações do capital e as novas formas precárias da reprodução dos trabalhadores, ao mesmo tempo que vêm confirmando a realização desigual dos espaços no contexto urbano.

O visível e o aparente na temporalidade da construção e ação histórica do homem escondem a essência que deve ser lida a partir do todo e de suas múltiplas determinações. Realidade que se perfaz por meio de leituras espaciais estruturais mais abrangentes das divisões social e territorial do trabalho, tendo como condutora e catalisadora a análise da acumulação capitalista. Ao conceber o espaço, a partir do entendimento das afeições e concepções críticas – do espaço produzido no processo de determinação histórica das relações capital e trabalho –, buscamos analisar a leitura na inserção das relações mais amplas, na totalidade das expressões da questão social (contradição entre capital e trabalho), tendo como parâmetro o trabalho desenvolvido pelos motoentregadores

A vinculação entre as dinâmicas escalares, que nos cobra entendimentos sobre o que se passa com os trabalhadores, com seus empregos, com sua saúde, com suas organizações, em nível local/regional/nacional [...] explicativas que indicam a fúria incontrolável do capital, de subordinar historicamente o valor de uso à lógica reprodutiva que o transforma em valor de troca e que deixa cicatrizes profundas nos indicadores sociais, nos patamares de exclusão, desemprego, descarte, fome, adoecimentos, acidentes com sequelas, mutilações, mortes etc. (Thomaz Júnior, 2018, p. 33).

Em meio a essas dinâmicas da realidade do trabalho, nos tempos do neoliberalismo e da globalização, ocorre a desrealização do trabalho com o enfraquecimento da organização dos trabalhadores e mesmo dos direitos dos atos do trabalho em suas dinâmicas legais. De um ponto de vista empírico, procuramos conceber algumas produções cartográficas, de maneira que nos possibilitasse interpretar e apresentar a realização das condições e dinâmicas imersas nas dinâmicas do espaço metropolitano e as várias escalas dessa composição, por meio dos recortes territoriais das cidades e das realizações nos bairros.

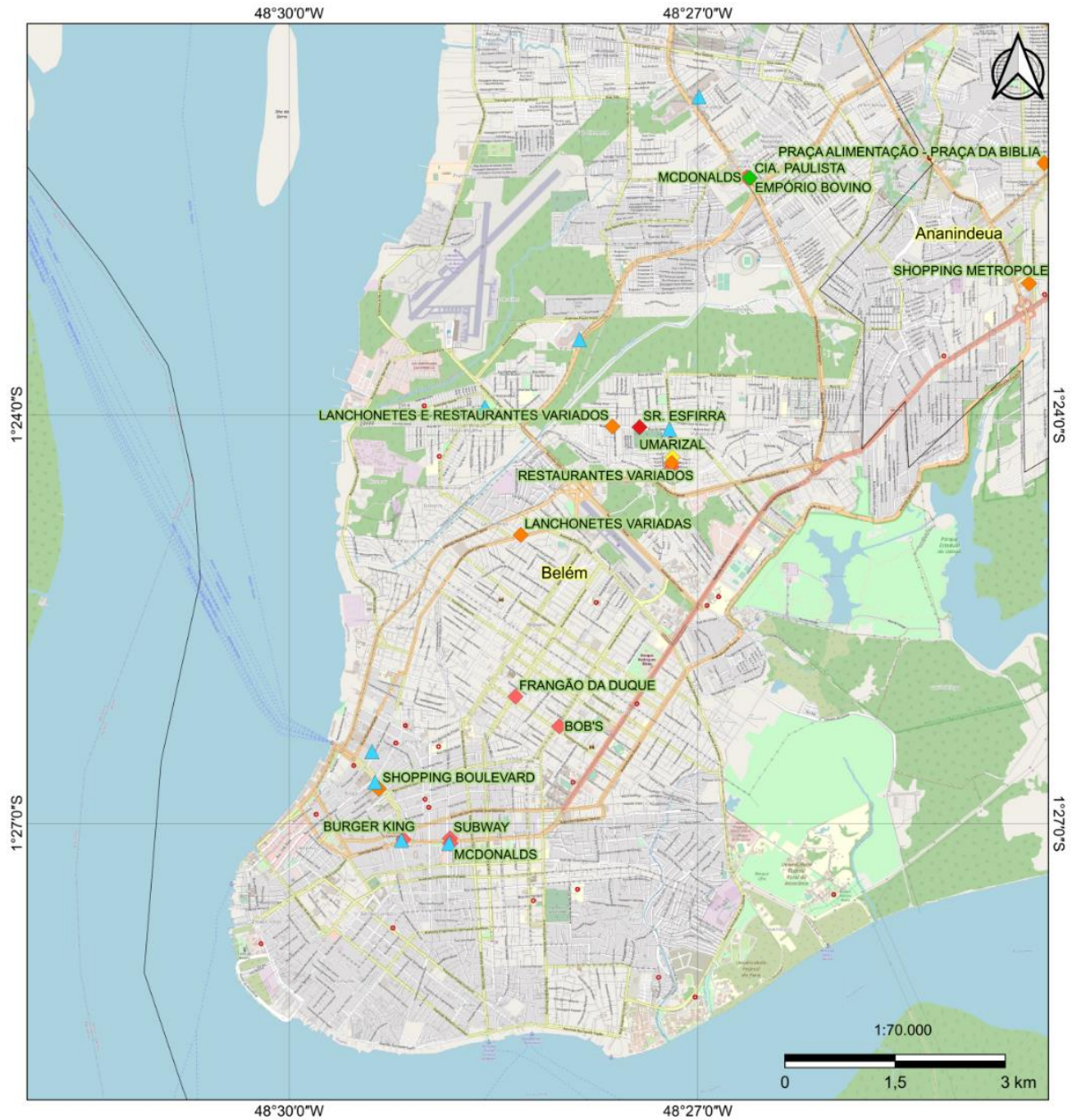
Mapa 7 – Dinâmicas de Entregas no Espaço Metropolitano de Belém.



<p>Convenções e Legendas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▲ Entregadores Referências ◆ Açai ◆ Lanchonete ◆ Padaria ◆ Pizzaria ◆ Praça de alimentação ◆ Restaurante — Logradouros □ Bairros □ Limites Municipais 	<p>Fonte: Fundação IBGE; Site: ftp://geoftp.ibge.gov.br/malhas_digitais/municipio_2005/; Data: 2 de Dezembro de 2014;</p> <p>QuickMapServices: Versão 0.19.11.1 - Bing Map; Data 6 de julho de 2021.</p>	
<p>Datum: SIRGAS 2000 Projeção: Geográfica</p>		<p>Data: Julho 2021</p>
<p>Mapa elaborado em procedimento metodológico digital, em software livre Quantum GIS - 3.10.9 - A Coruña, por Raimundo Sócrates de Castro Carvalho. Todos os direitos deverão ser reservados, este mapa esta sujeito a alterações ou modificações, agradecemos na comunicação de falhas ou omissões.</p>		

Fonte: Elaboração própria (2021).

Mapa 8 – Representação da atividade *delivery* na cidade de Belém – RMB.



Convenções e Legendas

- ▲ Entregadores
- Referências
- ◆ Açai
- ◆ Lanhonete
- ◆ Padaria
- ◆ Pizzaria
- ◆ Praça de alimentação
- ◆ Restaurante
- Logradouros
- Bairros
- Limites Municipais

Fonte: Fundação IBGE; Site: ftp://geoftp.ibge.gov.br/malhas_digitais/municipio_2005/; Data: 2 de Dezembro de 2014;

QuickMapServices: Versão 0.19.11.1 - OSM Standard; Data 9 de setembro de 2021.



Datum: SIRGAS 2000

Projeção: Geográfica

Data: Setembro 2021

Mapa elaborado em procedimento metodológico digital, em software livre Quantum GIS - 3.10.9 - A Coruña, por Raimundo Sócrates de Castro Carvalho. Todos os direitos deverão ser reservados, este mapa esta sujeito a alterações ou modificações, agradecemos na comunicação de falhas ou omissões.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Diante disso, o Mapa 7 possibilitou identificar a localização de estabelecimentos que fazem entrega na forma de *Delivery* no espaço metropolitano de Belém. Os bairros de Nazaré, Umarizal, Marco, Fátima e Marambaia representam os principais processos de realização das dinâmicas de trabalho desse segmento de trabalho precário. Esses bairros/territórios nos propiciaram a investigação a partir dos eixos estruturantes que dimensionam as atividades dos motoentregadores na cidade, a partir das avenidas: Nazaré, Doca de Souza Franco, Duque de Caxias, João Paulo II, Av. Rodolfo Chermont e Augusto Montenegro. Os mapas abaixo representam os adendos da realização do trabalho dos motoentregadores, na EMB. Podemos apontar e visualizar os ciclos reprodutivos do trabalho dos motoentregadores. O Mapa 2 nos possibilita perceber os eixos estruturantes que nortearam o desenvolvimento da pesquisa com os motoentregadores.

As respectivas cartografias permitem compreender e perceber o eixo estruturante das configurações espaciais e das dinâmicas territoriais do trabalho na cidade de Ananindeua, que podem ser visualizadas a partir da percepção de vetorização de crescimento do espaço metropolitano de Belém, no tocante ao eixo estruturante, possibilitado por meio do crescimento e ocupação de Belém e da ocupação verificada na cidade de Ananindeua, a partir da BR-316. Na escala da cidade de Ananindeua, desenvolvemos a investigação nos Bairros da Cidade Nova e Centro, principalmente por meio das vias arterial e BR-316, que perfazem a área urbana da cidade, localizando-se no centro territorial do município, e que abriga os bairros citados. Os mapas a seguir refletem as dinâmicas do trabalho *uberizado* na cidade de Ananindeua.

Nesse instante, podemos apontar, de forma breve, algumas características do perfil socioeconômico desses trabalhadores que desenvolvem suas atividades laborais por meio de entrega por apps, e que participaram de forma espontânea na fase de elaboração mais empírica desta tese. Prestaram informações das expressões e condições do trabalho das atividades de entrega, o que nos possibilitou apresentar mais detalhadamente as variáveis de renda, horas de trabalho, dias de trabalho, ganhos auferidos, entre outras variáveis. Esses trabalhadores apresentam perfil bastante relativo quanto às questões de gênero, com predominância do trabalho masculino, mas há presença do trabalho das mulheres nessa expressão de trabalho. Elas apresentam a idade de 18 a 50 anos, apesar da predominância do trabalho de jovens, entre 18 a 37 anos. No geral, também apresentam o perfil de morarem com os pais. As informações da maior parte dos pesquisados levaram à constatação de que os trabalhadores motoentregadores eram os provedores financeiros das suas famílias.

Mapa 9 – Localização da atividade de delivery no Espaço Metropolitano de Belém.



Convenções e Legendas

- ▲ Entregadores
- Referências
- ◆ Açai
- ◆ Lanchonete
- ◆ Padaria
- ◆ Pizzaria
- ◆ Praça de alimentação
- ◆ Restaurante
- Logradouros
- Bairros
- Limites Municipais

Fonte: Fundação IBGE; Site: ftp://geoftp.ibge.gov.br/malhas_digitais/municipio_2005/; Data: 2 de Dezembro de 2014;

QuickMapServices: Versão 0.19.11.1 - OSM Standard; Data 9 de setembro de 2021.



Datum: SIRGAS 2000

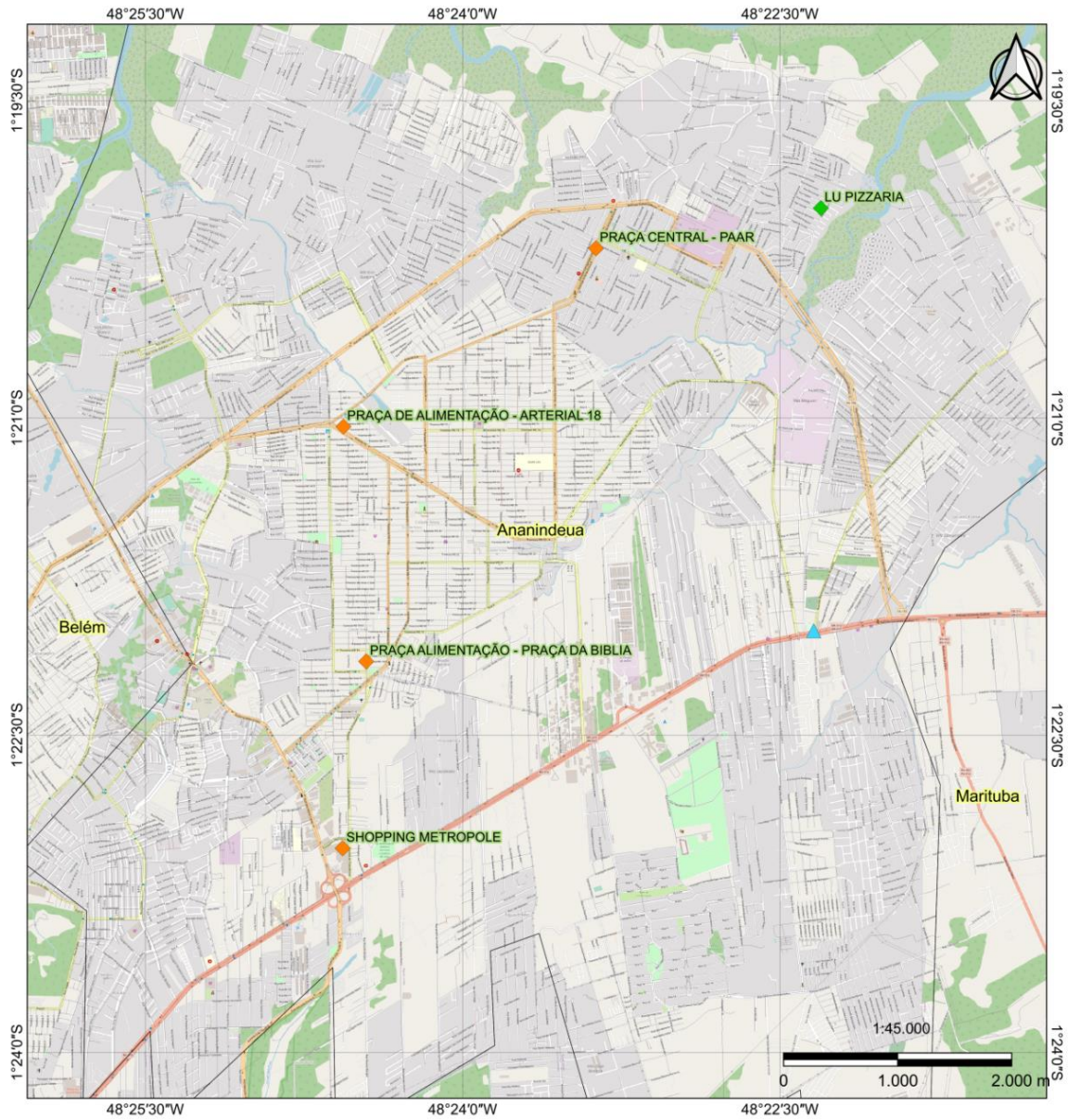
Projeção: Geográfica

Data: Setembro 2021

Mapa elaborado em procedimento metodológico digital, em software livre Quantum GIS - 3.10.9 - A Coruña, por Raimundo Sócrates de Castro Carvalho. Todos os direitos deverão ser reservados, este mapa esta sujeito a alterações ou modificações, agradecemos na comunicação de falhas ou omissões.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Mapa 10 – Cidade de Ananindeua – RMB. Eixo Estruturante



Convenções e Legendas

- ▲ Entregadores
- Referências
- ◆ Açai
- ◆ Lanchonete
- ◆ Padaria
- ◆ Pizzaria
- ◆ Praça de alimentação
- ◆ Restaurante
- Logradouros
- Bairros
- Limites Municipais

Fonte: Fundação IBGE; Site: ftp://geoftp.ibge.gov.br/malhas_digitais/municipio_2005/; Data: 2 de Dezembro de 2014;

QuickMapServices: Versão 0.19.11.1 - OSM Standard; Data 9 de setembro de 2021.



Datum: SIRGAS 2000

Projeção: Geográfica

Data: Setembro 2021

Mapa elaborado em procedimento metodológico digital, em software livre Quantum GIS - 3.10.9 - A Coruña, por Raimundo Sócrates de Castro Carvalho. Todos os direitos deverão ser reservados, este mapa esta sujeito a alterações ou modificações, agradecemos na comunicação de falhas ou omissões.

Fonte: Elaboração própria (2021)

No que concerne às percepções empíricas observadas nas dinâmicas do objeto de estudo, na escala de recorte de investigação (EMB), não constatamos o pleno desenvolvimento da atividade de trabalho *uberizado*. Por mais que alguns empreendimentos façam parte do aplicativo, com a disponibilidade de entrega, não se percebe a presença de entregadores cadastrados, pois nas cidades de Santa Bárbara do Pará, Marituba e Santa Isabel revelou-se inoperante nos moldes e pressupostos operacionais dos instrumentos metodológicos investigativos do estudo que elegemos em nossa pesquisa. Diante disso, apresentamos dados importantes desses espaços a partir da cartografia constituída pelos dados do IBGE e dos *Soft Livres*.

Apresentaremos, na página a seguir, os mapas das cidades de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará, que compõem a RMB, como apresentamos na quarta seção. Apontamos questões histórico-geográficas que apresentaram o processo de desenvolvimento do espaço urbano, legitimado pelos ciclos comerciais e das ações do capital que provocaram as relações de uso e ocupação do espaço, para além da cidade de Belém, no âmbito da dispersão e vetorização que culminariam na formação do espaço metropolitano de Belém.

Tais transformações do espaço necessitavam ser compreendidas pelo olhar da geografia do trabalho, pois os ciclos de urbanização se fizeram e se refazem pela lógica das relações entre capital e trabalho, no que tange às ações que passam a ser externadas pela produção e reprodução capital, assim como pelas necessidades de reprodução da força de trabalho. Tais relações se objetivaram e se objetivam nas expressões das ocupações, na habitação, nos atos de expulsão e segregação, na reestruturação das vias, dos bairros, na realização dos empreendimentos comerciais, ou seja, nas expressões de centro e centralidade imprimidas pelos fixos e fluxos operados e desenvolvidos no espaço.

Como forma de refletir nosso objeto de estudo, acerca do trabalho precário dos motoentregadores na RMB, apresentamos os mapas a seguir, a fim de que possamos suscitar entendimento do estudo e sua realização no espaço. No caso dos mapas a serem apresentados, podemos perceber a apresentação do eixo em torno da BR-316, na cidade de Marituba, onde desenvolvemos parte da pesquisa, a partir da localização dos fluxos que eram gerados em torno da atividade de entrega dos trabalhadores e da realidade desses empreendimentos em relação às condições mais específicas de Marituba. Isso considerando a ausência da atividade de entrega mediada pelas expressões do trabalho algorítmico dos aplicativos.

Mapa 11 – Cidade de Marituba – RMB Eixo Estruturante – Geral.



Convenções e Legendas

- ▲ Entregadores
- Referências
- ◆ Açai
- ◆ Lanchonete
- ◆ Padaria
- ◆ Pizzaria
- ◆ Praça de alimentação
- ◆ Restaurante
- Logradouros
- Bairros
- Limites Municipais

Fonte: Fundação IBGE; Site: ftp://geoftp.ibge.gov.br/malhas_digitais/municipio_2005/; Data: 2 de Dezembro de 2014;

QuickMapServices: Versão 0.19.11.1 - OSM Standard; Data 9 de setembro de 2021.



Datum: SIRGAS 2000

Projeção: Geográfica

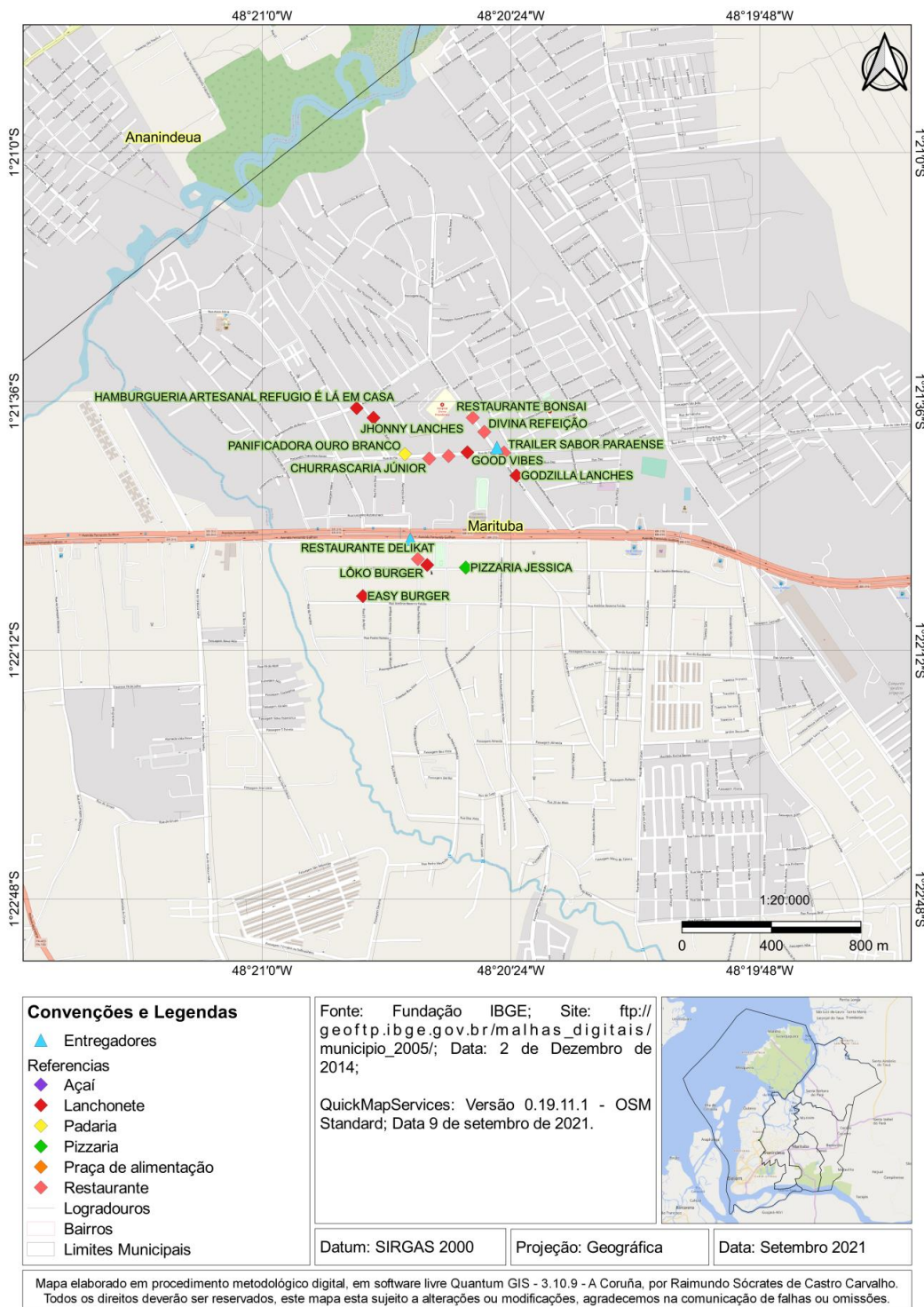
Data: Setembro 2021

Mapa elaborado em procedimento metodológico digital, em software livre Quantum GIS - 3.10.9 - A Coruña, por Raimundo Sócrates de Castro Carvalho. Todos os direitos deverão ser reservados, este mapa esta sujeito a alterações ou modificações, agradecemos na comunicação de falhas ou omissões.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Mapa 12 – Cidade de Marituba – RMB Eixo Estruturante - Específico

Fonte:



Elaboração própria (2021).

Os mapas temáticos das cidades de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará, que ora apresentamos, por meio das numerações, traduzem tanto os fluxos de entrega como as representações das localizações dos empreendimentos a respeito das expressões da modalidade do trabalho dos motoentregadores que realizam os serviços de entrega *delivery*. É possível

observar os “vínculos” pelas plataformas digitais, no âmbito da economia do compartilhamento, das plataformas e aplicativos móveis. Realidade, no entanto, que não conseguimos detectar de forma objetiva na realização do trabalho dos motoentregadores.

Nesse sentido, esclarecemos que nas cidades de Marituba, Benevides e Santa Izabel do Pará não foi possível perceber, de forma específica, o trabalho plataformizado, ou seja, não existem motoentregadores desenvolvendo tal atividade. Diferentemente do caso de Belém e Ananindeua, dos quais iremos apresentar as informações e apresentações das condições e realizações dessa modalidade de trabalho.

Ressaltamos a importância de registrar a especificidade da realidade vivenciada pelas dinâmicas territoriais interpostas nas cidades que compõem o espaço metropolitano de Belém. Para isso, podemos apontar que o registro dessa especificidade da condição de trabalho nos processos de realização dos processos espaciais e do desenvolvimento das ações urbanas foram registrados e refletidos aqui. Os instrumentos de levantamento de dados aplicados (formulários e entrevistas) serviram para registrarmos essa realidade, já que eles foram aplicados com os mototaxistas que desenvolvem suas atividades no dia a dia de trabalho, levando passageiros quando solicitados e que, em momentos esporádicos, exercem a atividade de entrega de pedidos *delivery*.

Quanto aos mototaxistas que desenvolvem atividades de entrega, é importante esclarecer sobre a ausência de acesso à rede móvel de computadores (*Internet*) de forma estável nos espaços territoriais das cidades que compõem parte da investigação que fizemos. Entendemos que as transformações que são exercidas nos processos produtivos e do trabalho são tendências históricas que passam a ser exercidas nos espaços urbanos que, por sua vez, seguem tendências históricas nos processos de produção do espaço. Entendemos, também, que as transformações nos processos de trabalho, que constituem as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais, são exercidas de forma concreta nos processos sociais. “[...] os homens enquanto seres sociais produzem sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo” (Lefebvre, 2000, p. 83).

Segundo relatos e informações dos proprietários locais, que buscamos representar na cartografia através dos mapas, não ocorre o serviço das plataformas porque as dinâmicas dos pedidos são mais aos finais de semana. Ao mesmo tempo, eles não veem lucros com os aplicativos, já que eles cobram pelo serviço de entrega, o que faz encarecer ainda mais os valores dos pedidos. Tais proprietários optam pelo pagamento de diária aos mototáxis da localidade ou utilizam alternativas de entrega, que quase sempre são feitas pelos filhos ou parentes próximos.

Apresentamos, de forma breve, as questões mais específicas das cidades que verificamos no EMB (Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará) que também representam e compreendem a realidade de crescimento e de desenvolvimento da população, dos processos migratórios e de todas as demais ações de vetorização dos processos urbanos, na condição de composição das ações dos processos produtivos e das ações e objetos que se complexificam. Isso mesmo que os sistemas de engenharias, os conjuntos de fixos, naturais e sociais, diretamente relacionados ao desenvolvimento técnico de uma dada sociedade, apontem as tendências dos processos de desenvolvimento técnico, científico e informacional, interpostos no espaço urbano (Santos, 1988).

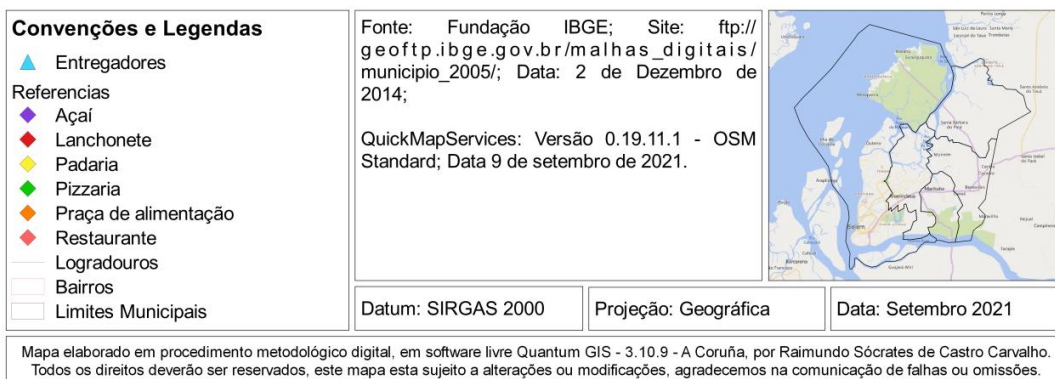
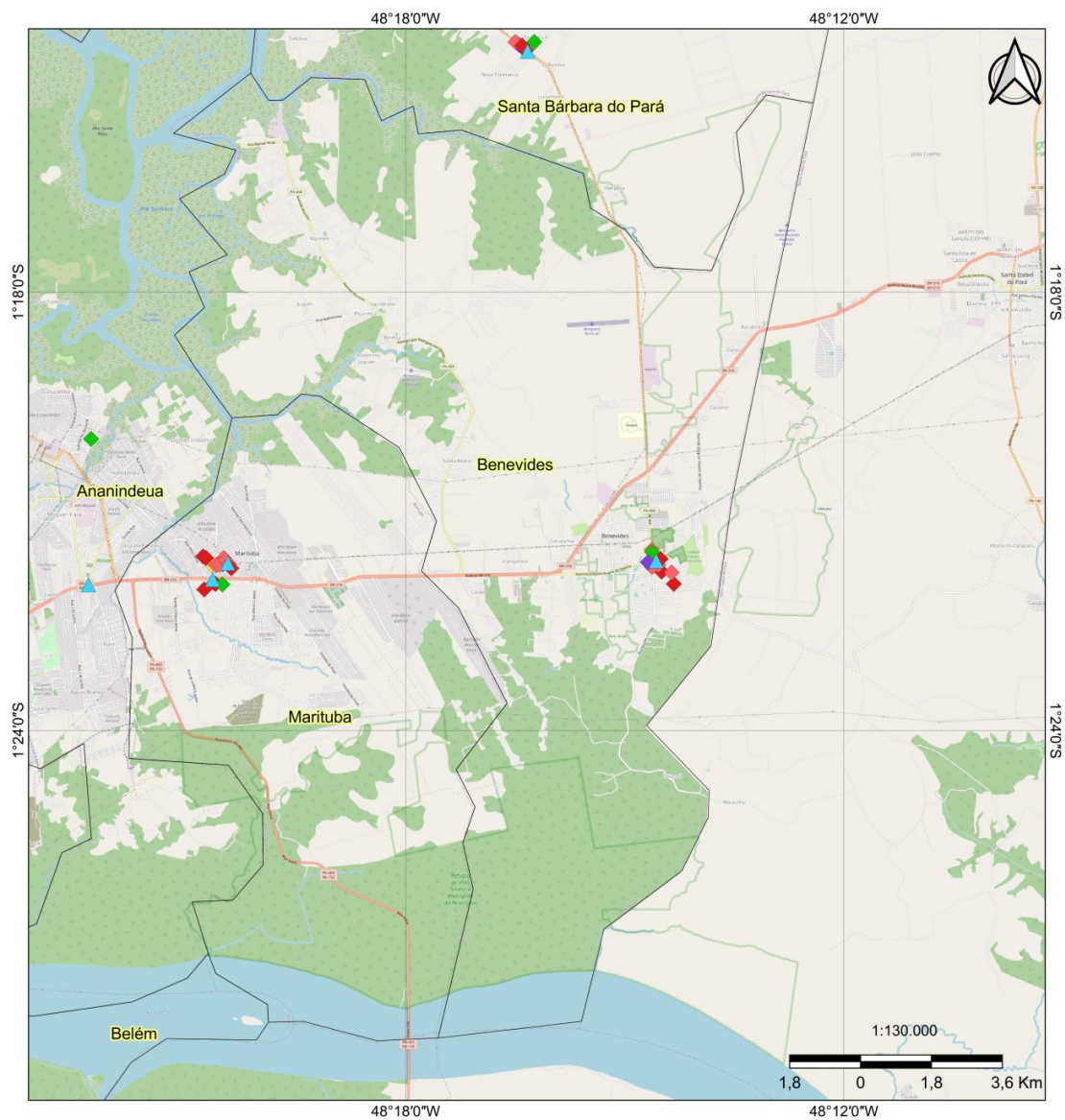
Acerca da presença de atividades dos mototáxi, que não é o foco e objeto investigativo do estudo em tela, pode-se perceber que tal segmento de trabalhadores, de certa maneira, está inserido no contexto da informalidade e mesmo do trabalho precário. Constatamos que as jornadas de trabalho são extensas e sem acesso à garantia dos direitos trabalhistas. Do total das 16 entrevistas realizadas nas cidades citadas, percebemos que a crise do trabalho formal, no âmbito do desemprego estrutural, ocorre a partir do processo de reestruturação e da flexibilização do trabalho.

Todavia, observamos e apresentaremos, de forma sucinta, algumas questões a respeito dessa realidade de trabalho de mototaxistas. Percebemos algumas informações que estão no quadro abaixo, que bem refletem suas condições socioespaciais mais imediatas, de renda, segurança, organização, atividades exercidas antes do trabalho na informalidade. Os mapas a seguir permitem ilustrar e interpretar a localização espacial dos estabelecimentos em Benevides que possibilitam as relações e atividades em torno das necessidades da presença do serviço de entrega, no caso dos entregadores, ou seja, os fluxos de entrega dos motoentregadores. Por mais que já tenhamos apresentado algumas informações ligadas às questões da pouca e/ou inexistência da presença dos aplicativos como mediadores das atividades de entrega e das relações de realização do trabalho dos motoentregadores, essas atividades são exercidas por mototaxistas, por trabalhadores contratados temporariamente, *freelancers* ou mesmo por membros do próprio empreendimento que estão presentes na ilustração cartográfica.

De maneira semelhante à realidade no âmbito territorial de Marituba, quanto à ausência da atividade na dimensão do trabalho explorado dos trabalhadores motoentregadores, podemos afirmar sobre Benevides. Conforme verificamos, as condições e variáveis das expressões do trabalho dos motoentregadores, na dimensão territorial da cidade de Benevides mostram que não há a presença dessa atividade, aos moldes do levantamento que apresentamos e focamos na pesquisa. O Mapa 13 apresenta os espaços que refletem os empreendimentos no eixo geral, no

sentido da BR-316. Já o Mapa 14 retrata de forma mais didática o reconhecimento e apresentação dos empreendimentos que representam a realização do trabalho dos motoentregadores.

Mapa 13 - Localização da Cidade de Benevides – RMB.



Fonte: Elaboração própria (2021)

Mapa 14 – Cidade de Benevides – RMB Eixo de Identificação.



Convenções e Legendas

- ▲ Entregadores
- Referências
- ◆ Açai
- ◆ Lanchonete
- ◆ Padaria
- ◆ Pizzaria
- ◆ Praça de alimentação
- ◆ Restaurante
- Logradouros
- Bairros
- Limites Municipais

Fonte: Fundação IBGE; Site: ftp://geofpt.ibge.gov.br/malhas_digitais/municipio_2005/; Data: 2 de Dezembro de 2014;

QuickMapServices: Versão 0.19.11.1 - OSM Standard; Data 9 de setembro de 2021.



Datum: SIRGAS 2000

Projeção: Geográfica

Data: Setembro 2021

Mapa elaborado em procedimento metodológico digital, em software livre Quantum GIS - 3.10.9 - A Coruña, por Raimundo Sócrates de Castro Carvalho. Todos os direitos deverão ser reservados, este mapa esta sujeito a alterações ou modificações, agradecemos na comunicação de falhas ou omissões.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Os Mapas 13 e 14 aludem sobre as dinâmicas e processos espaciais das atividades de trabalho das entregas, permitindo ilustrar os fluxos de entrega das atividades dos mototaxistas e/ou de outros trabalhadores que exercem as atividades de entregas. O mapa permite interpretarmos a localização espacial dos estabelecimentos que utilizam a prática e as atividades de entrega, sendo que as práticas de entrega, mediante os serviços, também não estão inseridas no perfil mais específico da atividade de entrega mediada pelas plataformas de entrega apps.

Nesse caso, podemos perceber que as atividades, na sua realização, de alguma forma representam as dinâmicas e processos espaciais, as relações de transformação deliberadas nos processos que, nas seções anteriores, debatemos sobre a escala de realização. Percebemos, diante disso, que tais atividades constituem fixos e produzem centralidades urbanas.

Discutindo tal processo como sendo a difusão da sociedade urbana, Lefebvre (1970) mostrou ser a urbanização completa da sociedade uma tendência real e virtual do mundo contemporâneo moderno e que parece se estender igualmente para o espaço amazônico, especialmente a partir da década de 1960, quando então uma nova forma de estruturação do espaço passou a se configurar, dessa feita, com a atuação fundamental do Estado e do grande capital. A realização do centro e suas afeições que são traduzidas ao longo dos processos históricos, econômicos, sociais e expressões do trabalho passam a realizar a concentração de tudo que pode ser realizado nas relações comerciais do lugar (compra e venda), legitimando a lógica comercial e se estabelecendo. Contexto que Lefebvre (1999, p. 44) aponta acerca das relações de alargamento e de expressividade do número de comércio e do número de pessoas que passam a circular: “[...] o centro urbano que é preenchido até a saturação os frutos da terra; produtos da indústria; obras humanas, objetos e instrumentos”.

Tais estudos passam a nortear novas elaborações e verificações em torno desses processos de urbanização do contexto do espaço metropolitano, imprimindo lógicas que podemos perceber através de Sposito (1991, p. 6), pois

[...] é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo.

A representação cartográfica é possibilitada por meio do entendimento das múltiplas determinações que compõem os processos específicos econômicos, sociais e históricos que podem ser refletidos na formação e expansão dos ciclos e vetores que possibilitaram as determinações das formações complexas; do conjunto das relações e formações econômicas e

sociais específicas do espaço formador; e do eixo estruturante que dimensionou e redimensiona o desenvolvimento de Belém e das suas ações e objetos plasmados no processo formador da sua realização. Na percepção de Santos (2006), as formações dialéticas dadas entre os sistemas de ações e de objetos desenvolvem engrenagens dos sistemas de engenharia, que tendem a equacionar o desenvolvimento das cidades, principalmente quando percebemos que há diversos atores nesse processo no sentido de possibilitar tais formações.

Diante dessa peremptória formação da realização do capital, podemos entender que as demais expressões de centro e centralidade vão se plasmando nos processos de desenvolvimento urbano, de forma também dialética, tendo para isso diversos fatores que são precedidos pelas realizações do desenvolvimento do espaço, do conjunto de equipamentos territorializados na cidade, dos fenômenos da dispersão, da metropolização, da especulação e da segregação. Imersos nesses processos, podemos entender que fluxos destinados nas formações do centro e da sua centralidade no processo de desenvolvimento e também de crescimento populacional tendem a formar novos centros e outras centralidades, como apresenta Lefebvre (2006).

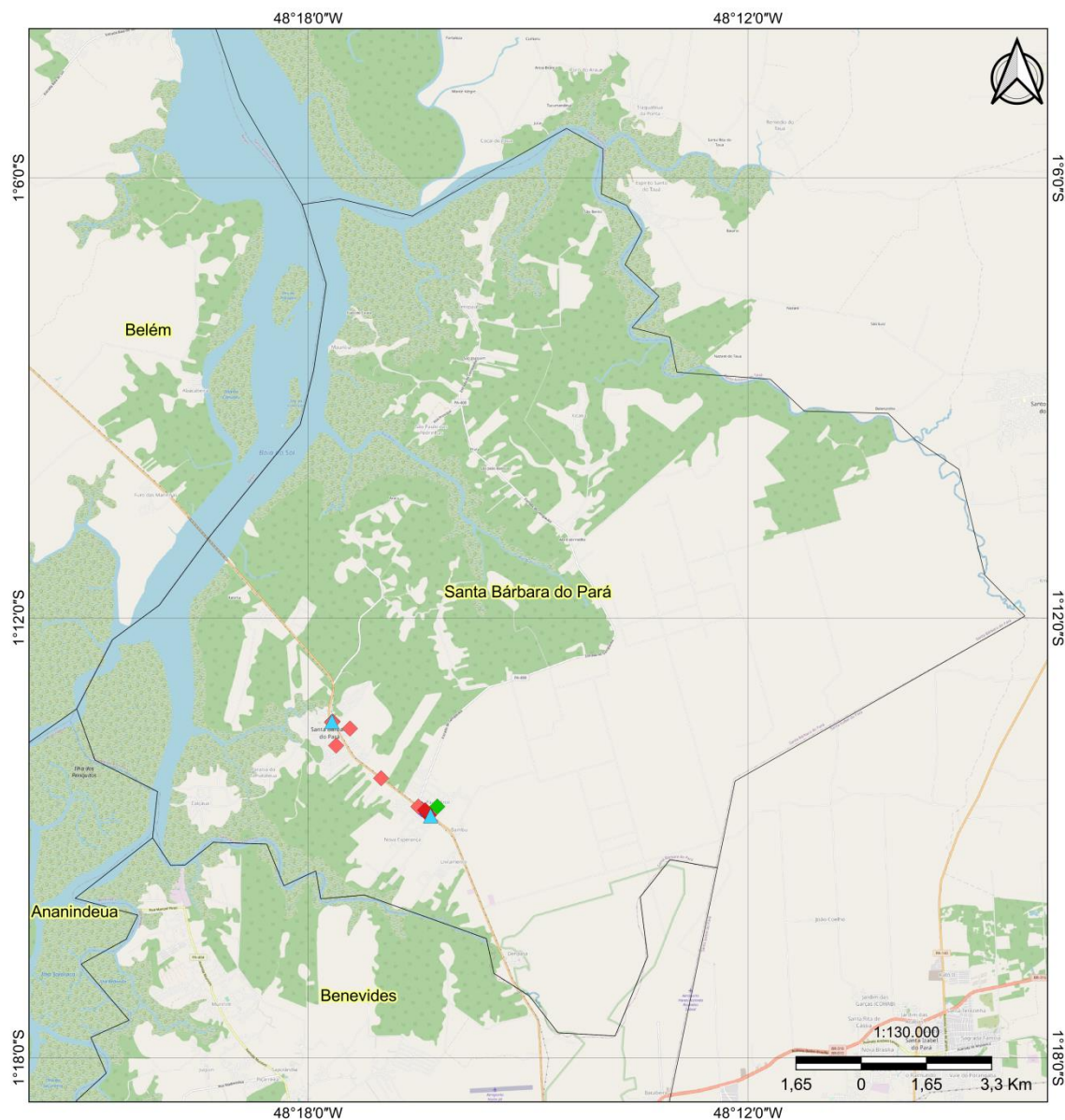
Tendo como base o entendimento da representação das dinâmicas das “novas expressões do trabalho”, no caso do trabalho *uberizado* e suas inseguranças debatidas por autores, buscamos desenvolver diálogos acerca da realidade do trabalho dos motoentregadores de aplicativos. A presença desses trabalhadores se faz por meio dos diversos vetores que, paulatinamente, redimensionam a lógica do capital, nas relações econômicas e nas relações produtivas, no tocante às mudanças do processo produtivo. Como bem aponta Santos (2008a, 2008b, 2006), as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e os rebatimentos que possam trazer à luz as formas de garantir as relações econômicas globais e sua reconfiguração em um novo sentido organizacional global implicam nos sistemas de objetos e ações e nos processos de constituição dos fixos e dos fluxos de forma peremptória.

Partindo desse debate, observamos as possibilidades trazidas e apresentadas pela parte cartográfica apontada sobre o tema *uberização* do trabalho. Tentamos trazer meios de operacionalizar interpretações e entendimentos da atividade de trabalho dos motoentregadores, no contexto das cidades, que representam as múltiplas afeições dadas no contexto das escalas de investigação, dado pelo espaço metropolitano de Belém. Percebemos que as formas de dispersão e vetorização possibilitaram as transformações e ocupações outras no âmbito do território e das remodelações das identidades e de pertencimento no âmbito do espaço metropolitano de Belém.

Nesse ínterim, achamos necessário também registrar os trabalhos e pesquisas dos autores que desenvolveram pesquisas e estudos no contexto brasileiro e amazônico, como Lea Costa (2022), Rodrigues e Rodrigues (2023), Trindade Júnior (1998), Ribeiro (2006), entre outros. Muitos dos estudos desses autores retratam e perfazem o entendimento da relação dos vetores que possibilitam os meios da centralidade urbana, principalmente por também refletirem a necessária abordagem dos fixos e dos fluxos que se interpenetram e possibilitam as formações no espaço urbano.

O entendimento da concepção de que a centralidade que se processa no e pelo espaço urbano tem interfaces, variações e conexões de espaço-tempo, seguindo, portanto, a orientação dos fluxos de pessoas, ideias, mercadorias, capitais etc. No entanto, devemos considerar que, para se expressar determinada centralidade, é necessário que haja uma territorialidade significativa de equipamentos urbanos (Ribeiro, 2006).

Mapa 15 – Cidade de Santa Bárbara do Pará – RMB Eixo Estruturante – Geral.

**Convenções e Legendas**

- ▲ Entregadores
- Referencias
- ◆ Açai
- ◆ Lanchonete
- ◆ Padaria
- ◆ Pizzaria
- ◆ Praça de alimentação
- ◆ Restaurante
- Logradouros
- Bairros
- Limites Municipais

Fonte: Fundação IBGE; Site: ftp://geofftp.ibge.gov.br/malhas_digitais/municipio_2005/; Data: 2 de Dezembro de 2014;

QuickMapServices: Versão 0.19.11.1 - OSM Standard; Data 9 de setembro de 2021.



Datum: SIRGAS 2000

Projeção: Geográfica

Data: Setembro 2021

Mapa elaborado em procedimento metodológico digital, em software livre Quantum GIS - 3.10.9 - A Coruña, por Raimundo Sócrates de Castro Carvalho. Todos os direitos deverão ser reservados, este mapa esta sujeito a alterações ou modificações, agradecemos na comunicação de falhas ou omissões.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Mapa 16 – Cidade de Santa Bárbara do Pará – RMB Localização dos Empreendimentos/Trabalhadores.



Convenções e Legendas

- ▲ Entregadores
- Referencias
- ◆ Açai
- ◆ Lanchonete
- ◆ Padaria
- ◆ Pizzaria
- ◆ Praça de alimentação
- ◆ Restaurante
- Logradouros
- Bairros
- Limites Municipais

Fonte: Fundação IBGE; Site: ftp://geoftp.ibge.gov.br/malhas_digitais/municipio_2005/; Data: 2 de Dezembro de 2014;

QuickMapServices: Versão 0.19.11.1 - OSM Standard; Data 9 de setembro de 2021.



Datum: SIRGAS 2000

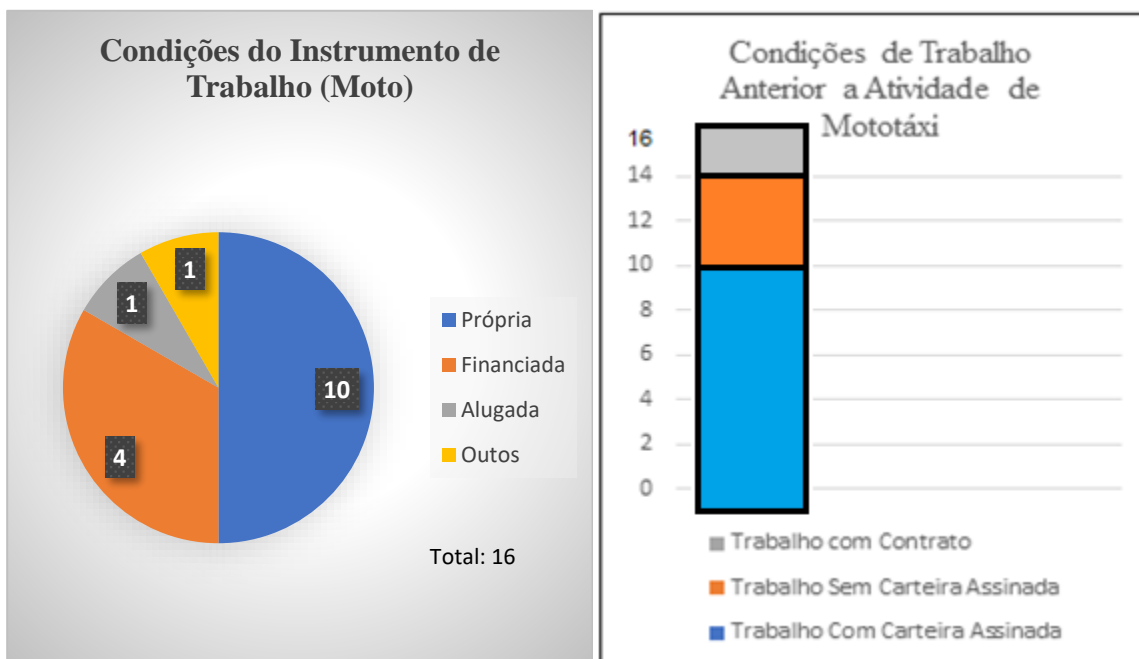
Projeção: Geográfica

Data: Setembro 2021

Mapa elaborado em procedimento metodológico digital, em software livre Quantum GIS - 3.10.9 - A Coruña, por Raimundo Sócrates de Castro Carvalho. Todos os direitos deverão ser reservados, este mapa esta sujeito a alterações ou modificações, agradecemos na comunicação de falhas ou omissões.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Gráfico 4 – Perfil Parcial dos Mototaxistas: Marituba, Santa Bárbara, Benevides e Santa Isabel.



Fonte: Dados da Pesquisa.

No que se refere à condição dos processos territoriais relacionados às cidades de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará, no caso da escolha e perfil dos pesquisados, quando dimensionamos os trabalhadores motoentregadores de aplicativos, nesse caso específico das cidades citadas, não havia a realização desse tipo de trabalho, devido à instabilidade da rede mundial de computadores. Então passamos a escolher de forma aleatória simples, nas vias e eixos estruturantes da cidade.

Destarte as condições mais gerais dos trabalhadores que adentram na atividade ou no mundo do trabalho, percebemos o quão ficam desprotegidos, no segmento de atividades que representam, de certa forma, as expressões e processos de como o trabalho se faz e se refaz mediante os processos espaciais, conforme o critério do ajuste espacial através da reestruturação econômica do capital (Harvey, 2006) e da desregulação e exploração do trabalho (Thomaz Júnior, 2011). Segundo as pesquisas dos autores, esses trabalhadores visam garantir sua reprodução social mediante a atividade de serviços, por meio do transporte que tem como instrumento, a motocicleta.

Sobre a realidade dos entrevistados quanto às informações prestadas à pesquisa, esclarecemos que os nomes que aparecerão do decorrer das falas transcritas fidedignamente, foram apresentadas com nomes fictícios, apesar de exercermos os termos de uso das entrevistas, que foram assinados pelos entrevistados e que estão nos apêndices.

Essas pessoas enfrentam realidades particularizantes, já que parte deles se organiza por meio de Associações de Mototaxistas. No entanto, observamos que a outra parte deles não busca exercer a atividade de forma regularizada. Tal realidade pode ser exemplificada pelas narrativas dos trabalhadores da cidade de Marituba:

Trabalho identificado pela identificação do nosso sindicato, pois traz segurança para quem vem até o ponto ou nos chamam na via pública ou mesmo quando estamos parados em qualquer lugar. É a nossa identificação, mas tem custos (Pedro, 2021).

A gente não consegue trabalhar regularizado porque ainda não tenho carteira, é difícil, pois a gente precisa, mas tem as blitz, o DEMUTRAN, a gente se fala por mensagem quando tem, para não ser parado (João, 2023).

A condição particular das cidades citadas e da atividade de mototáxi nas dinâmicas espaciais nos chama atenção, principalmente no que se refere à questão das estratégias que passam a ser adotadas por tais trabalhadores, como a busca pela regularização para garantir meios de resistência e de reconhecimento no âmbito da legalidade. Nossas observações possibilitaram detectar que parte dos trabalhadores buscam organizações com a criação de associações, até mesmo pelas entrevistas que desenvolvemos com alguns deles.

Principalmente os mais velhos buscam trabalhar regularizado, isso facilita para financiarmos as nossas motos e mesmo trabalhar de forma segura, sem ter risco de multa ou outros acertos, sabe né (Guilherme, 2022).

Por meio dessas organizações, os trabalhadores passam a empreender suas atividades na legalidade, garantindo serviços com maior segurança e garantias aos usuários. Além de lhes possibilitar meios para que possam legitimar alternativas como: financiamentos, taxas bancárias menores e acessíveis, assim como poder solicitar serviços de abrigos, que os protegem da chuva e do sol quando não estão com passageiros e/ou fazendo entregas, a garantir condições melhores, no dia a dia de trabalho, conforme Quadro 2, abaixo.

A elaboração dessa tabela só foi possível pelas entrevistas, o que traduz, de certa maneira, a realização da atividade de trabalho dos trabalhadores na atividade de entrega e mesmo de transporte de passageiros através da organização em associações ou não, além de apontar de forma ponderada os ganhos que esses trabalhadores conseguem auferir no decorrer do mês de sua atividade.

Quadro 2 – Organização / *Delivery* / Renda-RMB.

Organização na Atividade	Total	Atividade <i>Delivery</i>	Total	Renda Média
Associados Oficialmente	10	Exerce Atividade <i>Delivery</i>	06	R\$ 1.200, 00
Associados Não Oficialmente	04	Não Exercem Atividade <i>Delivery</i>	10	
Não Associados	02			

Fonte: Dados da Pesquisa.

Percebemos que outros trabalhadores desse segmento vivenciam a mesma atividade sem fazerem parte organização formal. Acabam sendo constituídos apenas por identificação de grupo, pela padronização de uniformes que são confeccionados por eles mesmos. Ainda há os que trabalham na atividade sem qualquer identificação. Nesse caso, observamos que a atividade era exercida sem qualquer controle, pois alguns não possuem habilitação; as motos não têm placas, não pagam licenciamentos; ou seja, trabalham em condições ainda mais precárias. Ouvimos relatos desses trabalhadores, pois, muitas vezes, suas motos são apreendidas, multadas pelos sistemas de vigilância regular de trânsito. Sobre isso, o entrevistado João afirma:

A nossa situação não é muito boa, pois o dinheiro não é muito e tudo e muito carro, a gente não têm apoio de nem um órgão, de nada. Daí a dificuldade de comprar moto nova, tirar a carteira, tudo! É muita batalha! (João, 2023).

As condições mais específicas, dadas pela realidade percebida nos momentos de pesquisa, vinculam-se às observações da atividade irregular ou não associada desses trabalhadores (mototáxi), na cidade de Marituba, na Av. João Paulo II. Observamos que um grupo de mototáxi que desenvolvia suas atividades em abrigo precário obteve uma pequena reforma no espaço de trabalho, a partir da contrapartida de comerciantes e empresários locais. Tais comerciantes reformaram o abrigo com o pressuposto de que esses trabalhadores contribuem com as atividades comerciais locais. Isso porque os pedidos solicitados (comerciantes e empresários locais) eram repassados aos mototáxis, cadastrados no referido abrigo, para fazerem as entregas; situação que pode ser percebida pelo registro fotográfico abaixo.

Figura 13 – Antes e depois da reforma.

a) Antes da reforma



b) Depois da reforma



Fonte: Dados da pesquisa.

Podemos observar o registro fotográfico (a) que demonstra um abrigo e local de trabalho irregular, em meio ao passeio público, que serve de proteção a esse segmento vulnerável de trabalhadores. Já o registro (b) aponta o mesmo espaço após “reforma” realizada com apoio dos comerciantes locais, o que possibilitou a reforma do telhado. No caso dos registros fotográficos, entendemos dois momentos que estabelecem as relações de trabalho precário desenvolvido pelos trabalhadores do local, ou seja, dos que estão cadastrados nesse ponto e que são acionados pelas redes individuais de cada um e pelos que desenvolvem atividades de entregadores dos demais comércios e/ou comerciantes próximos, que também exercem as relações de exploração do trabalho desregulamentado. Para Antunes (2018), a explosão do desemprego, da precarização, da informalidade e do trabalho é cada vez mais intermitente.

5.4 Práticas espaciais e trabalho *uberizado* no espaço metropolitano de Belém

As metamorfoses no espaço metropolitano de Belém, nas duas primeiras décadas do século XXI, constituem resultado e condição das determinações inerentes à racionalidade instrumental capitalista ultraneoliberal, que imprime e exterioriza expressões nas novas configurações territoriais do centro, da centralidade urbana e dos usos dos territórios do trabalho na metrópole, que respondem às diversas tramas sociais, que simultaneamente expressam a face mais cruel do modo de produção e reprodução capitalista. Realidade percebida pelas formas do trabalho desregulamentado, fragilizado pela presença ampliada de veículos de aplicativos imersos no trânsito; no aumento do número de acidentes de trânsito envolvendo motoentregadores, dentre outros problemas que de certa maneira são expressões e particularidades das afeições do estado neoliberal e sua particularidade barbarizadora.

A realidade que é interposta às realizações e de reprodução do trabalho segue as afeições obnubiladas de suas realizações e/ou desrealizações. Elas passam a ser verificadas através dos processos espaciais e das dinâmicas mais cruéis realizadas pelo neoliberalismo. As dinâmicas da radicalização atentam contra o direito e a legislação das garantias ao trabalho digno e menos explorado, pois os processos urbanos possuem suas dinâmicas excludentes do existir do trabalho e realizações da vida e do trabalho no contexto do território da metrópole.

No caso do espaço metropolitano de Belém, os impactos produzidos para o trabalho, em uma conjuntura paralisante para a classe trabalhadora, dão-nos pistas para procedermos. Entender as dinâmicas e realizações dos processos e transformações dados no espaço, por meio das realizações sociais e econômicas, que paulatinamente são realizadas no espaço, podem ou não obedecer às primeiras realizações “organizadas” do capital e da sua lógica de lucratividade. No caso das linhas e traços sobre essas dinâmicas e transformações do espaço, não foi a pretensão do debate em questão, não pretendemos trazer debater acerca da estrutura urbana.

Nesse caso, achamos pertinente antever o uso da expressão “eixo estruturante”, no sentido de buscar refletir as ações específicas das realizações das novas formas de se “fazer do trabalho” no espaço metropolitano (motoentregadores), por vezes apresentando eixos estruturantes que serão marcadamente percebidos por meio das representações cartográficas temáticas. Faz-nos mais sentido a passagem da ideia de que essa organização/desorganização da cidade contém a dinâmica do próprio processo social que a determina, sendo a estrutura, em cada corte do tempo do processo de estruturação, também determinante dos momentos seguintes do processo (Sposito, 2001).

Faz-se necessário, portanto, trazeremos certa luz ao nosso debate, a questão da estrutura urbana, para compreendermos as transformações das novas formas e metamorfoses do trabalho, que estão presentes no desenvolvimento dos desdobramentos e descentralizações das relações de prestação da rede de serviço e das formas de trabalho nas cidades que exercem a composição do espaço metropolitano de Belém, já que as cidades se estruturaram pelo eixo estruturante anteriormente conhecido pela EFB e hoje se constituem pela Rodovia BR-316. O entendimento do conceito de estruturação e dos debates que podem ser travados que possibilitam as interlocuções de conceitos importantes para o entendimento dos processos de trabalho e das dimensões que estão postas em suas novas expressões necessitam ser aludidas através do entendimento dos conceitos de centro e centralidades, a partir das elucidações de Sposito (1991).

Ressaltamos que as diagnoses e interpretações que apontam o interesse direto do capital e de sua lucratividade expressam os seus interesses e suas orientações, a fim de garantir modas

estruturantes de acordo com seu interesse (Castells, 1972)⁴⁴. Nesse sentido, a cidade passa a representar as faces do interesse do capital, já que passará a ser o lugar tanto da produção quanto do consumo; e os espaços serão consumidos tanto para a produção de bens e serviços, como para a reprodução da força de trabalho, a circulação, assim permitindo que as trocas se realizem. Realidade que bem pode expressar as realizações do trabalho *uberizado* na composição do espaço metropolitano de Belém.

Podemos apontar algumas características que também são relevantes para entendermos as transformações que passam a ser verificadas nas configurações e processos de transformação do espaço, no sentido da complexificação dos atos das relações, das identidades, do trabalho no lugar. Isso porque as percepções da tríade da observação são dadas dialeticamente, verificadas por meio das configurações do conceito de espaço, absoluto, relativo e relacional tratados por Harvey (2012), principalmente se buscarmos antever as transformações e as identidades que passam a ser dadas pelos desdobramentos das relações do centro, provocando (re)socializações e (re)espacializações. Exerce-se, assim, outras configurações de centralidades, no âmbito relacional, lugar de que não podemos deixar de citar as relações sociais e de trabalho, que diretamente aguçam as formas e estruturas dos processos urbanos.

O efeito será o encerramento de futuras possibilidades e interpretações. Tal fechamento tenderá a estreitar a potência geradora que permitiria construir um futuro diferente [...]. A memória coletiva, um difuso, mas poderoso sentido que tanto permeia uma cena urbana, pode desempenhar um papel significativo na animação dos movimentos políticos e sociais (Harvey, 2012, p. 26).

Mediante as formações moldadas no espaço, a configuração dos processos legitima as relações de produção e consumo, dando sentido aos princípios do capital e das suas formas de rentabilidade, lucratividades e de desenvolvimento da cidade. Ao mesmo tempo que as relações que constituem a ação e realizações de tudo o que é produzido e das redes de serviço se realizam nas relações das trocas da produção e da reprodução dos trabalhadores; representam as relações desiguais que irão traduzir as ocupações, a segregação, a exclusão e a desrealização do trabalho, imersos pelo desemprego e por formas precárias de trabalho, por ocupações e habitações precárias, falta de equipamentos públicos adequados, rede de transporte – realidade que não deixa de permitir que as trocas se realizem (trocas desiguais).

⁴⁴ Em *A questão Urbana*, Castells (1972, p. 147-147) busca estabelecer as dimensões, entendimentos e reflexões importantes acerca do princípio e do papel da formação da estrutura urbana, seu caráter antecedente, assim como as dinâmicas dos processos que estão no entorno que passam a promover as transformações dos processos urbanos: “O espaço é estruturado, quer dizer ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social”.

Assim, acreditamos que as dinâmicas e processos de trabalho imprimem e sofrem a ação do crescimento e desenvolvimento das cidades e dos processos urbanos, o que também provoca o esgarçamento dos territórios e da presença dos novos processos de trabalho. É o caso do trabalho do motoentregador, que reflete as interposições das transformações das tecnologias, da comunicação e informação. Para Lefebvre (1983, p. 46): “[...] na maioria dos casos, o centro urbano implica e propõe concentração de tudo o que se dá no mundo, na natureza e nos cosmos: produtos da terra, produtos industriais, obras humanas, objetos e instrumentos, atos e situações, signos e símbolos”.

As relações de desenvolvimento das ações e seus desdobramentos possibilitam espaços urbanos criados por meio da continuidade das formações dos processos e eixos que estruturam o centro. Automaticamente, pela própria ação dos processos e desenvolvimento urbano, alocam determinações de centralidades, que originam outras ações e o próprio espaço relacional, perfazendo identidades e novas expressões territoriais de trabalho, redimensionando as redes e setores de serviços (Harvey, 2012).

Nesse caso, podemos dizer que as dinâmicas e interesses perfizeram as especializações necessárias ao lugar, deixando-o sob a ótica das identidades e do encontro-concentração que é o centro. Entretanto, devemos entender que as ações-expressão ao centro também acompanham as afeições mais complexas que passam a ser realizadas no espaço e em seus processos de ocupação, que, de forma incessante, criam e recriam, constroem e desconstroem realizações da amplitude urbana das cidades, rebatem no seu crescimento e simultaneamente alargam o território, de forma frenética.

De forma concentrada, tais relações (capital x trabalho) atendem às necessidades de produção do capital e de reprodução da força de trabalho. Os diversos espaços do uso do território (comércio, lazer, moradia e trabalho), ou seja, uma cidade, em que a circulação e as trocas das mercadorias e do dinheiro vão se realizar rapidamente, um lugar de estímulo ao próprio consumo de bens e serviços (Castells, 1972). Denominamos esse processo como desdobramento da área central e o diferenciamos do processo de expansão desta área, ou da emergência de subcentros (Sposito, 1991, p. 4).

Aparentemente, os shoppings poderiam ser identificados como “herdeiros” dos hipermercados, até porque é frequentemente a associação locacional das duas modalidades comerciais. Contudo, quando observamos quais as atividades que se desenvolvem num shopping, constatamos que apesar dos hipermercados, ele se constitui uma reprodução, em nova localização, de atividades que tradicionalmente ocupavam o centro principal e/ou outros eixos comerciais no interior da cidade. Tais atividades são, principalmente, comerciais e de serviços (estes ligados ao lazer como

cinemas, restaurantes, lanchonetes, e eventualmente serviços bancários) (Sposito, 1991, p. 4).

Essa realidade que Thomaz Júnior discute leva-nos à compreensão da dinâmica territorial das novas formas de trabalho, em um contexto de exploração ampliada, como requisito da valorização do capital na atualidade. Verificamos que esses trabalhadores desenvolvem dinâmicas de atividades no âmbito territorial das cidades que compõem o espaço metropolitano, pois, de forma diferenciada, as suas atuações são exercidas nos diversos bairros dessas cidades e dos referidos espaços que configuram o presente estudo.

Tendo como base o desenvolvimento urbano das cidades que exercem a composição do espaço metropolitano de Belém, ao longo do eixo (BR-316), a relação espaço-tempo segue determinações e configurações específicas, sob a égide da percepção da realidade como totalidade e movimento. O desenvolvimento dos processos espaciais, dados e percebidos pelas diversas ações e vetores, paulatinamente expressam as relações de centro e centralidades dados e possibilitados pelas formas de concentração e descontração das relações sociais e econômicas e do próprio processo de ampliação desses territórios, e podem, de forma peremptória, serem aludidos pelas verificações e estudos de Trindade Júnior (1998, 2001).

Os estudos mais contextualizados que discutem as relações desiguais das formações espaciais que não têm legitimado os direitos difusos através das morfologias espaciais, haja vista, que estão sendo negados através da exclusão, segregação e periferização das relações ampliadas da territorialização do trabalho e das formas desiguais do habitar e do morar, são de Rodrigues (2020, 2021, 2022) e Costa (2022).

As relações possibilitadas pelo desdobramento e das formas urbanas que se constituem através das formações espaciais no tempo – que, a nosso ver, estão em eterno processo de poli(multi)centralidades – podem ser verificados nos estudos dos processos urbanos e das cidades em Lefebvre (1983). Para ele, a ampliação dos espaços e seus desdobramentos, as formas de centralidade interpõem dialeticamente as dinâmicas de centralidade. O que nos faz entender que a metropolização é o processo de complexificação das ações e objetos, que se fazem e se entrecruzam, possibilitando as formas espaciais urbanas de crescimento das cidades, sua constituição como centro e centralidade, resguardando suas especificidades em tais formações espaciais na formação do espaço metropolitano, como é o caso de Belém; isto é, de uma área composta por vários municípios que congregam, de certa maneira, dinâmicas profícuas e interligadas na relação e processos espaço-territorial-trabalho.

Tais características de composição e desdobramento das questões que possibilitaram os processos espaciais urbanos nos apontam as relações das dinâmicas e processos territoriais da

dimensão do trabalho, sejam eles nos espaços que passam a concentrar e centralizar as atividades comerciais e de necessidades e demandas dos demais setores produtivos que estão intrinsecamente orbitando os espaços centrais, por meio dos espaços de compra, venda, moradia ou lazer. As realidades do uso dos espaços e das dinâmicas territoriais podem ser denotadas em Costa (2022) e Rodrigues (2021, 2022 2023), acerca do morar e habitar na dimensão metropolitana, possibilitadas pelo entendimento das dinâmicas percebidas pela relação de centro e centralidade, no fazer dos espaços do trabalho e das suas novas morfologias.

Esses processos nos quais os espaços e suas centralidades abrigam as ações do trabalho *uberizado*, verificadas através dessas novas formas de organização dos espaços urbanos, possibilitam entendimentos das formações espaciais urbanas, trazidas por Costa e Rodrigues, acerca da questão das cidades, do morar e habitar, pois criam as necessidades e a inserção das questões do trabalho *uberizado* por meio da atividade de trabalho *delivery* (apps) no espaço metropolitano de Belém. No caso da cidade de Belém, conforme estratos de escala verificados nesta investigação, podemos perceber, no que concerne ao comércio de serviços *delivery*, que os espaços de maior rotatividade e circulação dos motoentregadores se perfazem por meio dos logradouros e bairros verificados nos mapas.

No caso da figura 31, podemos identificar a localização dos principais eixos estruturantes e os estabelecimentos que apresentam a condição de centro e emanam centralidades no contexto espacial da cidade de Belém; expressão e representação do trabalho *uberizado* que segue existindo no contexto do desenvolvimento da própria lógica das ações relacionais, segundo Harvey (2012), quanto à sua necessidade “os trabalhadores *delivery*”. O referido mapa apresenta espaços e empreendimentos que imprimem no espaço a ação dos motoentregadores.

Mapa 17 – Cidade de Belém – BEM Eixo Estruturante – Geral.



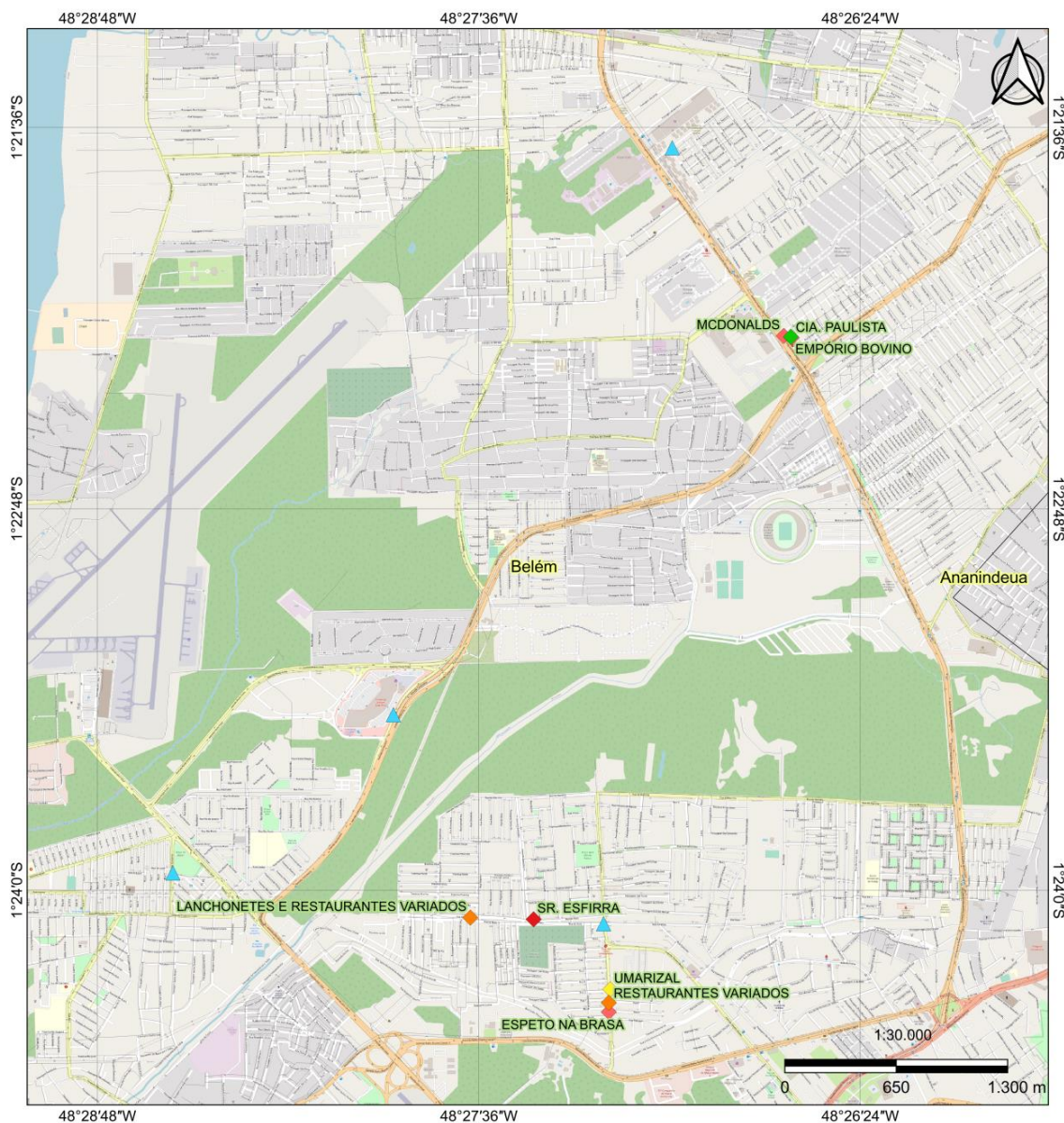
<p>Convenções e Legendas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▲ Entregadores <p>Referências</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Açai ◆ Lanchonete ◆ Padaria ◆ Pizzaria ◆ Praça de alimentação ◆ Restaurante — Logradouros □ Bairros □ Limites Municipais 	<p>Fonte: Fundação IBGE; Site: ftp://geoftp.ibge.gov.br/malhas_digitais/municipio_2005/; Data: 2 de Dezembro de 2014;</p> <p>QuickMapServices: Versão 0.19.11.1 - OSM Standard; Data 9 de setembro de 2021.</p>	
<p>Datum: SIRGAS 2000 Projeção: Geográfica Data: Setembro 2021</p>		
<p>Mapa elaborado em procedimento metodológico digital, em software livre Quantum GIS - 3.10.9 - A Coruña, por Raimundo Sócrates de Castro Carvalho. Todos os direitos deverão ser reservados, este mapa esta sujeito a alterações ou modificações, agradecemos na comunicação de falhas ou omissões.</p>		

Fonte: Elaboração própria (2021).

No caso da representação cartográfica dada pelo mapa acima, podemos observar os eixos estruturantes que dimensionaram as relações de crescimento e de desdobramento das ações e processos urbanos que ressignificaram os termos e condições espaciais. Isso foi possível não só pelas obras e equipamentos públicos, mas também pela presença de diversos empreendimentos que vão da moradia aos centros e espaços de compras das redes supermercadistas, como a presença dos *shoppings*, redes de *fast-food* e demais tramas dadas pelas redes de serviço.

As relações que circundam os espaços da cidade podem também apontar sugestões que são anotadas e percebidas pelos estudos de Corrêa (1995), no que se refere a uma determinada área, normalmente situada e elevada à condição de centro, quando ocorre a existência de algum fator indutor que fomente esse processo e, assim, traduza tal necessidade.

Mapa 18 - Localização de estabelecimentos que atuam com vendas em *delivery* no espaço de Belém



<p>Convenções e Legendas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▲ Entregadores <p>Referencias</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Açai ◆ Lanchonete ◆ Padaria ◆ Pizzaria ◆ Praça de alimentação ◆ Restaurante — Logradouros □ Bairros □ Limites Municipais 	<p>Fonte: Fundação IBGE; Site: ftp://geofftp.ibge.gov.br/malhas_digitais/municipio_2005/; Data: 2 de Dezembro de 2014;</p> <p>QuickMapServices: Versão 0.19.11.1 - OSM Standard; Data 9 de setembro de 2021.</p>	
<p>Datum: SIRGAS 2000</p>	<p>Projeção: Geográfica</p>	<p>Data: Setembro 2021</p>
<p>Mapa elaborado em procedimento metodológico digital, em software livre Quantum GIS - 3.10.9 - A Coruña, por Raimundo Sócrates de Castro Carvalho. Todos os direitos deverão ser reservados, este mapa esta sujeito a alterações ou modificações, agradecemos na comunicação de falhas ou omissões.</p>		

Fonte: Elaboração própria (2021)

As verificações denotadas nos mapas localizam os bairros de verificação: Nazaré, Umarizal, Marco e Marambaia. Sendo que eles não seguiram qualquer aleatoriedade no estudo, pois a pesquisa ora proposta contou, no ato de desenvolvimento, com momentos de observação na dinâmica da circulação desses trabalhadores, ao longo de intervalo de tempo percebido e apontado pelo cronograma da pesquisa. Trata-se de atos de observação na dinâmica dos próprios motoentregadores nas cidades que compõem o espaço metropolitano. Para que pudéssemos delimitar os melhores espaços de encontros e concentração desses trabalhadores, em outros momentos do estudo proposto, viabilizamos a coleta de dados por meio da aplicação dos formulários no âmbito secundário da investigação.

Chegamos à compreensão de que os bairros por si sós, na lógica da dinâmica do desenvolvimento urbano, das afeições de gentrificação e produção do espaço, fazem-se e perfazem-se na condição de criação dos seus próprios centros, em que o processo de produção do espaço exteriorizado reflete os ordenamentos da lógica impetrada pelo capital. Isso no sentido da sua própria reprodução e valorização, ou seja, na criação dos fixos e fluxos, quando os indivíduos se agrupam e desenvolvem-se, por meio do conceito de gentrificação. O que pode ser verificado pelos processos de transformação urbana que “expulsam” moradores de bairros periféricos e transformam essas localidades, em áreas nobres de autosegregação.

A especulação imobiliária, o aumento do turismo, as obras públicas e a criação de equipamentos públicos são responsáveis pelas alterações e fenômenos nas cidades, que estão vinculados aos interesses do capital e de seu processo de exploração, constituindo, assim, morfologias urbanas com perfil desigual. Realidade necessária para percebermos que o trabalho determina tais configurações e que esses ciclos contam eminentemente por trabalhadores do turismo, operários da construção civil, trabalhadores do setor de serviços (motoentregadores), empresários, funcionários públicos etc.

Mediante o debate realizado no início desta pesquisa acerca do trabalho como categoria fundante do ser social, tentamos refletir sobre as questões do trabalho também como mediador das determinações e processos históricos sociais que metabolizaram as ações e desenvolvimento metabólico das condições e necessidades humanas (Lessa, 1997, Lukács, 1981; Marx, 1986). E que, portanto, as formas e processos de trabalho compreendem e realizam nas formações do espaço urbano que é produzido socialmente e, como tal, é resultante das relações sociais de produção (Lefebvre, 2008).

Achamos pertinente a necessidade de percebermos que a formação do centro se constitui na dimensão das necessidades objetivas, mesmo ela sendo personificada e drenada pelos interesses de exploração, pilhagens, exclusão e segregação do capital. Esses são principia-

postos no contexto dos debates, logo, fruto do trabalho social irradiado e pilhado ao longo dos processos historicamente exercidos no tempo, que possibilitam a sua materialidade nas expressões de formas e conteúdos dados pela dimensão do espaço geográfico, uma vez que há enorme soma de trabalho acumulado nos centros. No caso, as ações que possibilitaram as dinâmicas de trabalho dos motoentregadores, das transformações do mundo do trabalho e dos processos dados pela transformação do meio técnico-científico-informacional, possibilitando os processos de urbanização, as relações sociais percebidas no espaço e as dinâmicas nos processos espaciais. Os processos de trabalho também gestam as transformações escalares, os esgarçamentos territoriais e espaciais, no contexto de crescimento das cidades, das relações de centro e centralidade, possibilitadas principalmente pela evolução perante as etapas do meio natural e do meio técnico (Santos, 2006).

As necessidades objetivas postas pelas várias expressões do fazer humano, segundo a percepção de Santos, o desenvolvimento das cidades, através do espaço urbano, leva-nos à compreensão do centro como um espaço socialmente produzido pelo fazer e necessidades humanas e, portanto, resultante das relações sociais de produção. Nesse caso, podemos ir ao encontro da percepção de Corrêa (1995), que considera o centro simultaneamente produto e condicionante das relações sociais. Realidade que pode ser traduzida a partir de das considerações de Soja (1993):

A urbanização era uma metáfora resumida da espacialização da modernidade e do “planejamento” estratégico da vida cotidiana, que haviam permitido ao capitalismo sobreviver, reproduzir com êxito suas relações essenciais de produção.[...] O que distinguia o gratuito véus espacial do capitalismo das espacialidades de outros modos de produção eram sua produção e reprodução peculiares de um desenvolvimento geograficamente desigual, através de tendências simultâneas para a homogeneização, a fragmentação e a hierarquização (Soja, 1993, p. 65).

No caso das representações cartográficas que propomos e que estão demonstradas através dos mapas apresentados anteriormente, as transformações e desdobramentos das ações mais complexas dadas e possibilitadas pelas relações sociais e produtivas, visto que o objeto *shopping center*, por exemplo, quando uma vez instalado, potencializa multi(poli)centralidades que passam a modificar a organização das vias urbanas, das vias de transporte; dimensiona e complexifica eixos urbanos e mesmo o padrão de valorização das áreas dentro do tecido urbano, o que tende a se tornar elemento importante na reprodução das relações sociais na cidade.

Essas transformações espaciais das cidades e dos processos constituintes do urbano permitiram as expressões do trabalho *uberizado* dos motoentregadores no espaço metropolitano de Belém, como forma e caminho que se estabelecem mutuamente pelas realizações do capital

e das determinações realizadas no espaço pelos processos de trabalho, assim como das dinâmicas do trabalho explorado e precarizado, o que percebemos nos estudos de Ricardo Antunes, Geovane Alves, Roberto Lobato Corrêa, Marcelo Lopes de Souza e Antônio Thomaz Júnior .

Inúmeros são os debates sobre os processos de realização do trabalho *uberizado* dos motoentregadores como desdobramento das forças sinérgicas de produção e reprodução do capital, dadas pelas novas formas apregoadas ao trabalho, realizados no âmbito das cidades e das transformações socioespaciais exercidas por centralidades. Condição de reprodução social do trabalho que se dá pelas expressões mais imediatas no setor de serviço e da produção do trabalho diferenciada nos tempos de realização ou desrealização do trabalho, em casa ou fora de casa (*home office* e/ou *home work*). As formas e processos espaciais na atualidade, dados e demandados pela lógica da exploração do trabalho, nos espaços de realização da vida, no lugar, nos centros (centralidades), através dos trabalhos em tempos diferenciados da dinâmica da vida urbana, fazem-se presentes no contexto do espaço metropolitano de Belém.

A pesquisa se concentrou nessas avenidas porque nossas observações exercidas empiricamente, principalmente pelos ciclos da atividade *delivery* estarem próximos das principais redes *fast-food*, possibilitaram-nos apreender que os maiores fluxos e aglomerações desses trabalhadores se constituíam nesses espaços. Realidade que possibilitou elegermos as referidas avenidas como escala fulcral das verificações do nosso estudo, a partir das dinâmicas dos fixos e fluxos e seus rebatimentos no território usado e praticado.

São lugares onde as atividades de trabalho se perfazem e imprimem as tendências de exploração e de precariedade dos trabalhadores, na condição de realização das expressões do trabalho através da percepção do território usado, percebido, na cidade de Belém, como bem abordam Santos (2009) e Ribeiro (2005); e que nos possibilitam refletir nosso objeto de estudo, tendo como base as interfaces nos estudos de Antunes (2018) e Alves (2006).

5.4.1 Deliveryzação e práticas espaciais dos trabalhadores na escala metropolitana de Belém

No processo de operacionalização dos instrumentos metodológicos utilizados ao longo da verificação empírica, realizamos entrevistas e aplicação de formulários, aplicados a 50 investigados, sendo que desse universo, trinta (30) formulários foram aplicados em Belém e vinte (20) na cidade de Ananindeua, onde há o foco de trabalhadores motoentregadores, no

contexto das afeições e processos espaciais que possibilitam dialeticamente práticas espaciais dessa realidade de trabalho e a produção desigual da realidade espacial.

Esses trabalhadores passam a se reproduzir imersos nas relações desiguais que são denotadas no espaço, por meio dos interesses e determinações da relação de exploração do trabalho pelas dinâmicas do capital, assim como das reverberações dessas desigualdades nas dinâmicas de configuração dos espaços, no contexto das cidades e do urbano. Tais verificações foram apresentadas nas etapas da metodologia constituída na elaboração da tese.

Os instrumentos de verificação dessa investigação possibilitaram uma aproximação da realidade não só das condições espaciais do trabalho dos entregadores de apps, como também das condições dos ganhos exercidos, dos riscos da atividade, dos acessos aos demais espaços e lugares, das dinâmicas da produção e reprodução da própria vida desses trabalhadores. Buscamos realizar essas entrevistas e aplicação de formulários tendo como base as narrativas dos trabalhadores no contexto dos fixos (centros de vendas e distribuição) e fluxos (centralidades do movimento de entrega dos referidos trabalhadores de *delivery*).

As expressões da realização das demandas dos setores e vetores que estão inseridos nas dinâmicas das relações sociais e dos processos espaciais da configuração dos espaços geográficos, dados pelas dinâmicas econômicas, pelas políticas na esfera do Estado, possibilitaram a compreensão das formas de trabalho no contexto da *uberização* e mesmo das dinâmicas de centralidade.

No caso da Figura 14, podemos perceber que há uma realização de conectividade que resguarda as condições de espaço e das relações dos vetores de distensão e de desdobramento de urbanização discutido por Costa (2022) e Rodrigues (2022, 2023). Buscamos entender e refletir sobre os processos do trabalho e do urbano, a partir da percepção com as incursões aos estudos de Corrêa (1995), Carlos (1994) e Antunes (2018), que consideram as relações de trabalho e das transformações do urbano encontram interfaces através dos eixos que, de alguma maneira, ainda se articulam em tempos das relações obnubiladas do trabalho dos motoentregadores, no contexto da formação do espaço metropolitano de Belém. O registro fotográfico permite identificar um momento da prática espacial cotidiana do entregador.

Figura 14 – Dinâmica de entregas – Apps.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Percebemos que os motoentregadores podem “guardar a *bag*”, que são parte do seu instrumento de trabalho, pois é nela que eles acondicionam os pedidos para fazer a entrega. Alguns trabalhadores procuram deixar as *bag's*, ao final da jornada de trabalho, em algum desses espaços, com a certeza de que irão retornar para fazer entregas extras do mesmo restaurante. Caso tenha pedidos fora das plataformas, muitas vezes não são remunerados e, quando o são, o pagamento é menor que o valor pago na plataforma. Realidade que representa bem a dinâmica da rede abusiva e de exploração a que esse trabalhador está vinculado.

A realidade traduzida para além do que se vê na foto processa-se por alguns desses trabalhadores ao retornarem para suas casas, localizadas geralmente em espaços distantes dos centros e dinâmicas de serviços *fast-food* da cidade e do espaço metropolitano; representam o uso explorado e a exclusão dos territórios de vida e de lugar desses trabalhadores, já moram em territórios que estão longe das dinâmicas das centralidades onde se fazem sua reprodução social. As atividades de viver e morar se faz longe desses centros e com poucos instrumentos e equipamentos públicos. Fato que os deixa à mercê de sofrerem roubos e furtos. Então preferem deixar a *bag* em algum local para ser guardada. Realidade que fica aludida na fala do Ninja (10/11/2022):

propostas que tentam viabilizar valores dos proventos estipulados de corrida dos trabalhadores, que foi recusada pelas organizações classistas⁴⁵, pois, segundo as informações da Uol:

Os Porta-vozes das empresas líderes de mercado, como 99, Amazon, iFood, Uber, a Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec) divulgou um documento no início da tarde afirmando que não apresentaria uma nova proposta de remuneração mínima para o segmento de *delivery*. Duas semanas atrás, a entidade havia sinalizado com um piso de R\$ 12 para motos, R\$ 10,86 para carros e R\$ 6,53 para bicicletas, por "hora efetivamente trabalhada". Ou seja, para garantir R\$ 12, um motoboy precisaria acumular 60 minutos em viagens.

Imersos nessa despossessão do trabalho dos motoentregadores, esses trabalhadores buscam, por meio de suas organizações e controle, meios de legitimarem mediações, por mais que saibamos que, segundo os debates de Antunes (2018) e Dardot e Laval (2016), existem meios e formas do descontrole impetrado no âmbito das ações e determinações do viés de exploração e despossessão dos trabalhadores, mediante a lógica neoliberal. Realidade que permite as práticas desprotegidas do trabalho desse segmento, assim como sua realização nas dinâmicas e práticas espaciais exercidas de forma desigual entre esses trabalhadores e as plataformas.

Figura 16 – Paralisação dos motoentregadores em Belém.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

⁴⁵ Paralisação dos moto-entregadores na Avenida Almirantes Barroso com a Travessa Lomas Valentina, onde alguns sindicatos e entidades de representação dos trabalhadores podem ser observadas através do SINDMOBI – Sindicato dos Prestadores de Serviços Por Meio de Apps, do Rio de Janeiro; da AMASP – Associação de Motoristas de Aplicativos de São Paulo e do SINDTAPP – Sindicato de Motoristas de Aplicativo do Estado do Pará.

Figura 17 – Rotina de trabalho dos motoentregadores.



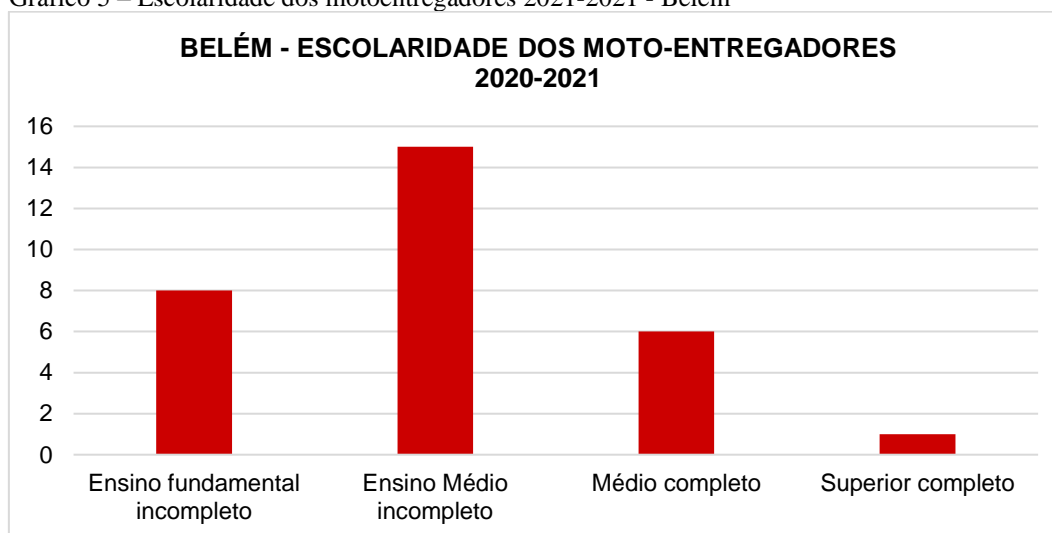
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Por meio Figura 17, percebemos a dinâmica da viabilidade das condições dos instrumentos de trabalho; motocicletas e bicicletas são os veículos que possibilitam a realização do trabalho desse segmento no contexto das cidades, dos territórios e de suas expressões de uso. Frequentemente os trabalhadores vivenciam essa realidade de problemas com seu instrumento de trabalho, em relação à manutenção e uso desses equipamentos, já que o ganho traduzido na atividade em si não tem garantido as rotinas dos cuidados necessários para o trabalho diário. Posteriormente, apresentaremos informações sobre os ganhos totais obtidos pelos trabalhadores, as condições do trânsito, da realidade, da falta de estruturas e garantias dos equipamentos urbanos que possibilitem condições dignas e necessárias aos processos e direito à cidade (Rodrigues, 2022).

No caso da cidade de Belém, os dados mais gerais que identificamos nas entrevistas e formulários buscaram apreender a respeito dos investigados que estão inseridos na modalidade de trabalho plataformizado, presentes na pesquisa ao longo das 35 questões do formulário (perguntas abertas e fechadas), assim como das 8 questões do roteiro de entrevista. Os Gráficos 4 e 5 mostram o perfil de formação educacional dos trabalhadores *uberizados* na escala metropolitana (Belém e Ananindeua), mediante o universo pesquisado. Observamos as desigualdades e as faltas de oportunidade da maior parte dos trabalhadores pesquisados, ao mesmo tempo que refletimos sobre as contradições que se realizam nas condições e possibilidades de reprodução dos trabalhadores, imersos nas desigualdades socioespaciais. Os grupos representados pelas grandes corporações dos aplicativos são vítimas da desrealização da vida e das desigualdades.

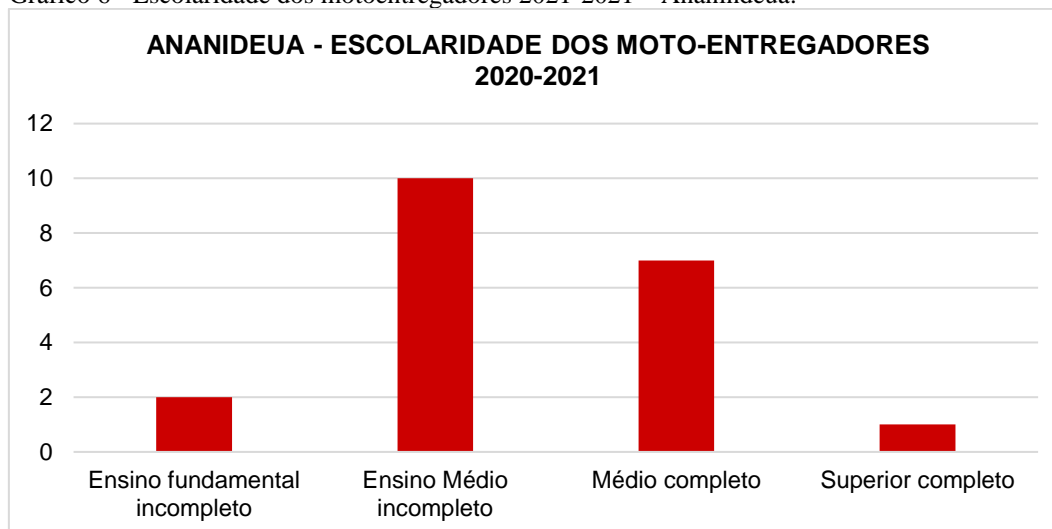
Foi possível constatar e perceber que, na cidade de Belém, onde investigamos cerca de trinta (30) trabalhadores, motoentregadores, por meio dos formulários, detectamos que 29 desse universo pesquisado tinham cursado o ensino fundamental e/ou médio, o que nos leva à indagação da contradição e da falta de oportunidade permitidas pelas expressões das desigualdades que são plasmadas nas contradições e práticas espaciais.

Gráfico 5 – Escolaridade dos motoentregadores 2021-2021 - Belém



Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 6 - Escolaridade dos motoentregadores 2021-2021 – Ananindeua.



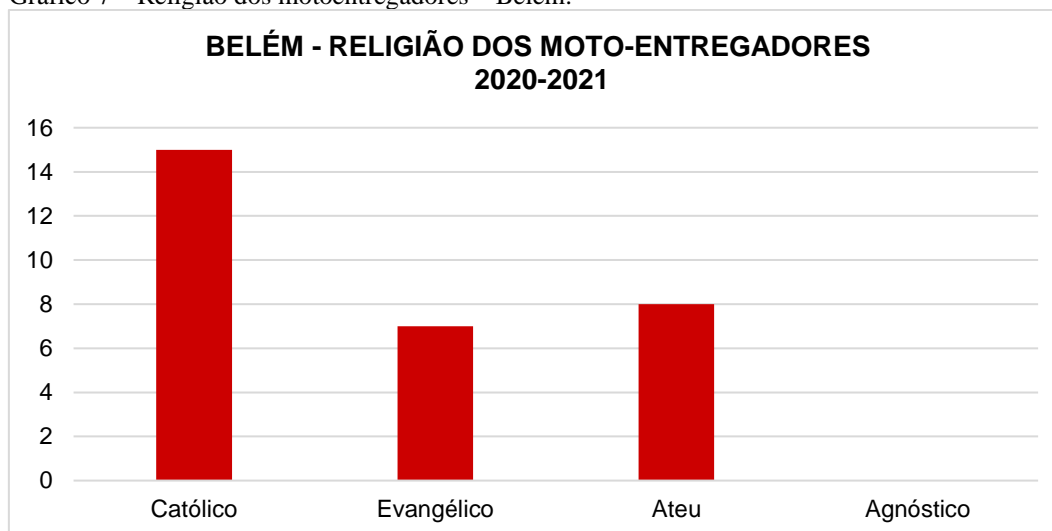
Fonte: Dados da pesquisa.

Os gráficos nos disponibilizam dados numéricos que revelam os estratos da pesquisa, através dos gráficos, e da escala no que se refere ao eixo dos meios vetorizadores dados no âmbito das relações sociais e meios econômicos locais, que permitiram o desenvolvimento das cidades como espaço de tradução das necessidades do capital. As necessidades que traduzem as impressões e necessidades urbanas permitiram as escalas mais complexas da realização do

próprio trabalho nos espaços de territorialização da escala metropolitana, ao mesmo tempo desdobrando “novas” centralidades (Corrêa, 1995; Fani, 1996).

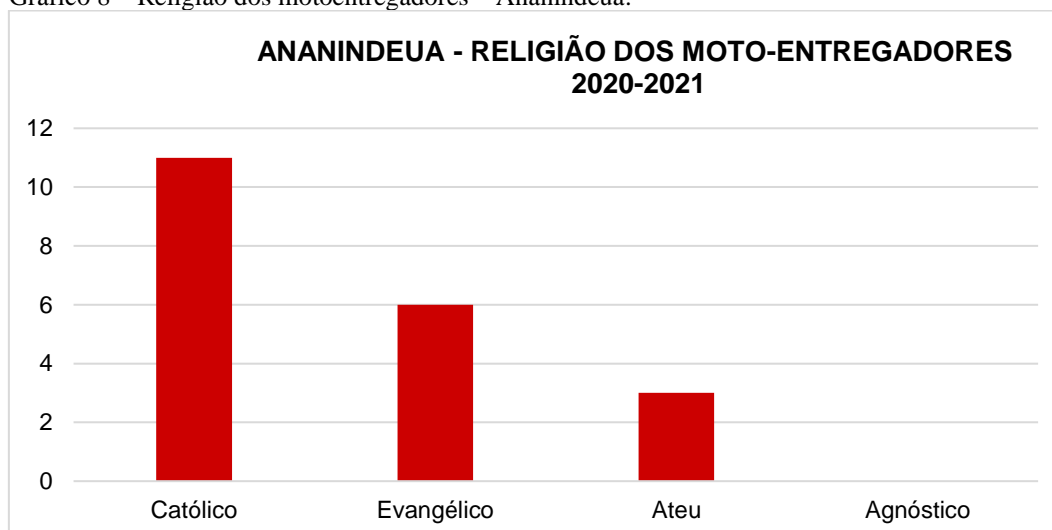
No caso dos Gráficos 6 e 7, podemos perceber as questões das identidades religiosas do grupo de trabalhadores pesquisados no espaço urbano das cidades de Belém e Ananindeua, o que nos faz refletir sobre a realização da escala metropolitana, que representa e confirma a realidade de sermos ainda uma cidade com profunda percepção religiosa. Ao mesmo tempo que as comunidades evangélicas legitimam certo crescimento, o que nos chama a atenção é a representação da pesquisa que detecta alguns indivíduos que se autodeclararam ateus. Curiosidade que traduz alguma reflexão das discussões sobre a realização mais objetiva da natureza do trabalho, presente em Marx (1987, 2019), em a *Ideologia Alemã* e *O Capital*, respectivamente.

Gráfico 7 – Religião dos motoentregadores – Belém.



Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 8 – Religião dos motoentregadores – Ananindeua.

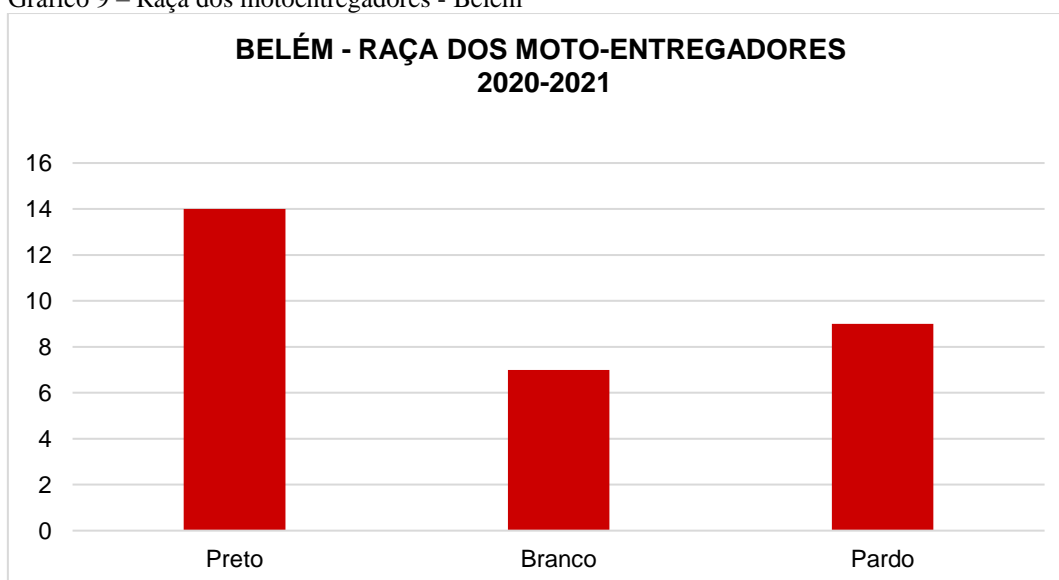


Fonte: Dados da pesquisa

Nos Gráficos 8 e 9, apresentamos a definição da cor ou raça dada no formulário da pesquisa, feita por autodeclaração; ou seja, o motoentregador entrevistado identifica a si mesmo de acordo com uma das alternativas: (a) branca; (b) preta; (c) amarela; (d) parda. A percepção que temos acerca das identidades raciais, no contexto territorial das cidades de Belém e Ananindeua, onde os trabalhadores entrevistados apontaram ou se autodeclararam pessoas pretas, brancas ou pardas, é que isso reflete as dinâmicas da desigualdade que tende a representar espacialmente a realização da exclusão e das condições menos abastadas do trabalho. Realidade entre as pessoas pretas e pardas, que se faz e traduz em percepções de tempo e espaço pelas relações sociais, meios desiguais da realização historicamente construída da região Amazônica. Lugar onde são criados espaços e lugares desiguais, por mais que levemos em consideração as expressões dos trabalhos políticos de conscientização, que buscam firmar o melhor empoderamento da realidade do povo brasileiro.

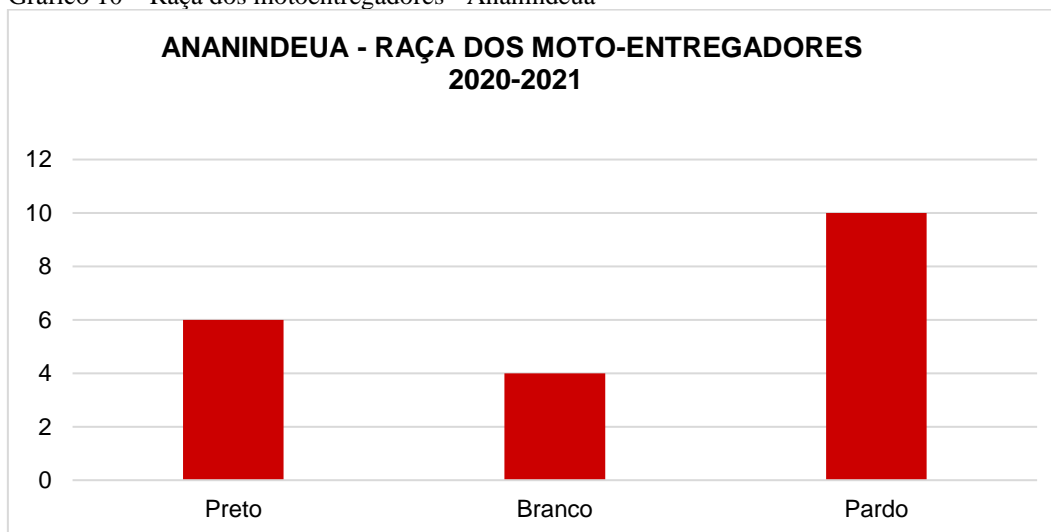
Informações publicadas pelo IBGE (2023) apontam que os números de pessoas que se autodeclararam pardas pela primeira vez superou a de brancos, passando a representar o maior grupo étnico-racial do Brasil. Os pardos somam 92,1 milhões de habitantes, o que representa 45,3% de todos os brasileiros, segundo as informações do censo de 2022.

Gráfico 9 – Raça dos motoentregadores - Belém



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 10 – Raça dos motoentregadores - Ananindeua



Fonte: Dados da pesquisa

A compreensão e apreensão dos dados nos apontam as condições de desigualdades e de exclusão social que se realizam no processo de reprodução do espaço, no qual o capital, na sua forma abstrata, consolida e materializa histórica e materialmente sua forma de realização e exploração, consolidando as condições mais precárias aos indivíduos e/ou trabalhadores que vivenciam diretamente as consequências do desemprego estrutural. Tais pessoas apresentam pouca escolaridade e formação, assim como percebemos as condicionalidades históricas de pobreza e exclusão social do povo negro deste país.

No que concerne aos dados de representação sobre a religião, atenta contra a organização e luta desse segmento, haja vista que não possibilita de forma direta a organização mais crítica desses trabalhadores, pois obnubila sua indignação e resistência através da resiliência. Os relatos percebidos possibilitaram refletirmos sobre a letargia e a lentidão da própria emancipação. Os entrevistados atribuíam sua condição precária de trabalho como se fosse uma provação divina e que “se eram para ser assim, que fossem”. Relatos que podem ser compreendidos por meio das conclusões trazidas por Marx e Engels (1996) a respeito do controle da função da religião como uma disciplina do fazer do trabalho.

Devemos esclarecer aqui que a nomenclatura dada aos entrevistados é fictícia, como forma de garantir sua integridade e anonimato. Tomamos como recurso metodológico a substituição dos seus reais nomes por nomes de marcas de motocicletas e bicicletas, pois eram os seus principais instrumentos de trabalho e de transporte.

No caso da questão levantada acerca da religião, o entrevistado Honda nos relatou:

Acho que este trabalho no aplicativo, é uma coisa divina, pois, não tinha a algum tempo, atividade nem uma de trabalho, quando apareceu a oportunidade do aplicativo, foi bom, já estou a um ano e meio nesta atividade, Deus me deu essa moto, e estou feliz (Entrevista Honda, 2021).

Por outro lado, percebemos, como veremos posteriormente, que os que se declaram ateus e agnósticos tendem a ser mais combativos, no sentido de darem certa importância às lutas e resistências para garantirem melhores condições de trabalho. Essas informações foram melhor apresentadas por meio dos dados de organização política, que serão apresentados adiante.

Ressaltamos que não há qualquer apreensão, no sentido de abominar ou questionar qualquer identidade religiosa de nossa parte. Porém, referimo-nos às amarras que se externam na compreensão investigativa, pois percebemos que, nas informações prestadas no ato da pesquisa, há maior resiliência dos que não se declaram pertencentes/seguidores de nenhuma religião, no que se refere à própria condição precária no espaço produzido em meio aos novos processos de exploração plataformizado.

As condições de superexploração dos motoentregadores, no espaço metropolitano de Belém, ficam evidentes quando observamos as rotinas e dinâmicas de trabalho que se conformam no espaço produzido e nas práticas espaciais de trabalho na atualidade; quando denotamos as informações dadas pelos pesquisados, a partir das distâncias percorridas, números de corridas exercidas diariamente, assim como a quantidade de horas trabalhadas, para legitimar a reprodução social dos trabalhadores que estão envolvidos nesse setor de serviços. Coadunam com as informações tratadas no decorrer do referido estudo, quando refletimos sobre as questões das novas composições do trabalho em Ricardo Antunes, Giovanna Alves e Antônio Thomaz Júnior.

Disso poderíamos sintetizar que o trabalho não está acabando, o emprego sim é que está moribundo. O que está em questão é a eliminação/precarização do posto de trabalho com garantias, com reconhecimento dos direitos sociais e trabalhistas, portador de seguridade social e previdenciária, etc. Como assevera Antunes (1995, p.78): Mais fetichizada do que em épocas anteriores, a sociabilidade contemporânea [...] reafirma e intensifica a lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias e a consequente vigência do trabalho estranhado (Thomaz Júnior, 2012, p. 16).

Nessa mesma empreitada das condições mais específicas do trabalho, no espaço metropolitano de Belém, podemos observar as informações, a partir dos gráficos apresentados abaixo, das variantes dessa condição de trabalho. É possível entender as dinâmicas dessa realidade, externadas pela lógica das conformações do trabalho abstrato e das relações de realização do valor, nas cidades de Belém e Ananindeua. Haja vista que a exploração é feita

por agentes e/ou atores econômicos em escala global, por meio da implantação da *uberização* em territórios-rede, bem como em razão da racionalidade corporativa dos territórios do trabalho no espaço de cidades amazônicas. Nesse caso, poderíamos fazer certa alusão a uma espécie renovada do conceito *panópticos*⁴⁶ dado pelo utilitarismo do controle dos tempos de trabalho, assim como da nova expressão do trabalho por entrega (*uberizado*). Os gráficos apresentados na próxima subseção representam as dinâmicas dos processos do espaço *deliveryzação* e a territorialização do trabalho *uberizado* dos motoentregadores, no espaço metropolitano de Belém.

A realização e/ou desrealização tratada por Antunes (2018), exercida nos processos do trabalho, permite-nos perceber uma espacialidade desigual das condições do trabalho, que se dão imersas em territórios de disputas vividas no trânsito, nas relações desrespeitosas entre os usuários dos aplicativos e entregadores, entre os trabalhadores e proprietários dos espaços *delivery* (restaurantes e lanchonetes das grandes redes), pois os proprietários não gostam ou aceitam bem a presença desses trabalhadores no interior dos seus empreendimentos.

5.4.2 *Deliveryzação* do território? Espacialidades e territorialidades do trabalhador *deliverizado* na cidade de Belém e Ananindeua

Comumente, as plataformas (apps) buscam acionar os motoentregadores que estão cadastrados em suas plataformas, exercendo e acompanhando os pedidos que são gerados na rede credenciada dos restaurantes, lanchonetes, pastelarias, pizzarias, entre outros. Logo após o pedido ser gerado pelos clientes e aprovado pela rede credenciada, os aplicativos buscam escolher os motoentregadores que estão *logados* no aplicativo e que estão disponíveis em um raio de até 5 km do local gerador do pedido. Isso traz algumas situações que necessitam ser traduzidas, pois, muitas vezes, os pedidos e/ou entregas geradas podem cair para um entregador que está longe do restaurante.

Sobre isso, temos algumas questões que foram relatadas pelos trabalhadores nos momentos das entrevistas e aplicação dos formulários, principalmente pelas punições geradas

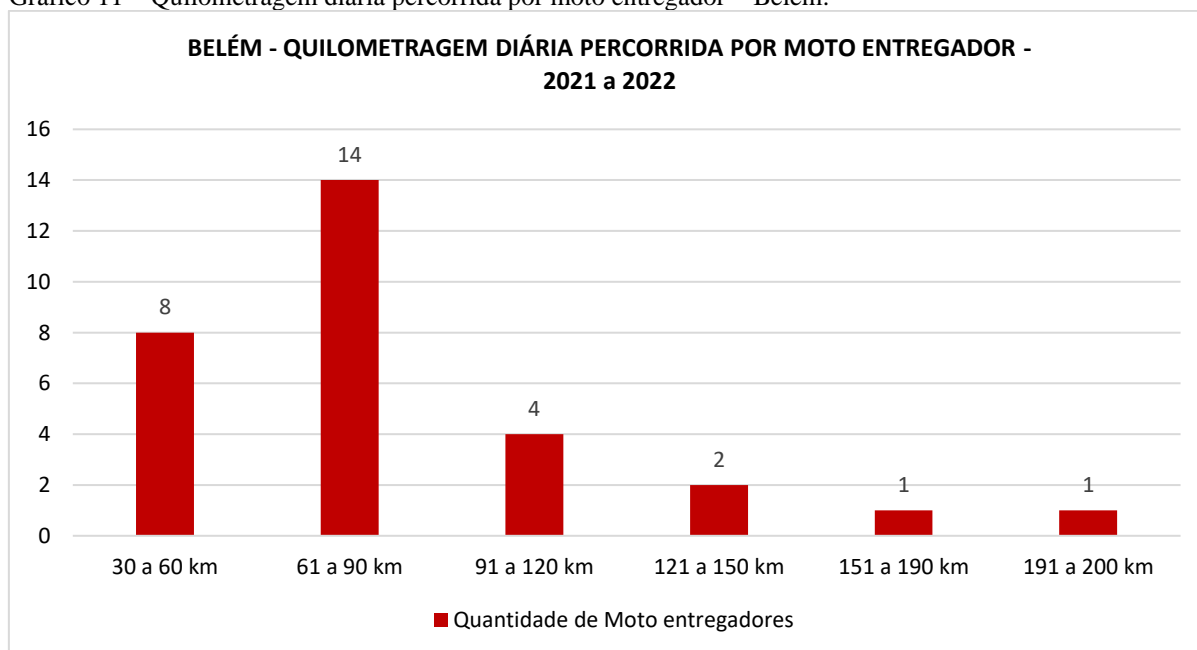
⁴⁶ As reflexões acerca do tema da percepção panóptica, tecidas por Jeremy Bentham, ainda na segunda metade do século XVIII, traduzem sua preocupação com as grandes transformações da sociedade a sua época, principalmente a de viabilizar as punições de infratores, o que possibilitou a solução prática, viabilizando prisões, que traduziam as relações e interesses das relações de dominação exercida na sociedade. Realidade que foi bem compreendida e debatida por Foucault (2021), na obra “Vigiar e punir: nascimento da prisão.” Obra esta que descreve o padrão da sociedade contemporânea, assim como busca analisar as técnicas de vigilância desenvolvidas para essa mesma sociedade nos moldes do controle. Porém que também foi bastante utilizado por Edward Thompson, por meio das leituras do sistema fabril, nas e percepções do controle dos tempos fabris, como forma de diminuir os gastos, de manter o controle dos tempos de produção, (mais-valia absoluta e relativa) no âmbito da exploração.

pelas plataformas, visto que se eles recusarem os pedidos duas ou três vezes, podem ficar suspensos por algumas horas, fora das principais dinâmicas de entregas. Quando os valores, ou melhor, as taxas de entregas sobem um pouco, automaticamente os trabalhadores tendem a faturar um pouco mais. A partir disso, podemos observar as indagações do entrevistado Intruder:

A gente não pode ficar recusando entrega no mesmo dia ou em parte do dia, às vezes a gente vai fazer a entrega em bairros que demoram um pouco, quando concluímos essa, chega outro acionamento, às vezes estamos distantes, não dá! Mas corremos o risco de ficarmos bloqueados, por algumas horas, e por aí vai!

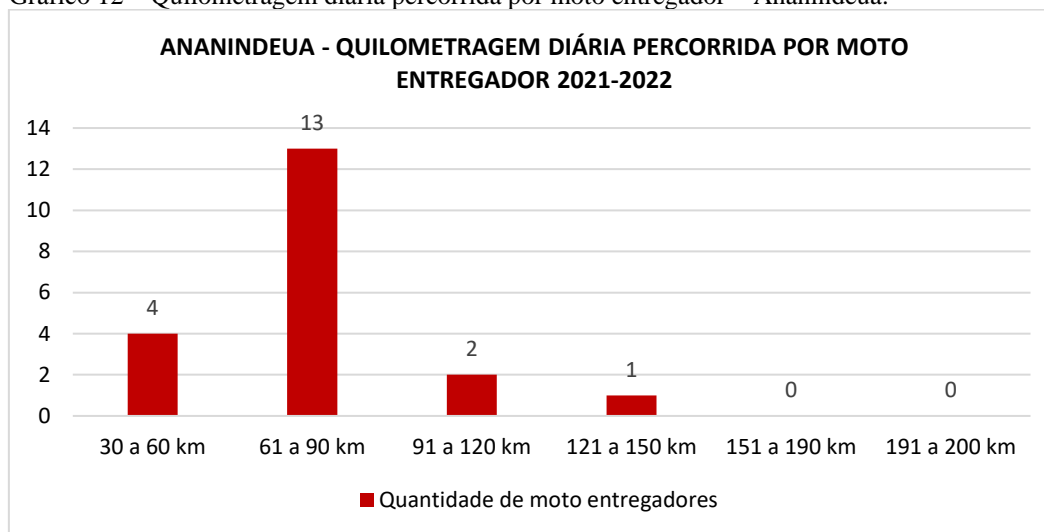
Podemos entender que as representações das informações dos Gráficos 11 e 12 visam apontar a quantidade de realização do trabalho percorrido no espaço metropolitano de Belém, no ir e vir diário do trabalho, segundo as informações dos motoentregadores pesquisados, que somam o total de cinquenta (50) trabalhadores. Os relatos apontam para as especificações do espaço percorrido para a realização do trabalho.

Gráfico 11 – Quilometragem diária percorrida por moto entregador – Belém.



Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 12 – Quilometragem diária percorrida por moto entregador – Ananindeua.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os Gráficos 11 e 12 demonstram os processos extenuantes de realização do trabalho dos entregadores *delivery* (motoentregadores) no espaço metropolitano de Belém, principalmente quando pensamos a realidade desse total de horas, que excede a jornada regulamentada e garantida por meio da CLT. Tais realidades nos possibilitam entender que os processos desiguais da configuração do espaço se viabilizam pela reprodução e reprodução das “lógicas” aviltantes do trabalho e de práticas espaciais de trabalho não remuneradas, que se fazem e refazem no espaço, possibilitando as relações de trabalho explorado, pela rede que se faz em torno do trabalho dos motoentregadores.

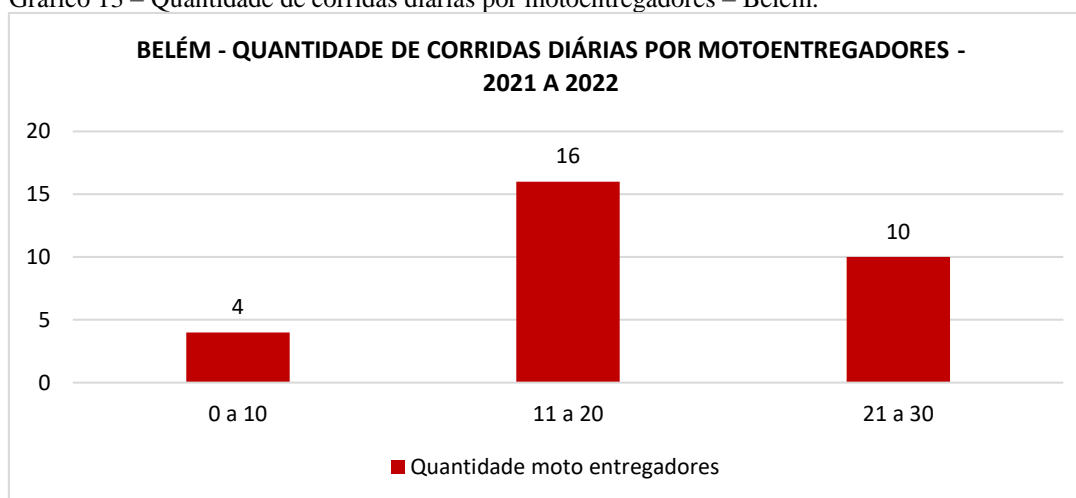
Nesse sentido, a percepção do entendimento da realidade como totalidade e movimento dos processos realizados no espaço através da *deliveryzação/uberização* plasma-se na percepção desigual do uso do espaço, discutido por Sposito (2006). Além das formas e entendimentos sobre o trabalho completamente desprotegido, desrealizado e explorado, em que os trabalhadores tendem a viver o chamado “privilégio da servidão”, compreensão elaborada por Antunes (2018). Essas características, segundo os estudos de Slee (2017), traduzem os interesses dos grupos e corporações que buscam desenvolver os aplicativos, que possibilitam garantir rentabilidade e pilhagem das empresas que faturam milhares de dólares ao longo das suas realizações, ao mesmo tempo que controlam e se realizam como sistemas que totalizam os sistemas de engenharias do capital (Santos, 2006).

Isso é perceptível quando realizamos interfaces com o papel das tecnologias e da informação, pois elas não podem ser precedidas de relações promotoras de degradação total do trabalho completamente desprotegido, precário, explorado, visto que, conforme Saquet (2003),

os trabalhadores ainda não caminharam para um novo movimento aos moldes dos trabalhadores ludistas⁴⁷.

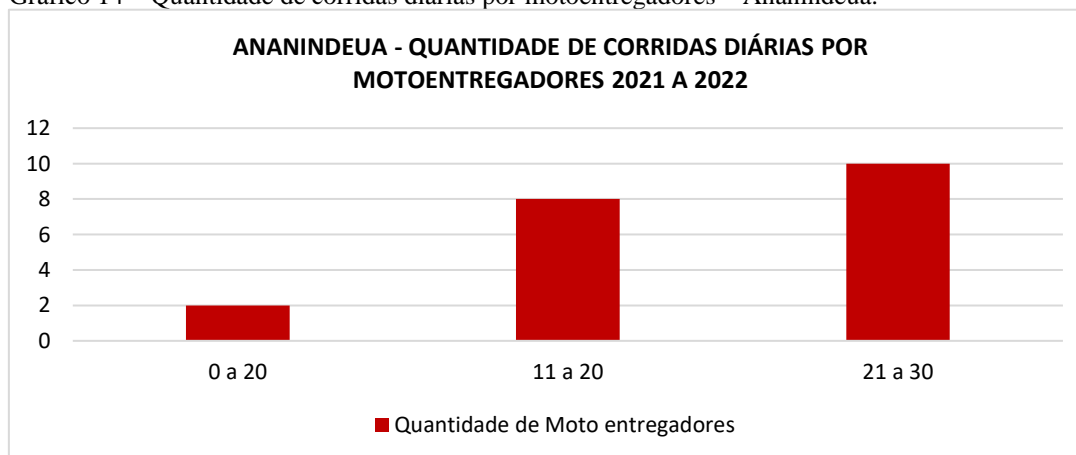
Pois empregos estão sendo extintos e novos empregos estão sendo criados, mas a relação quantitativa entre as perdas varia [...] os mercados de trabalho induzido pela empresa em rede e propiciado pelas tecnologias da informação, afeta profundamente as relações sociais da produção, herdadas do industrialismo, introduzindo um novo modelo de trabalho flexível e um novo tipo de trabalho, o trabalhador de jornada flexível (Saquet, 2003, p. 328).

Gráfico 13 – Quantidade de corridas diárias por motoentregadores – Belém.



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 14 – Quantidade de corridas diárias por motoentregadores – Ananindeua.



Fonte: Dados da pesquisa.

⁴⁷ O Ludismo foi um movimento organizado por trabalhadores, nos de 1800. Estes possuíam princípios radicais e de resistência, por parte dos coletivos de trabalhadores, operários das “fabricas de tecidos”, movimento que surgiu na Inglaterra, no período da revolução. O movimento obteve esta alcunha “ludismo”, devido ao operário Ned Ludd, trabalhador de uma fábrica que, ao receber algumas punições do seu patrão, enfurecido por isto, passou a quebrar, com o auxílio de um martelo, as máquinas na fábrica onde trabalhava. Realidade que possibilitou, no decorrer do século XIX, a evolução das tecnologias, ou seja, a criação das máquinas, que passaram a provocar demissões e/ou desempregos. Estes mesmos trabalhadores, inspirados na referida história de “Ned Ludd”, passaram a invadir as fábricas e iniciaram a destruição das mesmas. O que fez com que fossem conhecidos como ludistas.

As características das condições mais extenuantes da atividade de trabalho dos trabalhadores *delivery* pode ser percebida na realização diária da atividade no espaço metropolitano de Belém. Os Gráficos retratam, de forma bem objetiva, as jornadas excessivas desses trabalhadores em suas atividades diárias. Tanto os trabalhadores pesquisados em Belém quanto em Ananindeua tendem a desenvolver jornadas de trabalho que comprometem a própria reprodução do trabalho desses trabalhadores que estão imersos em ciclos de exploração completamente estafantes e aviltantes.

Tal realidade tende a corroborar com a tese que estamos apresentando, pois, para além das relações territoriais de conflitos que são percebidos no dia a dia desses trabalhadores, nas práticas espaciais verificados através das malhas viárias do trânsito, existem relações conflituosas com os usuários dos aplicativos, como os que podemos verificar nas grandes metrópoles do Brasil. Os entregadores são vítimas de racismo, caso noticiado na reportagem sobre Sandra Mathias Correia de Sá, que foi filmada ao desferir, ao menos, quatro chibatadas no trabalhador (motoentregador). Reportagem publicada pela emissora e jornal *O Globo*, no Rio de Janeiro, em 12/04/2023.

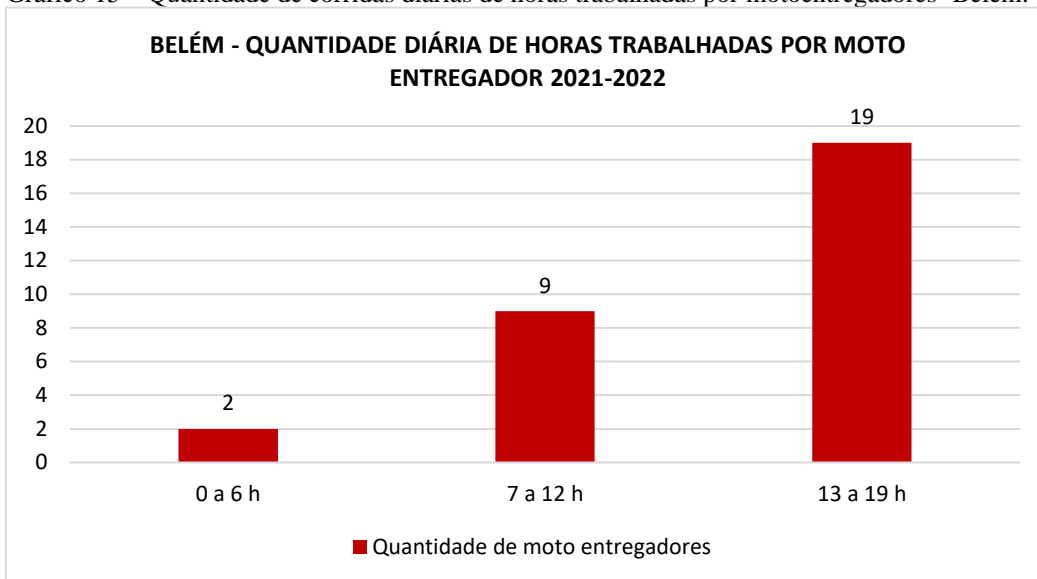
Esse é um caso dos muitos que rotineiramente são divulgados e apresentados frequentemente, com motoentregadores espancados por usuário que reclamam da demora da entrega, das punições pelos aplicativos, quando os usuários cancelam pedidos; pela demora da entrega, que geralmente é resultado do trânsito caótico e das barbaridades que são relatadas diariamente. Nesse caso, podemos perceber as informações que foram prestadas pelos entregadores:

A gente “*trampa*” muitas horas e cansativo, desgastante, mas é isso ou não conseguimos sobreviver emprego de carteira tá difícil! É carteira assinada entende! (Yamaha, 2023).

Cara volta e meia estamos sofrendo fechadas na rua, tem muito buraco, a gente se acidenta quando não quebra a moto! Às vezes as pessoas não têm consideração com a gente! [...] Não são todos, sabe! (Honda, 2023).

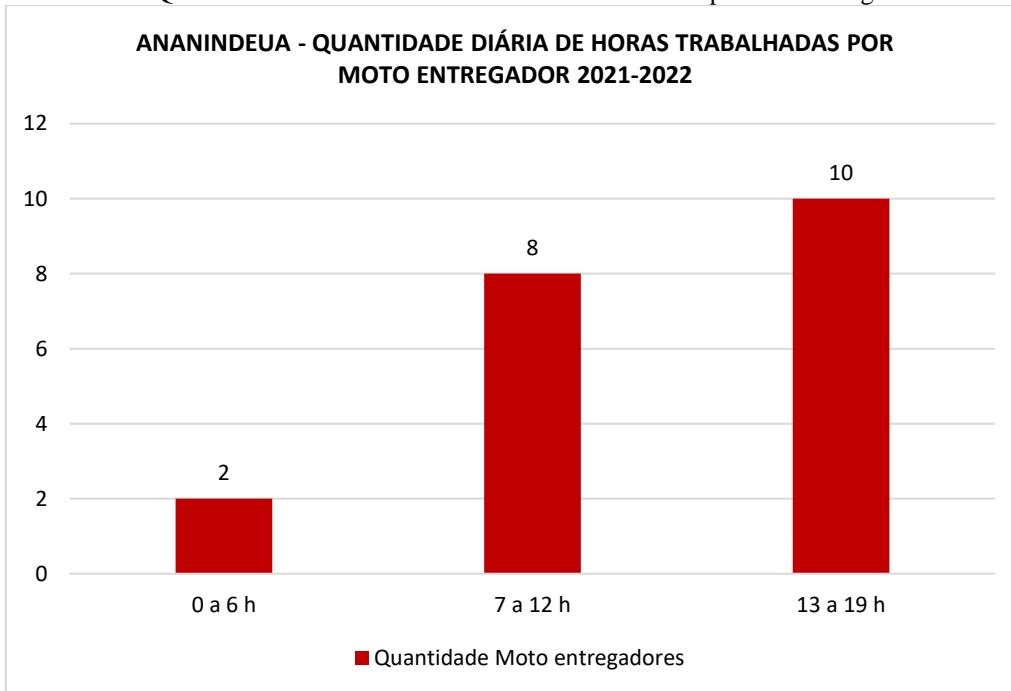
A realidade à qual esses trabalhadores estão submetidos representa, de forma acintosa, as reflexões tratadas e debatidas por Correa, Thomaz Júnior, Antunes e Alves em muitas das suas obras. Isso está bem longe de ser resolvido e tem se reproduzido de forma desigual e barbarizadora no espaço das cidades e dos seus processos espaciais.

Gráfico 15 – Quantidade de corridas diárias de horas trabalhadas por motoentregadores- Belém.



Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 16 – Quantidade de corridas diárias de horas trabalhadas por motoentregadores – Ananindeua.



Fonte: Dados da pesquisa.

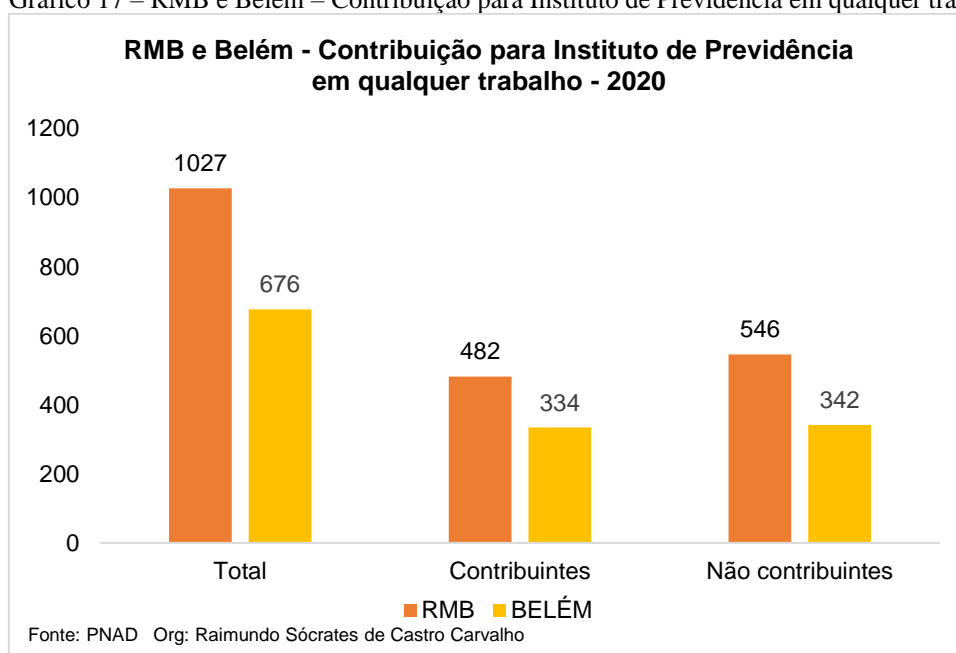
A realidade percebida nos vetores e eixos apontados nos gráficos apresentados expressam as condições extenuantes de trabalho, quando observamos os grandes percursos que diariamente são exercidos, assim como o número de entregas e da carga horária diária de trabalho. Situações que apontam os caminhos subjugamento dos motoentregadores para garantirem sua reprodução social, nos caminhos da completa perda dos direitos e da exploração, e que impacta a já precária condição de trabalho, aumentando exponencialmente os

trabalhadores sem direitos, sem registro em carteira, informalizados (Thomaz Júnior, 2019, p. 250).

No tocante às condições do dia a dia de trabalho imediato que possibilitam a reprodução desses trabalhadores, podemos perceber as condições mais gerais dessa realidade quando observamos os dados do IBGE (2020) nos gráficos seguintes, que expressam informações das condições de contribuição previdenciária dos trabalhadores informais no espaço metropolitano de Belém. Além de apontarem dados da realidade da dinâmica de trabalho diurno e noturno, corroboram com as reflexões espoliantes do trabalho *uberizado*.

A partir disso, é possível visualizar e refletir acerca dos processos espaciais de realização da vida, que podem ser exercidos e vislumbrados pela ação da segregação e exclusão desses trabalhadores em algum momento. Nossa pesquisa com os trabalhadores identifica que boa parte dos entregadores não busca contribuir de forma autônoma para o sistema de previdência. Do total pesquisado, vinculado especificamente aos trabalhadores motoentregadores, de cinquenta (50) pesquisados, apenas cinco (05) relataram que exerciam a contribuição de forma autônoma.

Gráfico 17 – RMB e Belém – Contribuição para Instituto de Previdência em qualquer trabalho.

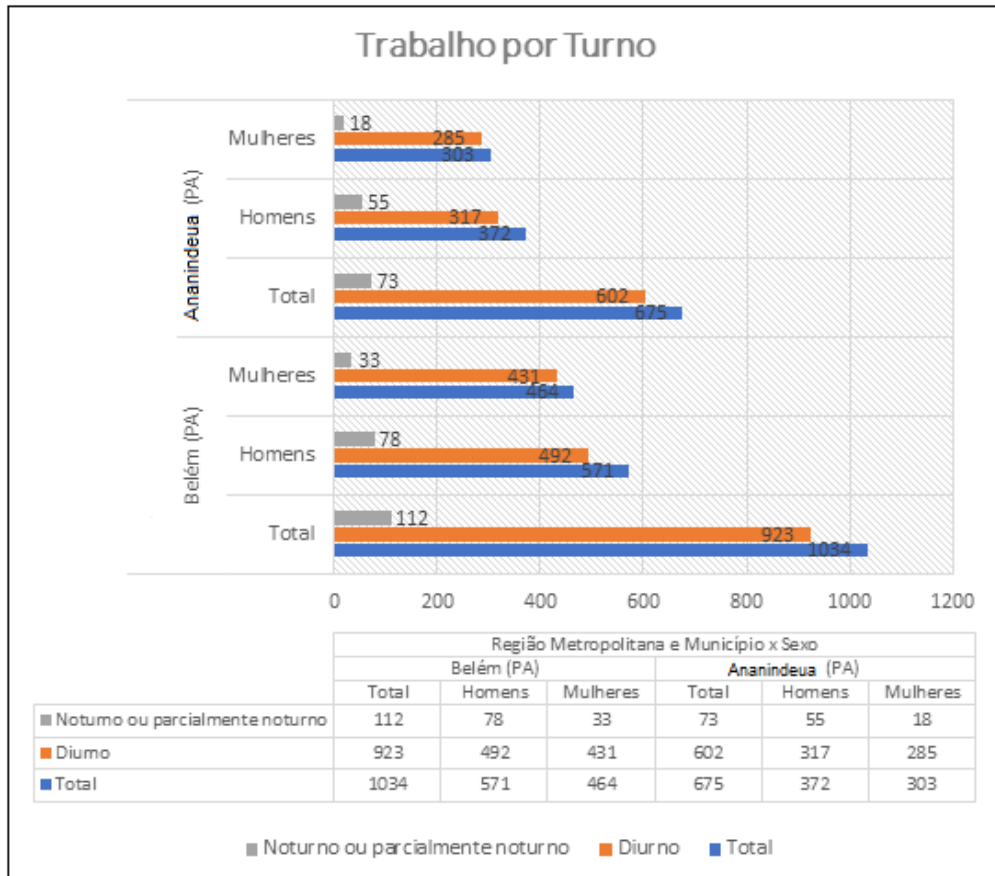


Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2020/Elaboração Própria.

A realidade do trabalho dos motoentregadores exercida sem as devidas garantias e mesmo em condição de informalidade pode ser representada por algumas interlocuções e variáveis que estão representadas e traduzidas nos gráficos com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2020 (Gráfico 17). Nesta pesquisa, percebemos as variáveis de gênero e de trabalho diurno e noturno, o que nos possibilita compreender a participação das

mulheres, assim como os desdobramentos sobre os riscos e garantias quando percebemos as questões das desassistências e dos direitos (falta de contribuição previdenciária), imersos nos riscos, demais violências e conflitos dados no território de uso, implicados na realização dessas atividades através das vias e no trânsito da cidade e do urbano.

Gráfico 18 - Condições de trabalho Noturno Belém-Ananindeua.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2020/Elaboração Própria.

A realidade de trabalho dos motoentregadores, imprimida nas práticas espaciais e das novas centralidades do trabalho no espaço metropolitano de Belém é uma reflexão importante de Antunes (2018), principalmente se observarmos empiricamente os desmontes das leis protetivas do trabalho, no âmbito do neoliberalismo, que fragilizam não só os direitos, mas também as condições organizativas e de resistências. As investidas do processo de *deliveryzação* e/ou *plataformização*, dados pelo prisma no âmbito algorítmico, disseminam esse processo de exploração do trabalho, que se reproduz e se multiplica não só na economia do compartilhamento, mas também nos processos organizativos da indústria 4.0.

Faz-se necessário e imperioso, portanto, analisar que os novos usos do território apontam processos de exploração do trabalho, nos quais é crescente o número de motoentregadores envolvidos na atividade de serviço *delivery*, legitimam sua sobrevivência,

em condições cada vez mais precárias, comparadas, mesmo que em tempos diferentes, ao trabalho “escravo”. Na realidade, a caracterização do trabalho escravo não é a mesma do século XIX. Isso quer dizer que não encontra eco na definição de senzala. A trabalho análogo à escravidão, no século atual, está vinculado à persistente vulnerabilidade/negação aos direitos sociais e às decorrentes implicações à saúde física e mental de trabalhadores e trabalhadoras expostos a condições desumanas (Thomaz Júnior, 2019). Tal realidade também é trabalhada por Lefebvre (1974) sobre a produção do espaço com reprodução social da vida cotidiana e do trabalho no espaço da cidade.

Como meio de demonstrar as condições degradantes da exploração na atual conjuntura, e que se exterioriza no âmbito dos processos de produção espacial, corroborando com que estamos discutindo, apresentamos os gráficos abaixo, que nos possibilitam apreender a especificidade das condições em que o capital desenvolve suas investidas no espaço metropolitano de Belém. Isso a partir dos indivíduos que sofrem com as altas taxas de desemprego e da crise estrutural do desemprego. O IBGE aponta que o desemprego no Brasil atingiu a taxa recorde de 14,7%, no 1º trimestre de 2021, em meio aos desafios impostos pela piora da pandemia no país. Dado divulgado na quinta-feira do dia 27 de junho desse mesmo ano⁴⁸.

Situações como essa possibilitam explicar a condição atual do crescimento das atividades do setor de serviços. As grandes corporações empresariais se aproveitam das investidas e fragilidades dos direitos, em meio aos processos neoliberais, em que há a participação direta das instituições que constituem a República e nos poderes constituídos, legitimando os interesses do capital, que atenta contra a vida e as garantias de trabalho, aos meios dignos de reprodução social dos indivíduos, a partir do território.

Os trabalhadores sofrem com a insegurança provocada pela lógica algorítmica, que se reproduz no território, ao mesmo tempo que se utiliza da lógica neoliberal e da globalização, provocando taxas de desempregos, viabilizando a desterritorialização dos trabalhadores. Passa-se daí a controlar as reterritorialidades nos processos de trabalho, a partir dos crescentes números de desempregados que têm como único meio de garantir sua reprodução socioespacial o trabalho *deliverizado*.

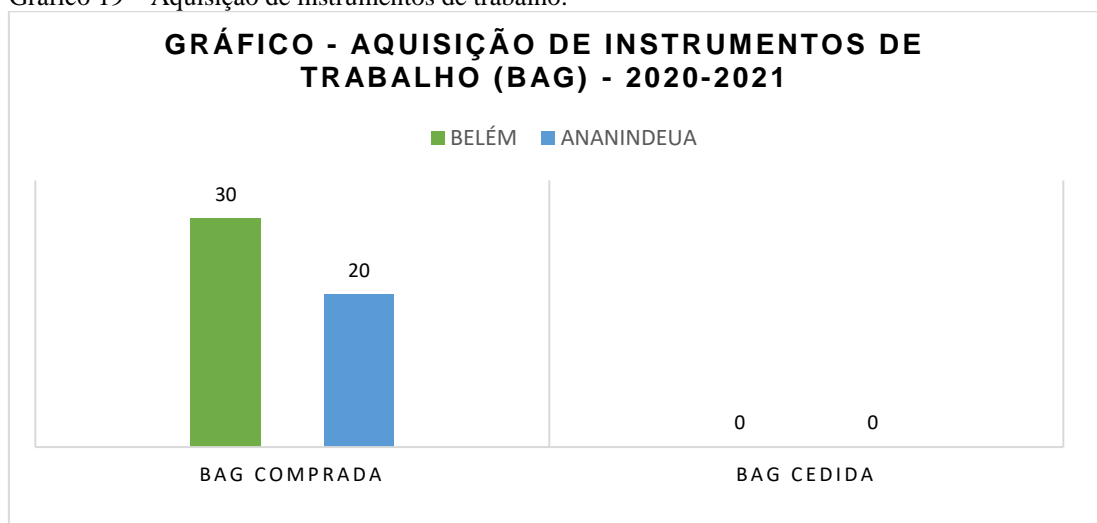
A análise dos dados apresentados e das práticas espaciais na escala de Belém permitem ilustrar processos de exploração, baixos ganhos de renda, assim como altos custos para que

⁴⁸ Mais informações podem ser observadas no portal do IBGE que apresenta informações importantes a cerca desta realidade (27/06/2021 <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>).

esses trabalhadores consigam possibilitar a reprodução social de sua condição de trabalho no espaço.

A respeito da aquisição das bag's⁴⁹, como podemos observar nas cidades de Belém e Ananindeua, representados no Gráfico 19, percebemos na totalidade da mostra constituída que todos os investigados obtiveram tal instrumento de trabalho por aquisição própria, pois não são instrumentos fornecidos pelos aplicativos. Isso sem mencionarmos os demais instrumentos de trabalho (motos, bicicletas) e de segurança (EPIs), cuja aquisição, manutenção e abastecimento é de inteira responsabilidade dos condutores.

Gráfico 19 – Aquisição de instrumentos de trabalho.

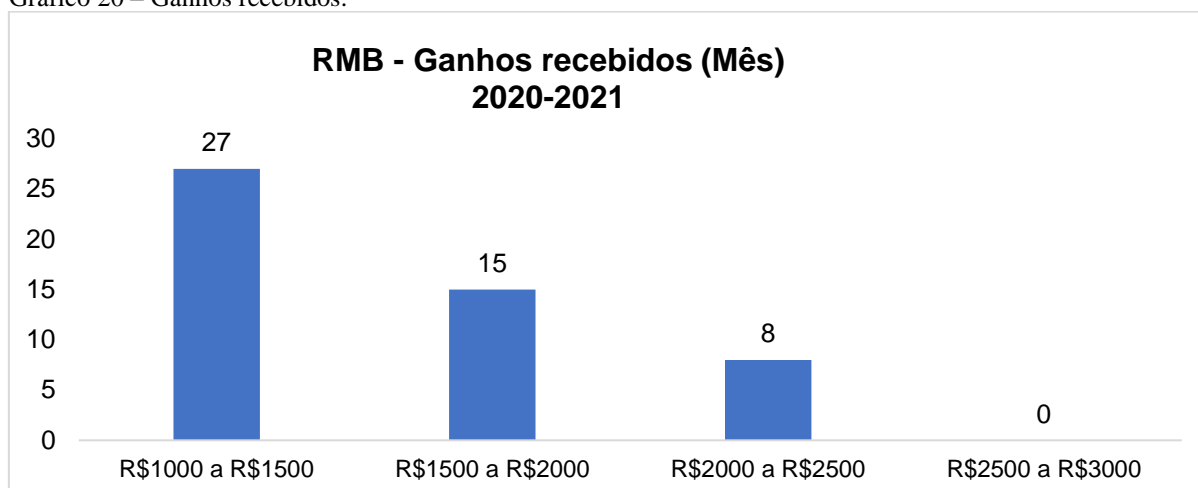


Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, acerca da realização do trabalho no espaço, assim como seus desdobramentos que possibilitam a vida e as dinâmicas de reprodução das condições do trabalho pelo uso do território e suas conflitualidades, no âmbito do espaço desigual e exploração exercidas pelo capital empresarial dos aplicativos, o Gráfico 19 permite a compreensão da média de renda obtida pelos trabalhadores, no decorrer das jornadas extenuantes de trabalho, bem como nos demais nos gráficos: horas diárias de trabalho, números de corridas e percursos diários de trabalho e a jornada mensal de trabalho, com as médias de renda recebida. Realidade identificada por meio dos dados primários, possibilitados pela investigação empírica.

⁴⁹ Mochila que serve para que os moto-entregadores acondicionem os pedidos de alimentação que são solicitados nos aplicativos – *Ifood, Rappi e Uber Eats*.

Gráfico 20 – Ganhos recebidos.



Fonte: Dados da pesquisa.

Percebemos que esses valores, na sua grande maioria, são de renda constituída, como forma de garantir meios de sobrevivência e de reprodução social de grupos familiares que giram em torno de dois a cinco membros por unidade familiar. A baixa remuneração desses serviços na escala do espaço metropolitano de Belém impõe ao trabalhador reduzidas possibilidades de morar nas proximidades de centros que dispõem de melhores equipamentos e serviços urbanos de qualidade. Desse modo, resta-lhe residir em espaços periféricos com precárias condições de infraestrutura de saneamento. Esse cenário externa a precariedade de acesso a rede de serviços coletivos, assim como as espacializações dadas pelas necessidades de crescimento urbano, que traduzem as formas mais complexas e esgarçadas dos territórios, assunto discutido por Lea Costa e Rodrigues (2022).

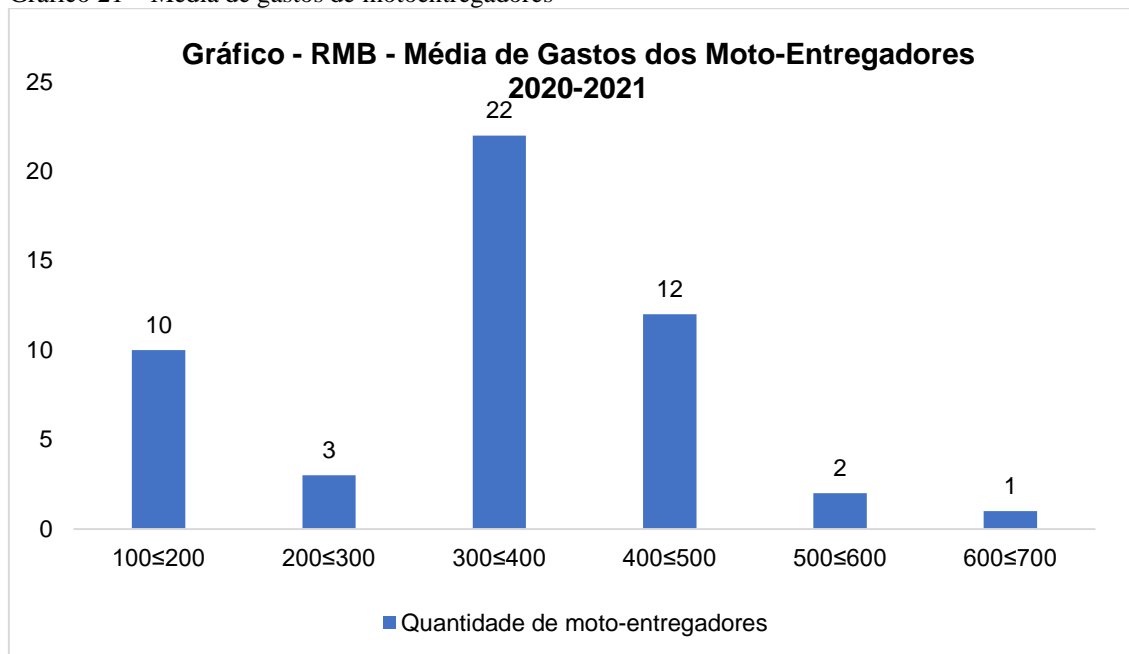
As médias de ganhos, expressadas no Gráfico 20, em todas as variáveis de ganhos constituídas, passam a ser impactadas, pois verificamos que os ganhos dos motoentregadores giram em torno de R\$2.000,00 a R\$2.500,00. No entanto, esses trabalhadores tendem a ter gastos mensais que giram em torno de R\$300,00 a R\$700,00, verificados no Gráfico 21. Custos que corroem profundamente a renda, impactando os acessos de consumo dos grupos familiares dos trabalhadores motoentregadores. A realidade aludida nas figuras 51 e 52 expressa-se por meio da fala do entrevistado Shedow:

Eu trabalho praticamente todos os dias, fico “logado” direto e quase nunca desvio as solicitações de entrega, ganho uma “boa graninha”, mais cara volta e meio tenho “preju” gastos com a minha bike! (Shedow, 2021).

A partir da fala desse entrevistado, podemos perceber as formas realizáveis dos ganhos reais, pois mesmo os que exercem as atividades de bicicleta necessitam realizar manutenção no

veículo, o que opera gastos. Isso para não falarmos do desgaste físico e mental e da maior vulnerabilidade dos entregadores que precisam deixar seus instrumentos de trabalho (bicicleta) nas portarias dos edifícios, condomínios, ruas e avenidas para fazer as entregas.

Gráfico 21 – Média de gastos de motoentregadores



Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo as informações do gráfico em tela, o que perfaz mais da metade da amostra observada são os gastos/custos que comprometem significativamente a renda desses trabalhadores. O que leva os trabalhadores a ocuparem as franjas da cidade, pois o que ganham não consegue garantir acessos dignos e consumo de espaços com melhor infraestrutura urbana.

Mediante as situações expostas, vem à lembrança uma analogia que Antunes (2006) faz à concepção de Marx (1986) sobre a manufatura, que separou o trabalhador dos meios de produção assim como quem aparta o caracol de sua concha. Antunes (2006), na obra intitulada *O caracol e sua Concha*, argumenta que o grande desafio da sociedade moderna é recuperar, em bases totalmente novas, a indissolúvel unidade entre o caracol e sua concha, já que tal molusco não consegue sobreviver sem sua proteção natural. Nesse sentido, a realidade perpetrada nas configurações da tecnologia, comunicação e informação, são determinantes da condição e composição orgânica do capital, assim como das relações entre trabalho produtivo e improdutivo, manual e intelectual, material e imaterial.

Os trabalhadores motoentregadores, que aparentemente são os proprietários de seus instrumentos de trabalho, necessitam compreender que isso não os determinam como novos empreendedores e/ou trabalhadores livres. As lutas que necessitam ser travadas são implacáveis e determinantes para concretamente reposicionarmos a concha, principalmente quando nos

deparamos com as promulgações das Leis 13.429/2017 e 13.467/2017, as quais orientam definitiva e legalmente sobre a terceirização irrestrita e alteram em grande medida a CLT, produzindo a denominada reforma trabalhista e a terceirização das atividades fins.

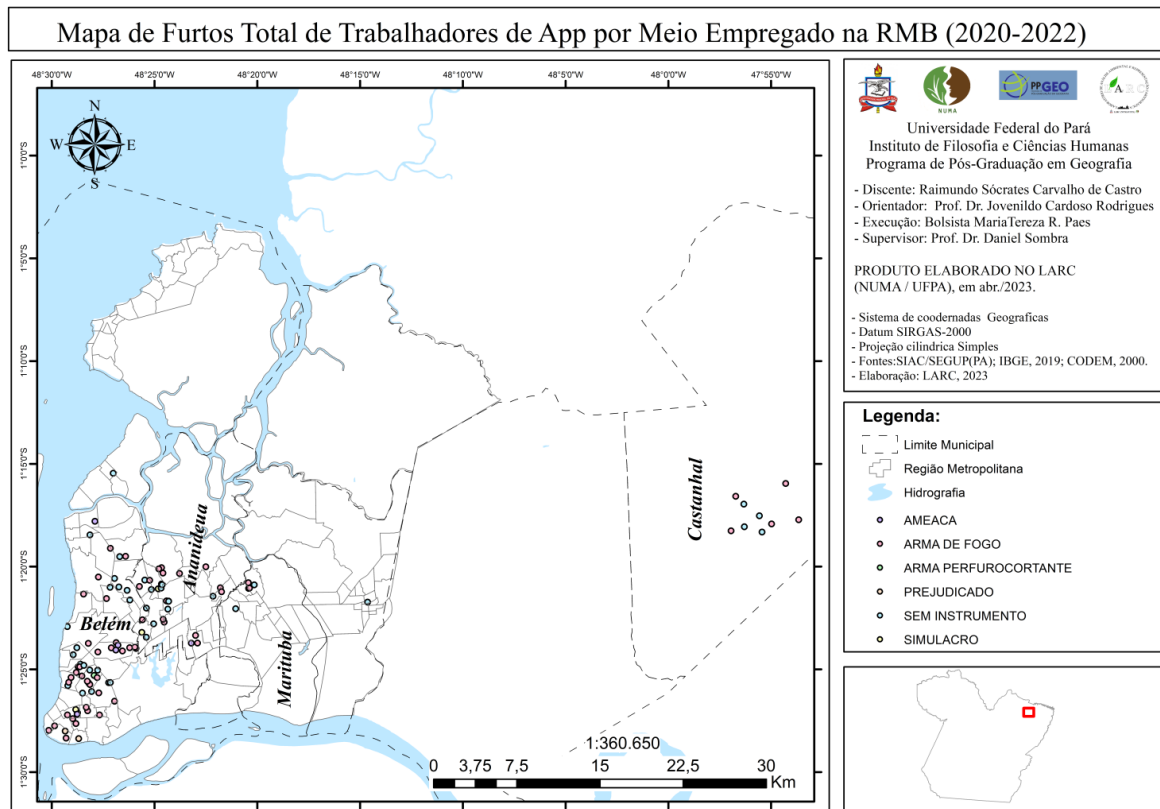
Dentre as múltiplas características que podemos observar, por meio do objeto de estudo em tela, destacamos as dificuldades mais evidentes que estão vinculadas objetivamente ao território, passando principalmente pelos problemas do trânsito, conectados às condições das vias públicas (avenidas, travessas e ruas), haja vista que, segundo relatos dos entrevistados, estão quase sempre em condições precárias de trafegabilidade (falta de manutenção), pois os números de grande circulação de veículos e de acidentes são frequentes.

Além desses transtornos, percebemos as dificuldades relacionadas às entregas, principalmente nos condomínios horizontais e verticais, nos quais os trabalhadores são frequentemente impedidos de transitar com seus instrumentos de trabalho. No caso dos condomínios horizontais, há a proibição da entrada desses trabalhadores/entregadores com os veículos; logo, eles precisam se deslocar a pé. Nos condomínios verticais, há casos em que a eles precisam fazer as entregas nos apartamentos, mas encontram muitas dificuldades de acesso, havendo constrangimentos frequentemente.

Outra questão que é detectada na pesquisa está relacionada ao número de assaltos e furtos dos quais eles já foram vítimas. Em meio a nossa amostra, percebemos que cerca de 8 trabalhadores tinham sido assaltados no espaço metropolitano de Belém. Situação que aponta para o risco e vulnerabilidade na atividade desenvolvida cotidianamente, como reflexos dos vetores sociais no âmbito do território pelas relações, operado pela contradição capital trabalho (Santos, 1996, 2008). As informações nos permitiram a elaboração da parte cartográfica vinculada ao tema da violência sofrida pelos trabalhadores. Violência essa exercida e desenvolvida no âmbito das relações da contradição e dos demais vetores da realização da vida, que estão realizadas no espaço e que apontam as contradições e desigualdades socioespaciais.

No caso do Mapa 19, as informações totais no espaço metropolitano dos furtos e roubos, que foram praticados nas vias e logradouros públicos, onde os motoentregadores vieram a ser vitimados, apontam tanto para as situações de assaltos e furtos como os tipos de armas que foram utilizadas nas práticas criminosas.

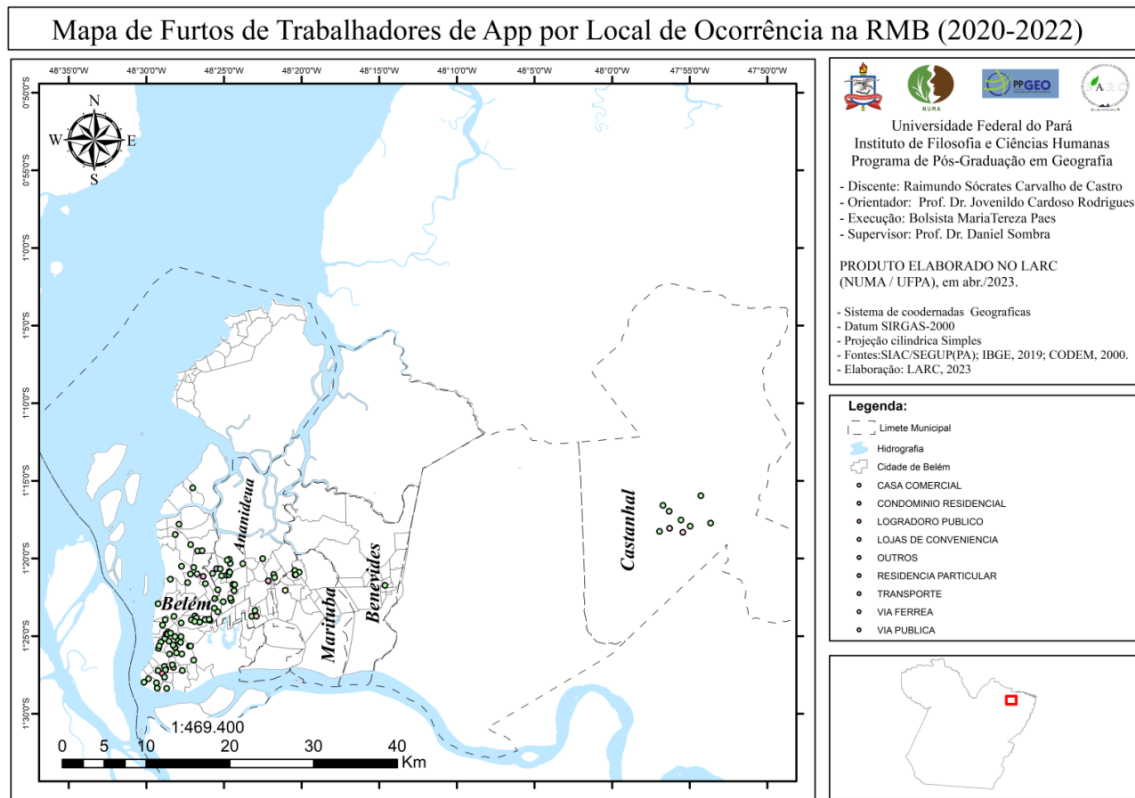
Mapa 19 – Furtos total de trabalhadores de Apps.



Fonte: Elaboração própria / Dados da pesquisa.

No Mapa 20, observamos a representação dos prováveis locais de ocorrência dos furtos e roubos sofridos pelos motoentregadores no espaço metropolitano, que estão representados nos diversos bairros do EMB. As maiores incidências e registros ocorrem nos bairros da cidade de Belém e Ananindeua. A verificação das informações, possibilitadas pela Delegacia Geral da Polícia Civil do Pará e pela Secretaria de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), traduz as informações que disponibilizamos na parte inicial da quinta seção, quando nos referimos à presença dos motoentregadores que desenvolviam suas atividades por meio dos aplicativos. Realidade que era exercida com menor intensidade nas demais cidades que representam e/ou se fazem representar o espaço Metropolitano de Belém, pois não há, de forma homogênea, a utilização e instrumentalização dos apps, quanto às dimensões dos processos espaciais e mesmo das peculiaridades do território.

Mapa 20 – Local de ocorrência de furtos.

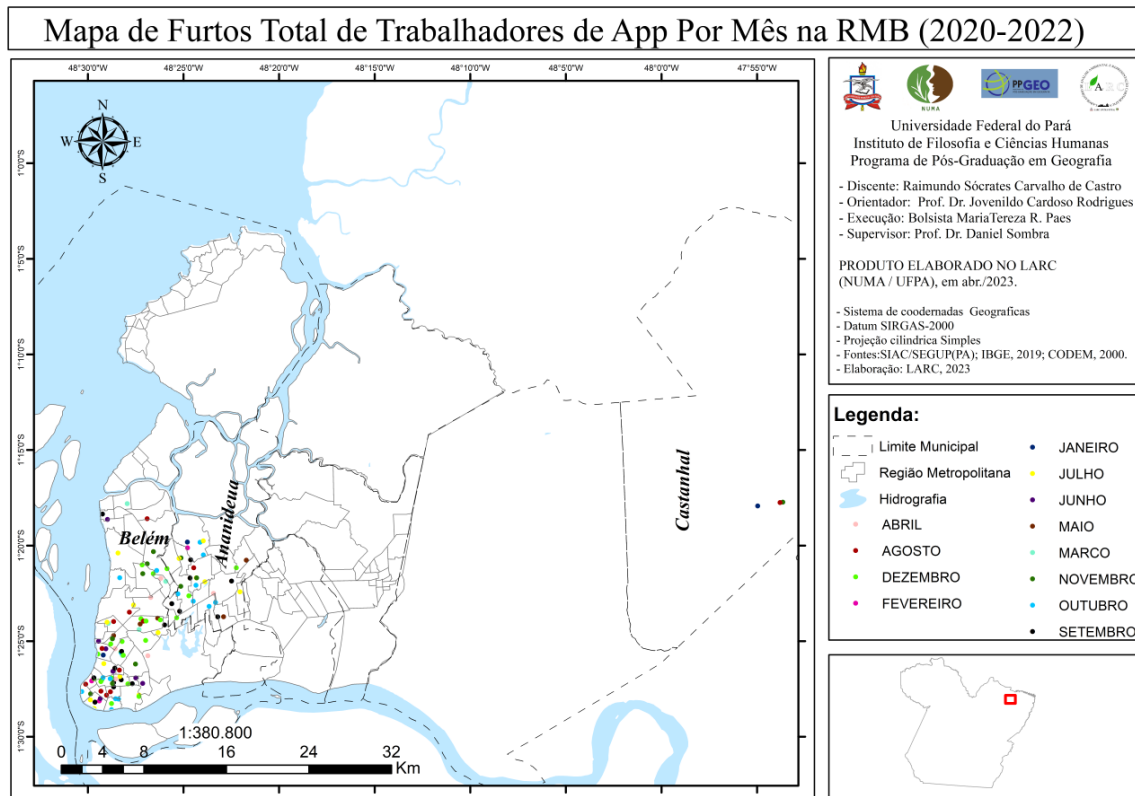


Fonte: Elaboração própria / Dados da pesquisa.

Percebemos, por meio da representação cartográfica, a frequência das ocorrências de furtos e/ou roubos dos trabalhadores motoentregadores no espaço metropolitano, referenciadas no decorrer dos meses de janeiro a dezembro dos anos de 2020-2022. Identificamos a existência da atividade dos atos de violência sofrida pelos trabalhadores (*delivery*) praticamente em todos os meses, mas há uma ligeira intensidade da violência (furto/roubos) no mês de julho de cada ano.

Essas informações da escala metropolitana, representadas no Mapa 21, são muito representativas, pois demonstram que há certa periodicidade no que tange às dinâmicas e processos de violência que são processados e realizados por meio dos processos de trabalho e de realização das atividades de trabalho. Isso nos possibilita compreender as condições espaciais do trabalho precário realizado no âmbito das práticas espaciais de trabalho deliverizado e do risco da atividade do trabalho no território, mesmo no contexto urbano das cidades (Carlos; Souza; Sposito, 2011).

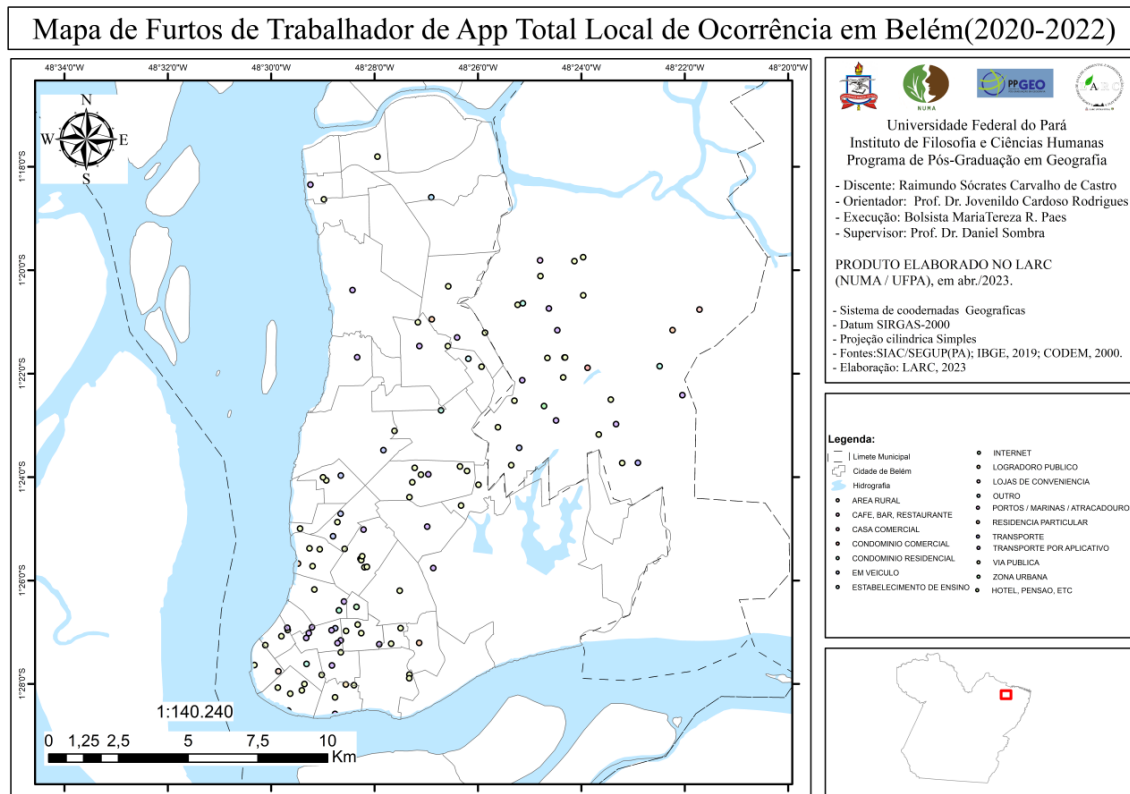
Mapa 21 – Total de furtos por mês.



Os mapas a seguir revelam de forma mais específica os principais locais e espaços onde foram vitimados os motoentregadores no espaço urbano da cidade de Belém. Todavia, os processos verificáveis nesse contexto estão e são possibilitados pela realidade como totalidade e movimento, por meio da desigualdade socioespacial e da percepção mais desigual da insegurança que se realiza no próprio uso do território, por suas desigualdades, segregações e processos urbanos que se estabelecem, na lógica da exploração viabilizada pelo próprio capital (Santos, 2006).

A representação do Mapa 22 traduz os diversos locais onde estão os empreendimentos e demais objetos que imprimem os fluxos realizáveis do trabalho dos motoentregadores, na cidade de Belém. Podemos perceber cerca de 100 furtos e/ou roubos que foram realizados no espaço da cidade de Belém, assim como nas suas diversas vetorizações e desdobramentos, em que se encontram as ocorrências registradas nos espaços de segurança pública (delegacias de polícias).

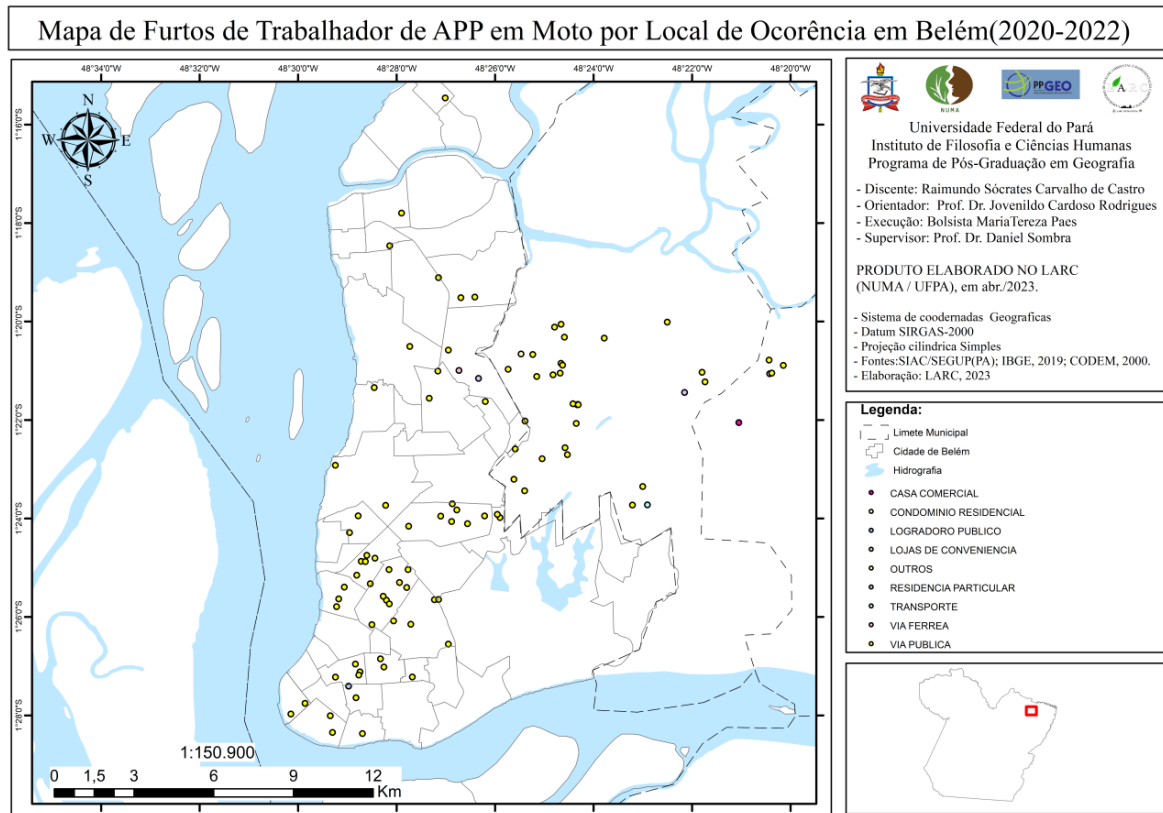
Mapa 22 – Ocorrência de furtos em Belém.



Fonte: Elaboração própria / Dados da pesquisa.

O Mapa 23 demonstra o quantitativo dos furtos e/ou roubos sofridos pelos motoentregadores, o que possibilitou a representação dos locais dos registros de ocorrência. Tais registros, ocorridos ao longo do eixo estruturante, processaram o crescimento da cidade de Belém, esse esgarçamento ou formas vetorizadas possibilitadas pelas expressões e realizações dos processos imprimidos no espaço pelas relações sociais (Costa; Rodrigues, 2022). No âmbito da produção do espaço, e mesmo das expressões elaboradas nos processos de produção e reprodução (mão de obra) (Lefebvre, 1973, 1974), a lógica do capital e das formas de representação dos problemas de exclusão, segregação, exploração e violência estão imersos nesse princípio elaborador das contradições do espaço.

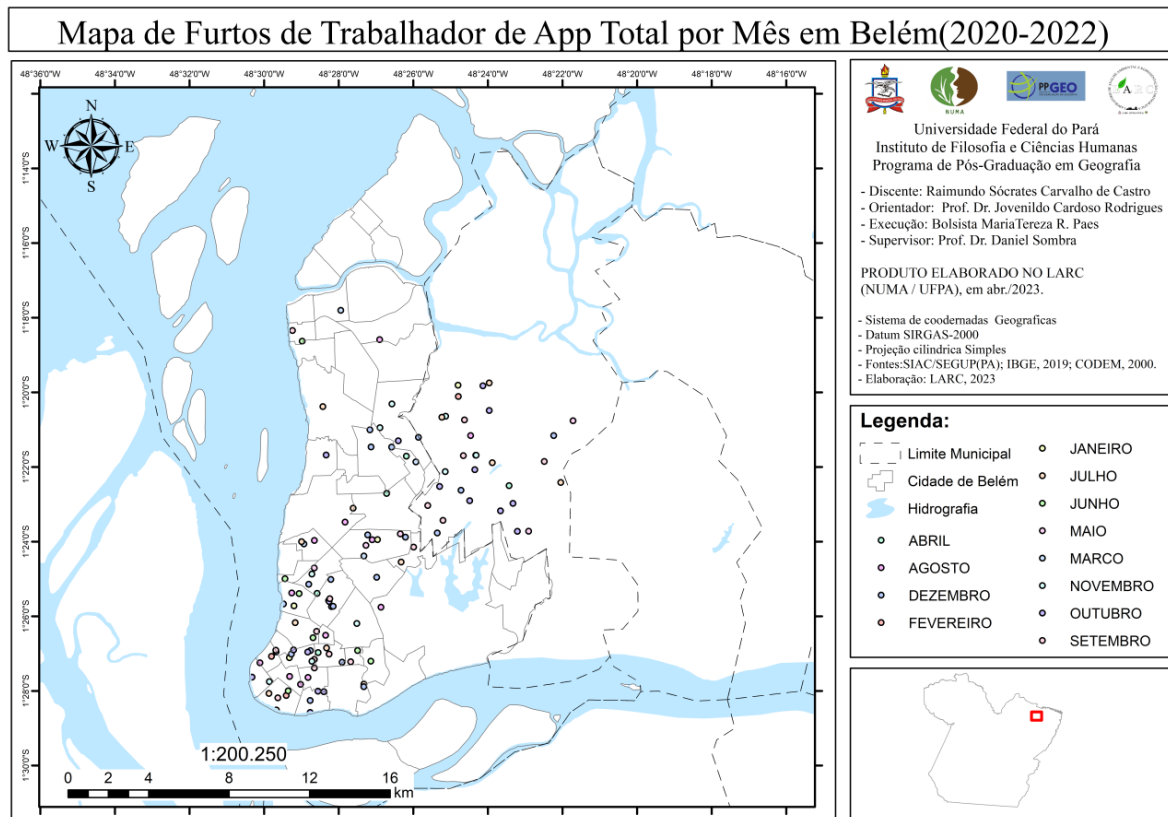
Mapa 23 – Furtos de motos em Belém.



Fonte: Elaboração própria / Dados da pesquisa.

A informação que podemos compreender, a partir da representação do Mapa 24, traduz de forma mais específica os casos da cidade de Belém, onde os registros dos furtos e/ou roubos puderam ser representados na escala de registros da cidade, sobre os diversos meses dos anos. Tal representação expressa o risco que está latente nas dinâmicas das cidades, sendo que em Belém podemos perceber a maior incidência de casos, além do acompanhamento do deslocamento das relações e reprodução do setor de serviços que se faz e realiza no espaço.

Mapa 24 – Furtos de trabalhador de App total por mês em Belém



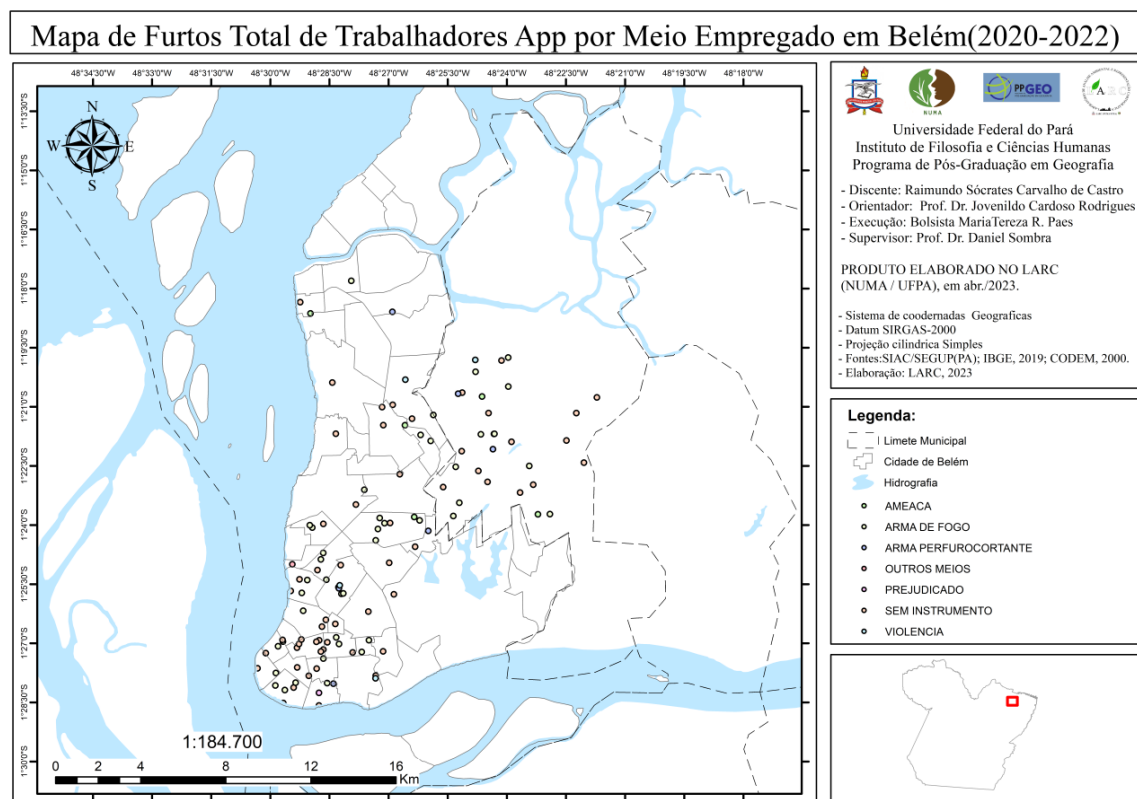
Fonte: Elaboração própria / Dados da pesquisa

As representações do Mapa 25 apontam para os casos de violência sofridos pelos motoentregadores no período da pesquisa, mediante os tipos de instrumentos utilizados nos referidos atos e práticas delituosas, que foram registradas pelos trabalhadores nos objetos geográficos de segurança (delegacias de polícias).

Os dados apresentados revelam o que foi dito anteriormente, a *uberização* percebida por meio do trabalho dos motoentregadores de apps traz e representa o significado da precarização, não só por suas próprias características, representa e contém os mesmos elementos neoliberais, de um autogerenciamento que não existe. Representa em si mesmo a pilhagem e o acúmulo de riqueza. Os motoentregadores de apps representam objetivamente as condições mais específicas de precarização, a partir das relações desiguais de exploração, por dentro das plataformas digitais e por fora na realização de práticas espaciais. Elas fazem a mediação de entrega de mercadorias e alimentos, exercendo a exploração do trabalho, do conjunto de trabalhadores, dos empreendimentos e redes *fast-food delivery's* (restaurantes, lanchonetes, pizzarias e demais espaços), assim como dos próprios trabalhadores motoentregadores.

Nesse ínterim, faz-se necessário entender o arquétipo formado do cenário e pano de fundo onde está e acontece a realidade do trabalho, haja vista que o espaço é a esfera constituidora da sociedade, aos moldes da economia, da cultura e da política (Santos, 2006). Sendo também o espaço de formação das identidades relacionais (Harvey, 2005); isso porque o espaço é o constituidor de outras instâncias em si: a cultura, a economia e a política estão nele. Nesse espaço, estão dispostos objetos geográficos, pensando na própria matéria física, e os processos e interações daquele determinado momento da sociedade que dão vida a esse campo de materialidade historicamente constituído.

Mapa 25 – Furtos total de trabalhadores de app por meio empregado em Belém.



Fonte: Elaboração própria / Dados da pesquisa.

No âmbito dos processos espaciais de realização da atividade plataformizada, ainda podemos citar as questões ligadas às dificuldades das dinâmicas constituídas, por meio dos termos determinados nas esferas de controle algorítmicos dos aplicativos, que delimitam e controlam as atividades de entrega. Nesse caso, como já mencionamos anteriormente, é exigido agilidade nas entregas que, na maioria das vezes, implica nas punições por meio dos bloqueios e suspensões dos trabalhadores cotidianamente:

Eles nos últimos dias retiram até o nosso roteiro, pois agora nós não podemos pensar em aceitar pedidos próximos de onde a gente se encontra, tem que pegar os pedidos

que não são feitos, quando cai para gente, e pronto! Se a gente recusa, porque estamos distante da retirada, o aplicativo sacaneia a gente, é isso! (Bros, 2022).

Essas dificuldades podem ser entendidas considerando a dinâmica de solicitação de pedido na plataforma e o sinal de retirada no perfil cadastrado pelo motoentregador. Nesse instante, o entregador possui o tempo de retirada do pedido e o tempo de entrega do mesmo. Esses tempos constituem-se da seguinte maneira: 10 minutos para retirada nos fixos que são cadastrados nas plataformas (restaurantes, pizzarias, etc.); 10 a 30 minutos para finalizar a entrega ao solicitante. As verificações e interpretações que podemos perceber na dinâmica do trabalho *uberizado* e/ou plataformizado vinculam-se na relação dos fixos e fluxos. Os trabalhadores possuem rotina de realização de atividades em meio ao espaço e suas relações diárias.

Há a necessidade de compreensão da tríade que envolve a relação entre os seguintes sujeitos que protagonizam a atividade de trabalho *uberizado*: os motoentregadores, os aplicativos (*IFood, Uber Eats e Rappi*) e os espaços fixos (restaurantes, pizzarias, lanchonetes etc.), que reproduzem a cadeia da *deliveryzação*. Essa relação envolve um conjunto de fluxos que exteriorizam e determinam a produção socioespacial, por meio dos atores e sujeitos envolvidos. Assim como envolve a sociedade que é usuária e consumidora dos serviços das plataformas, que determinam a realização da atividade no espaço, promovendo as relações de produção e reprodução do capital, assim como do trabalho. Na Figura 19, ilustramos a realização do ciclo de fluxo, com a participação dos atores envolvidos no trabalho *uberizado*.

Figura 18 – Representando o fluxo de entrega.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os meios operativos do processo de *deliveryzação* no espaço são exercidos na triangulação das demandas dos serviços, que, quando solicitados pelo aplicativo que cadastra os fixos (restaurantes, pizzarias, lanchonetes, etc.), espriam-se em meio à longa malha

rodoviárias do território nacional e mesmo planetária. Porém, estamos refletindo a dimensão específica do espaço metropolitano de Belém. Por meio desses fixos, que se constituem nas cidades do espaço metropolitano, os pedidos são produzidos, dando andamento nos fluxos, pois esses controles algorítmicos, que gestam e controlam as relações constituídas nos aplicativos, automaticamente acionam os motoentregadores para retirarem os pedidos. Os apps detectam o entregador mais próximo e estabelecem a demanda para ele sobre a retirada e automaticamente a entrega.

As dinâmicas visualizadas pela realização dos processos de exploração percebidos objetivamente tendem a ser ainda mais espoliantes, quando entendemos que a precariedade da atividade tende a ser vilipendiadora das relações de executabilidade, pois os controles dos tempos de trabalho pelos algorítmicos imprimem as suspensões dos motoentregadores, caso tenham suas entregas canceladas pelos solicitantes dos aplicativos. A natureza dos cancelamentos dos pedidos pode acarretar os banimentos e bloqueios temporários desses trabalhadores. Observamos que os cancelamentos dos pedidos estão relacionados aos raios de entrega, ou seja, as grandes distâncias a serem percorridas no espaço para conclusão das entregas pelos trabalhadores. O raio de entrega é de aproximadamente 10 Km a 16 Km para que os trabalhadores possam receber notificações dos aplicativos e executarem as entregas. Realidade que configura a demora na entrega. Tal situação não é compreendida pelos usuários dos aplicativos, levando-os a atribuírem notas baixas e *deslikes* nos serviços dos motoentregadores na avaliação do pedido.

Diante disso, podemos apontar algumas das principais reclamações, reivindicações e motivações na atividade desenvolvida pelos trabalhadores entregadores, em meio aos processos espaciais. Dados que estão vinculados às condições gerais da atividade, diante do perfil de trabalho completamente desprotegido e desregulamentado que é explorado pelas relações empresariais dos serviços constituídos por meio da *uberização*. A fonte das informações são os motoentregadores, nas atividades de campo:

Reivindicações e Reclamações:

- Se a gente não trabalha não ganha nada;
- As baixas taxas de entregas;
- Entregas distantes;
- Falta de ajuda no custo do combustível;
- Falta de ajuda na manutenção das motos e bikes,
- Demora na retirada dos pedidos, pois os restaurantes demoram muito para viabilizar os pedidos;
- Falta de direitos e assistência geral;
- As frequentes punições.

Motivação na atividade de trabalho:

- A motivação é a família;
- Recebo mais do que esperava;
- O trabalho é muito livre;
- Oportunidade para trabalhar e sobreviver;
- Me sinto muito motivado, pois é uma grande oportunidade.

As características da precariedade do trabalho dos entregadores no EMB refletem as dinâmicas e as múltiplas determinações de territorialidade do capital. Acarretando, para tanto, a conjuntura dimensionada pelos processos de globalização e das políticas neoliberais, em que as transformações da base produtiva do capital, orientadas pelas tecnologias, informação e comunicação vêm desestruturando e corroendo os processos de trabalho, em meio ao espaço; determinando formas e morfologias no espaço urbano, assim como as novas morfologias no mundo do trabalho, o que Antunes (2018, p. 83) considera como “[...] o mascaramento e transfiguração das relações assalariadas, que têm que assumir a aparência de não-trabalho”.

As dinâmicas de constituição do valor, da produção e reprodução do capital, exercidas por meio das plataformas e da inteligência artificial algorítmica, operadas pelas empresas e corporações *uberizadas*, têm promovido monumentais expressões de exploração do trabalho. Realidade que aflige e compromete a condição de saúde mental e mesmo a questão mais subjetiva da vida, no trabalho e mesmo fora dele, pois os tempos de trabalho impedem qualquer atividade de lazer e de distração como meio de possibilitar condições saudáveis à reprodução social dos “novos operários plataformizados”. As percepções e execuções da desrealização dos direitos exercidos pela política neoliberal legitimaram a ação mais corrosiva do direito e da realização da vida pelo trabalho, cristalizando, assim, seus interesses. Conforme Antunes (2018), o neoliberalismo se converteu em uma verdadeira máquina de devastação, um verdadeiro *moinho satânico*.

Para aludir os processos metodológicos do objeto de estudo e explicando as condições mais específicas da realidade trabalho dos motoentregadores, buscamos perceber e demonstrar, nesse processo, as condições de organização política e de resistências; por mais que, anteriormente, tenhamos expressado a percepção de resiliência e seus rebatimentos de lentidão, dados pela dinâmica de totalidade, as intencões do capital legitimam, na atualidade, as condições do quadro precário e das novas morfologias do trabalho. Buscamos compreender as percepções, organizações e identidades por melhores condições de inclusão social, em meio aos processos de reprodução socioespacial, que se realizam em meio a condições precárias do trabalho (motoentregadores plataformizados).

Pudemos apontar as questões políticas externadas pelos pesquisados, tendo como base as reivindicações, reclamações e motivações dos trabalhadores, que apresentamos e citamos anteriormente. As falas e opiniões acerca das questões de organização política, e mesmo de manifestações dos trabalhadores, sejam elas nacionais ou locais, aconteceram e foram registradas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belém, no decorrer dos anos de 2020 e 2023, conforme podemos evidenciar nas Figuras 20 e 21.

A Figura 20 representa e traduz os atos e manifestações que os trabalhadores de aplicativo fizeram, no período citado, nas capitais dos Estados, pelo Brasil. A figura mencionada representa as dinâmicas e processos das movimentações sociais dos trabalhadores na cidade de Belém, que buscavam realizar reivindicações por melhores condições de trabalho, buscando traduzir suas realizações por meio das relações e implicações que estão presentes nas correlações e vivências no território usado e praticado nos processos espaciais (Santos, 2001).

Figura 19 – Manifestação dos Motoentregadores – Belém.

Entregadores de aplicativo fazem manifestação em shopping do bairro Val-de-Cans

Segundo os trabalhadores, o intuito do protesto é conseguir uma área para
estacionar enquanto retiram pedidos do shopping



O Liberal
11.03.23 11h46



Fonte: Jornal O liberala (2023).

No caso da Figura 21, temos as manifestações na cidade de São Paulo, representando as relações de resistência e dinâmicas processadas no espaço da cidade, onde as identidades dos movimentos sociais refletem as desigualdades e exploração do trabalho, assim como a precária condição da reprodução social pelo trabalho dos entregadores *uberizados*.

Figura 20 –Manifestação dos Motoentregadores – São Paulo.



Entregadores protestam na avenida Paulista, em São Paulo, contra pagamentos baixos e falta de equipamento de proteção
Imagem: Reprodução

Entregadores protestam contra redução de valor pago por aplicativos em SP

Felipe Pereira
Do UOL, em São Paulo
17/04/2020 18h22

Fonte: Uol (2020).

Ainda nesse contexto, podemos aludir algumas questões que têm possibilitado as movimentações no campo dos confrontos e identidades que passam a ser pontuadas no território usado, apresentadas por Antunes:

Entretanto, é importante destacar, como já pude indicar anteriormente, que a nova morfologia do trabalho possibilita também o florescimento de uma nova morfologia das lutas sociais, de auto-organização e de novas formas de representação. O “Breque dos App’s”, como sugestivamente foram denominados as duas primeiras greves dos trabalhadores e trabalhadoras de aplicativo no Brasil, em junho de 2020, sinaliza o início de uma nova fase de lutas sociais desencadeadas pelo novo proletariado de serviços da era digital.

Manifestações que levaram milhares de motoentregadores às ruas, como forma de externar as indignações e demarcando os conflitos territoriais. Na RMB, em dezembro de 2020, também houve manifestações que eclodiram como consequência do acidente de trânsito que provocou a morte de um motoentregador. Tal situação fez eclodir manifestação no espaço metropolitano como forma de reivindicação por mais respeito, direitos e segurança nas ruas. Isso acende o debate da questão dos processos de trabalho, quanto à práxis social de sua realização por condições mais dignas de sua reprodução socioespacial. São lutas que serão necessárias nas dinâmicas do território, pois o capital e os sentidos fixados nos processos espaciais promovem rotineiramente retaliações e degradações da condição de sobrevivência do trabalho e da vida no processo espacial. Resistir às condições de acinte do capital na atualidade se faz urgente, pois os modos operantes de exploração e pilhagem do capital plataformizado

externam-se por meio do setor de serviço, corroendo e iludindo a ação do valor trabalho, dos trabalhadores de aplicativos, no trabalho e fora dele.

[...] tudo isso expressa uma ordenação, em que o espaço é a categoria da ordem e o território é sua materialidade; é por esse caminho que nos propomos entender o significado das localizações, isto é, por dentro do metabolismo do capital que afeta e divide a vida dentro e fora do trabalho, tanto no ambiente da produção (do trabalho), quanto da reprodução (da morada, do convívio social), influenciando decisivamente a práxis social dos trabalhadores, marcada historicamente e pela fragmentação e estranhamento do trabalho da totalidade social (Thomaz Júnior, 2009, p. 55).

Figura 21 – Protesto dos motoentregadores.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Nesse sentido, faz-se premente compreendermos os dados que são externados nas Tabelas 4 e 5, no tocante à questão das lutas e organizações dos trabalhadores no espaço metropolitano. A reestruturação do mundo do trabalho e a flexibilização das leis do trabalho, de certa forma, desestruturam as identidades de classe e sindical, mas não deixou o trabalho fora da questão central, a condição da valorização do capital. Simplesmente a crescente informalização promove a naturalização das condições precárias da reprodução social dos trabalhadores.

O mundo das ideias e das falsas desvinculações das identidades afasta a participação mais engajada dos trabalhadores motoentregadores, pois eles têm suas razões obnubiladas, no sentido de não perceber a ação vilipendiadora exercida pelos processos de *uberização* do

trabalho. No entanto, alguns entregadores acham que as condições precárias de trabalho passam a ser como oportunidades de labor livre, sem a presença do patrão, sem ponto, ou algo parecido.

Os trabalhadores, no momento da coleta de dados, não se sentiam muito à vontade, porque sempre achavam que a pesquisa era para coletar informações de suas atividades políticas para as plataformas, como atos de delação. Tal receio dos entregadores *delivery* deve-se às recorrentes suspensões e desligamentos pelos aplicativos. Tal situação ficou bastante evidente quando verificamos a modesta contestação e mesmo a aceitação das condições aviltantes de trabalho, situação percebida nos dados abaixo. Porém, isso não reflete na totalidade a importância da questão do protagonismo que a categoria tenta legitimar nas dinâmicas espaciais, mesmo por meio dos confrontos, posicionamentos e lutas políticas no âmbito do território. Realidade que pode ser aludida na fala de Yamaha:

Participei da manifestação no mês de dezembro do ano passado, a manifestação ocorreu pelo atropelamento de um colega, onde buscou-se reivindicar por melhores condições de trabalho e por mais direitos. Nós corremos muitos riscos, todos os dias. Daí a manifestação (Yamaha, 2020).

Tabela 4 – Consciência Política dos Motoentregadores/RMB (Belém-Ananindeua).

Muito Consciente Politicamente	Nº 14
Pouco Consciente Politicamente	Nº 21
Evitam Participação Política	Nº 15

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 5 – Participação em Manifestações Políticas Motoentregadores/RMB (Belém-Ananindeua).

Acham importante participar	Nº 20
Não acham importante participar	Nº 17
Não tem nada haver	Nº 05
Não participam	Nº 05
Já ouviram falar	Nº 03

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O processo de produção do espaço, segundo a lógica da dinâmica da tec-informação, que é operado e instrumentalizado por meio da gestão da *uberização*, exponencia a produção e reprodução do capital pelo setor de serviços. Este, por sua vez, tem paulatinamente esgarçado as relações de trabalho no sentido da fragilização dos direitos e das condições precárias que se espraiam no território das cidades brasileiras. As expressões das múltiplas intervenções e interesses do capital que se realizam no espaço das cidades, assim como o advento dos equipamentos de usos coletivos e de usos privados, modelam e remodelam os espaços, demandando novas formas e morfologias no espaço urbano. Tem como mecanismo contribuidor dessas novas configurações os processos de plataformação. Revelando, para tanto, o que Rodrigues e Rodrigues (2021) argumentam ser o espaço no qual as estruturas

urbanas revelam a um só tempo a (re)produção de novas centralidades urbanas, a coexistência de tempos, ritmos, movimentos, temporalidades e espacialidades urbanas diferentes, diversas e desiguais.

Considerando tais formas, processos, estruturas e morfologias urbanas e buscando capturar e/ou compreender esta porção territorial, em sua relação entre universalidades, particularidades e singularidades[...] analisar de que maneira os novos agentes de comércio e serviços vem interferindo na (re)estruturação da cidade e na (re)produção do centro e da centralidade urbana em Ananindeua-PA, a partir dos anos de 2000 (Rodrigues; Rodrigues, 2021, p. 2).

Como último ato de reflexão, apresentamos uma última variável que observamos em nossa investigação, que se vincula à questão das dinâmicas de entrega dos motoentregadores nos bairros do espaço metropolitano de Belém. Nessa variável, podemos perceber a descrição dos principais bairros que foram denotados pelos investigados na presente amostra. Os dados coletados por meio de mapas, gráficos, fotos, figuras, entre outros, que apresentamos como produto da investigação, possibilitados pelos instrumentos de pesquisa (entrevistas e formulários), demonstram as relações dos bairros com maior e menor dinâmica de entrega, assim como os que possibilitam maiores e menores valores de gorjeta, dos problemas de furtos, de exploração do trabalho.

a) Bairros com maior dinâmica de entregas

- ✓ Umarizal;
- ✓ Batista Campos;
- ✓ Pedreira;
- ✓ Marcos;
- ✓ Cidade Velha;
- ✓ Jurunas;
- ✓ São Brás;
- ✓ Cidade Nova;
- ✓ 40 Horas;
- ✓ Levilândia;
- ✓ Coqueiro;
- ✓ Parque-Verde.

c) Bairros com melhores gorjetas

- ✓ Umarizal;
- ✓ Batista Campos;
- ✓ Marcos;
- ✓ Cidade-Nova;
- ✓ Parque Verde;
- ✓ Paar.

b) Bairros com menor dinâmica de entregas

- ✓ Terra-Firme;
- ✓ Sacramento;
- ✓ Vila da Barca;
- ✓ Pratinha;
- ✓ Jurunas;
- ✓ Curuçambá;
- ✓ Aurá
- ✓ Paar;
- ✓ Águas-Lindas;
- ✓ Águas-Branças.

d) Bairros com piores gorjetas

- ✓ Jurunas;
- ✓ São Brás;
- ✓ Pedreira;
- ✓ Hélio Gueiros;
- ✓ Coqueiro;
- ✓ 40 Horas.

Diante disso, podemos observar que as diferenças espaciais vividas, percebidas e concebidas, por meio da produção socioespacial no espaço metropolitano, segundo as informações prestadas, reverberam as desigualdades que historicamente se ampliaram mediante a lógica dos processos de valorização das áreas apropriadas de formas abastadas, nos processos de dispersão. Assim, prosperam rugosidades exercidas nas formas e morfologias dos espaços urbanos, o que causa assombro nos processos de expulsão e exclusão que se materializam mediante a exploração e segregação socioespacial, no que diz respeito à apropriação de determinadas vetorizações nas escalas de domínio e exclusão.

Nos sentidos de segregação no espaço metropolitano, quando comparamos às variáveis (a) e (b), por meio dos dados acima, percebemos que há uma disparidade imensa quanto à renda, assim como quanto aos demais serviços e equipamentos públicos do espaço urbano. É perceptível que as maiores dinâmicas de entrega acontecem nos bairros de maior condição de renda e de reprodução social dos indivíduos dos determinados locais. O mesmo acontece quando nós voltamos para as variáveis (c) e (d), em relação às gorjetas. Percebemos que a variável renda, no âmbito da atividade de trabalho dos motoentregadores, são constituídas nos espaços territoriais de maior renda, pela condição de concentração e disparidades da desigualdade de riqueza e condições sociais privilegiadas.

É válido comentar a presença da Operação Logística (OL), que se faz por meio arquétipo dos processos de plataformização, pois as Corporações de serviços de “Economia de Compartilhamento” – *Ifood, Uber Eats e Rappi* – terceirizam os serviços de gorjetas às empresas que estão inseridas nessas corporações de serviços *delivery*. As OL prestam serviços de controle algorítmicos, para administrar e controlar os cadastros dos motoentregadores, assim como fornecer aos aplicativos um perfil de maior disponibilidade dos trabalhadores que se submetam à total exploração. Ocorre o cadastramento de gorjetas somente para os trabalhadores que tenham em seu o perfil a disponibilidade de maior quantidade de horas de trabalho nas ruas, ou seja, que tenham disponibilidade de horas no intervalo de 12h até 15h de trabalho diário. Com essas características, os trabalhadores teriam suas gorjetas repassadas integralmente. As OL são, na verdade, os verdadeiros “Capitães do Mato⁵⁰” do processo de *uberização* do trabalho.

⁵⁰ No Brasil, o capitão do mato foi o serviçal criado por fazendeiros ou feitoria encarregado da captura de escravos fugitivos, já que estes eram propriedades dos fazendeiros. Tinham a incumbência de controlar não só a propriedade, mas as condições sub-humanas no tocante a dignidade da pessoa humana.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território das cidades em escala mundial vem sendo fortemente impactado pela difusão espacial do trabalho *deliverizado*, que “*se fez e se faz*” através das grandes transformações do mundo do trabalho e de sua base produtiva, sendo que as novas formas espaciais e territoriais do trabalho plasmadas, a partir dessas bases e configurações, que foram alçadas através das mudanças das bases produtivas firmadas a partir dos anos de 1980, metamorfosearam-se profundamente a partir da segunda década do século XXI, amalgamadas e amparadas na mundialização do capital, na difusão tecnológica e na intensificação dos usos de novas tecnologias a serviço da produção capitalista do espaço.

O desenvolvimento técnico, tecnológico e informacional possibilitou profundas alterações dos espaços fabris, das relações sindicais das mudanças das leis e garantias do trabalho e do trabalhador, dos direitos sociais, das políticas sociais, por meio das configurações do estado mínimo, dentre outras práticas expressadas globalmente pela lógica perversa do neoliberalismo, ou mesmo das *oligarquias liberais*, haja vista que tais características podem ser observadas nos diversos espaços e territórios das capitais e metrópoles do mundo, do Brasil, como o caso do espaço metropolitano de Belém.

A difusão espacial do trabalho *uberizado* exercido pelos motoentregadores no espaço metropolitano de Belém imprimem, na atualidade, relações e tessituras como processos constituintes de ocupação do espaço urbano das cidades e mesmo do espaço metropolitano de Belém. Exteriorizam o metabolismo do “território usado”, haja vista que tais espaços difundem e vetorizam as relações complexas da realidade social e produtiva dos entregadores a partir de usos e abusos territoriais corporativos, em que a realidade da exploração desses trabalhadores se faz imersa no processo de precarização do trabalho, como buscamos discorrer ao longo desta tese.

Nesse sentido, ainda na terceira seção da tese, buscamos exercer entendimento da categoria trabalho tendo como foco principal o debate acerca do trabalho como condição fundante do indivíduo como ser social (Marx, 1986, 1987), como possibilidade de o homem exercer suas relações metabólicas com a natureza mediante o arsenal de oportunidades no meio orgânico e inorgânico. A esse respeito, Lessa (1992, 1997) considera o trabalho em si como meio fundante do homem, que tem suas qualidades continuadas e melhoradas, e o fazer do trabalho se faz também pelas qualidades da técnica (Santos, 1996, 2006).

Discutimos, ainda, as mudanças e transformações do mundo do trabalho dadas principalmente a partir dos ordenamentos legais e dos interesses do capital, percebidos através

da crise do modelo produtivo taylorista-fordista desenvolvidos a partir da 2ª Guerra Mundial, que marca os registros e transformações do espaço urbano das grandes cidades (Harvey, 2005, 2006). Tratamos sobre as transformações do mundo do trabalho calcadas por meio do modelo toyotista (Antunes, 2005, 2007, 2018), bem como o debate acerca da produção do espaço, território usado, como caminho teórico-metodológico para entender as dinâmicas da *deliveryzação* do território na metrópole Belém na segunda década do século XXI.

Na quarta seção, efetuamos o resgate de alguns momentos da formação da cidade de Belém a partir das dinâmicas do trabalho no espaço, fato que possibilitou entendermos algumas características da relação espaço-trabalho e sua contribuição nos processos de dispersão e reestruturação metropolitana de Belém. A realidade dos processos de formação e ocupação dos espaços urbanos, e mesmo da realidade rural-urbana, do espaço metropolitano de Belém, pôde ser percebidas por intermédio dos trabalhos e pesquisas de autores como: Trindade Júnior (1998), Tavares (2000), Costa (2002) e Rodrigues (2018, 2021, 2023). As incursões e diálogos com os autores e pesquisadores que exerceram e exercem estudos acerca do desdobramento dos processos espaciais e das realidades mais específicas da formação da cidade de Belém possibilitaram refletirmos sobre questões vinculadas ao território usado pelos trabalhadores *uberizados* no espaço metropolitano de Belém.

Já na quinta seção, apresentamos os resultados empíricos da construção, assim como debates mais direcionados às tessituras de ocupação espacial, imprimidos pela difusão e práticas espaciais de trabalho dos motoentregadores no espaço metropolitano de Belém. No sentido de desvelar o território usado a partir dos fluxos que são construídos nas dinâmicas do processo espacial do dia a dia nas cidades que integram o espaço metropolitano, dados principalmente pelos atores que estão na trama de realização das práticas espaciais do trabalho dos entregadores *delivery* na trílogia (entregadores, usuários dos aplicativos e a ação algorítmica).

Nesse sentido, a referida seção apresenta dados que refletem as condições e práticas espaciais do trabalho *deliverizado uberizado*, possibilitados pelo ato da pesquisa no espaço metropolitano, que estão representados nos mapas cartográficos, tabelas e gráficos que versam sobre as dinâmicas territoriais do trabalho, quantidades de horas de trabalho, renda, dentre outros dados que passam a revelar a realidade do trabalho na escala metropolitana de Belém. Por meio de entrevistas semiestruturadas, pudemos verificar as práticas espaciais do trabalho *plataformizado* nas cidades de Belém e Ananindeua com grandes fluxos dessas atividades percebidos em alguns eixos estruturantes da cidade de Belém e Ananindeua.

Os eixos estruturantes que foram delimitados e apresentados por meio das representações dos elementos cartográficos de Belém e Ananindeua, de certa forma,

possibilitaram-nos debater e apresentar dados da realização do trabalho dos motoentregadores, como elementos do uso do território e do esgarçamento pela relação dos desdobramentos do crescimento urbano, em que se constituíram as centralidades e mesmo multi(poli)centralidades que redimensionaram espacialmente a realização do trabalho dos trabalhadores entregadores *delivery*. Principalmente quando percebemos *novas territorialidades e centralidades* como as percebidas no decorrer do desdobramento dos espaços urbanos no contexto metropolitano de Belém.

Em nossa análise, evidenciamos que a cidade e o território são os lugares que garantem a produção e reprodução social, a reprodução do capital, as lutas e resistências, a presença da segregação e exclusão social, mediante os interesses do capital e de lógicas neoliberais. Há que se considerar, também, as ações contra-hegemônicas do movimento dos trabalhadores de *delivery* na busca por melhores condições de trabalho. Assim, o espaço torna-se produtor de padrões, permeado e alterado pela organização do trabalho e resultado de processos de lutas urbanas pelo direito ao trabalho e direito à cidade em suas possibilidades de realização humana.

Diante disso, defendemos a ideia central ou tese de que as transformações do mundo do trabalho, no âmbito do neoliberalismo, criaram e formaram os espaços de realizações precários de trabalho, em que a *uberização* é reflexo do cenário espacial que a reestruturação do mundo do trabalho vem expressando no território, formas predatórias e nefastas, através das transformações tecnológicas e informacionais, em que os caminhos tortuosos e penosos do trabalho dos motoentregadores de aplicativo se realizam nas dimensões espaciais e territoriais do espaço metropolitano de Belém. A difusão do processo de *deliveryzação* e plataformização do trabalho, na escala do espaço metropolitano de Belém, fortemente associada a interesses da produção capitalista do espaço, vem contribuindo para a *deliveryzação* do território como espaço de intensificação da mercantilização do trabalho e precarização da vida, expressões das novas determinações do capitalismo globalizado e de reprodução ampliada do capital.

Antunes (2018), em *O privilégio da servidão*, melhor elucida sobre a produção de valor e do mais-valor no setor de serviço. Corroborando suas tessituras argumentativas, fizemos a interlocução com a atividade dos motoentregadores, discutindo essa atividade que em si não é um produto. O autor conclui que o ir e vir de produtos, ou seja, o deslocamento em si do trabalho dos motoentregadores não é um produto, mas a indústria passa a vendê-lo como tal. Essas dinâmicas e lógicas passam a implicar em mais valor adicionado ao que está sendo transportado. Para o autor, a produção do valor se realiza no processo de circulação, que passa a ser caracterizado como algo realizado a uma produção imaterial.

Assim, podemos entender que a sustentação da produção material, nesse princípio e lógica, possibilita um encaixe quanto ao trabalho por plataformas digitais, como descrevemos na terceira e quinta seções. Acreditamos que cada vez mais a produção realizável pela *uberização* se conecta ao imaterial, pois essas atividades por si só não geram algo, ou seja, o trabalho do motoentregador não gera um produto.

Estamos presenciando o advento de novas formas de extração do mais-valor também nas esferas da produção não material ou imaterial, espaço por excelência dos serviços que foram privatizados durante a longa fase da vigência do neoliberalismo (Antunes, 2018, p. 46).

Somos sabedores de que o trabalho e o mediador deveriam possibilitar a emancipação humana, transformando o indivíduo em um ser social (com direitos e deveres respeitados e garantidos, traduzidos no direito à cidade), mas as condições traduzidas no trabalho *uberizado* dos motoentregadores não têm legitimado essa possibilidade, pois provocam e trituram a condição de realização desses direitos. O que se vê é o exercício da produção e as dinâmicas territoriais como meios da infelicidade e da alienação de espaços cada vez mais fetichizados.

Nesse contexto é que hoje se encontra espacialmente as formas de realização do “trabalho e/ou do não-trabalho”, pois a classe trabalhadora tem vivenciado profundas fissuras e fragmentações, que espacialmente se complexifica. Isso porque, no contexto espacial de realização do espaço do trabalho, percebemos dois grandes vértices: os trabalhadores possuem habilidades cada vez mais intelectualizadas. Segundo Santos (2008), o meio técnico-científico-informacional faz com que eles operem abstrações numéricas e utilizem mais a dimensão intelectual da força de trabalho do que a física. Podemos observar o caráter da polivalência das atividades, uma vez que, do outro lado do vértice, encontra-se uma massa amorfa de trabalhadores cada vez mais precarizados, que estão em trabalhos instáveis, parciais, temporários ou mesmo desempregados, estruturalmente sem qualificação e instrução (Antunes, 2005).

Os caminhos e descaminhos do espaço-tempo, imprimidos pela globalização e principalmente ordenados por meio das expressões neoliberais (Santos, 2006), serviram à desrealização do trabalho; debate também empreendido por Dardot e Laval (2016), que explicam as transformações que plasmam a subjetividade dos trabalhadores no mundo, pois não há mais separação do trabalho das demais áreas da vida. Logo, a subjetividade realizável do trabalho, imersa na lógica neoliberal, reproduz e cria “[...] um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra” (Dardot; Laval, 2016, p. 327).

Desse modo, esse ser realizável, segundo Dardot e Laval (2016), será plasmado através da lógica da compreensão do espaço-tempo, do fomento ao setor de serviços nos processos de centro e centralidade por meio dos seus vetores (sociais, econômicos, políticos, comerciais, culturais e ideológicos). Tais vetores provocam a redução do emprego regular e do aumento do trabalho parcial subcontratado, temporário e informal, compreendendo, assim, a estética pós-moderna de instabilidade, de mais rentabilidade, lucro e mais desregulamentação (Harvey, 2008).

As condições realizáveis dessa precarização e seus impactos no proletariado têm possibilitado a formação de ato de resistência, que surge no processo de realização do espaço/território. No entanto, ainda buscamos refletir e apontar, nesse instante final, que mesmo diante dos caminhos e descaminhos realizados pelas ações do trabalho (*uberizado*, inteligência artificial trabalho imaterial, não trabalho etc.), não há desconexão nas realizações e contradições mais profundas, praticadas na dimensão de lutas, no que se refere ao território usado e praticado, conforme Ribeiro (2005).

A realização do trabalho *uberizado* está sendo usada como fachada e como uma falsa solução, um tanto paliativa, para esconder, escamotear e obnubilizar as verdadeiras falhas estruturais da organização social. Esse cenário propicia que todo o processo de desrealização do trabalho possa, de algum modo, exteriorizar que a vida já precarizada, de desemprego, de exclusão, de marginalização e periferização, assim como de outros atravessamentos sociais, possam ser apropriados e delegados, como espaços de realização aproveitados pela máquina triturada da *deliveryzação*. A realidade apresentada pela *uberização* busca exaltar a mistificadora figura do “empreendedor(a)/prestador(a) de serviços como um campo viável de trabalho “livre”, de forma sistemática, soando aos “quatro cantos” do globo tais ideias. Todavia, as corporações plataformizadas visam única e exclusivamente burlar, manipular e fraudar os direitos do trabalho. O objetivo é garantir meios de territorialização da exploração da força de trabalho sobranete, garantindo formas expressivas da viabilidade da pilhagem e rentabilidade da reprodução de seus capitais.

Acreditamos que ainda há espaço para a realização das lutas e movimentos sociais vinculados ao trabalho, aos moldes do que representou o movimento Cartista, Ludista e das Tride-Union, do século XIX, que eram as esferas de luta e organização dos trabalhadores. Esses movimentos buscavam manter as boas condições de trabalho e emprego, como obter melhores salários, jornadas de trabalho e os demais benefícios, muitos deles conquistados por meio da regulamentação, com a melhoria das condições de trabalho, assim como os padrões de segurança, no decorrer do século XX. Os princípios de resistência e identidade do trabalho

possibilitaram e viabilizaram as regras que regeriam o estatuto dos trabalhadores. Essas regras e legislações, ao longo das relações e processos dos direitos trabalhista, na dimensão espaço-tempo (promoções, condições de justa causa para rescisão, salários, férias e demais direitos da CLT), mediante as lutas e organizações do trabalho via sindicato e demais organizações, estabeleceram a proteção e o aumento do poder de negociação dos trabalhadores.

Os debates de Santos (2008), no que diz respeito ao redimensionamento dos espaços globais e das transformações do meio técnico-científico e informacional, possibilitam reflexões e entendimento sobre as realizações das relações sociais e produtivas e do trabalho. A *uberização* pode ser uma provável elevação da realização e transformação do trabalho e que, por isso, precisa traduzir a elevação e os ganhos do trabalho realizável. Contudo, os movimentos e lutas no âmbito do território das relações de realização do trabalho serão necessários, no sentido de retomarmos e avançarmos sobre as questões da contradição da relação capital x trabalho. Isso tudo nos possibilita compreender as relações do mundo do trabalho e investigar as modificações provocadas no espaço e na cidade por conta das novas estruturas do mundo trabalho (Marx, 2019).

É em meio a esse quadro que avança rapidamente no Brasil, e em escala global, a chamada *uberização* do trabalho, na qual os trabalhadores motoentregadores estão mergulhados em práticas profundamente corrosivas que vêm mudando e transformando a paisagem, o espaço e as dinâmicas territoriais da vida e do trabalho. Não só porque produz efetivamente mais máscaras e transmuta as relações assalariadas, mas porque têm de assumir a aparência de não-trabalho.

Acreditamos que esta tese pode ser tornar instrumento viável para garantir uma contra-hegemonia à realidade estabelecida, que está vinculada nas formas de organização do trabalho, em várias escalas do contexto espacial urbano e das lutas e resistências no âmbito do território. Se não acreditarmos nisso, viveremos a realização da reprodução dos espaços controlados em todos os quadrantes do globo, em que o capital irá territorializar-se e buscará impedir que haja qualquer ato de regulação, mesmo a mais débil dessa nova expressão do trabalho *uberizado*.

Para alcançar esse propósito, podemos pontuar que as investigações em torno da temática do trabalho plataformizado (motoentregadores) e seus rebatimentos na dinâmica do conhecimento geográfico não esgota o inesgotável, devido ao amplo elenco de questões que fazem parte do universo do trabalho, que se expressam por meio das inúmeras correntes teóricas e conceituais, que buscam refletir acerca do trabalho. Logo, a tese visa contribuir com as discussões dos caminhos e/ou descaminhos do trabalho e da contradição que se perpetua na realização e existência da sociedade capitalista e de suas oligarquias liberais.

Mediante as nossas contribuições, acreditamos que podemos lançar algumas sementes, na esperança que tanto o Estado como os movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores, sejam eles do setor de prestação de serviço e dos espaços produtivos do setor secundário e mesmo do rural, possam, de forma articulada e coletiva, criar leis e movimentos de lutas, resistências e diálogos, onde em que a relação espaço-tempo dos coletivos de trabalhadores e trabalhadoras possam retomar os seus direitos. Na certeza de que as transformações dadas e percebidas através do meio técnico-científico, compreendido e desenvolvido por Santos (2001, 2006), possam registrar a presença maciça e constante do trabalho repleto de direitos, dos objetos técnicos, pelo avanço e aplicação da ciência, dos fluxos de informações e do direito à cidade.

Nesse sentido, esta tese não tem qualquer pretensão de esgotar a temática da *uberização*, mas contribuir com esse importante debate acerca da realidade do trabalho *uberizado* e suas lutas e conquistas futuras. Esperamos que outros estudos possam ser constituídos com o intuito de buscar detalhar verticalizações e reflexões sobre tipologia, classificação e abordagem da *uberização*. Desejamos, para o futuro próximo, aprimorarmos e aprofundarmos a questão do trabalho *uberizado*, revelando e compreendendo as faces do trabalho precário.

Nessa perspectiva, algumas questões se fazem importantes para se pensar uma agenda de pesquisa, quais sejam: Quais os efeitos territoriais da difusão tecnológica e organizacional no mundo do trabalho? Como vêm se configurando as práticas espaciais do trabalho em face ao avanço do processo de *deliveryzação* evidenciado na escala das cidades brasileiras e amazônicas? Quais os impactos da inteligência artificial nos processos espaciais?

Em vista disso, gostaríamos de finalizar com uma das reflexões de Lafargue, que tece, ainda na segunda metade do século XIX, algumas críticas e tensões com seu sogro, Marx (1999): “A paixão cega, perversa e homicida do trabalho transforma a máquina libertadora em instrumento de sujeição dos homens livres: a sua produtividade empobrece-os”.

REFERÊNCIAS

- ABELÉM, A. **Urbanização e Remoção: por que e para que?** Estudo sobre uma experiência de planejamento nas baixadas de Belém. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1982.
- ACEVEDO, M. R. E. Histórico do Povoamento da Amazônia Brasileira. In: HÉBETTE, J. Natureza. **Tecnologia e a Experiência Brasileira de Povoamento de Belém**. Belém: Gráfica do Inst. Lauro Sodré, 1924. Trópico Úmido. NAEA, 1987. Série Documentos do GIPCT, p. 14-20.
- ALVES, G. (Org.). **Trabalho e valor**. Projeto Editorial Práxis – PET, 2021.
- ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ALVES, G. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 188-197, 2009.
- ALVES, G. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha: estudos do trabalho. **Revista da RET - Rede de Estudos do Trabalho**, v. 5, n. 8, 2011.
- ALVES, G. **A condição de proletariedade**. Londrina: Práxis, p. 106-121, 2009.
- ALVES, G. Toyotismo e subjetividade: as formas de desefetivação do trabalho vivo no capitalismo global. **Org & Demo**, v. 7, n. 1/2, p. 89-108, 2006.
- ANDRADE, M. C. (Org.). **Elisée Reclus. Geografia, coleção grandes cientistas sociais**. São Paulo: Ática, 1995.
- ANTUNES, R. L. C. A pandemia da uberização e a revolta dos precários. **Revista: Le monde diplomatique Brasil**, n. 191, 2023.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. L. C. **A desertificação Neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula**. Campinas, São Paulo. Ed. Autores Associados, 2022.
- ANTUNES, R. L. C. **A Dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo. Expressão Popular, 2004.
- ANTUNES, R. L. C. **Adeus ao trabalho?** 12. ed. São Paulo: Cortez; Campinas. Ed. Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- ANTUNES, R. L. C. Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje? Estudos do Trabalho Ano II – Número 3 - **Revista da RET - Rede de Estudos do Trabalho**, UNICAMP. 2008
- ANTUNES, R. L. C. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. L. C. O vilipêndio da COVID-19 e o imperativo de reinventar o mundo. **Revista O Social em Questão**, v. 24, n. 49, 2021.

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. L. C. **Uberização, Trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. L. C., SILVA, M. A. M. **O Averso ao Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2015.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.

ARANDIA, A. K. O mercado de trabalho frente a crise dos anos 80 e aos planos de estabilização. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 18, p. 148-164, 1991.

BARBOSA, A. F. **De “setor” para “economia informal”**: venturas e desventuras de um conceito. São Paulo: CEM/CEBRAP, 2007.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo: Ed. Ática. Princípios, 1991.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Iioritti. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06/09/2021

BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.

CACCIAMALI, M. C. Processo de informalidade sector informal: reexame de una discussão. **Rev. Venez. de Econ. e Ciências Sociais**, v. 6, n. 3, p. 95-110, 2000.

CACCIAMALI, M. C. **A economia informal 20 anos depois, Indicadores da FEE**, v.21, n.4, Porto Alegre. Campinas, n.14, 1994.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. Editora Contexto São Paulo, 2011.

CARLOS, A. F. A. **A condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.

CARLOS, A. F. A. A virada espacial. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p.7-16, dez. 2015.

CARLOS, A. F. A. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, R. S. C. **O trabalhador extrativista do açaí e as condições de vida dos trabalhadores e seus familiares: um estudo na ilha do Combú – Belém/Pará**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

CASTELLS, M. Proposições teóricas para uma investigação experimentais sobre dos movimentos sociais urbanos. **Revista Mexicana de Sociologia**, p. 1-26, 1972.

CASTRO, E. M. R. **Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017.

CHANG, H. J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 49, n. 3, p. 39-68, 1987.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, L. M. G. **Expansão imobiliária e os novos espaços do habitar na periferia metropolitana de Belém**. 2023.

COSTA, L. M. G. **Metropolização e Produção da Moradia: uma análise das novas (velhas) condições do habitar e do morar na metrópole Belém**, 2022.

COSTA, L. M. G.; RODRIGUES, J. C. **A formação de Belém enquanto cidade compacta ou confinada: uma análise a partir das formas de produção da moradia**, v. 24, n. 53, 2021.

COSTA, S. S. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 969-978, 2020.

CRUZ, E. **A estrada de ferro de Bragança: Visão Social, Econômica e Política**. Belém: SPVEA/Setor de Coordenação e Divulgação, 1955.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, M. N. Fomento e Mercantilismo: A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). **Coleção Amazônia**, v. 1 e 2. Série José Veríssimo, 1970. In: Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Caxambu-MG, GT 17 - Processos Sociais Agrários, 1996, p. 01-254.

DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA, edição em língua portuguesa 2012.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global 1985.

ENGELS, F. **Dialética da Natureza**. São Paulo: Boitempo 2009.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 4. ed. Rio de Janeiro: Global Editora, 1990.

FAZENDA, I. C. A. Integração como proposta de uma nova ordem na Educação. *In: Linguagens, espaço e tempo*. Rio de Janeiro, Editora Agir, 2013.

FAZENDA, I.C.A. **O que é Interdisciplinaridade?** São Paulo. Editora Cortez, 2008.

FILHO, W. R; MENDONÇA, R. N. A Crise do Trabalho no Brasil – uma breve análise dos efeitos da desregulamentação sobre o emprego e a renda dos trabalhadores. **Rev. Direitos Fundam. Democ.**, v. 27, n. 1, p. 48-78, jan./abr. 2022.

FOUCAULT, Michel. **La vida de los hombres infames**. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7.ed. São Paulo: Atlas. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, mar./abr. 1995.

GORZ, A. **Adeus ao Trabalho: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: Ed. UFF, 1997.

HAESBAERT, R. Territórios alternativos. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 97-98, 2002.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **GEOgrafia**, v. 4, n. 7, p. 7-22, 2002.

HART, Keith. A economia informal. **The Cambridge Journal of Anthropology**, v. 10, n. 2, p. 54-58, 1985.

HARVEY, D. **A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX**. Edições Loyola, 1992.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. Class-monopoly rent, finance capital and the urban revolution. **Regional studies**, v. 8, n. 3-4, p. 239-255, 1974.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1989.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15.ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.

HARVEY, D. **Cosmopolitanism and the Banality of Geographical Evils. Millennial Capitalism and the Culture of Neoliberalism**, edited by John L. Comaroff, Jean Comaroff and Robert P. Weller, New York, USA: Duke University Press, 2000.

HARVEY, D. **Espaço de Esperança**. São Paulo: Ed. Loyola Brasil. 1999.

HARVEY, D. **Justice, Nature and The Geography of Difference**. Oxford Basil Blackwell. 1996.

HARVEY, D. **O direito à cidade. Lutas sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Boitempo Editorial, 2017.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. Hucitec, 1980.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: 1980**: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/?id=772&view=detalhes>. Acesso em: 14 jun. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, 2020. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 abr. 2022.

KREIN, J. D.; PRONI, M. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Brasília: OIT, 2010.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. Editora Nova Alexandria, 1999.

LAPA, R. S. O trabalho em plataformas digitais e a pandemia da COVID-19: análise dos dados da PNAD COVID-19/IBGE. Mercado de trabalho: conjuntura e análise. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ministério do Trabalho**, v. 1, n. 0, abril 2021. Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho.

LEANDRO, L.; SILVA, F. A estrada ferro de Bragança e a colonização da Bragantina no estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v.15, n. 2, p. 143- 174, dez, 2012.

LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2000.

LEFEBVRE, H. **A reprodução das relações de produção**. Porto (Portugal): Publicações Escorpião, 1973. (Cadernos O Homem e a Sociedade).

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte.2000.

LEFEBVRE, H. **A revolução urban.** Belo Horizonte: Ed UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio.** Tradução para o espanhol Emilio Martínez Gutiérrez. Madri, 2014.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão. 2006.

LEFEBVRE, H. Marx ha muerto? **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. 36, n. 142, p. 110-122, 1990.

LEFEBVRE, H. **Introducción al marxismo.** Hacer, 1983.

LENCIONI, S. Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano. **Scripta Nova**, v. 14, n. 331, 2010.

LESSA, S. **Lukács: trabalho, objetivação e alienação.** São Paulo: Boitempo, 1992. v.15.

LESSA, S. **Trabalho e ser social.** Maceió: EUFC/EDUFAL, 1997.

LUKÁCS, G. O trabalho. In: LUKÁCS, G. **Per una ontologia dell'essere sociale.** Tradução de Ivo Tonet. Roma: Riuniti, 1981.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social – II.** São Paulo: Boitempo: 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, O. **História de Portugal.** 4.ed. v.4. América: Publicações Europa,1991

MARX, K. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas.** 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

MARX, K. **O Capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro 3, v. 6. 1999.

MARX, K. **O Capital: críticas da economia política: Livro I: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MENDES, L. A. S. A Geografia-Histórica da região metropolitana de Belém. **Revista Espacialidades**, v. 14, n. 01, p. 10-39, 2018.

MENDES, R. A. **Um descortinar de mundos**: reflexões acerca da temática africana nos cursos de licenciatura em Geografia, 2021.

MILL, S. **O utilitarismo**. Tradução de Alexandre Braga Massela. 2. ed. São Paulo: Iluminaras, 2020.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 11.ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 12.ed. São Paulo: Editora Hucitec; 2014.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 1995.

MIRANDA, R. G. **Universidade Federal do Pará**. v. 1, n. 1 - Artigos científicos Aspectos do Crescimento e Distribuição Populacional na Amazônia Brasileira 2010.

MIRANDA, R. G. Vilas e cidades e a usina hidrelétrica Tucuruí. In: Edna Castro. (org.). **Cidades na Floresta**. Brasília: Annablume, 2011.

MOREIRA, E. D. **Quixote e o problema do conhecimento**. 1968.

MOREIRA, E. **Belém e sua expressão geográfica**. Imprensa Universitária, 1966.

MOREIRA, E. **Os sermões que Vieira pregou no Pará**. Imprensa Universitária, 1970.

MOREIRA, R. As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho. **Revista Ciência Geográfica**, Seção Bauru/AGB, v.7, n.3, n. 20, set./dez. 2001, p. 10-13.

MOREIRA, R. Assim se passaram dez anos (A renovação da geografia no Brasil: 1978 – 1988. **Caderno Prudentino de Geografia**, AGB, v.1, n. 14, 1992.

MOREIRA, R. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: **Território, Territórios: ensaios de ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010.

MOREIRA, R. Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço e do trabalho. In: **Rev. Ciência Geográfica**, (Seção Bauru/AGB), Ano VI-Vol II, no 16 vol. Maio/Agosto 2000.

NOSTALGIABELÉM. Disponível em: <https://nostalgiabelem.blogspot.com/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

NUNES, D. M. C. A.; SANTOS, L. C. A. **História da hotelaria de Belém e o Grande Hotel 1850-1950**. Belém: Editora ABIH-PA, 2014.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Notícias**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/brasil/noticias>. Acesso em: 29 dez. 2022.

PENTEADO, J. R. W. Uma nova revolução industrial: a democratização do capital. Síntese. **Revista de Filosofia**, v. 6, n. 24, p. 56-76, 1964.

PIKETTY, T. **O Capital no século XXI**. Tradução de Mônica Baumgarten de Bolle. Editora Intrínseca. Rio de Janeiro 2013.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN, R. D. **Territorialidade Humana**: sua teoria e história. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. Disponível em: sack-robert-david-territorialidade-humana-sua-teoria-e-historia-pdf-free. Acesso em: 10 nov. 2020.

PRIEB, Sérgio. **O trabalho à beira do abismo**: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho. Ed. Unijuí, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RELATÓRIO DA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL – **WZB: Berlin Social Science Center**. Publicado no ano de 2022. Disponível em: www.wzb.eu. Acesso em: 19 jun. 2023.

RELATÓRIO DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA / RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 2021. Disponível em: IPEA. Gov.br/Acesso: 08/07/2022
REMIR - Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista. Disponível: <https://www.eco.unicamp.br/remir>. Acesso: 06 maio 2022.

RIBEIRO, A. C. T. Homens lentos, opacidades e rugosidades. **Redobra**, Salvador, n. 9, p. 58-71, 2012.

RIBEIRO, A. C. T. **Território usado e humanismo concreto**: o mercado socialmente necessário. Forma em crise. Utopias necessárias. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

RIBEIRO, W. **Para além das cidades: centralidade e reestruturação urbana em Londrina e Maringá**. 2006. Tese (doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. Coleção Economia Política. 2018.

RIVERO, P. S. **Trabalho**: opção ou necessidade? Belo Horizonte: Argumentum. 2009.

ROCHA, G. O. R. **A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837–1942)**. Master's Dissertation–PUC, São Paulo, 1996.

ROCHA, G. O. R. O ensino de Geografia no Brasil: as prescrições oficiais em tempos neoliberais. **Contrapontos**, v. 10, n. 01, p. 14-28, 2010.

ROCQUE, C. **Antônio Lemos e sua época**. Belém: Amazônia Ed. Culturais, 1973.

RODRIGUES, J. C. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias Amazônicas**: análise de Santarém e Marabá, Pará. 2015. 255. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015.

RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, J. C. Moradia, Habitação e financeirização do espaço. **Revista Inter-Espaço Grajaú/MA**, v. 09, n. especial, 2023.

RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, L. L. (Re)estruturação da cidade e as novas expressões de centralidade urbana na cidade de Ananindeua - Amazônia Paraense. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 00, n. 1, jan./dez. 2022. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/>. Acesso em: 07 set. 2023.

RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, J. C. Condições de desigualdades e vulnerabilidades socioespaciais em cidades da Amazônia paraense: elementos promovedores da expansão e dispersão da Covid-19?. Hygeia: **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, n. Especial, p. 132, 2020.

RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, J. C.; CASTRO, E. M. R. **Transporte hidroviário, portos e terminais**. 2021.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnicas e tempos, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. O retorno do território. In: OSAL: **Observatório Social de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, v. 6, n. 16, jun. 2005. ISSN 1515-3282. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16.Santos.pdf> . Acesso em: 19 jul. 2020.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record. 2008.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Recorde, 2001.

SANTOS, M. **A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas**. Terra livre, n. 9, 1991.

- SANTOS, M. **El territorio**: un agregado de espacios banales. Boletín de Estudios geográficos, n. 96, 2000.
- SANTOS, M. **Há mesmo um espaço virtual**, 2000.
- SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, n. 5, 1988.
- SANTOS, M. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XIII, Nº 2, 1999.
- SANTOS, M. Passado e presente das relações entre sociedade e espaço e localização pontual da indústria moderna no estado da Bahia. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 65, p. 5-28, 1987.
- SANTOS, M. Pobreza urbana. In: **Pobreza urbana**. p. 134-134. 2009.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 1994.
- SANTOS, M. Uma ordem espacial: a economia política do território. **Revista Geoinova**, n. 3, p. 33-48, 2001.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 2008.
- SAQUET, M. A. **O território: diferentes interpretações na literatura século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2009.
- SAQUET, M. A. **Por una geografía de las territorialidades y las temporalidades**. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (UNLP), 2015.
- SCHAFF, A. **A sociedade informática**: as conseqüências sociais da 2ª revolução industrial. Tradução Carlos Eduardo Jordão e Luis Arturo Obojes. 4.ed. São Paulo: Ed. Universitária Paulista: Brasiliense, 1995.
- SCHAFF, A. A urgência de uma nova esquerda. **Revista Novos Rumos**, n. 26, 1997.
- SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: LED/UFSC, 2000.
- SILVA, W. R. A formação do centro principal de Londrina e o estudo da centralidade urbana. **Revista Geografia**, Londrina, v. 12, n. 2, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.geo.uel.br/revista>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SIMONIAN, L. Palafitas, estivas e sua imagética na contemporaneidade urbano-rural da Pan-Amazônia (Paper 267). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 1, 2010.

SLEE, T. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Elefante, 2017.

SMITH, A. **Ensaio filosóficos**. Editora UNESP, 2020.

SOARES, E. N. **Largos, coretos e praças de Belém – PA**. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009.

SOJA, E. W. **Postmetrópolis: estudos críticos sobre as cidades e as regiões**. Tradução Verónica Hendel e Mónica Cifuentes. Madri: Traficantes de Sonhos, 2000. Disponível em: <https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Postmetr.C3.B3polis-TdS.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2022.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder: autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SPOSITO, E. S. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea. **Terra Livre**, n. 16, p. 99-112, 2001.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigações geográficas**, n. 54, p. 114-139, 1991.

TAVARES, M. G. C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, v. 2, n. 3, jan./jun. de 2008.

THOMAZ JÚNIOR, A. A (des)ordem societal e territorial do trabalho: os limites para a unificação orgânica. *In*: MARQUES, M. I.; OLIVEIRA, A. U. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra; Laboratório de Geografia Rural, 2004

THOMAZ JÚNIOR, A. A geografia do Mundo do Trabalho na Viragem do Século XXI. **Revista Pegada**, v. 4, n. 2. Novembro, 2003.

THOMAZ JÚNIOR, A. Degradação e centralidade do trabalho: as contradições da relação capital x trabalho e o movimento territorial de classe. **Revista Pegada**, v. 13, n. 2, dez. 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. *Mercator*, Fortaleza, v. 16, e 16020, 2017.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos**. 2009. 997 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JÚNIOR, A. Novos territórios da degradação sistêmica do trabalho (em tempos de desproteção total e inclusão marginal institucionalizada). **Terra Livre**, v. 52, n. 1, p. 197-240, jan./jun. 2019.

THOMAZ JÚNIOR, A. Novos Territórios da Degradação Sistêmica do Trabalho (em tempos de desproteção total e inclusão marginal institucionalizada). **Terra Livre**, São Paulo Ano 34, v.1, n. 52. 2011.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os nós da cana**. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade? **Revista Eletrônica do II Colóquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/thomazjr.htm>. Acesso em: 22 nov. 2021.

TRINDADE JÚNIOR, S.C. C. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1998.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana. **Geografares**, Vitória, v. 1, n. 1, jun. 2000.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**, 2002.

TRINDADE JÚNIO., S. C. Cidades e Centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Revista Cidades**, v. 12, n. 21, 2015.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. **Estrutura, processo, função e forma: aplicabilidade à análise do espaço intra-urbano**. Ensaios de Geografia Contemporânea: Milton Santos (obra revisitada). São Paulo, HUCITEC, 1996.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia. **Terra Livre**, v. 1, n. 26, p. 177-194, 2006.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C.; BARBOSA, E. J. S. Reestruturação metropolitana na Amazônia oriental: empreendimentos econômicos e dispersão urbana na área de influência imediata de Belém. **Geosp: espaço e tempo** (Online), v. 20, n. 2, p. 349-363. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2014.84539>. Acesso em: 12 ago. 2021.

UBER. **Faturamento**. 2023. Disponível em: <https://www.uber.com/faturamento>. Acesso em: 10 jan. 2023.

VALENTE, J. C. L. **Das plataformas online aos monopólios digitais: tecnologia, informação e poder**. Belo-Horizonte: Dialética, 2021.

VALVERDE, O. A devastação da Floresta Amazônica. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 52, n.3. Rio de Janeiro: IBGE ano 1972.

VELOSO, Tiago. Fronteiras de papel: uma análise da perspectiva metropolitana em planos diretores da Região Metropolitana de Belém. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, programa de Pós Graduação em Geografia, Belém, 2010.

VELOSO, Tiago. Políticas públicas, planejamento e gestão urbanos no ambiente metropolitano: estudos sobre a região metropolitana de Belém. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v.5, n.10, jul./dez. 2011.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS



Formulário de Coleta de dados/Motoentregadores

- 1 - Nome: _____.
- 2 - Endereço: _____ n° _____ Bairro: _____.
- 3 - Sexo: Masculino() Feminino()
- 4 - Escolaridade: Fundamental Incompleto() Fundamental Completo() Médio Incompleto() Médio Completo() Superior Incompleto() Superior Completo().
- 5 - Cor/raça: Preto () Branco () Pardo () outro().
- 6 - Religião: Católico() Evangélico() Umbandista() Ateu() Agnóstico() Outros: _____.

Perfil Socioeconômico

- 1 - Quantos KM vocês fazem por dia? (_____).
- 2 - Onde trabalhava antes? (_____); Formal () informal ().
- 3 - Quantas corridas por dia são necessárias? _____. Quem determina vc ou app? (_____).
- 4 - Quantas horas por dia vc fica disponível para entrega? (_____).
- 5 - Recebe gorjeta? Sim() Não(). O quanto as gorjetas representam em seus ganhos no dia a dia e ao mês? Muito() Pouco() Muito Pouco() Quanto? R\$ _____ .
- 6 - Você ganhou ou comprou a bag/mochila e a capa de chuva? Sim () Não (); Registrar: _____.
- 7 - Você usa equipamentos de segurança para trabalhar? Capacete () Bota protetora () Luvas() Coletes de Segurança() Protetor Lombar(). Esses equipamentos foram cedidos pelos app's() Adquiridos por conta própria().
- 7.1 - Entregadores de bicicleta usam capacete() Equipamentos luminosos() Apito() luvas(). Esses equipamentos foram cedidos pelos app's() Adquiridos por conta própria().
- 8 - Em média quanto você gasta por mês para ter condições de trabalhar nos aplicativos? (Celular, Internet, manutenção do veículo, sapato, roupa, alimentação? R\$ _____.
- 9 - Qual aplicativo tem sido melhor para você e por que?

10 - Onde foi o seu último emprego formal(assalariado), _____(ou nunca foi registrado?)

11 - Quantas vezes você ficou doente no último ano?(_____), Como se manteve? (_____).

Você paga aposentadoria? INSS() privada().

12 - Quantas pessoas trabalham na sua casa? (_____) Quantas moram pessoas moram na casa? (_____). Qual é o valor da renda destes membros(R\$ _____).

13 - Você tem outra profissão? Qual? (_____) Qual a renda mensal desta atividade?(R\$ _____); Quantos dias/horas trabalha em cada uma delas?(_____).

14 - Você costuma usar aplicativos onde você trabalhar para pedir comida? Se sim, quantas vezes por mês ou semana? (_____).

15 - Quais os problemas e dificuldades de trabalhar em aplicativos na cidade de Belém() Ananindeua() Marituba () Benevides() Santa Izabel() Castanhal().

16 - Porque vc escolheu esse trabalho de moto entregado? Quais as vantagens e desvantagens?

17 - Você já foi assaltado e perdeu a encomenda? Sim() Não(); O que houve?

18 - Há mulheres trabalhando nos app's? Sim() Não(); Os APPS são espaços machistas na sua visão Sim() Não()?

19 - Ao que vc atribui a pouca participação da mulher nesse trabalho?

20 - Como você entrou para trabalhar como entregador nas plataformas?

21 - Quanto você investiu inicialmente? (R\$_____).

22 - Quais eram as exigências da empresa no ato do seu cadastro na plataforma?

23 - Quais você tem dificuldades de cumprir?

24 - Você já sofreu algum tipo de punição por algo ocorrido na plataforma? Quais?

25 - Já passou por algum constrangimento, assédio ou discriminação? (Racial, gênero, social, etc.) no momento da entrega ou no próprio cotidiano?

26 - O trabalho informal representa alguma limitação para você em seu cotidiano?

27 - Como avalia, o app que vc trabalho no tocante a sua realidade de motivação, prazer, realização, etc.

28 - Quais as suas principais reclamações e insatisfações nesse trabalho, principalmente relacionados ao app?

29 - O que vc pensa dos outros entregadores?

30 - Como é a sua participação política? (Já participou de alguma greve e/ou manifestação). Já ouviu falar? Onde ouviu? Quem chamou? Como foi o evento? Teve benefício?

31 - Vc acha que existe um perfil específico dos trabalhadores, que trabalham como entregadores, em aplicativos?

32 - Como vc definiria um perfil de quem trabalha como entregador?

33 - Como vc faria uma avaliação crítica da sua profissão no tocante ao como entregar?

34 - O trabalho informal representa de alguma maneira, limitação no tocante ao acesso de empréstimo, financiamento, aluguel ou a algum outro serviço no seu cotidiano.

35 - Quais os bairros que vc mais faz entregas e os que vc faz menos entrega ou que nunca ou raramente entrega?

36 - Quais os bairros onde as gorjetas são melhores e quais os bairros onde as gorjetas são piores?

Pesquisador Responsável
Assinatura

Data: / /

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA



ROTEIRO DE ENTREVISTA

Pesquisa de campo

Doutorando: Raimundo Sócrates de Castro Carvalho

Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGEO

Nome do(a) entrevistado(a):

Endereço:

Cidade da RMB: Belém (), Ananindeua (), Marituba (), Benevides (), Santa Bárbara (), Santa Izabel (), Castanhal ().

1) Sobre às Condições de Trabalho:

- a) Qual o seu último emprego?
- b) Era de carteira Assinada?
- c) O que te levou para essa atividade de mototáxi?
- d) Trabalha regularizado? (Habilitação/itens de segurança...).
- e) Qual é a média de renda total?
- f) Quantas pessoas moram com vc e quantos trabalham? (renda dos demais).
- g) Já sofreu acidente se sim, como se mantinha neste período? (contraiu Covid).
- h) Paga INSS como autônomo?

2) Organização na atividade:

- a) Vc é sindicalizado?
- b) Vc acha importante ser sindicalizado? (lutar por melhores condições de trabalho).
- c) Já participou de alguma manifestação? (quando).

3) Faz atividade de entrega:

- a) O que vc atribui a falta de motoentregadores na cidade? (falta de interesse dos restaurantes pelos aplicativos IFood, Rappi, Uber Eats e 99 food e/ou não ter demanda na cidade...)
- b) Vc já teve interesse de fazer cadastro nestes aplicativos?

Anotações:

Nome do entrevistador

APÊNDICE C - OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE DADOS DE FURTOS E ROUBOS

Data: ___/___/____

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS****OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE DADOS DE FURTOS E ROUBOS****Nº 01 – 02/02/2021**

À
Delegacia Geral da Polícia Civil do Pará
Secretaria de Inteligência e Análise Criminal - SIAC
Diretor: Delegado Carlos André Viana da Costa

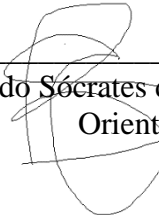
Raimundo Sócrates de Castro Carvalho, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF sob o nº 637.575.322-87 e no RG: 2824893, residente na Trav. Alfredo Solano nº 1918 no bairro do Ariramba – Mosqueiro nesta cidade Belém-PA, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria solicitar junto à Secretária de Inteligência e Análise Criminal sob a responsabilidade do ilustríssimo Delegado Carlos André Viana da Costa, acesso aos Boletins de Ocorrência, registrados pelos motoentregadores, que foram vítimas de furto ou roubo na Região Metropolitana de Belém nos últimos 06 meses (2021-2020). Para tanto informo os possíveis bairros por cidade que podem vir a ser elencados:

- Roubo de motos nos bairros da Cidade de Belém: Jurunas, Cremação, Batista Campos, Icoaraci, Fátima e Nazaré;
- Roubo de motos nos bairros da cidade de Ananindeua: 40 Horas, Águas Brancas, Águas Lindas, Atalaia, Aurá, Centro, Cidade Nova e Coqueiro.
- Roubo de Moto nos bairros da cidade de Marituba: Beija-Flor / Nova Marituba / Jardim Imperial, Centro, Decouville, Dom Aristides, Nova União / São Francisco / Bela Vista, Uriboca e Bairro Novo
- Roubo de motos na cidade de Castanhal: Betânia, Bom Jesus, Caiçara, Cariri, Milagre, Propira, Cenóbio, Centro, Cristo Redentor, Estrela, Fonte Boa, Heliolândia, Ianetama, Imperador, Jaderlândia, Jardim das Acácias, Nova Olinda, Novo Estrela, Oscar Reis, Pantanal, Pirapora, Rouxinol, Salles Jardim e


Salgadinho.

Mediante a solicitação em tela, informo que dados irão corroborar com a Pesquisa de Campo que ora desenvolvo junto as Motoentregadores no Espaço Metropolitano, tendo como objetivo a tese de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO/UFPA.

Atenciosamente,



Raimundo Sócrates de Castro Carvalho
Orientando



José Sobreiro Filho
orientador

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TERMO DE CONSENTIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Aceito participar da pesquisa sobre A **“uberização” e o aprofundamento da flexibilização do trabalho no espaço metropolitano de Belém** do doutorando Raimundo Sócrates de Castro Carvalho, aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia promovido pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará. Declaro que fui informado(a) que a entrevista vinculada a pesquisa pretende abordar a percepção das condições e realizações do trabalho dos entregadores de aplicativos, no âmbito da sua realização no Espaço Metropolitano de Belém - EMB . Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistado uma ou mais vezes pelo pesquisador em local e duração previamente ajustados, () permitindo / () não permitindo a gravação das entrevistas. Fui informado(a) pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente. () Autorizo / () Não autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. Belém/Junho/2023

Assinatura do Entrevistado

Nome do entrevistado:

Atividade/Cargo/função: Contato do entrevistado:

Assinatura do pesquisador